**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

CLEYTON RODRIGUES DOS SANTOS

**NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE
TRABALHO EM RIO CLARO-SP (1841 – 1895).**

DOUTORADO EM HISTÓRIA ECONÔMICA

VERSÃO CORRIGIDA

**SÃO PAULO/SP
2015**

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA**

CLEYTON RODRIGUES DOS SANTOS

**NEGOCIAÇÃO E CONFLITO NA FORMAÇÃO DO MERCADO DE
TRABALHO EM RIO CLARO-SP (1841 – 1895).**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Versão Corrigida

De acordo,

**Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.
(Orientador)**

SÃO PAULO/SP
2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda (FFLCH/USP)
Orientador

Prof. Dr. Alexandre Macchione Saes (FEA/USP)

Prof. Dr. Guilherme Grandi (FEA/USP)

Prof. Dr. Hernani Maia Costa (UNICAMP)

Prof. Dr. Luiz Fernando Saraiva (UFF)

*Foi o caminho, não que eu tracei para mim, mas que minha caminhada traçou:
Caminhante, não há caminho, o caminho se faz com o caminhar.*

Edgar Morin

Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que os outros esquecem.

Eric Hobsbawm

Para minhas Deborah e Sophia.

Ao Wilson (In Memoriam).

Àqueles que, apesar de tudo, continuam resistindo.

AGRADECIMENTOS

Meu cordial e afetuoso agradecimento ao meu orientador, Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda. Pela oportunidade, pela paciência, pela confiança, pelo afeto. Sua orientação foi marcada pela qualidade e liberdade de escolhas, pela generosidade em sempre compartilhar seus conhecimentos, não apenas nas aulas, mas também nas conversas, que, muitas vezes longe dos rigores formais de uma orientação, indicava sempre o caminho correto. Tenho dúvidas se consegui seguir o caminho por ele indicado. Espero que o texto esteja à altura de sua orientação.

Aos professores Vera Lucia do Amaral Ferlini e Alexandre Macchione Saes, por aceitarem participar da minha conturbada banca de qualificação e contribuírem, sobremaneira, para a correção dos rumos e formulação da tese. Suas sugestões e críticas foram valiosas e, na medida do possível, incorporadas ao texto final.

Agradeço aos professores Guilherme Grandi, Hernani Maia Costa e Luiz Fernando Saraiva por participarem da banca de defesa. As observações durante a defesa contribuíram não apenas para o melhoramento da tese, mas também para o meu desenvolvimento intelectual.

Ao professor José Flávio Motta que ministrou uma disciplina que cursei no Programa de Pós-Graduação em História Econômica. A disciplina *Demografia Histórica* foi marcada pelo rigor teórico que contribuiu para a formulação da tese.

Sou grato aos meus professores e orientadores da graduação e do mestrado, em especial Alberto Albuquerque Gomes e Maria Odila Leite da Silva Dias que, em muito, contribuíram para a construção da minha trajetória acadêmica. No decorrer da caminhada tive o privilégio de conviver com Professores que foram fundamentais para a minha formação, são eles: Marilena Castilho, Maria Izilda Santos de Matos, Márcia D'Aléssio, Wilson de Lucas Fortes Machado e Sebastião Jorge Chammé (*in memoriam*). Este último foi exemplo de educador.

Nos arquivos e bibliotecas por onde passei, contei com a colaboração e ajuda de diversas pessoas: no Arquivo Público do Estado de São Paulo os funcionários não pouparam esforços para me atender. Em Rio Claro contei com a ajuda de pessoas que ganharam minha admiração, sempre sugerindo documentos que

poderiam enriquecer o trabalho. No Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado” agradeço a Tereza Arruda por abrir as portas do Arquivo mesmo em horários alternativos, e a Karina, por digitalizar parte da documentação. Sou especialmente grato a Ana Maria Pagnocca, pela gentileza com que sempre me recebeu no Arquivo, na localização dos documentos e pelas conversas sobre a história de Rio Claro.

No Museu Histórico e Pedagógico Amador Bueno da Veiga pude contar com a ajuda da Antonieta, da Rosângela e do Fernando, que compensam com alegria a falta de recursos na preservação da memória de Rio Claro. No Cartório de Notas de Rio Claro sou grato à Deisy Anne dos Santos por permitir a consulta e digitalização das escrituras de compra e venda de escravos.

Agradeço à Universidade de São Paulo e aos funcionários do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História Econômica, em especial ao Nelson Caetano, que sempre me atendeu de forma prestativa e cordial.

Aos amigos da Pós-Graduação em História Econômica da FFLCH/USP, Marcelo Loyola de Andrade e Fernando Antonio Alves da Costa. Em Presidente Epitácio e Sandovalina contei com a amizade de algumas pessoas que cruzaram meu caminho. Aos amigos de outros escritos: João Luiz Fukunaga, Marcelo Ribeiro de Castro, Jacinto da Silva e Edson Machado de Brito.

Aos familiares que mesmo distante acompanharam a pesquisa e de alguma forma sempre incentivando. Espero que estes escritos se tornem inspiração para a Tia Edneuzza em seu doutoramento.

Agradeço aos meus pais Antonio e Cleuza que sempre acreditaram em mim. O ser humano que sou hoje devo aos meus pais. A minha Avó Argentina, sempre uma guerreira. Aos Meus irmãos Daniel e David, minhas cunhadas, sobrinhos e sobrinha.

Sou grato a Laine, a Deborah e a Sophia pela paciência. Suportaram as ausências desde as viagens a São Paulo e Rio Claro e as horas de estudos. *Agora o Papai pode brincar.*

Ao CNPQ pela concessão da bolsa de doutorado, que possibilitou a realização deste trabalho.

Por último, e acima de tudo, a Deus, pelo dom da vida e por ter colocado estas pessoas no meu caminho, contribuindo para a construção da minha própria história.

RESUMO

O presente estudo tem por objeto a formação do mercado de trabalho na cidade de Rio Claro - SP entre os anos de 1841 e 1895. Através de documentos como os processos criminais, as ações de liberdade, a imprensa, os relatórios governamentais, entre outros, empreendeu-se um estudo sobre o processo de passagem da escravidão ao trabalho livre, além do processo de modernização das instituições na cidade de Rio Claro durante a segunda metade do século XIX. Buscou-se compreender como indivíduos recém egressos do cativeiro, ou ainda em cativeiro, criaram estratégias próprias de sobrevivência tendo como pilar as experiências trazidas do período em que viveram sob o jugo do escravismo. Procurou-se, também, mostrar que a gênese de um mercado de trabalho em Rio Claro deu-se através de um emaranhado de contradições que envolveram práticas sociais concretas dando especial enfoque às relações entre escravos, libertos e imigrantes, não apenas no interior do grupo social que pertenciam, mas também, suas relações com outros indivíduos que gravitavam pela paisagem social à época. Nesse sentido, procurou-se historicizar, através das ações de indivíduos pertencentes aos grupos subalternos, a luta em um território estranho e a construção de uma rede de relações sociais mergulhados em solidariedades e conflitos étnicos em uma sociedade onde, indivíduos não pertencentes aos grupos dominantes encontravam dificuldades para inserção.

PALAVRAS-CHAVE: Abolição; Imigração; Mercado de Trabalho; Rio Claro; São Paulo; Brasil.

ABSTRACT

This study aims at the formation of the labor market in the city of Rio Claro-SP between the years 1841 and 1895. Through documents as criminal cases, the actions of freedom, the press, government reports, among others, undertook a study on the process of transition from slavery to free labor, in addition to the modernization of institutions in the city of Rio Claro during the second metado nineteenth century. We tried to understand how individuals newly graduates from captivity or in captivity, have created their own strategies for survival as a pillar having the experiences brought the period in which they lived under the yoke of slavery. We tried to also show that the genesis of a labor market in Rio Claro was made through a tangle of contradictions involving concrete social practices with particular focus on the relations between slaves, freedmen and immigrants, not only within the group social belonging, but also their relations with other individuals who gravitated the social landscape at the time. In this sense, we tried to historicize, through the actions of individuals belonging to subordinate groups, the fight in a strange land and the construction of a network of social relationships immersed in solidarity and ethnic conflicts in a society where, outside the mainstream groups individuals found it difficult to insert.

KEY WORDS: Abolition; Immigration; Labor Market; Rio Claro; São Paulo; Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela nº 1 - Exportação da Capitania de São Paulo para a Europa - 1801 a 1803.....	40
Tabela nº 2 - Exportação da Capitania de São Paulo para a Europa - 1804 a 1807.....	41
Tabela nº 3 - Exportação da Capitania de São Paulo por Mar e por Terra no ano de 1807.....	42
Tabela nº 4 - Comércio da Capitania de São Paulo – Exportação e Importação no ano de 1813.....	43
Tabela nº 5 - Lista dos Produtos da Lavoura e Criação de Gado na Capitania de São Paulo, em 1814.....	44
Tabela nº 6 - Sesmarias do Corumbataí e Morro Azul 1739/1742-1821.....	69
Tabela nº 7 - Município de Rio Claro Valor da Fazenda Angélica – 1865.....	71
Tabela nº 8 - Produção agrícola de propriedades sem escravos 1822 e 1835....	78
Tabela nº 9 - Rendimentos em dinheiro de propriedades rurais sem escravos - São João do Rio Claro - 1822.....	79
Tabela nº 10 - Valor da produção e importância relativa dos produtos agrícolas, Província de São Paulo - 1836.....	89
Tabela nº 11 - Valor da produção agrícola por região, Província de São Paulo - 1836.....	90
Tabela nº 12 - Quantidade produzida e valor dos principais produtos agrícolas, Província de São Paulo - 1836.....	91
Tabela nº 13 - Produção açucareira São João do Rio Claro, 1822-1862.....	95
Tabela nº 14 - Investimento de capital em um canavial São João do Rio Claro, 1851.....	96
Tabela nº 15 - Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de café Província de São Paulo, 1854.....	98
Tabela nº 16 - Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de açúcar Província de São Paulo, 1854.....	99
Tabela nº 17 - Produção/criação de gado e nº de trabalhadores nas fazendas de gado Província de São Paulo, 1854.....	100
Tabela nº 18 - Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de café - São João do Rio Claro, 1854.....	101

Tabela nº 19 - Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de açúcar - São João do Rio Claro, 1854.....	102
Tabela nº 20 - Produção/criação de gado e nº de trabalhadores nas fazendas de gado - São João do Rio Claro, 1854.....	103
Tabela nº 21- Estrutura do Setor Agrícola-São João do Rio Claro, 1822-1857....	108
Tabela nº 22 - População Escrava em São João do Rio Claro: 1856-1888.....	115
Tabela nº 23 - Produção de Café em São João do Rio Claro: 1835-1929.....	121
Tabela nº 24 - São Paulo: rede ferroviária, população e exportações de café pelo porto de Santos – 1870-1900.....	127
Tabela nº 25-Província de São Paulo-Despesas com transporte de café: 1860...	128
Tabela nº 26 - Origem dos escravos inseridos no mercado em São João do Rio Claro.....	142
Tabela nº 27 - População escrava segundo a origem - São João do Rio Claro – 1872.....	149
Tabela nº 28 - Evolução do preço de escravos do sexo masculino de 15 a 29 anos - São João do Rio Claro – 1843-1887.....	152
Tabela nº 29 - Proporção dos sexos entre os escravos - São João do Rio Claro – 1822-1887.....	157
Tabela nº 30 - Número de escravos casados - São João do Rio Claro – 1822-1872.....	161
Tabela nº 31 - População escrava segundo a profissão/ocupação - São João do Rio Claro – 1872.....	180
Tabela nº 32 - Entradas e saídas de trabalhadores segundo a nacionalidade - Fazenda Ibicaba – 1851.....	254
Tabela nº 33 - Número de Colônias inauguradas entre 1847 e 1857 - Província de São Paulo.....	265
Tabela nº 34 - Núcleos Coloniais inaugurados entre 1847 e 1857 - São João do Rio Claro.....	271
Tabela nº 35 - Nacionalidade dos imigrantes nas colônias das fazendas - São João do Rio Claro - 1856.....	282
Tabela nº 36-Emigração italiana para o Brasil-Regiões de origem (1876-1920)...	309
Tabela nº 37 - Emigrantes italianos para o Brasil - Procedência regional (1878-1902).....	312
Tabela nº 38 - Chegada de Imigrantes São João do Rio Claro (1883-1903).....	316

Tabela nº 39 - Dinâmica demográfica de São João do Rio Claro (1822-1920).....316

Tabela nº 40 - Imigrantes registrados na Hospedaria de Imigrantes com destino a São João do Rio Claro – Por sexo e nacionalidade (1886-1900).....318

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura nº 1 - Perímetro urbano da cidade de São João do Rio Claro no ano de 1867..... 184

Figura nº 2 - Emigrantes para o Brasil por província e respectivos portos de embarque.....308

Gráfico nº 1 – Número de escravos transacionados – escrituras de compra e venda de escravos – São João do Rio Claro – 1861-1870..... 150

Gráfico nº 2 – Tipo de tráfico conforme as escrituras de compra e venda – 1º e 2º Cartório de Rio Claro..... 155

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	6
RESUMO.....	8
ABSTRACT.....	9
INTRODUÇÃO.....	16
1. CAPÍTULO 1 - SÃO JOÃO DO RIO CLARO: OCUPAÇÃO E POVOAMENTO.....	26
1.1. São João do Rio Claro no contexto da formação econômica de São Paulo.....	26
1.2. São João do Rio Claro e a arquitetura política e religiosa: a Capela Curada.....	49
1.3. Da posse à propriedade: o monopólio da terra em São João do Rio Claro.....	53
2. CAPÍTULO 2 - DA DIVERSIFICAÇÃO À DESDIVERSIFICAÇÃO: OS ANTECEDENTES DA HEGEMONIA CAFEIEIRA EM SÃO JOÃO DO RIO CLARO, 1817-1854.....	76
2.1 A diversificação da produção: São João do Rio Claro até 1854.....	77
2.2 Trabalho e trabalhadores no prelúdio da economia de exportação.....	107
3. CAPÍTULO 3 – O CAFÉ, OS ESCRAVOS E A DINÂMICA DA ECONOMIA CAFEIEIRA.....	114
3.1 São João do Rio Claro: economia e sociedade no prelúdio da modernidade nacional.....	114
3.2 Sendo cativo nas terras de São João.....	137
4. CAPÍTULO 4 – O MOVIMENTO ABOLICIONISTA: DO PARLAMENTO ÀS RUAS E TRIBUNAIS DE SÃO JOÃO DO RIO CLARO.....	187
4.1 Em torno da Lei Feijó.....	190
4.2 Os caminhos para a liberdade: do Parlamento às terras de São João.....	203
5. CAPÍTULO 5 – IMIGRANTES NAS TERRAS DE SÃO JOÃO: AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM O TRABALHO LIVRE.....	238
5.1 Portugueses, alemães e suíços: os parceiros do Senador Vergueiro.....	238
5.2 Civilização, trabalho e subversão: os italianos nas terras de São João.....	295

6. CAPÍTULO 6 – COR E MOBILIDADE SOCIAL: OS LIBERTOS E A COMPANHIA DE JOÃO GRANDE.....	335
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	359
FONTES.....	364
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	367
ANEXOS.....	382

INTRODUÇÃO

Era o ano de 1886 do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, no dia 1º de fevereiro, às 5 horas da manhã, foi o Largo do Riachuelo, na cidade de São João do Rio Claro, “theatro de atroz atentado”, praticado por Joaquim Bento, homem de instintos perversos, contra o infeliz italiano Domingos Spatafora”¹. Naquela manhã, o liberto Joaquim Bento estava enfurecido, imaginava ele que sua ex-amásia estaria envolvida em um relacionamento amoroso com o imigrante italiano Domingos Spatafora. Escreveu o Escrivão de Polícia quando da abertura do processo judicial em que foram protagonistas dois libertos e um imigrantes italiano:

Domingos Spatafora, deixando o Largo de Santa Cruz descia para o do Riachuelo, quando encontrou-se com Josephina Escolástica de Oliveira, ex-amásia do denunciado, com quem entretém conversação, e logo depois de separarem-se, apareceu o denunciado, que ao encontrar-se com sua antiga amásia, deu-lhe um forte empurrão, exclamando que Spatafora havia de pagar a ousadia de andar amasiado com Ella, e logo depois de proferir estas palavras, foi ao encalço de Spatafora que apavorado corria pedindo socorro; alcançado, e depois de jurastral-o com pancadas na cabeça, cravou-lhe a faca, fazendo-lhe um profundo ferimento, constante no auto de corpo de delito, e do qual veio a fallecer instantes depois²

Muitas vezes determinados conflitos eram resolvidos através de meios violentos. O processo judicial em tela traz uma narrativa de um assassinato ocorrido na cidade de São João do Rio Claro, em seu meio urbano, em determinado local e hora, e que apresenta um homem recém egresso do cativeiro “lavando sua honra com sangue”. A defesa da honra masculina se mostra nítida nesta situação. Mas, como se sabe, os protagonistas daquele “theatro de atroz attentado”³ viviam um

¹ AHMRC – “Oscar de Arruda Penteado”. Cartório Criminal - *A Justiça contra Joaquim Bento*. Processo Nº 026. Caixa: 1 – 1886.

² AHMRC – “Oscar de Arruda Penteado”. Cartório Criminal - *A Justiça contra Joaquim Bento*. Processo Nº 026. Caixa: 1 – 1886.

³ AHMRC – “Oscar de Arruda Penteado”. Cartório Criminal - *A Justiça contra Joaquim Bento*. Processo Nº 026. Caixa: 1 – 1886.

período ímpar, carregado de tensões, onde raças e indivíduos mal se uniam, nem se fundiam num todo coeso; justapunham-se antes, uns aos outros; constituíam unidades e grupos incoerentes que apenas coexistiam e se tocavam⁴. Joaquim Bento, o denunciado, era pardo, de trinta e poucos anos de idade e estava vivendo intensamente as transformações que estavam se processando naquele momento histórico.

Ora, Ivan de Andrade Vellasco afirma com precisão que homens e mulheres – e sempre mais os primeiros – em todos os estratos sociais, tornavam-se violentos, ou melhor, recorriam à violência física, como forma corriqueira de solução dos problemas, de enfrentamento de conflitos, como defesa do que julgassem seus direitos e, enfim, na afirmação de sua posição e na defesa de seus valores, tais como honra, valentia e coragem, estes outros nomes da dignidade. E, neste sentido, o uso da força era amplamente reconhecido e valorizado. Honra era, afinal, a possibilidade de ser respeitado pelos demais e a violência, um teste de força, de coragem e valentia, pelo qual se demonstrava a disposição de estar no mundo e ocupar aquele espaço que, de outro modo, não lhe pertenceria⁵.

As descrições das testemunhas não dizem por quanto tempo Joaquim Bento teve uma vida conjugal com Josephina Escolástica de Oliveira, que é descrita no processo judicial como uma “quitandeira bem apessoada”, parda e também liberta. Em seu depoimento Josephina mencionou o fato de Joaquim Bento “chegar em casa embriagado e dar-lhe de cacetes”. Ao que parece Joaquim Bento e Josephina Escolástica vinham de uma união consensual desde os tempos de cativeiro. Porém, percebe-se que através dos seus depoimentos que já não suportava o fardo que lhe era colocado por Joaquim Bento em suas costas.

Uma testemunha de nome Amancio José Góes, em seu depoimento, disse que “Joaquim Bento era um preto de maos costumes”. Os documentos não mostram com clareza a razão pela qual Amancio José Góes foi arrolado entre as testemunhas do crime, porém, percebe-se em seu depoimento diversos termos pejorativos em relação ao liberto Joaquim Bento, referindo-se à ele como um “vadio”, e informando

⁴ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 341.

⁵ VELLASCO, Ivan de Andrade. *A cultura da violência*. In: Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 171-195, 2004, p. 176.

que sua “ex-amásia dava-lhe o sustento”⁶. Assim, através desse jogo de palavras, se percebeu a dinâmica que envolveu os protagonistas desta história. Os interesses do liberto Joaquim Bento não estava apenas relacionado as subjetividades que envolvem questões passionais, mas também foi movido pelo temor de perder sua única fonte de renda e, conseqüentemente, de sua própria sobrevivência.

As tensões e conflitos existentes entre indivíduos egressos da escravidão e imigrantes europeus ocorriam com certa frequência no cotidiano da cidade de São João do Rio Claro. Não apenas nas relações econômicas do cotidiano, como no microcosmo analisado neste processo judicial, mas também de uma forma mais ampla, em um macrocosmo. A economia estava calcada na lavoura cafeeira e a mão de obra principal era, sem sombra de dúvidas, a escrava, apesar da inserção de imigrantes estrangeiros no processo de produção.

Os libertos tinham diante de si uma nova conjuntura, e a imposição de uma nova ordem social fez com que estes indivíduos encontrassem dificuldades para adaptação à paisagem social que emergia naquela segunda metade dos oitocentos. Os grupos políticos que disputavam o poder na segunda metade do século XIX na cidade de São João do Rio Claro, tinham diante de si problemas estruturais da sociedade brasileira do período, que eram, justamente, a reorganização do mundo do trabalho e a superação dos traços de negatividade que se revestia o trabalho em uma sociedade escravista. Ora, em meio às discussões em torno do encaminhamento político da abolição da escravidão, formularam-se propostas que procuraram formar e suprir o mercado de trabalho de acordo com as necessidades da produção agroexportadora. Principalmente na Província de São Paulo, predominavam as posições que viam no trabalhador proveniente da Europa o fator de desenvolvimento da produção agrícola e da formação, em um futuro próximo, de uma mão de obra composta por brasileiros, capazes – se preparados -, de garantir e sustentar o progresso de uma nação civilizada⁷.

⁶ AHMRC – “Oscar de Arruda Penteado”. Cartório Criminal - *A Justiça contra Joaquim Bento*. Processo Nº 026. Caixa: 1 – 1886.

⁷ RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*. Brasília-DF: Tese [Doutorado em História]. Universidade de Brasília, 2008, p. 12.

Como bem definiu Denise Soares de Moura, a constituição de um mercado de trabalho na Província de São Paulo deu-se através de um emaranhado de contradições que envolveram práticas e padrões de convívio costumeiro, subjacentes à tradição cultural mandonística, paternalista e patriarcal da sociedade brasileira: o impedimento da aquisição de terras que não fosse pela compra, materializada com a promulgação da Lei de Terras de 1850; as experiências com o trabalho livre através dos contratos de parceria e locação de serviços com trabalhadores estrangeiros; os esforços de elaboração de uma legislação mais eficiente e que mediasse as relações sociais do período e a vinda de imigrantes europeus para a província⁸.

Nesse sentido, em todo esse emaranhado, não somente o processo de abolição da escravidão se deu de forma lenta e gradual através da promulgação de leis que tinham a clara intenção de retardar a libertação de milhares de indivíduos que viviam sob o jugo do cativo, mas também a própria formação de um mercado de trabalho nos moldes do sistema capitalista, que, indubitavelmente, se configurou da mesma maneira. As transformações estavam se processando paulatinamente na sociedade brasileira, de modo geral, e rio-clarense, de modo particular. Os projetos de reforma social e de modernização da própria sociedade que foram esboçados pelos grupos dominantes se materializavam no sentido de atender suas próprias demandas que estavam surgindo à época. Assim, na grande maioria das vezes, grupos subalternos como de escravos, libertos e parte de trabalhadores imigrantes, foram excluídos e ficaram à margem destes projetos de modernização.

A vida urbana de São João do Rio Claro, na década de 1860, já se encontrava organizada, porém ainda era uma extensão da vida rural. Essa situação foi se alterando com a chegada de imigrantes e mais tarde da ferrovia. Esses elementos podem ser considerados como os impulsionadores do desenvolvimento local, pois a cidade cresceu e ganhou importância, tornando-se o centro das atividades econômicas, em função do café. Era, sem sombra de dúvidas, uma cidade dinâmica, tanto é que, conforme afirma Liliana Garcia, em maio de 1863, teve início a construção do Teatro São João, que foi aberto ao público em 20 de janeiro de 1864. Possuía 63 camarotes divididos em três níveis e uma plateia de 400

⁸ MOURA, Denise A. Soares. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: UNICAMP, 1998, p. 99.

cadeiras. Foi um dos primeiros teatros da Província, apresentando ao longo de sua existência peças de grandes companhias teatrais nacionais e estrangeiras. Em 1888, sofreu uma completa remodelação, passando a se chamar Teatro Phoenix. Situava-se na Rua Direita (hoje Rua 3), esquina da Rua do Comércio (hoje av.1). Ainda na esteira de modernizações, outra realização de destaque foi à construção do Gabinete de Leitura Rio-clarense, fundado em 23 de julho de 1876 e, em sede própria inaugurada em 1890, em uma solenidade presidida por Prudente de Moraes, motivo de orgulho para São João do Rio Claro, por ter sido visitado pelo Imperador Pedro II, em 1886⁹.

Não somente a dinâmica urbana da cidade de São João do Rio Claro, mas também a rural, combinava múltiplas formas de vida e temporalidades diversas onde os indivíduos pertencentes aos grupos subalternos distribuíam-se em diferentes funções dentro daquela sociedade. Gravitavam pela paisagem social rio-clarense da segunda metade do século XIX escravos, libertos e imigrantes que, muitas vezes, apesar de conviverem, quando não ocorriam situações conflituosas, havia um certo distanciamento entre os mesmos. Sobre a visão que os imigrantes tinham dos escravos, Warren Dean argumenta que, ainda que os europeus se apiedassem de certa maneira da situação daqueles indivíduos, eles temiam serem tratados como cativos para vê-los como aliados. Ainda, de acordo com esse historiador, não se pode negar que se sentiam intimidados por sua pele negra e cultura africana, considerando-os um sinal de sua distância da Europa familiar e saudosa¹⁰.

Nestes termos e nesta conjuntura econômica, social e política, no processo de instituição do imaginário do trabalho pode-se observar o jogo de representações acerca da positividade do trabalho difundidas pela elite, que expressavam projetos políticos, muitas vezes contraditórios, quanto ao sentido das transformações sociais em curso no Brasil desde meados do século XVIII e que se intensificaram a partir da segunda metade do século XIX. Os projetos de modernização da sociedade brasileira passavam por temas complexos, porém, estruturantes. Ora, o papel estabelecido dessas representações na conformação do imaginário do trabalho em São João do Rio Claro na formação de um mercado de trabalho unificado nos

⁹ GARCIA, Lílana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009,

¹⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 116.

moldes do sistema capitalista vigente, regulado pelas leis da oferta e da demanda, foi regimentado por um conjunto de formulações que abordavam o tema do trabalho como fator de desenvolvimento e emancipação do gênero humano. As formas pelas quais as elites políticas, proprietárias e intelectuais brasileiras se apropriaram e fizeram circular essas representações fizeram-se com a clara intenção de produzir soluções para o problema da formação de um mercado de trabalho em consonância com as expectativas de civilização¹¹.

A idealização do progresso proposto pela elite rio-clarense era, por vezes carregado de ambiguidades. A inauguração da estação ferroviária em agosto de 1876; além das preocupações em torno do abastecimento de água; o estabelecimento de regras e normas através de uma legislação específica para o arruamento da cidade; e a materialização de um dos maiores empreendimentos do período com a instalação da luz elétrica na cidade em setembro de 1885, foram projetos audaciosos à época, e que colocaram a cidade de São João do Rio Claro no centro das atenções, não apenas na imprensa local, mas também regional e nacional¹². Porém, o “moderno” contrastava com o “antigo”. A escravidão deixava, ainda, marcas evidentes no cotidiano local. De acordo com Angela Marques da Costa e Lilia Moritz Schwarcz, não se passa impunemente pelo fato de ter sido a última nação a abolir o cativeiro, já que até maio de 1888 era possível garantir a posse de um homem por outro. Era difícil a convivência entre o projeto republicano – que, recém-inaugurado em novembro de 1889, vendia uma imagem de modernidade – e a lembrança recente do sistema escravocrata, que levava à conformação de uma sociedade patriarcal, marcada pelas relações de ordem pessoal, violenta e na qual vigorava um profundo preconceito em relação ao trabalho braçal¹³.

No intuito de recuperar as experiências de indivíduos egressos da escravidão e de trabalhadores europeus submetidos à diáspora para o Novo Mundo, procurou-se fazer no decorrer da pesquisa, um esforço para a compreensão da formação do

¹¹ RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*. Brasília-DF: Tese [Doutorado em História]. Universidade de Brasília, 2008, p. 29. Ver, sobre o tema também: GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986. BARBOSA, Alexandre de Freitas, *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

¹² O jornal *Gazeta Rio-Clarense* em sua edição do dia 20 de fevereiro de 1878 dedica uma página inteira para descrever as “maravilhas da modernidade rio-clarense”.

¹³ COSTA, Angela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 11-12.

mercado de trabalho em São João do Rio Claro nos moldes do sistema capitalista então vigente inerente às propostas e projetos de modernização, onde ex-escravos e trabalhadores estrangeiros, em determinados momentos, foram colocados no mesmo plano, principalmente quando da constituição destes indivíduos em trabalhadores disciplinados a partir de uma prática social que, mesmo produtora de hierarquias, havia a convergência às representações de ordem e progresso no cerne de uma sociedade civilizada. Portanto, entende-se que imigração e abolição fazem parte de um mesmo processo dentro de uma dinâmica social concreta como fatores de um desenvolvimento moral e material do Brasil que, certamente, continha os germes da ideia moderna de progresso, bem como para a materialização de um mercado de trabalho onde os indivíduos estariam expropriados dos meios de produção e a única mercadoria de que dispunham era sua força de trabalho. Nesse sentido, o escravismo seria, então, um entrave para estes projetos que estavam sendo colocados na agenda dos grupos dirigentes.

Assim, a pesquisa que se apresenta tem como tema central o estudo da formação do mercado de trabalho na cidade de Rio Claro¹⁴, no período que compreende os anos de 1841 a 1895. A escolha da cidade de Rio Claro foi orientada no sentido de se compreender possíveis peculiaridades na formação do mercado de trabalho nesta localidade, considerando-se a importância do local como um dos principais centros da empresa cafeeira paulista no século XIX, bem como o pioneirismo na introdução de trabalhadores livres provenientes da Europa na lavoura cafeeira. E mais, como elemento de orientação cronológica, a baliza temporal foi orientada, grosso modo, pelos eventos históricos ocorridos, e tem seu início em 1841, ano em que o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro importou 90 colonos portugueses da região do Minho para o labor em sua Fazenda de Ibicaba; até 1895, ano em que se deu a maior entrada de imigrantes, não apenas em São João do Rio Claro, mas também em São Paulo, sabendo-se que grande parcela desse contingente foi canalizada para o trabalho nas fazendas de café. Considerando-se, também, que dentro deste lapso temporal foram promulgadas as principais leis que extinguiram a escravidão no Brasil. Certamente houve um movimento de recuo no tempo, porém, foi necessário, principalmente para a

¹⁴ A Lei Estadual Nº 975, de 20 de dezembro de 1905 fez a alteração da denominação da cidade de São João do Rio Claro para Rio Claro. No decorrer do texto vai se utilizar a denominação do período estudado.

compreensão da formação econômica e social daquela localidade e criar bases para assimilação da dinâmica da sociedade rio-clarense à época das transformações e mecanismos de reprodução da economia local em suas exigências para a constituição de um mercado de trabalho.

Para a realização desta pesquisa se lançou mão de uma ampla investigação na documentação depositada no Arquivo Histórico Municipal de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga” e Cartório do 1º e 2º Ofício de Rio Claro. As fontes se encontravam bastante dispersas e algumas habilidades de “detetive”, por vezes, se fizeram necessárias. Assim para a compreensão do fenômeno que se propôs estudar se fez um estudo apurado dos processos criminais e das ações de liberdade para as décadas de 1880 e 1890, das Atas da Câmara Municipal de Rio Claro entre os anos de 1845 à 1895, dos Códigos de Postura de São João do Rio Claro, os Registros de Compra e Venda de Escravos, além do Livro de Contratos para os anos de 1855 à 1895, Relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo e Ofícios Diversos de autoridades rio-clarense, bem como a Imprensa da época. Uma vez delimitado o lapso temporal e espacial da pesquisa a documentação utilizada foi capaz de recuperar vivências sociais concretas nas relações sociais e econômicas do cotidiano.

Assim, diante desse quadro norteado por questões e pressupostos, a pesquisa foi concebida de uma maneira particular, e se encontra organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo intitulado *São João do Rio Claro: ocupação e povoamento*, se propõe verificar o processo de ocupação e povoamento da cidade de São João do Rio Claro em seu período embrionário, inserindo-a dentro do contexto da formação econômica de São Paulo. De início, pode-se dizer que o processo de ocupação territorial desta localidade se deu através de um projeto mais amplo dentro dos quadros do antigo sistema colonial a partir do monopólio da terra, em princípio por meio da posse, posteriormente pela materialização da propriedade tendo como base um sólido arcabouço jurídico.

O segundo capítulo, *Da diversificação à desdiversificação: os antecedentes da hegemonia cafeeira em São João do Rio Claro, 1817-1854*, examina a diversificação da produção agrícola na cidade de São João do Rio Claro no período

que antecedeu a hegemonia do café. Nota-se que entre os anos de 1817, início da ocupação territorial e 1854, ano em que o café suplantou as outras culturas, existia uma produção mercantil de subsistência fortemente diversificada para abastecimento das tropas que estavam seguindo em direção às minas no Mato Grosso, bem como para o comércio local e regional. Figurava no rol de produção o açúcar, o milho, o tabaco e o gado. O café já começava, em meados da primeira metade dos oitocentos, a ser produzido para o comércio e consumo local.

No terceiro capítulo, intitulado *O café, os escravos e a dinâmica da economia cafeeira*, se analisa o início, o apogeu e toda dinâmica da economia cafeeira em São João do Rio Claro. A partir da análise das mais variadas fontes, apoiado por consistente bibliografia, pretende-se acompanhar o desenvolvimento da economia cafeeira naquele local, observando a infraestrutura criada, como a utilização em larga escala da mão de obra escrava e os esforços dos fazendeiros para a construção da ferrovia, no sentido de dar suporte ao café que, já no início da segunda metade do século XIX, sua produção supera a do açúcar tornando-se o principal produto na base econômica local. No capítulo seguinte, *O movimento abolicionista: do Parlamento às ruas e tribunais de São João do Rio Claro*, se faz uma incursão no processo de abolição da escravidão, no Brasil através dos debates parlamentares; e em São João do Rio Claro, por meio das ações de liberdade impetradas nos tribunais da cidade. Busca-se compreender o encaminhamento político da questão do elemento servil e a clara política do gradualismo para pôr fim ao sistema escravagista no país.

O quinto capítulo, *Imigrantes nas terras de São João: as primeiras experiências com o trabalho livre*, se examina o processo de introdução de trabalhadores livre provenientes da Europa na lavoura cafeeira. Procura-se mostrar as origens, as formas de sobrevivência e socialização de trabalhadores estrangeiros no contexto das grandes lavouras de café que cresciam no encadeamento de conflitos sociais, como a chamada Revolta de Ibicaba, e projetos de modernização econômica e social. Em meio às tensões e conflitos emerge um grupo de italianos unidos por laços étnicos formando uma rede de solidariedade para resolução de conflitos do cotidiano no relacionamento com a polícia e a justiça. Na economia cafeeira, concretizavam-se as tensões entre as normas e as práticas sociais no interior do projeto de constituição de um mercado de trabalho, que, sem sombra de

dúvidas, foi marcado pela problemática da reorganização e das transformações nas estruturas societárias que marcaram, profundamente, o modo de vida dos imigrantes.

Finalmente, no sexto e último capítulo, *Cor e mobilidade social: os libertos e a companhia de João Grande*, procura-se analisar em que medida um grupo de libertos poderiam causar problemas e desorganizar o mercado de trabalho na cidade de São João do Rio Claro; e como um liberto, conhecido por João Grande, através da arregimentação de mão de obra conseguiu montar uma estrutura empresarial – apoiado por amplo conhecimento da sazonalidade da agricultura e do trabalho agrícola –, para fornecimento de força de trabalho livre aos fazendeiros que necessitavam desses serviços. Mostrar-se-á que através desta prática, ao que parece, João Grande conseguiu ascensão social, à época o que beirava a raridade numa sociedade fortemente hierarquizada.

Quanto aos personagens do “theatro de atroz atentado” vieram para ilustrar um período ímpar de transformações na sociedade rio-clarense. Conflitos e negociações não ocorriam somente no cotidiano da coletividade, mas também no individual; entre os modos de concepção dos espaços público e privado. Na constituição de um mercado de trabalho em uma economia competitiva escravos, libertos e imigrantes se acotovelavam na busca por seu espaço, mesmo submetidos à superexploração em meio à precariedade. Sobre o infeliz italiano Domingos Spatafora, as informações do processo judicial analisado não fazem nenhuma menção ao seu passado, apenas que tinha nacionalidade italiana. Não ficou claro, também, se estava realmente envolvido em relações amorosas com Josephina Escolástica de Oliveira. Os vestígios que foram deixados pela documentação apenas permitem deduzir que o italiano Domingos Spatafora estava no lugar errado, na hora errada e, principalmente com a mulher errada. Joaquim Bento foi condenado pelo crime de homicídio enquadrado nos artigos 192, 193 e 194 do Código Criminal do Império¹⁵.

¹⁵**Homicídio**

Art. 192. Matar alguém com qualquer das circunstancias agravantes mencionadas no artigo dezaseis, numeros dous, sete, dez, onze, doze, treze, quatorze, e dezasete. (Art. 16 - São circunstancias agravantes: 2º Ter o delinquente commettido o crime com veneno, incendio, ou inundação. 7º Haver no offendido a qualidade de ascendente, mestre, ou superior do delinquente, ou qualquer outra, que o constitua á respeito deste em razão de pai. 10. Ter o delinquente commettido o

CAPITULO 1

SÃO JOÃO DO RIO CLARO: OCUPAÇÃO E POVOAMENTO.

1.1 São João do Rio Claro no contexto da formação econômica de São Paulo.

Em princípios do século XVIII a Capitania de São Paulo não demonstrava a opulência que se veria iniciar na segunda metade daquele século. De população rala em um vasto território, contava São Paulo entre 7.000 e 12.000 almas em 1690, sendo essa população compreendida entre brancos e mamelucos.

Esse total demográfico de 10.000 habitantes para São Paulo no final do século XVII, e conforme ilustra Alfredo Ellis Jr., sendo a população toda do Brasil, em 1690, de 184.000 a 300.000 almas o planalto paulista teria dessa forma, entre 7 e 12 mil habitantes¹⁶.

Segundo Alfredo Ellis Jr.,

A causa de ter o planalto [paulista] tão pouca população reside, a meu ver, em não haver na região uma grande fonte de renda. Sim, porque, para que uma população qualquer se concentre em uma região, se faz imperiosa a

crime com abuso da confiança nelle posta. 11. Ter o delinquente commettido o crime por paga, ou esperança de alguma recompensa. 12. Ter precedido ao crime a emboscada, por ter o delinquente esperado o offendido em um, ou diversos lugares. 13. Ter havido arrombamento para a perpetração do crime. 14. Ter havido entrada, ou tentativa para entrar em casa do offendido com intento de commetter o crime. 17. Ter precedido ajuste entre dous ou mais individuos para o fim de commetter-se o crime.)

Penas - de morte no gráo maximo; galés perpetuas no médio; e de prisão com trabalho por vinte annos no minimo.

Art. 193. Se o homicidio não tiver sido revestido das referidas circumstancias aggravantes.

Penas - de galés perpetuas no gráo maximo; de prisão com trabalho por doze annos no médio; e por seis no minimo.

Art. 194. Quando a morte se verificar, não porque o mal causado fosse mortal, mas porque o offendido não applicasse toda a necessaria diligencia para removel-o.

Penas - de prisão com trabalho por dous a dez annos.

¹⁶ ELLIS JUNIOR, Alfredo. *A economia paulista no século XVIII*. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1979, p. 59.

existência de uma base econômica qualquer. É preciso que se tenha em mente que, para que uma região atraia emigração, deve possuir uma riqueza qualquer. Assim, as populações de uma região estão sempre na razão direta da riqueza que essa região explora. Essa riqueza é que se faz base da população regional, outorgando atrativo para a emigração e facultando meios para aumentos demográficos.¹⁷

Vários fatores causais vão determinar as populações nas mais diversas regiões do país. O Nordeste, com a economia açucareira ainda operante era fundamental no aumento, ou manutenção, do índice demográfico. Percebe-se, dessa forma, um dos fatores dos baixos índices demográficos da Capitania de São Paulo em seu processo de formação.

De economia decadente, São Paulo passa, no século XVIII, por profundas transformações, principalmente após o início do ciclo da mineração. Assim, conforme constata a historiadora Maria Luiza Marcílio, o século XVIII é o século das importantes transformações demográficas inter-relacionadas com as mudanças econômicas e sociais no território da Capitania de São Paulo¹⁸.

Nesse período – século XVIII – cresceu acentuadamente o número de habitantes na Capitania de São Paulo, o que veio a favorecer, nas palavras de Maria Luiza Marcílio, a ocupação da terra em áreas novas, estendendo o povoamento; propiciou também o adensamento humano em terras de desbravamento mais antigo. O crescimento da população permitiu a criação de povoados, de freguesias, de vilas, alargando “fronteiras” e pontilhando mais intensamente, com novos núcleos a cartografia regional¹⁹.

Houve um incipiente desenvolvimento da agricultura de subsistência, principalmente, nas áreas próximas a rotas e picadas que levavam às regiões mineradoras. Viu-se, dessa forma, em ritmo crescente, o aumento do comércio de abastecimento das Minas Gerais.

¹⁷ *Idem*, p. 60.

¹⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP, 2000, p. 69.

¹⁹ *Idem*, p. 70.

Conforme lembra Maria Luiza Marcílio no trecho adiante:

As atividades mineradoras da demografia paulista, pelo estímulo que trouxeram ao aumento da produção agrícola e pecuária e pela necessidade de entrada de mão de obra que complementasse a familiar, sem o que não haveria condições de aumentar aquela produção, dado o precário instrumental técnico e o próprio estágio primitivo da agricultura da época. Havia consumidores em expansão. Esse estímulo foi respondido imediatamente pela capitania paulista, que desenvolveu a pecuária nas regiões do Sul e agricultura de mantimentos nas vilas paulistas próximas às Gerais. As primeiras fortunas da história paulista nasceram com o comércio de abastecimento das Minas; o processo de monetização e de acumulação de capitais começou seu lento caminho de ampliação²⁰.

Percebe-se, então que, com o desenvolvimento da atividade mineradora, a região paulista experimentou significativas transformações que, de atividade produtora e da função econômica do planalto, além de fornecedor de mão de obra para o Nordeste açucareiro, passou a ser o centro agropecuário e abastecedor das Minas, bem como entreposto mercantil entre Minas e os fornecedores externos²¹.

Sabe-se que a Capitania de São Paulo, ao longo dos primeiros séculos que datam o período colonial senão caracterizava situação de completo abandono, permaneceu como território marginal dentro do quadro que representava o sistema colonial²². Dessa forma, a capitania de São Paulo como zona marginal do sistema colonial, conforme aponta Luiz Felipe de Alencastro,

²⁰ *Ibidem*, p. 70.

²¹ ELLIS JR. Alfredo. *O ouro e a Paulistânia*. São Paulo: Boletim 96 – História da Civilização Brasileira, 1948, p. 74.

²² Para o historiador Fernando Novais, o projeto colonizador tinha sólida urdidura com a mentalidade da época absolutista. Tal objetivo se constituiu ao mesmo tempo em que se processava concretamente a colonização do Ultramar. A política colonial das potências visava por isso enquadrar a expansão colonizadora nos trilhos da política mercantilista; fazer com que as relações entre dois pólos do sistema (metrópole-colônia) se comportassem consoante o esquema tido como desejável. Podemos, pois, particularizando esta primeira descrição do sistema colonial dizer que ele se apresenta como um tipo particular de relações políticas, com dois elementos: um centro de decisão (metrópole) e outro (colônia) subordinado, relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais. In: *Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989, p. 62.

[...] desenvolveu-se como provedor de alimentos ao resto da Colônia, antecipando processo análogo que impulsionará a agricultura de Minas no final do século XVIII. As praças do Norte e Angola importam de São Paulo cal, farinha de mandioca e de trigo, milho, feijão, carnes salgadas, toucinho, lingüiça, marmelada, tecidos rústicos e gibões de algodão a prova de flechas. Tirante a cal marinha cavada dos sambaquis do litoral, os produtos desciam da Serra do Mar nas costas dos índios. Em sentido inverso, subiam – sempre carregados pelos índios – os importados: sal, tecidos, especiarias, vinho, ferramentas e pólvora. Toda essa mercancia, toda essa carga, intensificava o uso de cativos no transporte, nos pousos, roças e trigais paulistas, onde a média de escravos indígenas por proprietário atinge seus maiores índices históricos: 36,6 nos anos 1640 e 37,9 nos anos 1650. Números bastante altos, mesmo quando comparados aos das áreas irrigadas pelo tráfico negreiro²³.

As vias que faziam a ligação entre a Capitania de São Paulo e as áreas mineradoras eram percorridas, de início, através do conhecido caminho velho paulista. Assim, partindo-se da Vila de São Paulo passava-se por Nossa Senhora da Penha, Itaquaquecetuba, Mogi, Laranjeiras, Jacareí, Taubaté, Pindamonhangaba e Guaratinguetá²⁴.

A ocupação e, conseqüentemente, o povoamento do Vale do Paraíba, se deu em meados do século XVII, coincidindo com o declínio da atividade de apresamento do índio e com a descoberta de metais preciosos na região das Minas Gerais e, no início do século XVIII em Goiás e Mato Grosso.

A expansão da atividade mineradora nas Minas Gerais veio contribuir, fundamentalmente, com a formação e desenvolvimento de muitas localidades do território paulista, não somente aquelas do Vale do Paraíba, como também outras áreas que já apontava no sentido das novas regiões a serem exploradas, quer estejam vinculadas a atividade mineradora; ao comércio de gado, ou a agricultura de

²³ ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 194-195.

²⁴ ANTONIL, *apud*, MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999, p. 29.

abastecimento. Rio Claro teve sua gênese e formação nessa esteira: o ciclo do ouro veio a contribuir para o desenvolvimento dessas atividades na Capitania de São Paulo, passando a produzi-los e fornecê-los às regiões onde a atividade aurífera estava em pleno crescimento.

* * *

Em princípios do setecentos a descoberta de metais preciosos em Mato Grosso veio a favorecer, profundamente, a ocupação do território de Rio Claro. Com o objetivo de atingir as zonas auríferas da região do atual Centro-Oeste brasileiro, os paulistas navegavam em grande número de homens até a bacia do Paraná seguindo pelo Tietê.

Porém, nem todos seguiam por esse caminho, que, de São Paulo, no rumo de Mato Grosso o caminho por terra passava por Parnaíba, Araçariguama e Itu e ia até Ararituaguaba, daí por diante houve a preferência pela navegação pelo Tietê. Entretanto, conforme salienta Ernani da Silva Bruno,

Em 1721, o governador de São Paulo e Minas cogitava abrir um caminho de Sorocaba para Cuiabá, evitando os perigos do Rio Tietê, indo pelos campos de Ibiticatu até o Rio Paraná, caminho que foi aberto nesse mesmo ano por Bartolomeu Pais, mas que acabou se fechando. Alguns anos mais tarde – em 1725 – um novo picadão para Cuiabá foi traçado por Luís Pedroso de Barros, partindo de Itu²⁵.

Para evitar as febres dos pântanos, muitos paulistas iam de mulas por terra desde a cachoeira de Piracicaba, através de terrenos menos hostis. Sabe-se que um caminho foi aberto entre 1719 e 1727, depois abandonado e reaberto entre 1765 e 1775, passando pela mesma região, seria, portanto natural que os comboios, principalmente as mulas e seus condutores tivessem um local para descanso antes de iniciar o trajeto bastante acidentado e íngreme.

²⁵ BRUNO, Ernani da Silva. *Viagem ao País dos paulistas: ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966, p. 64.

Dessa forma, a parada as margens do Ribeirão Claro, provavelmente, não passava de um abrigo coberto de folhas à beira de um riacho que cortava a várzea, sendo, portanto, fundamental a localização geográfica da parada para o descanso das tropas.

Segundo Warren Dean,

As tropas de mulas necessitavam de suprimentos e alguns dos arrieiros transformaram-se em negociantes. Começou assim um comércio irregular de artigos de primeira necessidade, que progrediu lentamente e atendeu por uma centena de anos a uma população dispersa. Rio Claro passou a ser visto como a boca do sertão, pois logo depois dele começava, no planalto, o que os habitantes consideravam como realmente ermo, o Sertão de Araraquara²⁶.

Concomitante, os povoados próximos a São João do Rio Claro se desenvolviam lentamente. Mogi Mirim, localizado a 65 km a leste foi elevado a Vila em 1751; Campinas que dista 75 km a sudeste teve a sua elevação à mesma condição em 1797. Já Piracicaba, obteve sua elevação a Paróquia em 1770.

Conforme consta no Almanak de S. João do Rio Claro para o ano de 1873,

O oeste da província, hoje cheio de povoações, e de população, se limitava então as villas de Jundiahy e de Itu. Além dessas, então pequenas e insignificantes povoações, nem uma mais havia para o lado oeste nas immensas bacias hydrographicas do Tieté, Piracicaba, Mogy e Pardo, excepto nas proximidades de Itu a insignificante do Ararituaba²⁷.

²⁶ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 21.

²⁷ *Almanak de S. João do Rio Claro para o ano de 1873*. Org. por Thomaz Carlos de Molina e pub. por José Maria Lisboa. Ed. Facsimilar. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, p 47.

Até meados do século XVIII as transformações são poucas, quase imperceptíveis, não havia, portanto, nenhum vestígio da mais pequena povoação, e população da actual comarca do São João Baptista do Rio Claro. Apenas nesse tempo começou a formar-se a povoação de Campinas, S. Carlos, e a de Mogy-mirim, a mais antiga na vasta bacia dos rios Pardo e Mogy²⁸.

Assim, nesse período de final do setecentos, São João do Rio Claro não passava de um local de pouso para atendimento de comboios paulistas com o objetivo de alcançar o Mato Grosso.

Em fins do século XVIII estabeleceram-se os primeiros posseiros do atual município de Rio Claro, “homens com poucos meios de fortuna, acostumados ao trabalho difícil da lavoura em mattas virgens, foram os verdadeiros introductores da cultura e da civilização no terreno inculto que se estende até Piracicaba”²⁹.

Indivíduos ligados à elite, com influência e trânsito nas mais diversas instituições, residentes, principalmente em Itu, Paranaíba, Porto Feliz e São Paulo logo perceberam a importância, principalmente pela localização geográfica, daquela região e sua posição estratégica dentro da Província de São Paulo. Dada a sua importância econômica, esses homens utilizaram-se de suas influências para assegurar vastas extensões de terras férteis para o cultivo de bens de subsistência que pudesse ser comercializado quando da passagem dos comboios pela promissora região.

Foram concedidas sesmarias modeladas com base em usos e procedimentos legais legados pela tradição, essa norma jurídica constituiu-se no principal meio de promoção da colonização e do aproveitamento dos vastos territórios do além mar que a expansão ultramarina colocou sob domínio da Coroa lusitana³⁰. Porém, tais ordenamentos jurídicos aplicados à legislação fundiária no decorrer do período colonial foi baixada de modo disperso e fragmentado, talvez por conta do grande número de avisos. Esta legislação fundiária sempre se pautou pela precariedade. Durante o período colonial, as questões referentes a sesmarias bem como a

²⁸ *Idem*, p. 47.

²⁹ *Ibidem*, p. 48.

³⁰ NOZOE, Nelson. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia*. In: *Revista Economia*. São Paulo: ANPEC, V. 7, no. 3, pp. 587-607, p. 588.

propriedade fundiária eram regidas, primeiramente pelas ordenações manuelinas, e posteriormente pelas filipinas.

De acordo com os escritos das Ordenações Manuelinas

Sesmarias fam propriamente aquellas que fe dam de terras, cafas, ou pardieiros, que foram ou fam d'alguns fenhorios, e que já em outro tempo foram lauradas e aproveitadas, e agora o nom fam³¹.

Em São João do Rio Claro, uma vasta extensão de terras permaneceram, por muitos anos, abandonadas, com exceção daquela pertencente à Raphael Antonio Pereira, Ignácio Antonio Pereira, Christovam Pereira, Bento Pereira, Joaquim Antonio Pereira, Bento José da Cunha e Raphael dos Santos Pereira. Com grande extensão de terra era conhecida como “O Curral dos Pereira” e data a sua carta de doação de 17 de abril de 1821. Conforme consta na referida Carta de Doação:

João Carlos Augusto Oeynhausen, do Conselho de Sua Magestade, e do de Sua Real Fazenda. Commendador da Ordem de São Bento de Avis, Brigadeiro das Reaes espíritos, governador e Capitão Geral da Capitania de São Paulo, etc. Faço saber aos que esta minha carta de Sesmaria virem, Raphael Antonio Pereira, Ignácio Antonio Pereira, Christovam Pereira, Bento Pereira, João Pereira Ribeiro e Manoel da Cruz Pereira, Bento José da Cunha, e Raphael dos Santos Pereira, moradores no termo de Villa de Mogy Mirim, me requereram que elles não tendo terras suas próprias e tendo possibilidades para se estabelecerem em agricultura, como judicialmente justificaram, tinham formado varias posses no sertão devoluto que existe entre o R. Piracicaba e aquella Villa, e para as possuírem em justo titulo me requeriam concedesse no ribeirão denominado Claro légua e meia de terra de testada de norte a sul com duas léguas de Sertão Leste a Oestes, ficando o dito Ribeirão no meio das Sesmaria: e sendo visto o seu

³¹ *Ordenações Manuelinas*, Livro IV, Título 67. As Ordenações Manuelinas datam de 1521 sendo elaboradas durante o período em que reinou D. Manuel, porém manteve-se o mesmo arcabouço da das Ordenações Afonsinas, a qual veio a surgir em 1447. As Ordenações Filipinas que teve como início de sua vigência o ano de 1603, sobre a questão fundiária, bem como as sesmarias, vão reproduzir as Ordenações Manuelinas.

requerimento, sobre o qual informaram a Camara, e o dr. Procurador da Coroa e Fazenda, e não se-lhe offerecessem duvida: Hei por bem dar de sesmaria em nome da Sua Magestade, em observancia às Reaes Ordens a este respeito, aos ditos Supplicantes, as terras que pedem na paragem mencionada, e com as confrontações acima indicadas e sem prejuizo de terceiros ou do direito que alguma pessoa tinha a ellas com declaração que as cultivarão e mandarão confirmar esta carta de Sesmaria por Sua Magestade, dentro em um anno, e não e fazendo se-lhes delegara mais tempo antes de tomarem posse dellas, as farão medir e demarcar judicialmente sendo para este effeito notificadas as pessoas com quem confrontarem e serão obrigadas a fazer os caminhos das suas Testadas com pontes e estivas onde necessário fôr e descobrindo-se nella Rio caudaloso que necessite de barca para atravessar ficara reservada de uma das margens delle meia légua de terra em quadra para commodidade publica e nessa data não poderá succeder em tempo algum pessoa Religiosa e succedendo terá como encargo de pagar dízimos ou outro qualquer que Sua Magestade lhe quizer impor de novo, e não comprehenderá esta data veios, ou Minas de qualquer genero de metal, que nellas se descobrir, reservando também os Paus Reaes, e faltando as ditas clausulas por serem conforme as Ordens de Sua Magestade, ao que dispõe a Lei e Foral das Sesmarias ficarão privados desta, como tambem sido o dito Senhor Servido e Mandar fundar no districto della alguma Villa e podera fazer. Ficando livre e sem encargo algum para os sesmeiros, igualmente são obrigados a lavrarem com arado cada anno nas terras que legitimamente lhes pertencer, hum pedaço de terreno proporcionado ao que se achava estabelecido de 6 braças de frente e 6 de fundo para cada légua quadrada conservado lavradas as que uma vez forem com arado na forma determinada no Aviso Régio de 18 de março de 1801 com a communicacão de que não cumprindo assim pagarão cem mrs de cada braça que deixarem de lavrar, que serão applicadas para as obras e mais despezas do Hospital desta cidade cujo encargo passará com as mesmas terras a todos os possuidores que forem dellas para o futuro. Pelo que mandamos ao Ministro e mais pessoas a quem conhecimentos desta pertencer desse posse aos referidos supplicantes das referidas terras na forma que dito é. E por firmeza de tudo lhe mandei passar a presente por mim assignada e sellada com o sello de minhas Armas que se cumprirá inteiramente como nella se contem e se registrará nos Livros da Secretaria deste governo, nos da Camara respectiva e a mais partes que tocar. Dada nesta cidade de São Paulo aos 17 dias do mez de Abril de 1821. – José Mathias Ferraz de Abreu. – De feitio e registro desta na forma do Regimento da Secretaria,

27\$960. Manoel Coutinho de Azevedo da Cunha Souza Chichorro. Secretario de Governo a fez escrever. João Carlos Augusto Oeynhause³².

Entre 1817 e 1821 houve uma grande concentração na concessão de sesmarias, demonstrando que nesse período foi a fase mais representativa da ocupação e povoamento efetivo dos “Sertões do Morro Azul”, como era conhecida a região de São João do Rio Claro em seu período embrionário.

A ocupação incipiente da região de São João da Beira do Ribeirão Claro, situada nos “Sertões do Morro Azul”, teve, provavelmente, um marco inicial entre os anos de 1739-1742, quando as Sesmarias e Patentes registraram a doação de uma sesmaria nesta área ao Sr. Francisco Pereira de Carvalho. Porém, até o início do século XIX São João do Rio Claro ainda era desabitada, como demostram os diversos ofícios que a caracterizavam como habitação exclusiva das feras sem vestígios de pegada humana. A fase mais representativa do povoamento dessa região somente ocorreu por volta de 1817 a 1821. Neste período intensificaram-se as concessões de sesmarias, antes que esse sistema de doações fosse extinto em 1822. As grandes fazendas da região tiveram sua origem na divisão das antigas sesmarias, como é o caso da sesmaria de Morro Azul, desmembrada nas fazendas Ibicaba, Morro Azul, Santa Gertrudes e Paraguaçu³³.

Além dos irmãos Pereira, pode-se observar como sesmeiros Manoel Paes de Arruda, Manoel Ferraz de Campos, Alexandre Góes Maciel, entre outros. Em sua grande maioria, esses sesmeiros eram provenientes de Piracicaba, mas haviam indivíduos beneficiados de outras localidades como Itu, Mogi Mirim, Santos e da Capital³⁴.

Conforme aponta Diana Maria Diniz,

³² APESP. *Sesmarias e Patentes*. 1818-1821. Lata 41.

³³ HOGAN, Daniel; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; SYDENSTRICKER NETO, John Marion. *Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO, UNICAMP, Abril/1986, p. 8.

³⁴ DINIZ, Diana Maria. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise*. Rio Claro: Tese [Doutorado em História], FFCL/UNESP, 1973, p. 10.

Algumas sesmarias localizadas a curta distância da cidade de Rio Claro atual, tiveram importância para o estabelecimento das grandes propriedades, como é o caso da sesmaria do Morro Azul, de onde procederam quatro importantes fazendas: Ibicaba, Morro Azul, Santa Gertrudes e Paraguaçu. De sesmarias mais ao norte o futuro Senador Nicolau de Campos Vergueiro adquiriu, logo no ano de 1818, as terras – que deram origem a colossal Fazenda Angélica, com cerca de 12 léguas de circunferência³⁵.

Diana Maria Diniz argumenta ainda que essas sesmarias, ditas primitivas, conforme ocorreram as divisões, deram origem as fazendas mais importantes da região, a medida que o povoamento de São João do Rio Claro e adjacências se tornava mais intenso.

Durante esse período de início do século XIX, a atual área que hoje compreende Rio Claro tornou-se local de descanso para as tropas e comboios que buscavam desbravar o território hostil do “Sertão de Araraquara”, originando daí o termo “boca do sertão” o qual São João do Rio Claro passou a ser conhecido.

O processo de ocupação e colonização de novas áreas no interior do Brasil estava inserido no processo de expansão do capital, uma vez que, lentamente, uma economia monetária foi penetrando no território paulista em princípios do século XIX, introduzindo-se, assim, a agricultura empresarial e capitalista de exportação de produtos tropicais; primeiramente a cana-de-açúcar, e posteriormente o café.

Próprio, ou a essência do sistema capitalista em seu caráter racional está a produção voltada especificamente para o mercado, bem como as trocas monetárias. José Jobson de Andrade Arruda mostra que esses elementos predominantes no sistema capitalista transparecem na ética do empresário capitalista e na organização da empresa dominada pelo cálculo contábil³⁶.

De acordo com Arruda,

³⁵ *Idem*, p. 10.

³⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 30.

Não poderíamos nos esquecer de que por trás desta atitude racional está a preocupação de lucrar, a obsessão pela acumulação, que conduz a uma prática racional, tanto ao nível da organização quanto da ética empresarial³⁷.

Caio Prado Jr. em pioneira observação afirmou que no processo de colonização do Brasil desde o seu início – a partir, mesmo do descobrimento – a economia da, então, Colônia Portuguesa estaria inserida no cerne do sistema capitalista. Este autor procurou destacar, portanto, esse “sentido” que teve a colonização no Brasil, observando o essencial para explicar e compreender a base econômica da colônia. Assim, para esse historiador, aquele “sentido” é o de uma colônia destinada a fornecer ao comércio europeu alguns gêneros tropicais ou minerais de grande importância: o açúcar, o minério, o algodão e o café. A economia colonial da Colônia Portuguesa (Brasil) subordina-se inteiramente a este fim, isto é, se organizará e funcionará para produzir e exportar aqueles gêneros. Tudo o mais que nela existe será subsidiado e destinado unicamente a amparar e tornar possível a realização daquele fim essencial.

Dessa forma, o “sentido da colonização” caracterizado por Caio Prado Jr.:

Se vamos à essência de nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde ouro e diamante; depois, algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura, bem como as atividades do País. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, industrial, se constituirá a colônia brasileira. Este início, cujo caráter se manterá dominante através dos três

³⁷ *Idem*, p. 30.

séculos que se vão até o momento em que ora abordamos a história brasileira, se gravará profunda e totalmente nas feições e na vida do País³⁸.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII fora utilizada mão de obra escrava do indígena para o trabalho nas fazendas, onde colonos de São Paulo e de outras vilas circunvizinhas assaltaram centenas de aldeias indígenas em várias regiões, trazendo milhares de índios de diversas sociedades para suas fazendas e sítios na condição de “serviços obrigatórios”³⁹.

São João do Rio Claro tem sua gênese durante esse processo de transformações por quais passavam não apenas a Capitania de São Paulo, mas também o Brasil, e não vai fugir desse contexto, principalmente no que se refere a produção de açúcar e outros gêneros de subsistência.

Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius em “Viagens pelo Brasil – 1817-1820” apresenta de maneira detalhada, e que será ilustrada nas tabelas a seguir, a participação de alguns produtos na pauta de exportações da Capitania de São Paulo no início do século XIX.

³⁸ PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995, pp. 31-32.

³⁹ MONTEIRO, John. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57. Esse historiador ainda argumenta que em decorrência dessa prática de apresamento e a inexistência de um fluxo constante de novos cativos, a frágil população indígena do planalto logo teria desaparecido.

TABELA Nº 1
Exportação da Capitania de São Paulo para a Europa - 1801 a 1803

ARTIGOS	1801		1802		1803	
	Em 2 navios para Lisboa		Em 2 navios para Lisboa		Em 3 navios para Lisboa	
	Soma	Valor em réis	Soma	Valor em réis	Soma	Valor em réis
Açúcar (arrobas)	13.359	19:141\$200	39.760	60:015\$500	39.470	60:171\$400
Aguardente (pipas)	---	---	12	480\$000	36	1:440\$000
Café (arrobas)	132	396\$000	116	230\$400	675	1:625\$000
Arroz (alqueires)	60	79\$500	396	537\$660	818	2:018\$000
Farinha de Mandioca (alqueires)	---	---	120	84\$000	270	189\$000
Farinha de Trigo (alqueires)	---	---	---	---	---	---
Carne Salgada (barris)	---	---	---	---	---	---
Banha (arrobas)	---	---	---	---	---	---
Couros (peças)	297	298\$400	480	480\$000	5.620	8:938\$240
Couros curtidos (peças)	---	---	---	---	50	75\$000
Couros finos (peças)	---	---	---	---	---	---
Anil (arrobas)	---	---	---	---	---	---
Quina (arrobas)	---	---	---	---	---	---
Polvilho (arrobas)	---	---	---	---	---	---
Salitre (arrobas)	---	---	---	---	---	---
Madeira	---	280\$000	---	128\$000	---	100\$000
Algodão (arrobas)	160	640\$000	---	---	13	78\$000
Talco	---	---	---	---	---	---
Pontas de chifre (peças)	---	---	---	---	---	---
Miudezas	---	400\$000	---	600\$000	---	1:648\$000
TOTAL	---	21:235\$000	---	66:555\$000	---	76:282\$640

FONTE: SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1981, v. 1, p. 162-163.

TABELA Nº 2

Exportação da Capitania de São Paulo para a Europa - 1804 a 1807

ARTIGOS	1804		1805		1806		1807	
	Em 4 navios para Lisboa e o Porto		Em 4 navios para Lisboa e 2 para o Porto 1 para Figueira e 1 para Madeira		Em 3 navios para Lisboa e 4 para o Porto		Em 5 navios para Lisboa, 4 para o Porto e 1 para Madeira	
	Soma	Valor em réis	Soma	Valor em réis	Soma	Valor em réis	Soma	Valor em réis
Açúcar (arrobas)	65.533	141:944\$480	93.924	196:254\$200	59.600	103:227\$200	58.210	36:732\$000
Aguardente (pipas)	46	2:300\$000	53	2:363\$800	16	576\$000	40	1:400\$000
Café (arrobas)	1.243	3:725\$270	954	3:749\$220	1.060	4:240\$000	1.270	4:895\$850
Arroz (alqueires)	9.543	19:000\$110	14.694	33:208\$440	23.420	39:298\$760	25.010	45:618\$240
Farinha de Mandioca (alqueires)	450	270\$000	4.300	2:781\$700	650	416\$000	1.720	1:062\$400
Farinha de Trigo (alqueires)	---	---	---	---	---	---	594	816\$000
Carne Salgada (barris)	---	---	---	---	---	---	555	3:552\$000
Banha (arrobas)	176	281\$600	247	350\$000	1.510	2:416\$200	1.580	2:528\$000
Couros (peças)	8.686	17:372\$000	15.277	26:543\$790	17.962	33:948\$180	30.673	52:389\$480
Couros curtidos (peças)	600	960\$000	---	---	1.000	1:000\$000	---	---
Couros de boi curtidos (peças)	---	---	100	112\$000	320	320\$000	333	333\$000
Couros finos (peças)	---	---	1.133	913\$000	269	269\$000	200	150\$000
Anil (arrobas)	46	1:029\$000	9	216\$000	155	3:915\$000	126	2:319\$030
Quina (arrobas)	---	---	---	---	---	---	706	15:786\$160
Polvilho (arrobas)	620	508\$680	1.134	1:213\$380	220	221\$400	232	185\$600
Salitre (arrobas)	84	1:680\$000	58	1:160\$000	24	480\$000	32	640\$000
Madeira	---	321\$000	---	557\$000	---	300\$000	---	1:408\$000
Algodão (arrobas)	10	60\$000	44	140\$800	20	102\$400	---	---
Talco	---	---	210	268\$800	705	1:480\$500	1.540	3:141\$600
Pontas de chifre (peças)	2.300	69\$000	3.910	181\$500	1.730	309\$200	24.500	931\$800
Miudezas	---	418\$000	---	3:916\$160	---	2:940\$000	---	5:124\$800
TOTAL		194:041\$140		273:930\$540		195:460\$140		229:020\$050

FONTE: SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1981, v. 1, p. 162-163.

TABELA Nº 3

Exportação da Capitania de São Paulo por Mar e por Terra no ano de 1807

Artigos	Quantidade	Exportação por mar		Exportação por terra		Total	
		Soma	Valor em réis	Soma	Valor em réis	Soma	Valor em réis
Açúcar	Arrobas	162.110	228:575\$100	21.550	19:520\$000	183.660	248:095\$100
Aguardente	Pipas	233	7:922\$000	57	1:710\$000	290	9:632\$000
Café	Arrobas	2.184	7:644\$000	520	1:860\$000	2.840	9:504\$000
Arroz	Alqueires	45.927	75:517\$770	---	---	45.927	75:517\$770
Farinha de Mandioca	Alqueires	7.825	4:538\$500	---	---	7.825	4:538\$500
Farinha de Trigo	Alqueires	2.008	2:610\$400	---	---	2.008	2:610\$400
Trigo	Alqueires	188	214\$320	---	---	188	214\$320
Milho	Alqueires	---	---	2.000	800\$000	2.000	800\$000
Mate	Alqueires	1.056	369\$600	---	---	1.056	369\$600
Toucinho	Arrobas	4.395	4:614\$750	24.500	24:500\$000	28.895	29:114\$750
Banha	Arrobas	1.820	2:912\$000	---	---	1.820	2:912\$000
Vitelas	Peças	---	---	6.200	24:800\$000	6.200	24:800\$000
Porcos	Peças	---	---	2.100	6:720\$500	2.100	6:720\$500
Galinhas	Peças	---	---	12.300	1:476\$000	12.300	1:476\$000
Couros meio curtidos	Peças	593	519\$700	---	---	593	519\$700
Couros de boi	Peças	660	9:900\$000	---	---	660	9:900\$000
Couros finos	Peças	200	150\$000	---	---	200	150\$000
Anil	Arrobas	126	2:318\$400	---	---	126	2:318\$400
Polvilho	Arrobas	232	185\$000	---	---	232	185\$000
Salitre	Arrobas	32	640\$000	---	---	32	640\$000
Fumo	Arrobas	666	1:065\$600	10.700	10:712\$000	11.375	11:777\$600
Cordame	Peças	10.680	4:165\$200	---	---	10.680	4:165\$200
Madeira de Construção	Peças	256	3:584\$000	704	10:164\$000	960	13:748\$000
Tecidos de Algodão	Arrobas	240	1:702\$000	---	---	240	1:702\$000
Fio de Algodão	Arrobas	76	5:836\$800	---	---	76	5:836\$800
Azeite de Peixe	Peças	2,860	ND	---	---	2,860	ND
Barbatanas	Peças	---	---	390	3:315\$000	390	3:315\$000
Mulas	Peças	---	---	1,010	7:070\$000	1,010	7:070\$000
Cavalos	Peças	---	7:691\$000	---	1:775\$000	---	9:466\$300
Miudezas	---	---	---	---	---	---	---
Soma	---	---	381:687\$420	---	114:422\$000	---	496:109\$300

ARTIGOS	Por meio de...	Valor em réis
Para Lisboa foi exportado em	5 navios	O valor de 63:298\$000
Para o Porto foi exportado em	5 navios	O valor de 75:313\$400
Para Madeira foi exportado em	1 navio	O valor de 13:513\$000
Para o Rio de Janeiro foi exportado em	45 embarcações	O valor de 87:066\$000
Para a Bahia foi exportado em	4 embarcações	O valor de 117:197\$170
Para Pernambuco	6 embarcações	O valor de 9:300\$890
Para o Rio Grande foi exportado em	19 embarcações	O valor de 12:067\$450
Para o Rio São Francisco foi exportado em	5 embarcações	O valor de 2:577\$420
Para Parati foi exportado em	2 embarcações	O valor de 519\$900
Para a Ilha Grande foi exportado em	2 embarcações	O valor de 283\$400
Para Santa Catarina foi exportado em	1 embarcação	O valor de 388\$710
Por terra, para o Rio de Janeiro	---	O valor de 103:776\$000
Por terra, para Minas Gerais	---	O valor de 2:685\$000
Por terra, para o Rio Grande	---	O valor de 5:086\$000
Por terra, para Goiás	---	O valor de 2:875\$000

FONTE: SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1981, v. 1, p. 161.

TABELA Nº 4
Comércio da Capitania de São Paulo – Exportação e Importação no ano de 1813

EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO	
ARTIGOS	QUANTIDADE	ARTIGO	QUANTIDADE
Açúcar	578.657 arrobas	Vinho	3.445 pipas
Aguardente	1.214 pipas	Aguardente portuguesa	52 ½ pipas
Azeite de peixe	180 pipas	Vinagre	27 pipas
Farinha de trigo	6.044 arrobas	Azeite de oliveira	5 pipas
Milho	23.758 alqueires	Cerveja	1.957 garrafas
Feijão	6.739 alqueires	Mercadorias	1.113 fardos
Arroz	38.518 alqueires	Chapéus	200 caixas
Toucinho	19.990 arrobas	Pólvora	44 arrobas
Conservas de doces	142 arrobas	Chumbo	353 quintais
Queijo	344 dúzias	Ferro	1.080 quintais
Mate	963 alqueires	Aço	130 arrobas
Tabaco	7.018 arrobas	Cobre	549 arrobas
Café	9.223 arrobas	Utensílios de ferro	158 caixas
Anil	3 arrobas	Louças e cristais	379 caixas
Couros	1. 074 peças	Escravos	565 peças
Cal	18 moios	Sal	37.669 alqueires
Polvilho	24 alqueires	Bacalhau	149 quintais
Algodão bruto	1.224 arrobas	Azeitonas	54 barrilinhos
Fio de algodão	66 peças	Presuntos	3 arrobas
Tecidos listados de algodão	4.634 peças	Peixes	185 arrobas
Amarras de imbê	40 peças	Carne salgada	4.447 arrobas
Porcos	11. 263 peças	Manteiga	412 arrobas
Gado vacuum	1.402 peças	Chá	74 arrobas
Madeiras no valor de 4:604\$060 réis. Diversas miudezas no valor de 1:006\$300		Talco	52 arrobas
		Cera	855 arrobas
		Artigos de farmácia e drogas no valor de 7:612\$980	
Exportação desses artigos para:		Importação desses artigos de:	
Lisboa, no valor de	2: 635\$600	Porto, no valor de	53:270\$000
Porto, no valor de	49:907\$600	Rio de Janeiro, no valor de	646:584\$928
Rio de Janeiro, no valor de	536:006\$600	Bahia, no valor de	24:362\$560
Bahia, no valor de	13:042\$880	Pernambuco, no valor de	15:500\$800
Pernambuco, no valor de	5:085\$000	Rio Grande, no valor de	6:604\$800
Rio Grande, no valor de	34:420\$880	Cabo Verde, no valor de	9:033\$600
Rio da Prata, no valor de	25:844\$680	Cotinguiba, no valor de	6:876\$760
---	---	Rio da Prata, no valor de	3:870\$680
Total - soma de exportação	666:942\$840	Total - soma de importação	766:105\$028

Fonte: SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1981, v. 1, p. 164.

TABELA Nº 5

**Lista dos Produtos da Lavoura e Criação de Gado na Capitania de São Paulo,
em 1814**

Artigo	Quantidade	Preço corrente	Valor de todo o artigo
Açúcar	122.993 arrobas	O redondo 1\$600 O mascavo 1\$280 por arroba	98:394\$400 78:775\$520
Cachaça	2.521 pipas	40\$000 por pipa	100:840\$000
Óleo de mamona	179 canadas	5\$200 por canada	930\$000
Farinha de trigo	5.050 arrobas	960 réis por arroba	4:848\$000
Farinha de mandioca	111.460 alqueires	560 réis por alqueire	62:417\$600
Milho	723.989 alqueires	240 réis por alqueire	173:757\$360
Feijão	59.166 alqueires	480 réis por alqueire	28:399\$680
Arroz	120.860 alqueires	960 réis por alqueire (descascado)	116:025\$600
Toucinho	24.376 arrobas	1\$280 por arroba	31:201\$280
Peixe	100 arrobas	5\$000 por arroba	500\$000
Fumo	9.596 arrobas	2\$000 por arroba (da marinha) 960 réis por arroba (de serra acima)	9:596\$000 4:606\$080
Anil	128 libras	760 réis por libra	97\$280
Algodão	54.222 arrobas	1\$600 por arroba com os caroços	86:755\$200
Café	4.867 arrobas	2\$200 por arroba	10:707\$400
Porcos	16:545 peças	2\$000 por peça	33:090\$000
Gado vacuum novo	17.933	2\$000 por peça	35:866\$000
Cavalos bravios	5.330	4\$000 por peça	21:320\$000
Mulas chucras	7.504	7\$000 por peça	52:528\$000
Carneiros e ovelhas	1.249	1\$000 por peça	1:598\$720
Couro	1.300	720 réis por peça	936\$000
Diversas miudezas	- - -	- - -	3:074\$800
SOMA			1.005:764\$440

Fonte: SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1981, v. 1, p. 160.

Como é possível observar nas demonstrações feitas por Spix e von Martius, o comércio não se dava apenas com Portugal, mas também dentro da própria Colônia, destacando-se o comércio com Pernambuco, Rio de Janeiro, Bahia, Rio Grande e Santa Catarina.

Percebe-se, principalmente a partir de uma análise detalhada das Tabelas de número 1 e 2, o caráter diversificado da produção e das exportações da Capitania de São Paulo em período de esgotamento do domínio português sobre o Brasil. Em 1801 o açúcar representava 90,14% das exportações para a Europa, mas com alguns produtos em franco crescimento como, por exemplo, o algodão e o café, este último já aparecendo na pauta de exportações, e que viria a se tornar o principal produto brasileiro na segunda metade do século XIX.

No ano de 1803 o açúcar e produtos derivados da cana, como o aguardente, ainda figuravam como principais produtos da pauta de exportações, representando, o açúcar 78,88% e a aguardente 1,89%, totalizado 80,77% das exportações de produtos derivados da cana-de-açúcar. Nesse ano (1803), a partir da análise dos dados, percebe-se um crescimento considerável nas exportações de couros, representando 11,72% das exportações de São Paulo para a Europa. Outros produtos como o café, o arroz e miudezas continuavam em crescimento, estando o café, nesse ano, representando 2,3% na pauta de exportações.

Nos três anos seguintes o açúcar e derivados da cana-de-açúcar continuaram a serem os principais produtos de exportação da Capitania de São Paulo totalizando mais da metade do total. Porém, em 1807 houve uma queda abrupta nas exportações desses produtos sendo ultrapassados pelo couro e arroz. O açúcar sofreu uma queda de 35,58% no volume de suas exportações entre 1806 e 1807, enquanto que o couro, entre esses anos, aumentou 35,20% figurando em 1807 como principal produto na pauta de exportações de São Paulo.

Em 1807 não apenas percebe-se o crescimento da produção e das exportações de alguns produtos, como o couro e o arroz e a perda da importância de alguns produtos, como o açúcar, mas também a diversificação da produção, o que foi uma característica do Brasil em um período de crise da economia colonial. O historiador José Jobson de Andrade Arruda explica que entre essa crise, sustentada

pela exportação aurífera e pela produção açucareira e a hegemonia cafeeira, o Brasil experimentou uma extraordinária diversificação das suas exportações, oferecendo uma grande variedade de produtos aos países europeus em fase de crescimento acelerado e arranque industrial⁴⁰. Em São Paulo, observa-se papel de destaque o couro e o arroz em um grupo de 21 produtos na pauta de exportações.

Desse modo, a ampliação dos espaços nos quadros do comércio europeu, bem como a dinâmica desse mercado ocasionou a redefinição da grande produção escravista na Capitania, e posteriormente Província de São Paulo. Passou, portanto, segundo a historiadora Vera Lucia do Amaral Ferlini, a exigir um padrão de atividades sistematizadas e organizadas, adequadas aos princípios produtivos em voga, considerando atrasada a pequena produção em roças, tanto de algodão como de mandioca, produto de indolência dos pobres-livres⁴¹.

São João do Rio Claro teve sua gênese, portanto em um momento de transformações e crescimento econômico da Capitania de São Paulo, tendo uma função estratégica de abastecer as tropas e comboios que percorriam os caminhos que dariam até as zonas auríferas do Mato Grosso, no entanto, em poucas décadas estaria integrada ao novo contexto econômico.

Esse momento marcou, portanto, o início do processo de ocupação das terras dos “Sertões do Morro Azul”, onde, conforme afirma Liliana Garcia, o mesmo apresentava-se como uma fronteira de terras inexploradas, aberta à ocupação, tendo os índios e pequenos posseiros como seus primeiros habitantes, vivendo precariamente num espaço que abrange, hoje, um pouco além da atual região ocupada pela cidade de Rio Claro. A mesma situava-se na borda interna da Depressão Periférica Paulista, tornando-se, por suas condições físicas, uma

⁴⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão*. In: Revista de História. São Paulo: No. 119 – 2º semestre de 1985, p. 3

⁴¹ FERLINI, Vera Lucia do Amaral. *Uma Capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)*. São Paulo. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo: N.º/Série: V.17 no. 02, jul-dez 2009, pp. 237-250, p. 246. Ainda, segundo essa historiadora, “em São Paulo, os novos rumos sinalizavam aumento da tensão fundamental entre os interesses da maioria da população (escravos, índios, lavradores excluídos do comércio externo, etc.) e os da atividade econômica; crises de abastecimento, a cana preferida, em detrimento do feijão, do arroz, do milho, da mandioca. Nesse quadro, a passagem de São Paulo de centro periférico de exploração do sertão para uma unidade integrada diretamente ao mercado exportador seria o desafio imposto aos governadores e à população da capitania”.

passagem ou caminho em direção às novas áreas de povoamento, ou seja, o planalto do oeste e as terras mato-grossenses⁴².

Pelo interior, observa Liliana Garcia,

Era praticada uma agricultura predatória, de subsistência, por pequenos agricultores que trabalhavam com a ajuda da família, auxiliados eventualmente por alguns escravos. Plantavam pequenas roças de milho e feijão. O milho era importante fonte alimentar para as tropas muars que passavam pela região e penetravam sertão adentro. Os caminhos, geralmente antigas trilhas indígenas, vão se constituir, nesse período, em um fator condicionante para impulsionar o desenvolvimento de pequenos povoados, tornando-se importantes vias de penetração⁴³.

Dessa forma, como caminho, passagem ou parada, um pequeno núcleo populacional formou-se às margens do conhecido “Córrego da Servidão”. Seus habitantes, em número bastante reduzido, viviam, até então, em constante mobilidade, quase em nomadismo. Era a gênese do que viria a ser no século XIX a “terceira cidade da Província de São Paulo”⁴⁴, São João do Rio Claro.

Ao que parece, a mobilidade dessa população, principalmente de pequenos lavradores pobres que se estabeleceram em São João do Rio Claro em seus primeiros anos levava a uma constante prática de agricultura predatória. Ora, conforme afirma Warren Dean,

Eles abriam claros temporários na floresta por meio do fogo. Perto do final do inverno, que era a estação seca, cortavam a machado e foice as lianas e o sub-bosque, e os deixavam secar por algumas semanas. No dia em que o vento era propício, punham fogo à mata, que ardia intensamente; a fumaça era visível a quilômetros de distância. A clareira resultante, com uma

⁴² GARCIA, Liliana. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro: Tese [Livre-Docência em Geografia], FFCL/UNESP, 2001, p. 24.

⁴³ *Idem*, p. 24.

⁴⁴ *O Século XIX*. 03 de agosto de 1886.

extensão de dois a três hectares, não consistia num campo limpo, pois nela restavam os restos de troncos enegrecidos e de raízes desenterradas – mas fertilíssima. O lavrador fazia alguns furos no solo com um pedaço de pau, punha umas poucas sementes em cada cova e aplicava muito pouco traço cultural daí em diante, exceto uma ou duas capinas e o espaçamento das mudinhas. Por uns cinco ou seis anos repetia-se as queimadas antes da plantação, até que o lugar era abandonado e o mato tornava-se a crescer. Esse tipo de lavrador tinha poucos investimentos fixos a perder: um casebre construído precariamente de taipa, coberto de folhas de palmeira, de chão batido, mais uma tulha de milho e um monjolo⁴⁵.

Na segunda metade do século XVIII os primeiros posseiros que se estabeleceram na região, onde atualmente se encontra o município de Rio Claro eram “homens com poucos meios de fortunas, acostumados ao trabalho difícil da lavoura em mattas virgens, foram os verdadeiros introductores da cultura e da civilização no terreno então inculto que se estende além do Rio Piracicaba”⁴⁶.

Em princípios dos oitocentos, a partir das concessões de sesmarias, conforme foi mencionado anteriormente, o perfil dos indivíduos que passou a ocupar aquele território modifica-se. Não mais aquele lavrador pobre e itinerante, entra em cena homens ricos e poderosos, residentes em Itu, Paranahyba, Porto Feliz, e São Paulo, que logo “perceberam e reconheceram a importância daquela parte da Província”⁴⁷, e usaram dos seus conhecimento e influência para assegurar vasta extensão de terreno.

⁴⁵ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 24.

⁴⁶ Almanak de S. João do Rio Claro para o ano de 1873. Org. por Thomaz Carlos de Molina e pub. por José Maria Lisboa. Ed. Facsimilar. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado.

⁴⁷ *Idem*.

1.2 São João do Rio Claro e a arquitetura política e religiosa: a Capela Curada.

Quando da elevação de Constituição⁴⁸ à Vila, tem início a uma formação de um povoado no Curral dos Pereiras entre o Ribeirão Claro e o Rio Corumbatahy, onde futuramente receberia o nome de São João Baptista do Ribeirão Claro. As sesmarias que ali se formaram desenvolveram-se rapidamente, dessa forma houve a necessidade de abertura de novas estradas, bem como o melhoramento das que se encontravam abertas para facilitar o abastecimento e o escoamento da produção que se encontrava em franco crescimento.

Sabe-se que os caminhos e picadas que levavam ao povoado de São João Baptista do Ribeirão Claro eram sofríveis, assim no dia 16 de outubro de 1824 Antonio Fiúza de Almeida encaminha ofício à Câmara de Vereadores de Constituição onde cobra das autoridades providências justamente sobre as estradas que dariam até aquele povoado, então em fase embrionária.

Aos 16 de outubro de 1824 nesta Villa de Constituição e Casas de residência do Juiz Presidente José Caetano Rosa onde se convocarão os Vereadores e Procurador, e ahi em sessão visto o offício do Revo. Vigario desta Villa e hum requerimento de Antonio Fiúza de Almeida sobre a abertura das novas estradas para o Morro Azul, Pinhal e Corumbatahy deram as providencias do theor seguintes: “sendo-nos presente hua representação do Revo. Vigario desta Villa a urgente precisão de se abrir novo caminho para os bairros do Pinhal, Morro Azul e Corumbatahy acima, cuja picadas já se acham abertas e por isso se tem vindo no conhecimento de sua vantagem não só por ser mais breve e melhor terreno para estradas, como por vir directamente passar na ponte, de que resulta encomodo dos moradores, e tão bem ao Revo. Representante e seo coadjutor quando vam as confissões e tendo igualmente em vista o bem dos moradores da Villa, que se sustentao mantimentos comprados aos lavradores, que tendo mais fácil recurso os conduzirão com mais abundancia, havemos por bem mandar abrir os ditos caminhos, como por esta mandamos para o bairro do

⁴⁸ Atual cidade de Piracicaba, foi elevada à categoria de vila em 29 de novembro de 1821, sendo nomeada Villa de Constituição. A Vila de Constituição foi elevada à categoria de cidade em 24 de abril de 1856, onde foi oficializada seu nome atual: Piracicaba.

Corumbatahy o Sargento-mór Estavam Cardozo de Negreiros, para o bairro do Morro Azul Capitão Manoel Paes de Arruda e para o bairro do Pinhal e para Araraquara Antonio Fiúza de Almeida a quem elegemos para inspectores dos ditos caminhos desses bairros que em cumprimento deste hindo por nos assignado, façam assignar os moradores que devem servir os ditos caminhos, do dia em que hão de dar principio a abertura.

E para melhor e mais prompta execuçam desta ordem, nesta mesma data officiamos ao respectivo Cap.-mór para que haja de ordenar aos Commandantes dos Bairros que prestem todo auxilio que pelos ditos fôr requerido”⁴⁹.

Naquele período começou a cogitar-se a instalação de uma Capela Curada no local, uma vez que o povoado vinha crescendo consideravelmente. Assim, em 1827 houve a elevação de Capela Curada, quando foi oficializado o nome de São João Baptista do Ribeirão Claro. Segundo Warren Dean, a localidade já contava com pouco mais de 800 almas, visto que distava de Mogy-Mirin e Constituição, lugares oficialmente religiosos⁵⁰.

A Capela teria como sacerdote o Padre Delfim da Silva Barbosa que, segundo Ana Maria Camargo, foi trazido à São João do Rio Claro pelo Capitão Francisco da Costa Alves em 1826, quando este deixou sua fazenda de Itapeva, em Jundiá, para estabelecer-se no então chamado Sertão do Morro Azul⁵¹.

Conta Antonio Augusto da Fonseca que

Na fazenda de Costa Alves, hoje de José Porfírio Bueno Brandão, permaneceu o Padre Delfim até Apromptarem, no lugar hoje da Matriz-velha, uma casa de palha, que servisse de capella; e posteriormente uma

⁴⁹ *Atas da Camara da Villa de Constituição*, 10 de outubro de 1824.

⁵⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 24.

⁵¹ CAMARGO, Ana Maria. *Introdução*. In. *Autos do inventário do Padre Delfim da Silva Barbosa*. Rio Claro: AHMOAP, 1980.

casa para residência do capellão. É por isso provavel que a primeira missa no municipio do Rio Claro fosse celebrada na dita fazenda⁵².

Concluiu dizendo ainda que

Em principio desse anno de 1826 o dito capitão Francisco da Costa Alves, Joaquim José de Andrade, Manoel Paes d'Arruda, Antonio Paes de Barros (hoje barão de Piracicaba), e mais 130 moradores da capella de S. João Baptista do Ribeirão Claro tinham dirigido uma petição ao vigário capitular do bispado, ponderando que a nova capella distava 6, 14 e 16 legoas das matrizes da Constituição, Mogy-mirim e Araraquara, nos confins de cujas parochias estava estabelecida e estavam soffrendo por isso falta de socorros espirituaes, tanto que ha 2 annos nenhum dos povoadores se desobrigava, mediando rios caudalosos, como o Corumbatahy e Piracicaba entre a capella e as povoações mais próximas via-se augmentando pela fertilidade das terras e sertões que vão até Cuyaba, que já existiam mais de oitocentas pessoas em dito bairro do Ribeirão Claro; concluíram dita petição, pedindo a criação de freguesia na capella⁵³.

Porém, a implantação da capela não foi tão simples como parece. Alvo de disputas políticas, a construção da capela seria estratégico nas relações de poder local, uma vez que sendo construída nas terras de determinado indivíduo, este seria representante legal do local quando da efetiva fixação na localidade da capela.

Os interesses eram, naturalmente, conflitantes. Queriam alguns – aqueles que possuíam terras ao sul do Curral dos Pereiras, rente a foz do Ribeirão Claro, que ali fosse a sede da futura capella⁵⁴. Porém, outros grupos, por interesses diversos, insistiam na construção da capela ao norte do Sertão do Morro Azul, onde se encontrava a fazenda de Costa Alves.

⁵² FONSECA, Antonio Augusto da. *Algumas palavras sobre a fundação da cidade do Rio Claro*. In. Almanak de S. João do Rio Claro para o ano de 1873. Org. por Thomaz Carlos de Molina e pub. por José Maria Lisboa. Ed. Facsimilar. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1978, p. 50.

⁵³ *Idem*, p. 52

⁵⁴ FERRAZ, J. Romeu. *História do Rio Claro: a sua vida, seus costumes e seus homens*. São Paulo: Typographia Hennies Irmãos, 1922, p. 15.

Nesse período começava a tomar contornos, principalmente atribuídas a algumas famílias que ali se estabeleceram, uma pequena elite política que tinha como principal suporte a Igreja Católica. Ora, a historiadora Flavia Arlanch Martins de Oliveira, estudando esse período em Jaú, observa que:

Nesse período, como é sabido, o Estado dividia com a Igreja o poder de controle das Instituições político-administrativas. Sua presença na comunidade era fator de coordenação das atividades sociais que iam do interior da família, dando-lhes a base legal através do casamento, à própria comunidade, com as atividades dos atos religiosos e festivos. E nesse momento é reforçada a sua atuação com a delegação, por parte do Estado, da tarefa de legalizar a posse da terra através dos referidos registros paroquiais. Portanto, fundar um núcleo de povoação era, antes de tudo, colocar a capela em seu centro geográfico, simbolismo da centralização de poder na comunidade. Doar terras à Igreja e erguer a capela foi uma das primeiras providências da referida comissão, o que lhes garantia o vínculo com o poder religioso⁵⁵.

Nitidamente as relações de poder político e econômico estavam a frente dos interesses religiosos. Percebe-se, claramente, a ligação do Padre Delfim da Silva Barbosa com as primeiras figuras que viriam a compor os quadros da elite política local. Ora, desde o descobrimento do Brasil, o projeto colonizador proposto pela Coroa Portuguesa teria imensa dificuldade para sua implantação sem o suporte e apoio da Igreja Católica, principalmente através da atuação da Companhia de Jesus, uma vez que se buscava nessa Instituição uma forma de legitimação do poder e coesão social.

De acordo com jurista Rulian Emmerick, a Constituição Brasileira de 1824 conferiu à Igreja Católica o título de religião oficial do Império, mantendo sobre ela os mesmos controles e concedendo as mesmas prerrogativas da época da Colônia, o que demonstrava que a separação Igreja/Estado nesse período histórico ainda era

⁵⁵ OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins. *Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, V. 9, no. 17, 1988-1989, pp. 65-85, p. 70-71.

precária ou inexistente. Dessa forma, o processo de independência não modificou a tutela estatal sobre a Igreja e ela continuou a atuar além do campo religioso, exercendo forte influência no campo social e político⁵⁶.

São João do Rio Claro não fugiu a regra dessa configuração do modelo instituído e legitimado pelo novo governo que emergia, onde, a Igreja Católica, tendo como representante a figura do Padre Delfim da Silva Barbosa, foi fundamental na construção da arquitetura religiosa e política daquela localidade que viria a despontar anos depois no cenário econômico e político nacional.

1.3 Da posse à propriedade: o monopólio da terra em São João do Rio Claro.

Fazer uma incursão pela história de Rio Claro, cidade localizada atualmente na Região Centro-Leste do Estado de São Paulo, é necessário realizar um estudo acerca do sistema e da estrutura fundiária, não apenas de São Paulo, mas também do Brasil.

O processo de ocupação e distribuição das terras baseada na Lei de Sesmarias de 1375 foi fundamental para o empreendimento colonizador português nas terras d'além mar. Uma vez que Portugal não experimentou a mesma sorte dos espanhóis na descoberta de metais preciosos, - o que veio a autofinanciar o empreendimento de colonização espanhol - foi preciso estimular a agricultura de exportação e lucrativa em sistema de grande empresa, e ao mesmo tempo fixar colonos, povoadores e defensores⁵⁷.

As raízes do Sistema de Sesmarias aplicado na América Portuguesa estavam vinculadas às instituições jurídicas portuguesas do século XIV. Nesse período

⁵⁶ EMMERICK, Rulian. *As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade*. In. *Revista Latinoamericana – Sexualidad, Salud e Sociedad*. Rio de Janeiro: UERJ, no. 5 – 2010, p. 148. Ainda, segundo esse estudioso do Direito Brasileiro “a Constituição de 1824, trouxe no seu bojo uma série de dispositivos regulando e legitimando a Igreja Católica, a começar pelo texto do seu Preâmbulo, que foi assim redigido: ‘EM NOME DA SANTÍSSIMA TRINDADE’. Isto deixa claro que o poder imperial recorreu ao poder religioso da Igreja Católica como forma de legitimação do poder e da coesão social.”

⁵⁷ FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru-SP, EDUSC, 2003, p. 225.

Portugal passava por grave crise de abastecimento, o que levou D. Fernando I, em 1375, a instituir o regime de sesmarias⁵⁸.

Assim rezava a Lei de Sesmarias de 1375:

Lei das Sesmarias, 1375

Exordio da ordinhaçom da lavoira

[P]or que segundo diserom os antigos sabedores antre todas as artes e obras da policia e regimento do mundo nom foi achada nenhuma melhor que a agricultura e per fecto e per razom natural se mostra que ela he mais proveitosa e necessaria pera a vida dos homens e das animalias que Deus criou pera serviço do homem e aynda pera gaanhar e aver algo sem pecado e com honrra e boa fama. E oolhando em esta razom nos Dom Fernando pela graça de Deus Rei de Portugal e do Algarve e conseijrando commo per todas as partes dos nossos regnos ha defalimento do pan e da cevada de que antre todas as terras e provincias do mundo soya seer muij abastada, e essas cousas som postas em tamanha carestia que aquelles que ham de manter fazenda ou stado de qualquer graao de honrra nom podem chegar a aver essas cousas sem muij gram desbarato do que ham. Esguardando como antre todas as razoes per que este defalimento e carestia vem a mais certa e special he per mingua das lavras que os homens leyxam e se partem delas entendendo em outras obras e em outros mesteres que nom som tam proveitosos pera o bem comum. E as terras e herdades que soyam a seer lavradas e sementadas e que som convenhavijs pera dar pan e os outros frutos por que se os pobos ham de manter som desemparradas e deitadas em resios sem prol e com gram dapno dos pobos. Porem avendo sobresto nosso acordo e conselho com o Ifante Dom Joham nosso irmaao e com o Comde Dom Joham Afonso e com os outros prelados e prior do Hospital e e meestres da cavalaria e com os outros fidalgos e cidadãos e homens boos dos nossos regnos que pera esto e pera outras cousas do nosso serviço e prol dos dictos nossos regnos mandamos chamar pera se poer em esto remedio qual pertencia pera aver na terra avondamento das dictas cousas.

Ordinhaçom de como as herdades seia[m] lavradas

⁵⁸ *Idem*, p. 225.

[S]tabelecemos e hordinhamos e mandamos que todos os que ham herdades suas proprias ou tiverem emprazadas ou aforadas ou per outra qualquer guisa ou titulo per que ajam directo em essas herdades, sejam costranjudos pêra as lavrar e semear, e se o senhor das herdades per ssi nom poder lavrar todas as herdades que ouver por seerem muijtas ou em muitas desvairadas comarcas ou el for enbargado per alghua lijdema razom per que as nom possa per ssi lavrar todas, lavre parte delas per ssij hu el quiser e lhij mais prouguer quanto lavrar poder sem grande seu dapno e com meor seu encarrego a bem vista a detreminhaçom daquelles a que pera esto for dado poder. E as maijs faça lavrar per outrem ou as de a lavrador que as lavre e semee per as parte ou penssom certa ou a foro asi como se melhor poder fazer de guisa que as herdades que som pera dar pam sejam todas lavradas aprofetadas e sementadas compridamente commo for mester ou de cevada ou de milho per qual for e que maijs fruto e melhor possa dar em seus tempos e sazões aguisadas. E outrossi sejam costranjudos pera averem e teerem cada huum tamtos boys pera lavrar quantos forem mester pera a lavoira segundo a quantia das herdades que ouver com as outras cousas que aa lavoira perteencerem⁵⁹.

Peca-se aqui pela extensão da citação, mas creio ser um mal necessário para mostrar que a estrutura fundiária brasileira tem, portanto, seus pilares na Lei das Sesmarias de 1375, sendo ratificada pelas ordenações posteriores como as Manuelinas, Afonsinas e Filipinas. Porém, em Portugal, o elemento central da Lei das Sesmarias estava na obrigatoriedade do cultivo e do aproveitamento da terra como condição de posse. Vera Lucia do Amaral Ferlini lembra que essa ideia era antiga em Portugal, todavia, a imutabilidade aparente do princípio oculta, ao longo do tempo, o sentido do aproveitamento das terras⁶⁰.

Em arguta observação a historiadora Vera Lúcia do Amaral Ferlini argumenta que

⁵⁹ AHMC - Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Pergaminhos Avulsos, nº 29. Disponível em: www.cm.coimbra.pt.

⁶⁰ FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru-SP, EDUSC, 2003, p. 228.

O estatuto de 1375 tinha pois, na sua origem, uma série de questões que impulsionaram a Monarquia à regulamentação do aproveitamento das terras: a escassez de cereais, pelo abandono das lavouras, a carência de mão de obra; e encarecimento dos gêneros e a elevação dos salários rurais; falta de gado para a lavoura; o desenvolvimento da criação de gado em detrimento da agricultura; altos preços dos arrendamentos; aumento dos ociosos, vadios e pedintes⁶¹.

O ordenamento jurídico consolidado por D. Fernando I instituiu o predomínio do público sobre o privado. Desde o século XIV, a terra despreendeu de seu caráter de domínio adstrito ao proprietário para se consagrar à agricultura e ao repovoamento, empresas promovidas pelo Rei a despeito da concepção de posse, ou até mesmo propriedade, como prolongamento da pessoa, da família ou da estirpe⁶².

Arrastando-se na esteira das ordenações, a Lei de Sesmarias portuguesa é transposta para a América Portuguesa, porém, com objetivos completamente distintos, o que levou as transformações e, principalmente adaptações. Ora, o contexto econômico e político da América Portuguesa, bem como a configuração do território eram bem diferentes. As terras desaproveitadas no Brasil eram terras virgens, e o termo sesmeiro, antes designador do funcionário que tinha a função de distribuição das terras, passou a nomear o titular da doação. Assim, a distribuição de terras não tinha mais o objetivo de prover a produção de alimentos, mas viabilizar a colonização mercantil. De semelhante, ficava o colono como agente da empreitada “semipública”, ou seja, pública em seu plano, mas particular na realização⁶³.

Nos primórdios da história do Brasil foi fundamental a criação de uma estrutura judiciária que o período e as circunstâncias exigiam, uma vez que as novas terras eram vistas como uma empresa comercial, a qual deveria se integrar à estrutura colonial portuguesa existente. Dessa forma, a Coroa reconhecia que a distribuição das terras em sesmarias e o estabelecimento de cidades dentro da

⁶¹ *Idem*, p. 228-229.

⁶² FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997, p. 123.

⁶³ FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru-SP, EDUSC, 2003, p. 230.

tradição portuguesa deveria estar nos moldes de um determinado e legitimado arcabouço jurídico⁶⁴.

Indubitavelmente, atribui-se à instituição do sistema de sesmarias na América Portuguesa a responsabilidade pela formação de toda a estrutura do sistema fundiário no Brasil para, justamente, atender a uma economia mercantil que se alastrava para territórios nunca dantes navegados. O latifúndio e o engenho, imbricados nas esferas do público e do privado, foram senhores da gênese de uma nova sociedade, que, se não feudal, ainda estava muito longe de ser plenamente capitalista.

Mesmo que o sistema capitalista ainda não tenha tomado corpo, a sociedade que nascia nos trópicos, sem sombra de dúvidas, estava inserida no capitalismo comercial pujante naquele momento. Vista no plano internacional, a colonização nos trópicos toma um aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu⁶⁵. Dessa forma, a estruturação do sistema fundiário em termos da grande exploração esteve vinculada às conveniências da produção colonial, determinada, fundamentalmente, pela necessidade de fomentar a acumulação nos países metropolitanos, como Portugal e Espanha⁶⁶.

No período em questão, como bem mostra Ligia Osório Silva,

[...] o mercado mundial abria espaço apenas para os produtos tropicais de que a Europa carecia. Foi, portanto, a forma de inserção da Colônia que no amplo mercado mundial que se abria para determinados produtos, como o

⁶⁴ Sobre a administração da justiça no Brasil Colonial ver, entre outros, SCHWARTZ, Stuart, *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011. Segundo esse historiador, o pelourinho, símbolo de justiça e autoridade real, ficava no coração da maioria das cidades portuguesas do século XVI. À sua sombra, autoridades civis liam proclamações e castigavam criminosos. Sua localização no centro da comunidade refletia a crença ibérica de que a administração da justiça era o mais importante atributo do governo. Os portugueses e espanhóis dos séculos XVI e XVII achavam que a aplicação imparcial da lei e o honesto desempenho dos deveres públicos garantiam o bem-estar e o progresso do reino; no sentido contrário, a adulteração da justiça por funcionários gananciosos ou por grupos e indivíduos fortes provocava a ruína e o castigo divino.

⁶⁵ PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 31.

⁶⁶ SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: os efeitos da Lei de 1850*. 2 ed. Campinas: Editora das UNICAMP, 2008, p. 52.

açúcar, traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista. Essas condições é que explicam tamanha liberalidade por parte da metrópole na disposição do solo colonial, muito mais do que a ganância e a cupidez dos colonos chegados à América para fazer fortuna⁶⁷.

Se por um lado o sistema sesmarial tinha como objetivo a inserção da nova colônia no mercado mundial, por outro gerou um problema que se encontra até os dias atuais, grandes extensões de terras que, naquele período, permaneciam incultas e excluindo populações que, vivendo quase no nomadismo, se embrenhavam pelas matas a procura de chão fértil para a subsistência de seus pares.

Em São Paulo a ocupação territorial não obedeceu a regra das outras capitanias da América Portuguesa. A aventura se sobrepôs ao trabalho. O sertanismo foi a palavra-chave na demarcação espacial e temporal da cronologia histórica de São Paulo nos primórdios de sua formação. Conforme demonstrou José Jobson de Andrade Arruda, no alto do planalto, São Paulo de Piratininga não era uma ilha. Era uma cabeça de ponte. Posto avançado na ocupação, na conquista e valorização das terras do Novo Mundo, particularmente da Terra Brasilis em suas partes meridionais, correspondentes à Capitania de São Vicente⁶⁸.

O ponto de partida para o projeto colonizador de São Paulo se deu com a chegada de Martim Affonso de Sousa no início da década de 1530 quando das cartas-patentes outorgadas a ele por D. João I, emitindo-se a carta de sesmarias em 1534. Rezava a referida Carta:

Dom Joham etc. A quantos esta minha carta virem ffaco saber que eu ffiz ora doacam e merce a Martim Affonso de Sousa do meu conselho para elle e todos seus filhos netos erdeiros sobcesores de Juro e derdade pera sempre da capitanya de cem légoas de tera na mjnha costa do brazill

⁶⁷ *Idem*, p. 52.

⁶⁸ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

segundo mays inteiramente he contheudo e declarado na carta de doacam que da dita tera lhe tenha passado por ser muyto necesaryo aver hy forall dos direitos foros trebutos e cousas que se na dita tera ham de pagar asy do que a mjm e a coroa dos meus Reynos pertence como do que pertence ao dito capitaõ por bem da dita doacam en avemdo Respeito a calydade da dita tera e a se ora novamente hyr morar e pouar e aproueytar e por que se ysto mjlhor e mays cedo faca sentymdo asy por serujco de deus meu a bem do dito capitam e moradores da dita tera e por folgar de lhes fazer mercê ouve por bem de mandar ordenar e fazer o dito forall na forma e maneyra seguynte = em fforma por ser como o forall atrás escryto de pero lopez de sousa nem mays nem menos e por yso se nam treladou mays della feito na dita cydade no dito dia do mes e era sobredita e feita pelo dito diogo lopez⁶⁹.

Martim Affonso de Sousa gozava de uma gama de privilégios e era, portanto, nas palavras de José Jobson de Andrade Arruda, o eleito de Sua Majestade D. João III⁷⁰. Segundo Arruda,

Além de mais e melhores lotes, direitos e poderes especiais, foi contemplado com duas porções, num total de 100 léguas com vantagem adicional, em relação aos demais donatários, de que as despesas relativas ao desencadeamento do processo de colonização em São Vicente seriam integralmente assumidas pela Coroa. A localização de suas duas frações e a de seu irmão, nas partes meridionais, era também indicativo de que a ele caberiam as ações mais estratégicas na região platina, com a qual fazia limite, atendendo ao projeto mais geral do Estado Português de firmar seu domínio naquela região⁷¹.

⁶⁹ Carta de Foral a Martim Affonso de Sousa, de 06 de outubro de 1534. In. *Archivo do Estado de São Paulo*. Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo: Documentos relativos á criação, extinção e desmembramento que resultou S. Paulo, como circumscripção política do Brasil, ou respeitantes á sua extensão jurisdiccional e ás suas questões de limites, - peças históricas essas existentes todas no Archivo Nacional, e copiadas, colligidas e annotadas de ordem do governo do Estado. São Paulo: Casa Vanorden, 1929.

⁷⁰ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011, p. 41.

⁷¹ *Idem*, p. 41.

Indubitavelmente, nos primeiros séculos do empreendimento colonizador de São Paulo prevaleceu, como em todo o território da América Portuguesa, a grande propriedade, porém, diferente do Nordeste açucareiro, a produção agrícola era de abastecimento, sendo fundamental a “aventura” das bandeiras e o apresamento de índios para o trabalho compulsório na empresa agrícola que estava em fase de gestação⁷².

A produção de produtos como o arroz, o feijão, o toucinho, entre outros, estavam destinados ao abastecimento de tropas que adentravam o sertão, sendo importante para essa produção as terras férteis e a economia de apresamento. Dessa forma, as aldeias do que se localizavam no interior constituíam uma importante fonte de abastecimento de mão de obra, na condição de “serviços obrigatórios”, que foi utilizada amplamente na produção dessas mercadorias nas fazendas e sítios da Capitania de São Paulo⁷³.

Dessa forma, para ratificar o exposto anteriormente, utiliza-se das análises de Caio Prado Jr. quando este autor observa que,

A propriedade rural se organiza em São Paulo com a colonização das então Capitanias de São Vicente e Santos Amaro. O sistema uniforme de distribuição das terras adotado pela Coroa Portuguesa e seus donatários foi, como se sabe, a concessão de sesmarias. Em São Paulo essas sesmarias sempre foram, em regra, muito extensas. Embora muito menores que as outorgadas em outras regiões do país – em especial Baía e

⁷² A Capitania de São Vicente foi a primeira a ter um engenho de açúcar, porém a concorrência com o Nordeste, principalmente com as Capitanias de Pernambuco e Baía de Todos os Santos, fez com que fosse preterida do mercado internacional devido, principalmente, a sua posição geográfica.

⁷³ MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. Ainda, de acordo com Monteiro, estas freqüentes expedições para o interior alimentaram uma crescente base de mão de obra indígena no planalto paulista, que, por sua vez, possibilitou a produção e o transporte de excedentes agrícolas, articulando – ainda que de forma modesta – a região a outras partes da colônia portuguesa e mesmo ao circuito mercantil ao Atlântico Meridional. Sem esse fluxo constante de novos cativos, a frágil população indígena do planalto logo teria desaparecido, porque, a exemplo da escravidão negra do litoral nordestino, a reprodução física da instituição dependia, em última instância, do abastecimento externo. Porém, ao contrário da sua contrapartida senhorial do litoral, os paulistas deram as costas para o circuito comercial do Atlântico e, desenvolvendo as formas distintivas de organização empresarial, tomaram em suas próprias mãos a tarefa de constituir uma força de trabalho.

Pernambuco -, elas são contudo enormes. Desde o início, portanto, o que se estabeleceu em São Paulo foi a grande propriedade⁷⁴.

O processo de ocupação e a estrutura fundiária de São João do Rio Claro vieram na esteira da política fundiária empreendida pela Coroa Portuguesa para a Colônia, onde, assim como nas outras localidades da Capitania, posteriormente Província de São Paulo, prevaleceu a grande propriedade.

Conforme se mostrou em seções anteriores, a doação feita aos Irmãos Pereira constituiu-se realmente na referência inicial para demarcar fisicamente o espaço ocupado pela povoação denominada, quando de sua gênese, São João Baptista do Ribeirão Claro.

Esta fazenda dos Irmãos Pereira constituiu a primeira estabelecida em São João do Rio Claro, no entanto, conforme aponta Liliana Garcia, a sesmaria que ficou conhecida como Curral dos Pereiras foi obtida de forma fraudulenta a José Ignácio Ribeiro Pereira. O mesmo (Pereira) foi impedido de adquiri-la legalmente por ser secretário do governo e, por isso, usou “testas de ferro” para conseguir cinco sesmarias, sendo uma delas situada na região de São João do Rio Claro, perfazendo um total de 56 km. Sabe-se que outras duas sesmarias foram concedidas antes de 1800, provavelmente a especuladores que jamais se fixaram na região. As demais, em um total de dez, foram doadas antes que a proclamação da independência colocasse fim ao sistema de sesmarias⁷⁵.

A doação de sesmarias configurou a região e o entorno de São João do Rio Claro contribuindo, decisivamente, para a formação das grandes fazendas daquela localidade. Ora, sabe-se que pelo desmembramento da Sesmaria do Morro Azul, de posse de Manoel de Barros Ferraz, através da venda de glebas de terra foi o núcleo inicial das quatro mais importantes fazendas da região: Fazenda Ibicaba, de propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro; a Fazenda Morro Azul; a Fazenda Santa Gertrudes, originada pela compra de uma gleba de terras do

⁷⁴ PRADO JR. Caio. *Distribuição da propriedade fundiária rural do Estado de São Paulo*. In. Geografia, no I, São Paulo: AGB, 1935, p. 58.

⁷⁵ GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro: Tese de Livre-Docência [IGCE/UNESP-Rio Claro], 2001, p. 38.

Morro Azul pelo Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão e sua esposa, dando origem ao povoado de Gramado, atual cidade de Santa Gertrudes; e a Fazenda Paraguaçu. A sesmaria do Rio Corumbataí, doada à Francisco da Costa Alves, em 1821, deu origem ao atual Município de Corumbataí⁷⁶.

As palavras de Antonio Augusto da Fonseca são esclarecedoras para se refletir sobre a formação e configuração territorial de São João do Rio Claro em sua fase embrionária.

[...] muitas outras [sesmarias], foram concedidas no districto hoje do Rio Claro, a do Morro Grande (pertencente hoje ao tenente-coronel João Ribeiro dos Santos Camargo, e a outros), a dos Irmãos Pereiras, aonde hoje existe a cidade, a dos Galvões, etc.

Jeronymo da Silva Bueno, ferreiro engajado na fábrica de Ferro Ypanêma, obteve em 1819 dispensa de seu contracto por influência do Capitão Francisco da Costa Alves, que lhe forneceu meios de estabelecer-se na então freguezia de Piracicaba.

Em compensação deste serviço e outros, Jeronymo explorou para Costa Alves terrenos devolutos nas cabeceiras do Rio Corumbatahy.

Em abril de 1822 Costa Alves, tendo tirado antes sesmarias denominada da Costa, a fez medir, sendo piloto nessa medição José de Campos Negreiros, que serviu em quase todas as medições que se fizeram no município do Rio Claro, até 1830, tendo sido instruído pelo Senador Vergueiro na arte agrimensoria. Em 1823 se estabeleceu a primeira fazenda á margem do Corumbatahy, no districto do Rio Claro, então conhecido como sertão do Morro Azul⁷⁷.

Notadamente, entre os anos de 1817 e 1821 observa-se uma grande concentração na concessão de sesmarias, demonstrando que esta é a fase mais representativa do povoamento efetivo nos primórdios da cidade de São João do Rio Claro. Como se mencionou anteriormente o desmembramento da Sesmaria do

⁷⁶ *Idem*, p. 38.

⁷⁷ FONSECA, Antonio Augusto. *Algumas palavras sobre a fundação da Cidade do Rio Claro*. In. Almanak de São João do Rio Claro para o anno de 1873.

Morro Azul em que procederam quatro importantes fazendas: Ibicaba, Morro Azul, Santa Gertrudes e Paraguaçu tiveram grande importância para o estabelecimento das grandes propriedades em São João do Rio Claro.

Nas primeiras décadas de sua existência cultivou-se a cana-de-açúcar em São João do Rio Claro, o qual foi fundamental para a manutenção da estrutura social baseada no grande latifúndio. Ora, certamente se não houvesse uma cultura econômica que produzisse suficiente lucro para atrair capital as sesmarias ter-se-iam fragmentado dentro de poucas gerações e nunca se teriam introduzido mão de obra escrava⁷⁸.

Conforme análise realizada anteriormente a maioria dos sesmeiros, no início do processo de ocupação das terras da região, eram oriundos de Itu e Campinas, onde as famílias já tinham larga experiência nessa cultura, porém, como se sabe, nas décadas seguintes passou a perder espaço para outras culturas como o algodão, o couro e, posteriormente o café.

A cultura do café emergiu em um momento peculiar dentro do contexto de desenvolvimento da economia mundial, onde a expansão dos mercados e o próprio sistema capitalista colocaram na agenda e na pauta de debates do Governo Imperial uma reavaliação da política de terras no Brasil. A marcha do café pelas novas áreas, a partir de 1850, já é uma decorrência da expansão do capitalismo no Brasil que passou a impor a incorporação constante de novas áreas agrícolas, acarretando paralelamente transformações significativas através do chamado processo de modernização. Este, por sua vez, passou a provocar transformações em vários setores como: no sistema de trabalho, no comércio, nas finanças, nos transportes e na emergência de novas classes sociais⁷⁹.

⁷⁸ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 39.

⁷⁹ MARTINS, Flávia Arlanch. *Faces da dominação da terra: (Jaú, 1890-1910)*. São Paulo: FAPESP, 1999, p. 5. Flávia Martins argumenta ainda que, “o acesso à terra, sem bases jurídicas desde 1822, era uma questão não resolvida que exigia a imediata regulamentação, visando atender aos interesses agrários ligados à lavoura de exportação que procuravam a garantia da grande propriedade e da mão de obra abundante”. Foi quando se buscou um novo aparato jurídico para regulamentar o acesso à terra corporificado na Lei de Terras de 1850, onde o eixo da própria teoria do direito havia mudado sua direção face aos ajustes que as necessidades do capitalismo e da sociedade burguesa haviam imposto.

A Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, mais conhecida como a Lei de Terras, veio justamente na esteira de todo esse processo. A Lei de Terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante posses e doações da Coroa⁸⁰.

Emília Viotti da Costa demonstra que tanto os que obtiveram propriedades ilegalmente, por meio da ocupação, nos anos precedentes à lei, como os que receberam doações, mas nunca preencheram as exigências para a legitimação de suas propriedades puderam registrá-las e validar seus títulos após demarcar seus limites e pagar as taxas – isso se tivessem realmente ocupado e explorado a terra. E, como é sabido, o produto da venda das terras públicas e das taxas de registro de propriedade seriam empregados exclusivamente para a demarcação das terras públicas, bem como para a importação de colonos livres⁸¹, de preferência oriundos da Europa.

Desde a década de 1820, após a emancipação política do Brasil, a classe dirigente do País já vinha arquitetando esse momento. Dessa forma, a Lei de Terras promulgada em 1850 visava alcançar, preferencialmente, três objetivos: 1) proibir a aquisição de terras que não fosse pela compra; 2) aumentar o preço da terra e dificultar a sua obtenção por parte dos trabalhadores rurais livres, visando claramente impedir a redução da oferta de trabalho na agricultura e, conseqüentemente, a elevação dos salários; 3) os recursos obtidos com a venda das terras seriam destinados ao financiamento da imigração de trabalhadores provenientes da Europa⁸².

Entre 1822 e 1850 não existia uma legislação que materializasse as formas de acesso à terra no Brasil. A Lei de Terras de 1850 tinha como propósito legitimar a

⁸⁰ COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 171.

⁸¹ *Idem*, p. 171.

⁸² Análises aprofundadas sobre esses objetivos podem ser consultadas em MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010. Martins realiza uma abordagem interessante a respeito da promulgação da Lei de Terras no Brasil. Segundo esse sociólogo, havia, a partir da segunda metade do oitocentos, a preocupação, por parte da classe dirigente do País e de alguns fazendeiros, principalmente das zonas cafeeiras, no colapso da instituição escravista. Nas palavras desse autor existia a crença, por parte das elites, de que quando a terra fosse livre o trabalho deveria ser cativo e quando o trabalho fosse livre a terra deveria ser cativa, o que viria dar início às relações de trabalho plenamente capitalista no Brasil.

posse transformando a mesma em propriedade. A propriedade pode ser considerada uma categoria histórica correspondente ao processo histórico efetivo. Nas sociedades mais avançadas, ensina Marx, a propriedade aparece como relação mais simples de uma organização desenvolvida. Mas o substrato mais concreto, na qual a posse é relação, é sempre pressuposto. É possível imaginar um selvagem singular possuidor. Nesse caso, porém, a posse não é uma relação jurídica. A posse pressupõe esta categoria jurídica concreta⁸³.

Segundo Marx,

Não obstante, permanece sempre o fato de que as categorias simples são expressões de relações nas quais o concreto ainda não desenvolvido pode ter se realizado sem ainda ter posto a conexão ou a relação mais multilateral que é mentalmente expressa nas categorias mais concretas; enquanto o concreto mais desenvolvido conserva essa mesma categoria como uma relação subordinada⁸⁴.

A partir desse ponto de vista, de acordo com Marx, pode ser dito que a categoria mais simples pode expressar relações dominantes de um todo ainda não desenvolvido, ou relações subordinadas de um todo desenvolvido que já tinha existência histórica antes que o todo se desenvolvesse no sentido que é expresso em uma categoria mais concreta⁸⁵. Ora, nesse sentido, a posse pode existir sem que haja a existência da propriedade propriamente dita. A Lei de Terras, dessa forma, tinha o claro propósito de legitimação da posse e a materialização da propriedade privada da terra no Brasil. A propriedade, então, será baseada não mais nos princípios de economia moral, mas sim em princípios econômicos.

Essa economia moral materializava-se nas tradições paternalistas da Coroa Portuguesa através das concessões de grandes extensões de terras e doações de sesmarias. Entre 1822 e 1850 recorria-se aos costumes e ao velho modelo

⁸³ MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: 2011, PP 55-56.

⁸⁴ *Idem*, p. 56.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 56.

paternalista que vigorou durante todo período colonial em que se tinha como pilar as concessões e doações de sesmarias. A partir da promulgação da Lei de Terras em 18 de setembro de 1850 esse modelo baseado no corpo da já desgastada Lei de Sesmarias de 1375 deixa de existir; os privilégios de corte dão lugar aos privilégios econômicos.

Percebe-se então que, o desenvolvimento capitalista da agricultura tem algumas particularidades em relação ao da indústria. Uma delas é que, inicialmente, o seu meio de produção – a terra –, não é suscetível de ser multiplicada ao livre arbítrio do homem, como o são as máquinas e outros instrumentos de trabalho. E é exatamente por ser a terra um meio de produção relativamente não reprodutível, que a forma de sua apropriação histórica ganha uma importância fundamental. A estrutura agrária, ou seja, a maneira como a terra está distribuída, torna-se, assim, o pano de fundo sobre o qual se transforma o processo produtivo no campo⁸⁶.

Ora, conforme apontou com precisão José Graziano da Silva, a circunstância histórica responsável por essa diferença reside no fato de o desenvolvimento capitalista da agricultura ter-se iniciado numa situação em que nem toda a terra se encontrava apropriada. Existia uma fronteira em movimento, com terras livres, sem dono. Em outras palavras, não preexistia o monopólio da terra, daí da necessidade dele ser “criado artificialmente” pela Lei de Terras de 1850, sob a inspiração das teorias de Wakefield⁸⁷.

É possível dizer que da época do descobrimento até meados dos oitocentos, a terra era de “acesso relativamente livre” no Brasil, dado que existia em abundância como um bem natural. Na realidade, esse “acesso relativamente livre” tem que ser qualificado, uma vez que, em função do desenvolvimento das forças produtivas na Colônia, a propriedade de escravos e de outros meios de produção aparecia como condição necessária para que um determinado indivíduo usufrua da posse dessa

⁸⁶ SILVA, José Graziano. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 57.

⁸⁷ *Idem*, p. 58. Ainda, segundo José Graziano da Silva, apoiado pelas ideias de Marx, o artifício proposto por Wakefield mata dois coelhos com uma cajadada. O governo fixaria para as terras virgens um preço artificial, independente da lei da oferta e procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente. Assim constitui-se, com a venda de terrenos a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, um fundo extorquido do salário com a violação da lei sagrada da oferta e da procura. O governo utilizaria esse fundo, à medida que crescesse, para importar pobres trabalhadores da Europa e assim manter cheio, para os senhores capitalista, o mercado de trabalho.

terra. Assim, a maior e melhor parte das terras apropriadas pertenciam aos grandes senhores e não aos poucos homens livres que cultivavam diretamente suas roças, havendo uma relação direta entre o número de escravos e a área que cada fazendeiro ocupava⁸⁸.

Uma questão que preocupava os grandes fazendeiros era a possibilidade de algum indivíduo se estabelecer em uma parcela de terra por livre e espontânea vontade, principalmente naquele período que antecedeu a abolição da escravidão no Brasil em 1888. Como bem lembrou José de Souza Martins, e foi mencionado em nota anterior, enquanto a mão de obra fosse cativa a terra poderia ser “livre”, porém, a partir do momento em que a força de trabalho se tornasse formalmente livre a terra deveria ser “cativa”⁸⁹. De acordo com José Graziano da Silva, foi esse exatamente o papel fundamental desempenhado pela Lei de Terras de 1850: fornecer o aparelho jurídico necessário para que se pudesse obrigar a mão de obra livre a vender a sua força de trabalho. Em outras palavras, ela sacramentou a noção de propriedade privada adequada ao capitalismo à medida que só permitiria o acesso à terra através dos mecanismos de compra e venda. Com isso, tornou-se possível importar colonos para trabalhar nas fazendas de café, conforme se vai mostrar adiante, sem correr o risco de transformar a “colônia de exploração” em “colônia de povoamento”. Isto é, sem haver a possibilidade formal de, ao invés de constituir um mercado de trabalho de “homens livre”, com a formação de um exército mão de obra de reserva, promover-se um processo de colonização no Brasil em pequenas propriedades⁹⁰.

Em São João do Rio Claro, a partir de 1850, as fazendas passaram por transformações profundas originadas pela substituição das culturas. De fazendas que tinham como um dos principais produtos o açúcar e o milho, passaram a basicamente cafeeiras. É evidente que uma mudança de tamanha envergadura repercutisse profundamente nos tipos de gestão da propriedade, nas relações de trabalho agrícola e na própria dimensão das fazendas.

Essa mudança nas estratégias de administração das fazendas em São João do Rio Claro fica evidente quando se analisa a evolução dessas propriedades rurais

⁸⁸ *Ibidem*, p. 58.

⁸⁹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

⁹⁰ SILVA, José Graziano. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981, p. 58-59.

durante o século XIX a partir de seu período embrionário. A Tabela nº 6 demonstra a distribuição das sesmarias doadas entre 1739 e 1821 na região de São João do Rio Claro revelando claramente o monopólio da terra desde os primórdios da cidade.

TABELA Nº 6
Sesmarias do Corumbataí e Morro Azul
1739/1742-1821

No	Sesmeiro	Data de Concessão
1	Francisco Eugenio de Andrada, Pe. Patrício Manoel de Andrada e Sa. D. Maria Flora de Andrada	16/06/1817
2	Cap.m Francisco Galvão de França, Agostinho de Camargo Penteado, Pe. José Galvão de França, Alferes Francisco Xavier de Barros, França, D. Maria Dias Leite e Antonio Galvão de França.	29/09/1816
3	José Gonçalves Meira	28/04/1820
4	Joaquim Cardoso Pimentel	16/02/1821
5	Alferes Manoel Paes d'Arruda	30/03/1821
6	Rafael Antonio Pereira, Antonio Pereira, Ignácio Antonio Pereira, Christovão Pareira, Bento Pereira, João Pereira Ribeiro, Manoel da Cruz Pereira, Bento José da Cunha e Rafael dos Santos Pereira	17/04/1821
7	Alexandre de Góes Maciel, Antonio de Góes Maciel, José Alves Furtado, Pedro Alves, José Alves e Paulo Pires.	17/05/1821
8	Francisco Pereira de Carvalho	1739-1742 (?)
9	Tenente Joaquim Galvão de França, José Galvão de França e Manoel de Barros Ferraz	13/01/1817
10	Capitão Agostinho Rodrigues de Almeida	19/05/1820
11	Antonio José da Cruz, Joaquim Francisco da Cruz, Bernardo José Alvares e Joaquim da Costa Garcia	06/10/1795
12	Manoel Ferraz de Campos	01/10/1817

FONTE: APESP. *Sesmarias e Patentes*. 1815-1817.

Embora a Lei de Terras de 1850 tivesse colocado um ponto final da distribuição gratuita de terras e tenha estabelecido um sentido jurídico às terras devolutas no Brasil, a estrutura fundiária, não apenas de São João do Rio Claro, mas do próprio País permanecerá a mesma. Os grandes fazendeiros e proprietários individuais, em São João do Rio Claro, sempre constituíram a maioria dos agricultores, porém, na segunda metade do século XIX, com o desenvolvimento da economia cafeeira, as fazendas passaram a ser administradas por sociedades dando início a um certo caráter de racionalização da produção dentro dos moldes da ordem capitalista naquele período.

Indubitavelmente, tal fato – a administração das fazendas por sociedades – merece destaque porque até 1861 a Vergueiro & Cia. formava a única sociedade para exploração da cultura do café em São João do Rio Claro com a Fazenda Angélica. O grande valor deste imóvel, em 1865, conforme mostra a tabela nº 7, indicava as vantagens das propriedades administradas por sociedades quanto à, principalmente, disponibilidade de capital⁹¹.

⁹¹ DINIZ, Diana Maria Leal. *A propriedade rural em Rio Claro*. In. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História – ANPUH. Aracaju, setembro de 1975.

TABELA Nº 7
Município de Rio Claro
Valor da Fazenda Angélica – 1865

Terras	1.285:000\$000
350.000 pés de café	135:000\$000
Edifícios e máquinas	112:250\$000
Açude de 112 braças	30:000\$000
Escravos (139)	206:000\$000
Gado	8:400\$000
TOTAL	1.777:350\$000

FONTE: FORJAZ, Djalma. *O Senador Vergueiro, Sua Vida e Sua Época (1778-1859)*. São Paulo: Oficinas do Diário Oficial, 1924.

Ora, o modo capitalista de produção domina, além da atividade fabril, a agricultura⁹². Para a materialização desse domínio sobre a agricultura no Brasil foi fundamental a construção de um arcabouço jurídico que desse suporte para tal. Juridicamente, como mencionado anteriormente, não existia a propriedade privada da terra propriamente dita no Brasil até 1850, o que ocorreu com a promulgação da Lei de Terras em 18 de setembro daquele ano.

A historiografia que analisa o desenvolvimento do capitalismo no Brasil concebia a Lei de Terras como marco inicial dessa etapa, uma vez que a referida lei fez com que as concessões e as posses se transformassem em propriedade privada. Dessa forma, a propriedade privada no Brasil é legitimada dentro do âmbito mecanicista de uma superestrutura jurídica devidamente protegida e de acordo com os interesses dos fazendeiros cafeicultores e de sociedades que passaram a figurar e ter o domínio político e econômico em São João do Rio Claro e Região.

⁹² MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política – Livro Terceiro – Volume IV*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984, p. 705.

Uma vez que foram emitidos títulos de propriedade, estes poderiam ser utilizados em hipotecas, o que incrementaria o sistema de crédito no início da segunda metade do século XIX, a qual veio a ser fundamental para a expansão da economia cafeeira em São João do Rio Claro.

Todavia, entre 1860 e 1895 verificou-se uma triplicação no capital necessário para uma produção superior ao início desse intervalo de tempo em apenas 1.000 arrobas. O capital necessário para a formação de uma fazenda com produção de 9.000 arrobas, com 300 mil pés de café, era da ordem de 300 contos de réis. Agora, com apenas a metade de pés de café e uma produção de 10.000 arrobas, eram necessários 1.000 contos de réis em 1895. Dessa forma, o lucro que era de 4 a 5%, no máximo aumentou para 7% apenas⁹³. Percebe-se, então, que, para que a economia cafeeira pudesse desenvolver-se de acordo com as exigências do sistema capitalista fosse disponibilizado o capital demandado pelos fazendeiros cafeicultores. O surgimento de um sistema de crédito foi fundamental para a disponibilização desse capital e, conseqüentemente, para o desenvolvimento da economia cafeeira daquela região.

As formas de financiamento aos cafeicultores, demais agricultores e comerciantes, passaram por mudanças significativas durante a segunda metade do século XIX. A partir da promulgação do Código Comercial de 1850 e, principalmente da Lei Hipotecária de 1864, a possibilidade de financiamento por meio de hipotecas e de instituições bancárias cresceram expressivamente⁹⁴. Anteriormente o crédito

⁹³ DINIZ, Diana Maria Leal. *A propriedade rural em Rio Claro*. In: Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História – ANPUH. Aracaju, setembro de 1975, p. 726.

⁹⁴ A Lei Hipotecária de 1864 foi motivo de inúmeras discussões no Parlamento desde o seu projeto inicial apresentado em 25 de julho de 1854 pelo Ministro da Justiça Nabuco de Araújo. Existia, claramente um temor, por parte dos fazendeiros, de uma ameaça ao domínio da terra. Rezava a referida Lei em seu artigo 2º:

Art. 2.º A hypotheca é regulada sómente pela Lei civil, ainda que algum ou todos os credores sejam commerciantes. Ficão derogadas as disposições do Codigo Commercial, relativas á hyphoteca de bens de raiz.

§ 1.º Só podem ser objecto de hypotheca: Os immoveis. Os accessorios dos immoveis com os mesmos immoveis. Os escravos e animaes pertencentes ás propriedades agricolas, que forem especificados no contracto, sendo com as mesmas propriedades. O dominio directo dos bens emphiteuticos. O dominio util dos mesmos bens independente da licença do senhorio, o qual não perde, no caso de alienação, o direito de opção.

§ 2.º São accessorios dos immoveis agricolas: Os instrumentos da lavoura e os utensilios das fabricas respectivas, adherentes ao solo.

concentrava-se nas mãos de capitalistas e comissários locais dos grandes centros comerciais, como Rio de Janeiro, São Paulo, Campinas e Santos⁹⁵. Na Província de São Paulo haviam três fontes principais de empréstimos que eram: a) os comissários; b) os comerciantes; e, c) os capitalistas. Ao que parece, muitas vezes os comissários, os comerciantes e os capitalistas se encontravam na figura do mesmo indivíduo, além do crédito oferecido mostrarem-se limitados e caros.

De acordo com Flávio Azevedo Marques de Saes,

O crédito do comissário não podia oferecer tais condições de prazo; quando muito podia esperar a época da safra para cobrar os adiantamentos realizados. O crédito a longo prazo, portanto, era raro e quando disponível implicava em elevadas taxas de juros. Aliás, as queixas da lavoura contra as taxas de juros eram constantes e referem-se tanto ao nível quantitativo dos juros, quando ao seu significado econômico⁹⁶.

Embora o crédito bancário tenha se mostrado vantajoso para os agricultores, em relação ao fornecido pelos comissários e capitalistas, a dificuldade de obtenção de garantias seguras para o credor limitou-se à extensão das fazendas e sua

§ 3.º O preço, que no caso de sinistro fôr devido pelo segurador ao segurado, não sendo applicado á reparação, fica subrogado ao immovel hypothecado. Esta disposição é applicavel á desapropriação por necessidade, ou utilidade publica, assim como a indemnisação, pela qual fôr responsavel o terceiro em razão da perda ou deterioração.

§ 4.º Só póde hyphotecar que póde alhear. Os immoveis que não podem, ser alheados, não podem ser hyphothecados.

§ 5.º Ficão em vigor as disposições dos arts. 26 e seguintes do Codigo Commercial sobre a capacidade dos menores e mulheres casadas commerciantes, para hypothecarem os immoveis.

§ 6.º O dominio superveniente revalida, desde a inscripção, as hypothecas contrahidas em boa fé pelas pessoas, que com justo titulo possuem os immoveis hypothecados.

§ 7.º Não só o fiador, porém tambem qualquer terceiro, póde hypothecar seus bens pela obrigação alheia.

§ 8.º A hypotheca ou é legal ou convencional.

§ 9.º As hypothecas, ou legaes ou convencioanes, sómente se regulão pela prioridade. Esta é determinada pela data ou pela inscripção nos termos estabelecidos por esta Lei.

§ 10. A' excepção das hypothecas legaes que não forem especialisadas, nenhuma hypotheca goza de preferencia, senão quanto aos bens a que ella se refere existentes ao tempo do contracto.

§ 11. São nullas as hypothecas de garantias de dividas contrahidas anteriormente á data da escriptura, nos quarenta dias precedentes á época legal da quebra.

⁹⁵ MARCONDES, Renato Leite. *O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1867-87)*. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: 56(1): 147-170, JAN/MAR. 2002.

⁹⁶ SAES, Flávio Marques Azevedo. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo:IPE/USP, 1986.

produção, beneficiando uma parcela reduzida dos cafeicultores⁹⁷, permanecendo os escravos a forma mais usual de acesso e garantia dos empréstimos de longo e curto prazo, porém com riscos elevados devido, principalmente à possibilidade de fugas e mortes.

Porém, mesmo com a expansão do crédito, ainda existiam alguns problemas que dificultavam o acesso ao mesmo. John Schulz em importante estudo quando realiza investigação acerca da crise financeira no período da abolição da escravidão explica que

Embora os comissários resolvessem as necessidades financeiras de curto prazo dos agricultores, o financiamento de longo prazo mostrou-se mais difícil. As hipotecas sobre a terra afiguravam-se impraticáveis por diversas razões. Nas áreas de fronteira, a terra não tinha mercado e representava pequeno custo para os agricultores. [...] Mesmo nas regiões de antiga colonização, o título sobre a terra frequentemente permanecia vago, tornando a execução das hipotecas problemática. Lá também existia uma lei que exigia que as hipotecas não ultrapassassem metade do valor da terra. Para executar a hipoteca, o credor teria de pagar ao fazendeiro uma soma equivalente ao empréstimo original⁹⁸.

Percebe-se então que estas mudanças no mercado de crédito condicionam e são condicionadas pelas transformações da própria economia brasileira como um todo. O avanço do capitalismo em nosso País produziu uma alteração nas condições de financiamento, reduzindo o espaço do capital comercial e/ou usurário e incentivando o capital bancário⁹⁹.

Muitas dessas sociedades citadas anteriormente eram administradas por algumas famílias, como a Vergueiro & Cia e, em 1871, tem-se a penetração dos

⁹⁷ MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. Tese [Doutorado em Economia]. São Paulo: FEA/USP, 1998, p. 179.

⁹⁸ SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição (1875-1901)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Instituto Fernand Braudel, 1996.

⁹⁹ MARCONDES, Renato Leite. *O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1867-87)*. In: Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro: 56(1): 147-170, JAN/MAR. 2002.

bancos na economia cafeeira de São João do Rio Claro quando o London and Brazilian Bank adquiriu da Firma Vergueiro & Cia a Fazenda Angélica¹⁰⁰, porém, em 1880 o Banco, que se achava em liquidação, vendeu a Fazenda após dividi-la em várias partes.

Sobre a questão da operação dos bancos na economia agrícola de São João do Rio Claro, Diana Maria Diniz explica que no final do século XIX aparecem dois outros possuidores de propriedades cafeeiras na cidade, sendo o Banco Agrícola Industrial e o Banco de Crédito Real de São Paulo. Todavia, essas duas propriedades pertencente à esses bancos tem pouca importância no cenário econômico local, considerando-se a produção de bens, uma vez que produziam menos de 4.000 arrobas cada uma, e não há referência a seu respeito numa outra classificação de proprietários na última década do século XIX, provavelmente porque os bancos não se interessavam em operar diretamente no setor agrícola¹⁰¹.

Percebe-se, então, que em São João do Rio Claro desde os seus primórdios, o poder econômico e político da classe dominante assentava-se, principalmente na posse e, posteriormente, na propriedade privada da terra e, conseqüentemente, no monopólio de sua exploração. Porém, o domínio social exercido por essa classe dominante não dependia apenas das forças que os ligavam à propriedade da terra materializada em um sólido arcabouço jurídico sendo legitimada pelo Estado Imperial, mas também em uma rede de relações sociais que escapavam ao campo jurídico, onde uma espécie de, “poder simbólico” das famílias dominantes através de sua estrutura e composição influenciaram profundamente na manutenção do *status* social vigente na cidade até a década de 1930, quando essas mesmas famílias passaram a perder espaço no campo político e econômico.

¹⁰⁰ APESP. *Offícios Diversos* – Rio Claro, 1866-1891.

¹⁰¹ DINIZ, Diana Maria Leal. *A propriedade rural em Rio Claro*. In. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História – ANPUH. Aracaju, setembro de 1975, p. 727.

CAPÍTULO 2

DA DIVERSIFICAÇÃO À DESDIVERSIFICAÇÃO¹⁰²: OS ANTECEDENTES DA HEGEMONIA CAFEIRA EM SÃO JOÃO DO RIO CLARO, 1817-1854.

Foi no ano de 1854 que a produção de café superou a das outras culturas de São João do Rio Claro. Até então, desde 1817, data da doação da primeira sesmaria, até 1854 a região tinha sua produção agrícola diversificada, tendo como principais produtos nos quadros na produção de sua economia o açúcar, o tabaco, o café e o gado.

São João do Rio Claro emergiu em um período peculiar de transformações econômicas, políticas e sociais que foram inseridas no processo de gênese daquela localidade. Ora, a economia local tem seu início no abastecimento das tropas que buscavam a penetração no Mato Grosso, para, posteriormente, a cana-de-açúcar se apoderar como cultura predominante, seguindo-se a uma diversificação da economia, e, enfim se chegar à hegemonia do café. O que não difere do contexto do cenário nacional de final do século XVIII e início do XIX. Como é sabido, da preponderância açucareira e aurífera passamos à hegemonia do café, conforme mostrou José Jobson de Andrade Arruda. Se insistirmos que da crise aurífera e declínio açucareiro seguiu-se uma diversificação, podemos mostrar também que o declínio da diversificação é seguido por uma nova preponderância representada pelo café¹⁰³.

Claro está que, durante esse período de primeira metade do século XIX, foi construída uma estrutura social assentada na grande propriedade e na força de trabalho escrava. Estrutura essa que perdurou por quase todo o século XIX, não

¹⁰² O termo foi cunhado pelo historiador José Jobson de Andrade Arruda em referência ao movimento contrário à diversificação da produção, ou seja, após um período marcado pela produção diversificada um determinado produto passa a ocupar posição hegemônica, tanto na produção quanto na pauta de exportações. Na presente pesquisa esse produto é representado pelo café.

¹⁰³ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 621.

fosse o colapso do escravismo na década de 1880 referente a força de trabalho, e perdurando a grande propriedade até os dias atuais.

2.1 A diversificação da produção: São João do Rio Claro até 1854.

O contexto histórico da ocupação de São João do Rio Claro ajuda a explicar a organização da produção no período que antecedeu a hegemonia cafeeira, quando a economia local, a partir da segunda metade do século XIX, passou a ter como pilar a rubiácea conhecida como café.

Em fins do período colonial, conforme mostrou José Jobson de Andrade Arruda, houve uma diversificação da produção, uma vez que efetivamente, esse traço marcante da economia colonial brasileira, nesse período, envolveu naturalmente um renascimento agrícola¹⁰⁴.

O desenvolvimento da agricultura em São João do Rio Claro seguiu a tendência natural do período e as características da economia agrícola da Colônia, posteriormente Império, mas como clara característica de economia de abastecimento. Claro que a principal cultura, naquela localidade, do período que compreendeu a instalação da Capela Curada em 1827 e última década da primeira metade do século XIX, era a cana-de-açúcar e o milho, a primeira produzida nas grandes lavouras escravagistas; e a segunda, ao que parece, era cultivada em pequenas e médias lavouras de agricultura familiar, que tinham a sua disposição um mercado para os seus produtos, principalmente o milho, que crescia vertiginosamente.

Na primeira metade do século XIX, a produção de milho, feijão e arroz foram fundamentais para a subsistência e fornecimento de gêneros alimentícios das primeiras famílias que naquele local fixaram residência. O milho contribuía com 80 ou 90 por cento das calorias dos primeiros habitantes de São João do Rio Claro. De acordo com Warren Dean, a maioria das famílias daquela localidade cultivava o

¹⁰⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 612.

milho. Em 1822, cada uma produzia em média 83 alqueires, ou seja, produção equivalente à 3.010 litros. O milho era triturado e consumido sob a forma de pão ou angu. Outros alimentos produzidos eram o feijão, plantado por dois terços das famílias, e arroz, por um sexto¹⁰⁵. A Tabela nº 8 mostra a produção agrícola de propriedades sem escravos no local para os anos de 1822 e 1835.

TABELA Nº 8
Produção agrícola de propriedades sem escravos
1822 e 1835

Categoria	1822	1835
Número total de famílias sem escravos	102	196
Número de famílias documentadas:		
Milho	96	166
Feijão	66	137
Arroz	16	88
Produção por família (litros):		
Milho	3.010	5.476
Feijão	326	254
Arroz	435	326

FONTE: APESP, População Piracicaba, 1822, 1835-36. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 25.

Bem provável também, que muitas dessas famílias cultivassem outros gêneros de menor importância como a mandioca, uma vez que podia ser colhida em qualquer mês do ano, além da exigência de pouco solo. O fornecimento de carne

¹⁰⁵ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 25.

ficava a cargo dos criadores de porcos que eram, em sua grande maioria, criados soltos ao redor das próprias casas.

Essa economia de abastecimento foi fundamental não apenas para a manutenção e garantia da subsistência das tropas que por ali passavam em direção às minas descobertas no Mato Grosso, mas também para fornecimento de gêneros alimentícios aos habitantes daquela localidade que começava a se organizar. Poucos dos indivíduos livres do local estavam inseridos em um processo econômico mais amplo na Província de São Paulo, ou seja, inseridos especificamente na lavoura de exportação, e os rendimentos dessas propriedades chegavam em média à 32,50 mil-réis anuais, conforme ilustra a tabela abaixo.

TABELA Nº 9

Rendimentos em dinheiro de propriedades rurais sem escravos

São João do Rio Claro - 1822

Produto	Número de famílias	Quantidade	Valor em mil-réis
Porcos	16	192	503,12
Milho	2	870 litros	3,84
Feijão	3	870 litros	15,36
Fumo	3	2.050 k	257,60
Total	24	- - -	779,92
Média por família	- - -	- - -	32,50

FONTE: APESP, *População Piracicaba*, 1822, 1835-36. Apud, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 27.

Conforme se observou, a partir das informações apresentadas na Tabela nº 9, no ano de 1822, dezesseis famílias tinham vendido porcos, sendo 95 unidades no próprio local – em São João do Rio Claro – e 97 em outras localidades como Itu,

São Paulo, Campinas e Porto Feliz. Na Vila de Porto Feliz três produtores de São João do Rio Claro venderam um total de 140 arrobas de fumo, provavelmente para serem enviados pelo Rio Tietê até outras localidades mais ao interior. O comércio de porcos era particularmente adequado para a região, pois eles podiam ser conduzidos a pé até o mercado¹⁰⁶. Muito provável que parte da produção de milho seria destinada, além de gênero alimentício para as famílias, também à alimentação dos porcos.

Percebe-se, dessa forma, uma prática de cultura mercantil com o aumento da produção de milho e do número de famílias que criavam porcos, com 23 famílias e um total de 594 animais, assim como o surgimento de algumas famílias criando gado, eram 11 no total com 115 cabeças. Segundo Warren Dean, havia também cabras, mamona e amendoim. Em parte essa maior variedade se tornara possível pela intensiva derrubada e queimada de florestas, mas decorria, também do surgimento de um núcleo de vila no próprio São João do Rio Claro¹⁰⁷.

São João do Rio Claro foi elevado à freguesia ou Paróquia de São João do Rio Claro pelo Decreto Provincial de 09 de dezembro de 1830, sendo subordinado à Vila de Constituição, atual Piracicaba. A freguesia de São João Baptista do Rio Claro foi transferido pela Lei Provincial nº 25 de 08 de março de 1842, de Constituição para Limeira. Porém, ao longo da década de 1830 houve diversas reivindicações dos moradores frente ao governo Provincial e Imperial para a sua elevação à categoria de Vila, devido, principalmente, ao descaso da administração de Constituição para com aquela freguesia.

Essas reivindicações foram materializadas em 1832 quando um grupo de fazendeiros e moradores que ali fixaram residência, dotados de certa fortuna possuindo escravos e agregados fundaram a chamada Sociedade do Bem Comum.

Corria o anno de 1832. A nascente povoação de São João do Rio Claro viu então formar-se em seu seio uma instituição que bem pouco tempo durou, mas que é um exemplo pouco vulgar de iniciativa popular e de autonomia municipal. Diversos cidadãos, os mais considerados na nascente povoação

¹⁰⁶ *Idem*, p. 25.

¹⁰⁷ *Ibidem*, p. 26.

resolveram unir-se e constituir uma sociedade que tomasse para a si tratar das cousas publicas e religiosas da nova povoação, que a camara municipal da séde do municipio (Constituição) descurava, talvez tomada de zêlos contra a nova povoação, e prevendo que seria em pouco rival perigosa¹⁰⁸.

Entre os fundadores da Sociedade do Bem Comum estavam: Antonio Paes de Barros, Estevam Cardoso de Negreiros, Francisco Teixeira das Neves, José da Silveira Franco, Antonio Ferraz de Campos, Manoel Paes de Arruda, Antonio Góes Maciel, Innocencio José de Andrade, Francisco Costa Alves, Padre Delphim da Silva Barbosa, Mariano Aranha e Francisco José Góes Maciel. Muitos desses indivíduos figuraram como chefes políticos de São João do Rio Claro, o que nos leva a acreditar que a partir de então se tem início uma tessitura de redes de relações de poder ancoradas por clientelismo, parentesco e compadrio que deram dinâmica à vida política local. A Sociedade do Bem Comum, em São João do Rio Claro, foi o embrião no exercício de funções administrativas, nesta localidade, nos moldes das Câmaras instaladas nas vilas.

A nova sociedade denominou-se – Sociedade do Bem Comum –, e em seus Estatutos estabeleceu que o primeiro objecto de seus cuidados seria a construção da igreja matriz, e o culto divino, que também trataria de todas as obras, servidões, e commodidades publicas, promoveria os bons costumes e a educação da mocidade¹⁰⁹.

A Sociedade do Bem Comum teve papel importante na história de Rio Claro, não apenas no precursionismo do exercício de funções administrativas, mas também pela ação política contundente, pautando sua atuação de acordo com as legislações municipais formuladas nos termos dos preceitos do “bem comum” e “boa ordem”¹¹⁰. Havia uma clara intenção de pressionar o governo provincial na busca de

¹⁰⁸ FONSECA, Antonio Augusto. *Algumas palavras sobre a fundação da Cidade do Rio Claro*. In. Almanak de São João do Rio Claro para o anno de 1873, pp. 51-52.

¹⁰⁹ *Idem*, p. 51.

¹¹⁰ Sobre a os modos de governar e a base moral da administração das Câmaras nos séculos XVIII e XIX ver, principalmente, RUSSELL-WOOD. A. J. R. *A base moral e ética do governo local no Atlântico*

autonomia político-administrativa com a elevação à categoria de vila, uma vez que todo o processo de ereção à vila de qualquer província era coordenado pelo seu respectivo presidente. A fundação da Sociedade do Bem Comum deixou clara a necessidade de organização das atividades locais, como públicas, sociais e religiosas, através da ação política dos grandes proprietários rurais, os chamados “homens bons”, o que se tornou evidente após a fixação de um número significativo de famílias proprietárias na região. De acordo com Liliana Garcia, essas ações foram formas de dominar o poder local e dos proprietários rurais assegurarem para si os cargos político-administrativos, constituindo, desta forma, uma elite política para a condução dos problemas políticos locais¹¹¹.

As ações da Sociedade do Bem Comum se encerraram no ano de 1839¹¹² sem documentar o real motivo para a sua desintegração e, principalmente sem atingir seu objetivo, ou seja, a autonomia político-administrativa da Freguesia de São João Baptista do Rio Claro. Percebeu-se, porém, que com o aumento da população, bem como o visível crescimento econômico e a atuação política de membros da Sociedade do Bem Comum fizeram com que o Governo Provincial desse maior atenção para aquela freguesia.

Como acabou a Sociedade do Bem Publico? silenciosamente, não se reunindo depois desta ultima sessão, ou por convenção expressa dos socios? Não sabemos.

Em todo caso é um facto notabilissimo na vida do Rio Claro a sua existencia.

Como todas as instituições humanas, apresentou-se com grande força em seu principio, e pouco a pouco foi definhando.

Iuso-brasileiro durante o Antigo Regime. In. GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Claudia Maria das Graças; VENANCIO, Renato Pinto. *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. Referência obrigatória, também, é a coletânea organizada por Maria Fernanda Bicalho e Vera Lucia do Amaral Ferlini. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português – Séculos XVI a XIX*. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2005.

¹¹¹ GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro: Tese de Livre-Docência [IGCE/UNESP-Rio Claro], 2001, p. 56.

¹¹² As atas da Sociedade do Bem Comum, que em alguns textos mencionam estarem arquivadas no Arquivo da Câmara não se encontram nesse local. Deveriam estar depositadas no Arquivo Histórico Municipal, porém as informações que se tem é que esses documentos foram extraviados.

Substituiu a acção do governo provincial e municipal, e até em alguns casos do poder judiciario, como vimos, e isto sem reclamação ou opposição alguma, porque a distancia em que então se achavam taes poderes, e as necessidades do desinvolvimento da povoação, tornaram necessarias essas usurpações com o augmento e importancia da povoação, esses poderes foram substituindo sua acção á da sociedade do Bem Commum, e nulificando esta¹¹³.

Em 1842, pela Lei Provincial nº 25 de 08 de março deste ano, houve a transferência do distrito de São João do Rio Claro de Constituição (Piracicaba) para Limeira, quando da elevação dessa última localidade de freguesia à vila. Devido a proximidade se percebeu uma maior atenção da Câmara de Limeira na tentativa de imprimir uma imagem favorável para a freguesia de São João Baptista do Rio Claro com objetivos de atender às demandas e solicitações dos chefes políticos local no direcionamento de dinheiro público para determinados serviços, como construções e reformas de estradas.

Muito embora houvesse uma administração municipal, por parte da Câmara de Limeira, voltada aos interesses de fazendeiros e comerciantes da Freguesia de São João Baptista do Rio Claro, o movimento e as reivindicações para a elevação à categoria de vila permaneceram fortes.

Mesmo de forma explícita a Câmara de Limeira mostrava-se contrária a emancipação político-administrativa de São João Baptista do Rio Claro, a qual veio a ocorrer no dia 7 de março de 1845 através da aprovação da Lei Provincial nº 13 deste ano pela Assembleia Provincial e promulgada pelo Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva, que criou a Vila, antes denominada São João Baptista do Rio Claro, agora apenas São João do Rio Claro.

Manoel da Fonseca Lima e Silva, do Conselho de sua Majestade O Imperador Viador de Sua Majestade A Imperatriz. Official da Ordem Imperial do Cruzeiro, Cavalleiro das Ordens da Roza e de Christo, Condecorado

¹¹³ FONSECA, Antonio Augusto. *Algumas palavras sobre a fundação da Cidade do Rio Claro*. In. Almanak de São João do Rio Claro para o anno de 1873, p. 53.

com Medalha da Campanha da Independência, Brigadeiro Effectivo da Primeira Classe do Exercito, Vogal e Secretario de Guerra do Conselho Supremo Militar e de Justiça, Presidente e Comandante das Armas da Província de São Paulo. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial Decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Artigo 1 – A Freguesia de São João do Rio Claro do municipio de Limeira fica elevada a categoria de Villa, comprehendendo a Freguesia do Bethlém do Descalvado, ora pertencente ao Municipio de Mogy-Mirim.

Artigo 2 – Não podera porem o novo Municipio entrar no gozo das respectivas prerrogativas, sem que seus Habitantes apresentem alli huma Caza de Camara a sua custa.

Artigo 3 – Ficão revogadas as disposições em contrario. Mando portanto a todas as auctoridades, a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumprão, e a fação cumprir tão inteiramente como nella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir, publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de São Paulo, aos sete de Março de Mil Oitocentos e Quarenta e Cinco. Manoel da Fonseca Lima e Silva.

Converta-se Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o Decreto da Assembleia Legislativa Provincial, que houve por bem sanccionar, elevando a Freguesia de São João do Rio Claro, do municipio de Limeira à cathegoria de Villa, como acima declara.

Joaquim José de Andrade e Aquino, a fez.

Publicada nesta Secretaria do Governo, aos sete de março de 1845¹¹⁴.

Importante destacar nesse processo de elevação de freguesia à vila a intervenção junto ao Governo Provincial dos mais respeitados fazendeiros e políticos daquele período em São João do Rio Claro. Essa busca pela autonomia político-administrativa resultou em um abaixo assinado encabeçado por José Estanislau de Oliveira, futuro Visconde do Rio Claro. De acordo com a historiadora Liliana Bueno dos Reis Garcia, esse mesmo abaixo assinado, reivindicando ereção à vila foi

¹¹⁴ APESP, Livro 2 de Leis da Província de São Paulo, a folhas 166 e verso em 7 de março de 1845. *Apud*, PENTEADO, Oscar de Arruda. *Como nasceu e cresceu Rio Claro*. In: MACHADO, I. L. *Rio Claro sesquicentenária*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1978. pp. 32-33.

encaminhado para Antonio Paes de Barros e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, que naquele momento era deputado da Assembleia Provincial de São Paulo¹¹⁵.

Dessa forma, ao se tornar município autônomo, a Vila de São João do Rio Claro¹¹⁶ desmembrou-se da Vila de Limeira, causando grande preocupação aos seus habitantes, uma vez que representava uma grande perda de território de um município que havia sido criado há cerca apenas de três anos, como foi o caso de Limeira.

Houve, conforme se mencionou anteriormente, esforços da Câmara de Limeira na tentativa de anular o desmembramento de São João do Rio Claro, devido, sem dúvidas, ao visível crescimento econômico que vinha ocorrendo naquele local, porém, como se sabe, tais esforços não surtiram efeito algum.

A Camara Municipal da Villa de Limeira sciente de que o povo da Freguesia de São João do Rio Claro de seo Municipio iludido por algumas pessoas que a despeito de paixões ignobis, inimizades particulares, maquinão ardiz, inventiva, aspirando dest'arte conseguir d'aquelle povo incauto um assignado de seos nomes, para com elle coontestarem seos fins e obterem dos illustres representantes da Provincia, a ellevação daquelle pobre Freguesia a Cathegoria de Villa, dividindo a assintimento desta villa a gente de seo pequeno mando julga ella portanto ser do seo dever fazer subir das mãos de V. Excia algúas reflexões a respeito, para serem submetidas a sabia deliberação da illustre Assembléa Provincial. Exmo. Senhor, aquella Freguesia dista em longitude três e meia legoa desta Villa e comquanto sua localidade seja melhor que a desta, não está todavia na circumstacia de impetrar semelhante Cathegoria, por ser ella nimiamente pobre e possuir em seu seio muitos homens de algúa actividade para cargos publicos, contando-se entre elles os aspirantes de similhante divizão, entretanto que esta Villa se acha em melhor pozição geographica, no centro das melhores terras de culturas, nas quais se achão situados em torno da Villa as melhores e quaze a totalidade das fabricas de Assucar e Caffés, e mais perto do Governo Provincial. Ora, lançando uma vista de olhos sobre o povo e sua extremidade, para o lado de Araraquara, esta Camara estão instiga

¹¹⁵ GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro: Tese de Livre-Docência [IGCE/UNESP-Rio Claro], 2001, p. 68.

¹¹⁶ A partir de 1845 deixa de ser denominado São João Baptista do Rio Claro passando a ser apenas São João do Rio Claro.

por todas as razões e necessidades publicas a informar, sem estigmatizar pessoa alguma, que raríssimo são os homens de alli, que por suas circumstancias pecunial podem ser Guardas Nacionais porque apenas conseguem da terra por seus proprios braços, os parques meios de subzistencia. Deixando enfim de tocar em muitas outras razões plauziveis, por não factigar a V. Excia. e os Illustres Representantes da Provincia, e mesmo por não deslustrar a ninguem, releva somente a que tão viciozo e ignobil semelhante recurço ou vingança, quando he desprezivel o seo requerimento, e assignado pela maneira imprudente com que hé elle fabricado, servindo-se seus authores aleivozamente no nome do nobre Juiz de Direito desta Comarca, pretextando-se incinuações delle, e promessas de sua coadjuvação da Assembléa Provincial. Avista pois do exposto, espera esta Camara que os Illustres Representantes da Provincia que tanto outra ora protegerão a ellevação e criação desta Villa, continuem a protejella, não decretando semelhante corte prematuramente em seo Municipio, que comquanto recennacido, já promette muitos annos. Paço da Camara Municipal da Nova Villa de Limeira em Sessão Ordinaria de 10 de janeiro de 1845¹¹⁷.

A população de São João do Rio Claro crescia vertiginosamente¹¹⁸ e a elevação a categoria de vila era fundamental para atender a demanda dessa população com um corpo administrativo próximo a ela. Notadamente, as vilas no Brasil tiveram origem a partir da legislação portuguesa, uma vez que ao incentivar o “sossego”, a “acomodação” e a “permanência” dos povos e das povoações, procurou-se conciliar as conveniências metropolitanas com a da Colônia, concentrando-as, a partir de 1711, em vilas equipadas com um organismo administrativo municipal – as câmaras – às quais tocavam matérias de responsabilidade edilícia, zelo e coordenação das atividades competentes ao bem comum, além do aumento e conservação de uma espécie de *res pública*¹¹⁹. Essa autonomia é mostrada na 1ª ata da Câmara da Vila de São João do Rio Claro.

¹¹⁷ Officio da Camara Municipal de Limeira dirigido ao Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva, em 10 de janeiro de 1845.

¹¹⁸ Em 1822 a população de Rio Claro era de 1.514 almas; no ano de 1835 era de 2.906 almas, ou seja, entre 1822 e 1835 houve um crescimento demográfico de 47,9%, com crescimento anual de 6,5%.

¹¹⁹ BASTOS, Rodrigo Almeida. *Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII*. In. Revista do IEB. São Paulo: IEB, no 44, fev. 2007, p. 44.

Aos nove dias do mez de Novembro de mil oitocentos e quarenta e seis digo e cinco, nesta Villa de São João do Rio Claro, em cazas da Camara Municipal, reunirão-se os Vereadores Eleitos, o Alferes José da Silveira Franco, Gabriel de Moraes Duttra, Lourenço Cardozo de Negreiros, Vicente do Amaral Salles, Francisco Gomes Botão, José Porfírio Bueno Brandão os quaes prestarão o Juramento na forma do Art-17 da Carta de Ley do 1.o de Sbr. De 1828 conforme consta do Aucto d'Instalação, cujo Presidente havia prestado anteriorm.e juramento na Camara de Limeira conforme o Decreto de 22 de Junho de 1833. Foi presente hum officio do Reverendo Vigario d'esta Villa felicitando a Camara por sua instalação, o qual foi recebido com especial agrado, e nomeado humma Comissão de dois Membros, Gabriel de Moraes Duttra e Lourenço Cardozo de Negreiros para apresentarem o projeto de resposta, o qual nessa m.ma occasião sendo apresentado foi approved. Não havendo mais nada a tractar levantou-se a secção ao meio dia. De que para constar lavrei a presente. Eu Tito Correa de Mello, servindo de secretario, que a escrevi. José Estanislau de Oliveira, José da Silveira Franco, Gabriel de Moraes Duttra, Lourenço Cardozo de Negreiros, Vicente do Amaral Salles, José Porfírio Bueno Brandão¹²⁰.

Importante mencionar os aspectos político-institucionais da emancipação político-administrativo de São João do Rio Claro pelo fato de que muitos daqueles que vieram a compor os quadros da elite política rio-clarense também pertenciam à elite econômica e, conseqüentemente, a chamada nobreza da terra paulista. Esses nobres da terra tinham a perfeita consciência da importância da produção de mantimentos voltada ao mercado interno como suporte à lavoura de exportação.

Evidentemente, em princípio, a produção de gêneros alimentícios em São João do Rio Claro seguiu a tendência da própria província paulista, sendo o milho o gênero agrícola de maior produção (ver tabela 10). Atividade essencialmente voltada ao mercado interno, o milho tinha duas funções: constava na dieta dos paulistas – quando moído se tornava uma farinha – e de seus animais, pois dado aos porcos, entrando indiretamente na produção de toucinho e, sobretudo, na alimentação das

¹²⁰ *Atas da Câmara Municipal de Rio Claro*, 11 de Novembro de 1845.

mulas que constituíam as tropas paulistas¹²¹. Em São João do Rio Claro, para o período em questão – primeira metade do século XIX – não se tem informações que comprovem a existência de unidades agrícolas dedicadas exclusivamente a produção de milho, mas sim na condição de importante subproduto, tanto nas pequenas e médias propriedades, que além do milho produziam arroz, feijão, e criavam porcos; como nas grandes fazendas de agricultura de exportação como a cana-de-açúcar e, posteriormente, o café.

¹²¹ SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese [Doutorado em Desenvolvimento Econômico]. Campinas, UNICAMP, 2011, p. 39.

TABELA Nº 10
Valor da produção e importância relativa dos produtos agrícolas,
Província de São Paulo - 1836

Produtos	Quantidade	Preço Mínimo	Valor em Mil-Réis	Porcentagem do Valor do Produto
Café em Toneladas	8.638	1.600	940.858	16,3
Açúcar em Toneladas	8.287	1.180	665.647	11,6
Tabaco em Toneladas	166	1.280	14.481	0,3
Algodão em Toneladas	136	960	8.911	0,2
Chá em Libras	788	1.600	1.261	---
Erva-Mate em Toneladas	7.138	400	194.352	3,4
Aguardente em Canadas	46.727	3.400	158.872	2,8
Rapadura em Unidades	46.300	---	---	---
Arroz em Toneladas	7.982	1.600	528.178	9,2
Feijão em Toneladas	7.580	720	180.573	3,1
Milho em Toneladas	93.238	640	1.974.277	34,3
Farinha de Mandioca em Alqueires	89.765	640	57.450	1,0
Farinha de Milho em Alqueires	2.451	720	1.765	---
Toucinho em Toneladas	191	3.200	41.568	0,7
Suínos	69.155	5.000	345.775	6,0
Cavalos	11.399	16.000	182.384	3,2
Mulas	2.268	40.000	90.720	1,6
Bovinos	35.573	10.000	355.730	6,2
Ovinos	5.799	640	3.711	0,1
Peixe seco em Toneladas	60	3.200	12.992	0,2
Óleo de Amendoim em Medidas	666	320	213	---
Valor Total	---	---	5.759.717	---

FONTE: MÜLLER, Daniel P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. Apud, LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 112.

TABELA Nº 11
Valor da produção agrícola por região,
Província de São Paulo - 1836

Região	Valor em Mil-Réis	Porcentagem do Valor do Produto
Vale do Paraíba	1.351.021	23
Região da Capital	670.329	12
Oeste Paulista	2.192.038	38
Caminho do Sul	1.160.435	20
Litoral	385.893	7
Total	5.759.717	100

FONTE: MÜLLER, Daniel P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo*. 3 ed. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1978. Apud, LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 112.

TABELA Nº 12
Quantidade produzida e valor dos principais produtos agrícolas,
Província de São Paulo - 1836

Regiões	Importância Relativa				
	Café	Açúcar	Tabaco	Algodão	Aguardente
Vale do Paraíba	70,2	0,7	43,7	13,4	20,5
Região da Capital	12,3	0,1	3,8	56,1	11,7
Oeste Paulista	2,9	96,8	33,1	20,8	42,6
Caminho do Sul	0,2	1,5	14,9	9,7	15,3
Litoral	14,4	1,0	4,4	---	9,0
Total	100	100	100	100	100
Regiões	Importância Relativa				
	Milho	Arroz	Feijão	F. Mandioca	Toucinho
Vale do Paraíba	11,00	41,2	35,5	34,1	73,2
Região da Capital	16,7	3,9	18,1	20,4	---
Oeste Paulista	45,8	9,3	31,5	5,5	---
Caminho do Sul	26,5	5,2	14,6	21,7	26,8
Litoral	---	40,3	0,4	18,2	---
Total	100	100	100	100	100
Regiões	Importância Relativa				
	Bovinos	Suínos	Cavalos	Mulas	Ovinos
Vale do Paraíba	6,1	16,1	4,6	12,5	11,1
Região da Capital	6,0	16,5	16,4	25,4	8,8
Oeste Paulista	35,2	63,2	34,8	26,4	35,6
Caminho do Sul	52,7	4,3	44,2	35,8	44,5
Litoral	---	---	---	---	---
Total	100	100	100	100	100

FONTE: LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005, p. 113.

Em suma, ao realizar uma análise detalhada das informações apresentadas nas tabelas 10, 11 e 12 percebe-se que para o ano de 1836 o milho era o principal produto agrícola produzido na Província de São Paulo, com uma produção de 93.238 toneladas, totalizando 1.974:277\$000 mil-réis; seguido pelo café e o açúcar, com 8.638 toneladas, totalizando 940:858\$000 mil-réis e 8.287 toneladas, totalizando 665:647\$000 mil-réis, respectivamente. Importante observar, também, a produção da aguardente, derivado da cana-de-açúcar, com o valor de 158:872\$000 mil-réis, sendo o valor da produção de derivados da cana-de-açúcar de 824:519\$000 mil-réis. Portanto, para o ano de 1836 o milho representava 34,3% da produção total da Província de São Paulo, sendo o Oeste Paulista, região a qual estava inserido São João do Rio Claro, o maior produtor com 45,8% do total produzido na Província deste gênero.

Nesse período o Oeste Paulista era o principal produtor de açúcar e aguardente. O açúcar representava quase a totalidade da produção da Província de São Paulo com 96,8% e a aguardente representava 42,6% da produção total paulista. Essas informações são fundamentais para refletir sobre a importância da economia agrícola do Oeste Paulista para a Província de São Paulo, dada a representatividade regional na produção de milho e derivados da cana-de-açúcar, sendo eles o açúcar e a aguardente. Portanto a produção agrícola do Oeste Paulista não atendia apenas a demanda do mercado interno com o abastecimento de milho, mas também do mercado externo com o açúcar.

Notadamente, as vilas onde se concentraram as maiores produções de derivados da cana-de-açúcar era Campinas e Itu, e mesmo o café em franco crescimento no Vale do Paraíba, a qual respondia por 70,2% da produção total da Província, no Oeste Paulista a produção da rubiácea representava 38% do total da renda agrícola da Província de São Paulo em 1836, portanto a região com produção agrícola diversificada e com maior participação na economia agrícola provincial nesse período.

O açúcar era o principal produto de exportação paulista desde o governo de Bernardo José de Lorena. Os esforços se faziam com os objetivos de facilitar as

exportações desse produto como melhorias nas estradas e no Porto de Santos. Melhorias desencadeadas nas últimas décadas do século XVIII. Até então, conforme aponta Maria Thereza Schorer Petrone,

Não existia na Capitania, desde os tempos do Morgado de Mateus, infraestrutura que facilitasse a exportação do açúcar. Santos, com relação ao comércio ultramarino, não oferecia as condições necessárias. As estradas não permitiam um rápido escoamento da safra de “serra acima”. A situação anterior da Capitania, da qual advém tais problemas, justifica ainda durante muito tempo a ausência dessa infraestrutura necessária à exportação do açúcar¹²².

Porém, a agricultura paulista tem seu maior desenvolvimento a partir da segunda metade do século XVIII e, principalmente, tem sua aceleração nas primeiras décadas do século XIX. A produção açucareira em São Paulo foi mais uma resposta aos apelos do mercado internacional após a crise na produção desse produto no Haiti causada pela revolução naquele país entre 1791 e 1804. A Revolução Haitiana¹²³ desestruturou o mercado mundial de açúcar, a qual veio a causar redução na oferta e elevação do seu preço, incentivando os investimentos e o desenvolvimento da lavoura canavieira em São Paulo, e na esteira desse processo, em São João do Rio Claro¹²⁴.

Assim, evidentemente, em fins do século XVIII e na primeira metade do século XIX, os centros produtores de açúcar e de aguardente em São Paulo localizavam-se, parte no litoral, principalmente o litoral Norte, e parte em duas áreas distintas de “serra acima”, a saber: a que se compreende no chamado quadrilátero do açúcar formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiaí¹²⁵. Destaque merece ser dado às produções de Campinas e Itu onde, nessa última localidade, em

¹²² PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1861)*. São Paulo: DIFEL, 1968, p. 144.

¹²³ Sobre a Revolução no Haiti ver, principalmente, C. R. L. James. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

¹²⁴ GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro: Tese de Livre-Docência [IGCE/UNESP-Rio Claro], 2001, p. 76.

¹²⁵ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1861)*. São Paulo: DIFEL, 1968, p. 24.

1836 existiam 98 engenhos, produzindo 91.965 arrobas de açúcar e 5.071 canadas de aguardente. Na realidade, comparando-se estas cifras com os dados de 1799, percebe-se que não houve um aumento tão considerável na produção, e o número de engenhos diminuiu. Nesse período, a maior cultivadora de cana-de-açúcar era Campinas, que tinha 93 engenhos de açúcar com destilação e 93 destilarias, produzindo 158.447 arrobas de açúcar e 7.399 canadas de aguardente. Mas, apesar de tudo, Itu ainda fornecia cerca de 1/6 da produção total da província, que era de 563.108 arrobas de açúcar. A título de comparação, a produção de café em Itu ainda era bem pequena, chegando ao número de 1.052 arrobas¹²⁶.

Devido ao aumento da procura pelo açúcar no mercado mundial a economia açucareira sofreu forte incentivo dos governos imperial e provincial, tomando quase por completo o solo de Campinas e Itu na segunda metade do século XVIII, com os engenhos fazendo frente ao progresso paulista, mas com todo o suporte proporcionado pelas culturas de mantimento como milho, feijão e arroz.

Por volta de 1818 haviam 60 engenhos na região do Oeste Paulista, e metade da população, de aproximadamente 6 mil almas, era constituída de indivíduos escravizados. Posteriormente, Piracicaba substituiu Campinas como a fronteira de exploração açucareira. Havia em Piracicaba, em 1816, 18 engenhos, e outros 12 estavam em fase de construção. Em São João do Rio Claro haviam 8 engenhos, no ano de 1822, com mais 3 sendo construídos, número que se eleva no ano de 1835 – 12 engenhos em funcionamento, conforme mostra a Tabela nº 13.

¹²⁶ *Idem*, p. 43.

TABELA Nº 13
Produção açucareira
São João do Rio Claro, 1822-1862

Categoria	1822	1835	1853	1862
Número de plantadores de cana	18	13	---	8
Número de usina em funcionamento	8	12	13	6
Escravos ocupados	262	299	---	---
Produção agrícola em toneladas métricas	158	177	522	264
Produção de aguardente em quilolitros	---	202	---	145
Preço da arroba de açúcar, em mil-réis	---	1,00	1,44	2,50

FONTE: APESP, População Piracicaba, 1822, 1835. APESP, OD/RC 396, Relatório da Câmara para o Presidente da Província, 26 jan. 1854. MHV-ABV, Relatório, 14 out. 1862. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 41.

Os custos para a implantação dos engenhos eram extremamente altos. Instalar um engenho movido por animais, com os equipamentos necessários, custava mais do que legalizar a própria sesmaria, e um engenho movido a água poderia custar dez vezes mais. Nesse sentido, conforme explica Warren Dean,

Só era possível manter lucrativo um engenho se uma grande quantidade de cana – mais do que a família era capaz de produzir – o alimentasse constantemente. O governo da colônia procurou assegurar, depois de 1802, a viabilidade dos engenhos existentes, restringindo a construção de novos. Por todas essas razões, a cultura da cana-de-açúcar só podia ser tentada pelos que tivessem vasto capital, muitos escravos e a posse de largas porções de floresta virgem. Em Rio Claro, nunca surgiu a classe de fornecedores de cana para usineiros. Ao contrário do que ocorria no Nordeste, onde havia numerosos rendeiros e cultivadores sem engenhos, em São Paulo quase toda a cana era cultivada pelo proprietário do engenho

em suas terras e com seus escravos. Sem dúvida, essa exclusividade se devia à pequena capacidade dos engenhos de Rio Claro – apenas três dentre eles, em 1835, produziam mais de mil arrobas (14,7 toneladas métricas)¹²⁷.

A Tabela nº 14 apresenta o grau de investimento de capital em um canavial.

TABELA Nº 14
Investimento de capital em um canavial
São João do Rio Claro, 1851

Investimento	Mil-Réis
Escravos (25, dos quais 14 eram homens)	10.400
Terras, residência e armazenamento	7.100
Engenho, inclusive alambique e depósito	2.600
Outros equipamentos e ferramentas	1.000
Animais	500
Total	21.600

FONTE: RC/C-1, inventário, 1851: inventário da propriedade de Manuel José de Carvalho e sua falecida esposa, Matilda. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 42.

Em São João do Rio Claro, a lavoura canavieira se formou ao longo da década de 1830, fruto de interesses econômicos dos primeiros colonizadores através das concessões de sesmarias ou até mesmo pela posse de terras; pela transmissão de heranças ou pela compra da terra. A economia açucareira moldou, em São João do Rio Claro, um povoado que aos poucos se desenvolveria de acordo

¹²⁷ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 40.

com os interesses do sistema capitalista vigente onde a posse, e posteriormente, a propriedade da terra se faziam necessárias e fundamentais.

A lavoura agroexportadora canavieira cresceu notavelmente durante a primeira metade do século XIX, o que marcou consideravelmente, uma maior definição das divisões sociais no Oeste Paulista. Nos extremos dessa sociedade nascente temos de um lado os senhores de engenho e comerciantes; do outro os escravos cada vez mais numerosos. Permeiam esses extremos uma sucessão de homens livres, médio e pequenos proprietários, posseiros e, sobretudo, os sem-terra e os jornaleiros, que se articulavam no setor da produção da lavoura de mantimentos para o autoconsumo e algum excedente para atender o comércio interno e por vezes também, em volume insignificante, o de exportação. Um mundo variado de artesãos, pequenos comerciantes, tropeiros, procuram viver em torno das pequenas vilas que surgiam naquele momento. Com a Vila de São João do Rio Claro não foi diferente.

O esteio econômico da Província de São Paulo era, indubitavelmente, o açúcar. A recuperação econômica de São Paulo se deve, indiscutivelmente, à lavoura canavieira. No entanto, a partir da primeira década da segunda metade do século XIX a economia açucareira, em São João do Rio Claro começa a entrar em declínio e passa a ceder espaço ao café.

TABELA Nº 15
Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de café
Província de São Paulo, 1854

Nº de Fazendas	2.618
Trabalhadores	
Agregados	4.223
Colonos	2.159
Escravos	55.834
Nº total de trabalhadores	62.216
Animais de condução da colheita	23.342
Colheita	
Total em Arrobas	4.338.756
Importância em mil-réis	10.461:173\$000
Extensão das Fazendas	
Em léguas quadradas	564
Léguas em quadro	90
Sesmarias	4

FONTE: APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

TABELA Nº 16
Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de açúcar
Província de São Paulo, 1854

Nº de Fazendas	667
Trabalhadores	
Agregados	698
Colonos	10
Escravos	15.641
Nº total de trabalhadores	16.641
Animais de condução	
Muares	12.223
Bois	500
Nº total de animais	12.723
Safra	
Total em Arrobas	866.140
Total em pipas de aguardente	332
Importância em mil-réis – açúcar	1.598:570\$000
Importância em mil-réis – aguardente	31:480\$000
Extensão das Fazendas	
Em léguas quadradas	616
Léguas em quadro	18
Sesmarias	10

FONTE: APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

TABELA Nº 17**Produção/criação de gado e nº de trabalhadores nas fazendas de gado****Província de São Paulo, 1854**

Nº de Fazendas	532
Trabalhadores	
Agregados	1.767
Escravos	4.342
Nº total de trabalhadores	6.109
Produção do gado	34.691
Rendimentos	
Reses vendidas	23.679
Importância em mil-réis	455:289\$000
Extensão das Fazendas	
Em léguas quadradas	1.047
Léguas em quadro	24

FONTE: APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

TABELA Nº 18
Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de café
São João do Rio Claro, 1854

Nº de Fazendas	65
Trabalhadores	
Agregados	313
Colonos	231
Escravos	4.426
Nº total de trabalhadores	4.970
Animais de condução da colheita	650
Colheita	
Total em Arrobas	99.670
Importância em mil-réis	239:890\$000
Extensão das Fazendas	
Em léguas quadradas dos terrenos	50
Léguas em quadro	---
Sesmarias	---

FONTE: APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

TABELA Nº 19
Produção agrícola e nº de trabalhadores das fazendas de açúcar
São João do Rio Claro, 1854

Nº de Fazendas	30
Trabalhadores	
Agregados	408
Colonos	---
Escravos	501
Nº total de trabalhadores	909
Animais de condução	201
Safrá	
Total em Arrobas	33.980
Importância em mil-réis	53:600\$000
Extensão das Fazendas	
Em léguas quadradas dos terrenos	27
Léguas em quadro	---
Sesmarias	---

FONTE: APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

TABELA Nº 20**Produção/criação de gado e nº de trabalhadores nas fazendas de gado****São João do Rio Claro, 1854**

Nº de Fazendas	57
Trabalhadores	
Agregados	423
Colonos	---
Escravos	723
Nº total de trabalhadores	1.146
Produção do gado	2.820
Comercialização	
Reses vendidas	2.845
Importância em mil-réis	56:690\$000
Extensão das Fazendas	
Em léguas quadradas dos terrenos	87
Léguas em quadro	---
Sesmarias	---

FONTE: APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

Ao analisar as informações contidas nas tabelas apresentadas anteriormente é possível perceber o crescimento da produção cafeeira na Província de São Paulo e a importância que essa cultura passou a ter para a economia paulista a partir da segunda metade do século XIX. Em 1854 foi produzido 4.338.756 arrobas de café, o que gerou uma receita total de 10.461:173\$000 mil-réis. Essas cifras aumentaram

consideravelmente nos anos que se seguiram, principalmente após a implantação da malha ferroviária na Província.

Quanto ao açúcar, ao que parece, o movimento foi de forma contrária. É visível, a partir dos dados apresentados acima, o declínio da economia açucareira em São Paulo. Percebe-se que na passagem da primeira para a segunda metade do século XIX a cana-de-açúcar passou a ceder espaço para o café e, em algumas localidades como Campinas, ocorreu uma espécie de inversão do capital acumulado na fase áurea do açúcar para a lavoura cafeeira. No ano de 1854 foram produzidos 866.140 arrobas de açúcar, o que gerou uma receita de 1.598:570\$000 mil-réis com um dispêndio de força de trabalho na ordem de 16.641 trabalhadores, sendo 15.570 escravos, 698 agregados e 10 colonos. Ora, nesse mesmo ano, na lavoura cafeeira, houve um dispêndio de força de trabalho 72% maior do que na lavoura açucareira com a utilização de 55.834 escravos, 4.223 agregados e 2.159 colonos¹²⁸, totalizando 62.216 trabalhadores. Quanto à força de trabalho escrava, constata-se que a escravaria utilizada para a produção de açúcar representava 28% da mão de obra utilizada na lavoura cafeeira.

Nesse período a pecuária na Província de São Paulo era uma economia voltada ao abastecimento do mercado interno, muito embora alguns produtos derivados do boi, como o couro, visavam atender a demanda do mercado externo. Nesse ano de 1854 houve uma produção considerável de 34.691 cabeças, sendo comercializadas 23.697 unidades, gerando uma receita de 455:289\$000 mil-réis. Para se chegar a esse nível de produção a força de trabalho utilizada foi de 4.342 escravos e 1.767 agregados.

Em São João do Rio Claro percebe-se, a partir da década de 1850, o início do desenvolvimento da economia cafeeira. No ano de 1854 houve uma produção de 99.670 arrobas de café gerando uma receita no valor de 239:890\$000 mil-réis, o que fez despendar uma força de trabalho de 4.970 trabalhadores, sendo eles: 4.426 escravos, 313 agregados e 231 colonos. A receita desse produto representava 2,29% da receita total da Província de São Paulo. Naquele ano o município com

¹²⁸ Ao que parece, a colonização com utilização de mão de obra importada da Europa era especificamente para a lavoura cafeeira. Isso mostra a força política dos fazendeiros cafeicultores nos quadros da política imperial no Brasil, uma vez que, importante salientar, a imigração europeia subvencionada foi amplamente financiada pelo Estado.

maior produção de café foi Bananal com 554.600 arrobas e uma receita na ordem de 1.227:750\$000 mil-réis¹²⁹. São João do Rio Claro não figurava entre os dez municípios maiores produtores de café, naquele momento ocupava a 14ª posição, hierarquia que iria se alterar ao longo dos anos quando, na década de 1880, seria o terceiro maior produtor de café da Província de São Paulo, com esse gênero ocupando posição hegemônica na produção agrícola na localidade.

A partir das informações apresentadas concorda-se com Warren Dean quando este autor explica que a partir do início da segunda metade do século XIX a cana-de-açúcar passou a ser subcapitalizada no município de São João do Rio Claro, a ponto de, na década de 1870, não produzir nem para suas próprias necessidades¹³⁰. Mas em 1854, mesmo a lavoura canavieira em início de declínio, houve uma produção considerável de 33.980 arrobas de açúcar, a qual gerou uma receita na ordem de 53:600\$000 mil-réis, o que representava 3,35% da produção total de açúcar da Província de São Paulo. Para se chegar a esse nível de produção foi utilizado como força de trabalho nas fazendas e engenhos um total de 909 trabalhadores, sendo 501 escravos e 408 agregados. Nesse ano de 1854, os maiores produtores de açúcar foram os municípios que se encontravam no chamado “quadrilátero do açúcar” como Mogi Mirim, com uma produção total de 227.000 arrobas, o que gerou uma receita com esse produto na ordem de 452:000\$000 mil-réis; e Itu, com uma produção de 159.070 arrobas e uma receita total de 254:512\$000 mil-réis¹³¹.

A produção de gado em São João do Rio Claro tinha importância considerável, não apenas para a economia local, mas também para a provincial. Voltada especificamente ao abastecimento interno, com exceção do couro, onde parte da produção era destinada ao mercado externo, a criação de gado em 1854, gerou uma receita total de 56:690\$000 mil-réis. São João do Rio Claro foi, nesse ano, o terceiro maior produtor de gado da Província de São Paulo. Apenas

¹²⁹ APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

¹³⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 41.

¹³¹ APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

Itapetininga, que tinha como base de sua economia a pecuária¹³², com uma receita total de 431:530\$000 mil-réis, e Araraquara, com produção que gerou uma receita total de 70:000\$000, tiveram produção maiores que a vila de São João do Rio Claro¹³³.

Desse modo, conforme se verificou anteriormente, São João do Rio Claro experimentou uma época peculiar de transformações econômicas, políticas e sociais. A estrutura da economia local foi definida pela conjuntura econômica daquele período de passagem do século XVIII para o século XIX, ou seja, que essa economia colonial se definia pelo seu caráter mercantil e escravista integrada nos quadros do capitalismo comercial e da política mercantilista destinada à produção de produtos primários limitados para o mercado externo¹³⁴. Assim como na maior parte das regiões do País, constata-se, em São João do Rio Claro, a tendência, nas décadas iniciais de sua existência, de diversificação da produção agrícola, fenômeno observado por José Jobson de Andrade Arruda em sua obra *O Brasil no Comércio Colonial* naquele período. Nesse caso, conforme aponta esse historiador, ocorreu uma contradição ao nível da produção colonial, uma vez que a monocultura foi substituída pela diversificação, claro sem deixar de ser mercantil, escravista e dependente do mercado externo¹³⁵.

O fenômeno ocorrido em São João do Rio Claro, conforme foi apresentado nas páginas anteriores, seguiu a tendência natural da conjuntura econômica do País naquele período. A diversificação da produção agrícola era uma das formas para o local ser autossustentável. Os esforços estavam voltados para a produção da cana-de-açúcar, mas outras culturas de subsistência também cresciam, se não na mesma proporção, bem próximo a isso. A produção de milho, arroz, feijão e porcos é uma demonstração de que além de atender a demanda do mercado externo havia a preocupação em desenvolver uma economia voltada especificamente ao mercado

¹³² Nesse ano de 1854 a receita com açúcar em Itapetininga foi de 7:780\$000 mil-réis e com o café foi de 7:450\$000 mil-réis.

¹³³ APESP, *Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo*, 1854. Relatório apresentado a Assembléa Legislativa Provincial pelo Dr. José Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo, 1855.

¹³⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980, p. 604.

¹³⁵ *Idem*, p. 605.

interno como subproduto, ou até mesmo como cultura principal, o milho deixa evidente e dá uma coloração a essa constatação.

É digno de menção o fato de que essas culturas, naquele momento, tiveram papel fundamental para construção de uma estrutura a que veio se assentar a economia cafeeira em São João do Rio Claro. É compreensível a substituição do açúcar pelo café, uma vez que a demanda no mercado mundial por esse produto vinha em uma crescente bastante acentuada, além dos custos de produção serem, consideravelmente, menores. Mas, mesmo estando essas culturas de exportação em primeiro plano na produção agrícola rio-clarense, primeiro a cana-de-açúcar depois o café, existiram lavouras de caráter tipicamente mercantil para o abastecimento interno que davam suporte às grandes lavouras de exportação. Essa economia de subsistência que se desenvolveu nos primórdios de São João do Rio Claro foi tão importante para a economia local quanto a “menina dos olhos” da elite latifundiária que era, obviamente, as culturas que proporcionavam maior lucratividade e que tinham incentivos estatais, nesse caso as lavouras voltadas ao abastecimento do mercado externo como o açúcar e, posteriormente o café.

2.2 Trabalho e trabalhadores no prelúdio da economia de exportação.

A formação econômica de São João do Rio Claro, principalmente em seus anos iniciais foi, em grande medida, assentada, em primeiro momento, na economia de abastecimento e, posteriormente, na grande propriedade para atender ao mercado externo. Quando da abertura do caminho para as minas no Mato Grosso, no final do século XVIII, houve maior circulação de homens e mulheres na região do Morro Azul aumentando, assim, a demanda por gêneros alimentícios, não apenas destinados aos indivíduos que pelo local circulavam, mas também aos animais. Mas, como mostra a historiografia local e os documentos existentes, essa economia de abastecimento interno utilizava pouca mão de obra escrava, sendo esse mercado de subsistência suprido por produtos produzidos em unidades agrícolas familiares com poucos ou nenhum escravo.

TABELA Nº 21
Estrutura do Setor Agrícola
São João do Rio Claro, 1822-1857

Categoria	Número			Porcentagem		
	1822	1835	1857	1822	1835	1857
Total de propriedades rurais	224	401	820	100,0	100,0	100,0
Que lavravam sua própria terra	151	258	448	67,4	64,3	54,6
Com escravos	31	62	55	13,8	15,4	6,7
Sem escravos	120	196	393	53,6	48,8	47,9
Rendeiros, agregados e colonos	10	28	372	27,7	35,2	45,4
Com escravos	9	3	-	-	-	-
Sem escravos	1	25	-	-	-	-
Trabalhadores sem estabilidade	52	113	-	-	-	-
Mendigos, sem ocupação	11	2	-	-	-	-

FONTE: APESP, População Piracicaba, 1822, 1835. APESP, OD/RC 396, Relatório da Câmara para o Presidente da Província, 26 jan. 1854. MHV-ABV, Relatório, 14 out. 1862. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 34.

Ao que tudo indica, a presença do agregado, principalmente nas menores propriedades foi constante em São João do Rio Claro nas primeiras décadas de sua existência. Em estudo sobre a formação econômica de Taubaté Armênio de Souza Rangel constata que os agregados constituíam os elementos mais humildes da população livre, pois além de viverem de favor, em sua maioria não possuíam escravos. Nessa localidade, afirma ainda Rangel, dos 518 domicílios 459, um percentual de 88,6%, não possuíam escravos. Mais adiante, esse economista mostra que em Taubaté dentre os proprietários de terra, 128 possuíam 1.034

escravos. Logo, em sua grande maioria, os proprietários de terra não possuíam escravos¹³⁶.

Em 1822, existia em São João do Rio Claro 489 cativos, o qual representava 32,1% da população residente na localidade. Pode-se, afirmar, dessa forma, que em seus primórdios, a região rio-clarense apresentou uma estrutura econômica semelhante a de outras áreas da Província de São Paulo, quando se faz uma análise a partir de uma estrutura baseada na economia mercantil de abastecimento. Percebe-se, dessa forma, que, assim como mostrou Armênio Rangel para Taubaté, em São João do Rio Claro eram os grandes proprietários que dominavam a grande lavoura, porém os pequenos e médios produtores também se inseriam dentro de um restrito contexto mercantil. Os pequenos e médios proprietários dedicavam-se a plantar cana-de-açúcar para venda aos grandes engenhos¹³⁷, mas, em sua grande maioria, cultivavam milho, mandioca, criavam porcos e vendiam o excedente no mercado local e regional.

Dentro desse contexto, pode-se destacar a presença do rendeiro, dos membros da unidade familiar e principalmente dos agregados. Ora, sob o aspecto econômico, esses agregados faz as vezes de um pequeno produtor autônomo que, embora, muitas vezes, ligado ao grande proprietário, e seu subordinado, não se entrosava na organização normal e regular da grande lavoura¹³⁸.

São João do Rio Claro até meados da primeira metade do século XIX era uma região de fronteira que experimentou altos índices de violência. As taxas de crimes de morte no interior da Província de São Paulo, no ano de 1835 foram de 35 mortes por mil habitantes; para o distrito de Constituição, que incluía São João do Rio Claro, a taxa de crime para aquele ano foi absurdamente elevada, quando alcançou o índice de 176 mortes por mil habitantes¹³⁹. A isso se deve,

¹³⁶ RANGEL, Armênio de Souza. *Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté* no início do século XIX. In. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: v.28, n.2, 1998, p. 357.

¹³⁷ Conforme, PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1968.

¹³⁸ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 159.

¹³⁹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 36.

indubitavelmente, a estrutura social que estava se formando na Região. De acordo com Warren Dean,

A expulsão dos posseiros, a defesa dos limites imprecisos da propriedade, a supervisão da força de trabalho escravizada, controle social dos que não tinham terras, tudo exigia o emprego da força. Agregados eram recrutados como capangas, uma política particular de que guardava as divisas e executava qualquer ato violento que o fazendeiro lhes ordenasse, inclusive assassinatos. Às vezes se encontrava quem gostasse desse tipo de ocupação tirânica, mas a maioria dos rendeiros temia desempenhar essas atividades, que os expunham aos perigos da vingança pessoal. Os camaradas, inseguros e sem raízes, frequentemente envolviam-se em turbulências a esmo, em geral voltados contra seus assemelhados¹⁴⁰.

Como se pode notar a utilização dos serviços de agregados e camaradas não ficavam restritos apenas a produção, estendiam-se para outras atividades que, naquele período, estavam ligadas a disputas por territórios e pelo poder local.

Mas, definitivamente, o que caracterizou, não apenas a sociedade rio-clarense, mas toda a sociedade brasileira de princípios do século XIX, foi a escravidão. Assim, como bem definiu Caio Prado Jr.

Em todo lugar onde encontramos tal instituição, aqui como alhures, nenhuma outra levou-lhe a palma na influência que exerce, no papel que representa em todos os setores da vida social. Organização econômica, padrões materiais e morais, nada há que a presença do trabalho servil, quando alcança as proporções de que fomos testemunhas, deixe de atingir; e de um modo profundo, seja diretamente, seja por suas repercussões remotas¹⁴¹.

¹⁴⁰ *Idem*, p. 36. Warren Dean afirma ainda que São João do Rio Claro, entre os anos de 1842 e 1846, foi cena de crimes políticos durante uma crise que abalou a província paulista, a um tempo em que a oligarquia local ainda não estava firmemente assentada.

¹⁴¹ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 269.

A organização do espaço, não apenas rural mas também urbano, de São João do Rio Claro se deu através da montagem de uma estrutura social e econômica, que veio a favorecer a economia açucareira e, posteriormente, a cafeeira. A arquitetura econômica que se montou nos “Sertões do Morro Azul”, após o período em que prevaleceu uma economia mercantil de abastecimento local e regional, estava voltada ao abastecimento do mercado externo. Parte-se, portanto, desse ponto, a análise do quadro local rio-clarense, onde se deve levar em consideração não apenas a composição regional da terra, trabalho e capital, mas também a dinâmica política, considerando-se as relações entre fazendeiros, trabalhadores escravizados e o Estado Nacional¹⁴². Mas deve-se considerar, também, a arena da economia-mundo de passagem do século XVIII para o século XIX e o movimento do açúcar, e posteriormente, o café nesse novo cenário da economia mundial. Ora, no mundo moderno, a produção de mercadorias alicerçada na mão de obra escrava somente se tornou possível por se tratar de produção voltada para a exportação, a qual, por seu turno, destinava-se aos mercados da Europa¹⁴³.

Como exposto em parágrafos anteriores, em São João do Rio Claro o elemento cativo representava 32,1% da população total em 1822, e 20,6% da população em 1835. Ao longo do século XIX, em números absolutos, a população cativa de São João do Rio Claro cresceu consideravelmente, somente entrando em declínio nos três anos finais do escravismo no Brasil. Naquela localidade, desde a sua gênese, havia escravos em todas as grandes propriedades que se ocupavam de todos os estágios do cultivo, desde a derrubada da floresta até a operação das máquinas de beneficiamento¹⁴⁴.

¹⁴² MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba Paulista e a formação do mercado mundial de café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 344.

¹⁴³ PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. *O capital escravista-mercantil*. In: PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da (org). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2010, p. 18.

¹⁴⁴ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 61.

Durante a primeira metade do século XIX, período em que nos ocupamos neste capítulo¹⁴⁵, a mão de obra escrava era, com frequência, utilizada pelos grandes fazendeiros que ali começaram a se instalarem trazendo fortunas e escravos de outras regiões como Itu e Capital, as pequenas unidades familiares demandavam mão de obra complementar apenas sazonalmente. Ao contrário do que perceberam alguns dos mais eminentes historiadores e economistas como Celso Furtado e Caio Prado Jr., o período de prelúdio das economias açucareira e cafeeira em São João do Rio Claro, a agricultura de subsistência não teve um caráter secundário ou marginal, mas sim se apresentava como economia principal, sendo o milho o produto com maior importância na hierarquia da produção. Mas, essa economia mercantil de abastecimento floresceu em São João do Rio Claro como suporte para a economia de exportação, primeiro ao abastecimento das tropas que por ali passavam rumo às minas no Mato Grosso, e posteriormente ao açúcar e ao café. Antes do café São João do Rio Claro já se integrava na zona canavieira paulista com grandes unidades territoriais, sendo a organização do trabalho baseada no escravismo.

No ano de 1835, conforme se verificou nas tabelas apresentadas anteriormente, dos 419 escravos existentes em São João do Rio Claro, 199 estavam ocupados nas plantações de açúcar, ou seja, 47,49% da força de trabalho cativa estava ocupada nos 12 engenhos em funcionamento naquela localidade. Dessa forma, mais da metade (52,51%) na mão de obra escrava era destinada à produção de outras culturas, como por exemplo, o milho.

Ao longo da última década da primeira metade do século XIX, a economia açucareira vinha em franca decadência, não apenas por fatores ligados exclusivamente a essa cultura como a não preocupação de aperfeiçoamento e inovações e sua tecnologia rudimentar, como bem mostrou Maria Thereza Schorer Petrone¹⁴⁶; mas também pelo início de um novo ciclo representado pelo surgimento

¹⁴⁵ Alguns aspectos sobre a escravidão serão abordados no capítulo seguinte quando se fará uma incursão pelo interior da economia cafeeira.

¹⁴⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1968. Sobre o trabalho escravo na lavoura canavieira em São Paulo Maria Thereza Petrone escreveu: Em São Paulo, como nas outras áreas canavieiras, o escravo trabalhava no canavial, na moenda, na caldeira, nas fases finais da preparação do açúcar, além dos outros trabalhos na fazenda. O escravo ainda podia ser emprestado ou alugado para outra fazenda de cana. Esse caso não deve ter sido muito raro em São Paulo, onde a produção de açúcar não contava com longa tradição e onde, com o rápido desenvolvimento dessa atividade, havia falta de mão de obra especializada. Assim, quando

de um produto que marcou não apenas a paisagem física de uma cidade, mas também provocou transformações sociais, econômicas e urbanas que são vistas até os dias atuais – a rubiácea chamada café.

um senhor de engenho iniciava sua fazenda, não contando com escravos experientes na fabricação do açúcar, obtinha por empréstimo um para ensinar aos seus os processos.

CAPÍTULO 3

O CAFÉ, OS ESCRAVOS E A DINÂMICA DA ECONOMIA CAFEIEIRA.

3.1 São João do Rio Claro: economia e sociedade no prelúdio da modernidade nacional.

Foi a partir de 1854 que o café começou a suplantiar o açúcar em São João do Rio Claro. Desde esta data o ciclo da cana-de-açúcar naquela localidade foi claramente sendo subcapitalizado e tornando-se especulativo. De acordo com o historiador Warren Dean os fazendeiros de São João do Rio Claro financiavam a produção local com o que ganhavam nas propriedades de Campinas e Itu. A exaustão das florestas e do solo em regiões mais antigas teria, com o tempo, transformado a região numa área canavieira importante, mas então já o café substituíra a cana¹⁴⁷. A ascensão do café em São João do Rio Claro coincidiu com o aumento do número de escravos na cidade, conforme se apresenta na tabela a seguir:

¹⁴⁷ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 41.

TABELA Nº 22
População Escrava em São João do Rio Claro
1856-1888.

Ano	Número de escravos	Porcentagem da população total
1856	1.426	-
1872	3.935	26,2
1874	4.182	-
1875	4.429	-
1876	4.467	-
1882	4.852	-
1883	4.866	-
1884	4.980	-
1885 (Junho)	4.709	20,5
1887 (Março)	3.304	14,7
1888 (Março)	1.663	-

FONTE: 1856: PESTANA, Paulo. *O café em São Paulo*, p. 13. 1872: Recenseamento. 1876: Brazil, Directoria Geral de Estatística, *Relatório*, 1878. 1874-88: Escravos 1, 2 e SP (P), Presidente da Província, *Relatório*, 1883-89. Apud. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 63.

Concomitante ao aumento significativo de escravos, a produção de café dá um salto entre os anos 1835 e 1857-59. Enquanto que nesse primeiro ano a produção de café era ínfima chegando a 0,5 tonelada métrica com apenas 2 plantadores, em 1857-59 alcança uma produção de 1.764 toneladas métricas com 44 plantadores. Esse avanço continua, chegando a 2.557 toneladas métricas em

1862 e 6.000 em 1876 com 91 plantadores¹⁴⁸. Enquanto isso, em 1862, a produção açucareira apresentava um declínio absoluto com uma produção de 264 toneladas métricas e uma produção de 145 quilolitros de aguardente com o total de 8 plantadores de cana-de-açúcar e 6 usinas em funcionamento, chegando, São João do Rio Claro, em 1873, a ponto de não produzir nem para suas próprias necessidades¹⁴⁹.

Foi na esteira dos cafezais que as ferrovias paulistas emergiram e se ampliaram, em completa dependência dos interesses dos produtores, administradores e comerciantes de café¹⁵⁰. Em 11 de agosto de 1876 foi inaugurada a estação ferroviária de São João do Rio Claro, que mudou o panorama econômico e social da cidade. Porém, como nos mostra Dean:

A Companhia Paulista de Estradas de Ferro não estava disposta a continuar a linha até Campinas e Rio Claro, um grupo de fazendeiros assumiu o encargo. Entre eles haviam 22 com lavouras em Rio Claro, inclusive o Conde de Três Rios, a família Vergueiro e o Visconde do Rio Claro. O levantamento do capital foi atrasado pela Guerra do Paraguai, mas a Companhia Paulista de Estradas de Ferro trouxe a linha até Campinas em 1872. Forte pressão de políticos de Rio Claro e Limeira forçaram a Companhia a estender seus trilhos até Rio Claro, e a seção completou-se em agosto de 1876, ao custo de 5,8 milhões de mil-réis¹⁵¹.

As discussões em torno do prolongamento da estrada de ferro até São João do Rio Claro tem início ainda na década de 1850 quando se tem a gênese da construção do sistema ferroviário de São Paulo com uma linha conectando o Porto de Santos à Jundiaí¹⁵².

¹⁴⁸ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 52.

¹⁴⁹ *Idem*, p. 41.

¹⁵⁰ SAES, Flavio A. Marques. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: HUCITEC, 1981, p. 63.

¹⁵¹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 54.

¹⁵² LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 80.

Segundo a historiadora Maria Lúcia Lamounier,

O privilégio para a construção da linha foi concedido ao Barão de Mauá em 1856. Dois anos depois, Mauá contratou a companhia inglesa Sharpe and Sons para os trabalhos de construção. Em 1860, a concessão foi transferida para a companhia São Paulo Railway Company (SPR), que inaugurou a linha de Santos para São Paulo e Jundiaí (139 km) em 1867¹⁵³.

Em 1868 o engenheiro Daniel M. Fox encaminha ao Barão de Itaúna, então Presidente da Província de São Paulo, uma proposta para realizar estudos acerca do prolongamento da estrada de ferro de Campinas à São João do Rio Claro. Daniel M. Fox, em ofício com data de 11 de Setembro de 1868 apresenta a referida proposta:

Ilmo e Exmo. Senhor Barão de Itaúna

Tenho a honra de passar as maos de V. E.cia a proposta inclusas para fazer os estudos de prolongamento da Estrada de Ferro de Campinas a São João do Rio Claro.

A Assembleia Provincial votara a quantia de 20 Contos de Reis para este trabalho importante, mas acho-me habilitado a fazer os ditos estudos para a somma de 18 Contos de Reis. Não julgo necessario tomar o tempo de V. E.cia. em mostrar as vantagens deste importante melhoramento, mas devo lembrar a V. E.cia. que qualquer Companhia ou Empreuario quer podia executar o dito prolongamento deveria pagar a Provincia as despesas.¹⁵⁴

Como se pode observar nas palavras do Engenheiro Daniel M. Fox, a participação do Estado foi fundamental no processo de implantação e desenvolvimento da malha ferroviária em São Paulo. Ana Lúcia Duarte Lanna

¹⁵³ *Idem*, p. 80.

¹⁵⁴ APESP. Officios Diversos. Rio Claro. Officio do Engenheiro Daniel M. Fox ao Presidente da Província Barão de Itaúna em 11 de setembro de 1868.

argumenta que a concessão para a construção e a exploração das linhas era um primeiro e fundamental momento da articulação entre empreendimento econômico e práticas políticas¹⁵⁵. Conforme ressalta essa historiadora:

Políticos e empreendedores locais obtinham o direito de implantar uma linha ferroviária. Com este título, negociavam parceiros e instituíam um grupo fundador, que realizava lucros significativos ao pagar em ações aos que tinham obtido a concessão, sem despendar para isto nenhum capital. A assinatura de contratos, a obtenção de garantias de juros e do pagamento dos mesmos, independentemente da realização das obras acordadas, assim como a precariedade dos canais de fiscalização são outras características essenciais desta relação entre estado e economia, consolidando uma imensa superposição entre bem público e interesse privado. A contratação de trabalhadores, a gestão das empresas e a compra das companhias pelo governo, quando estas enfrentavam sérias dificuldades, completam este quadro recorrente e estrutural de práticas políticas ilícitas que contaminam e perpassam o sistema ferroviário do país¹⁵⁶.

Com a extensão da linha férrea até São João do Rio Claro não foi diferente. A São Paulo Railway (SPR) não atravessava uma área de cultivo de café, pois terminava exatamente onde as culturas começavam. Maria Lúcia Lamounier explica que de acordo com o contrato de concessão, a São Paulo Railway tinha o direito de estender a linha até Rio Claro, mas não demonstrou interesse nesse sentido¹⁵⁷. Ao que parece, ainda segundo essa historiadora, a decisão de não ir além de Jundiaí foi aconselhada pelo engenheiro-chefe da São Paulo Railway E. Brunlees, que acreditava que todas as outras linhas viriam obrigatoriamente alimentar a São Paulo Railway¹⁵⁸. Dessa forma, houve a necessidade de intervenção de políticos e fazendeiros de São João do Rio Claro e Região em garantir a materialização e prolongamento da ferrovia até a cidade. Entre os interventores estavam o Visconde

¹⁵⁵ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *As ferrovias do Brasil, 1870-1920*. In: *História Econômica e História de Empresas*. Rio de Janeiro: VIII, no. 01, 2005, p. 10.

¹⁵⁶ *Idem*, p. 10.

¹⁵⁷ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 80.

¹⁵⁸ *Idem*, p. 80.

do Rio Claro, a Família Vergueiro, o Conde do Pinhal e o Barão de Piracicaba, os quais figuravam, também, como os principais acionistas da recém criada Companhia Paulista de Estrada de Ferro (CPEF).

Impossível, não mencionar a forte presença do Estado do processo de implantação das ferrovias no Brasil, mesmo quando o empreendimento era totalmente privado. A política de garantias de juros de retorno ao capital ferroviário foi um dos mais importantes mecanismos institucionais que serviu de chamariz ao interesse privado para investir em estradas de ferro¹⁵⁹. De acordo com Guilherme Grandi, as ferrovias estavam vinculadas diretamente, em seu nascedouro, ao desenvolvimento das atividades agroexportadoras, a maioria dessas ferrovias foram construídas com o objetivo de reduzir os custos de transporte dos produtos exportáveis, facilitando o escoamento através do acesso aos principais portos de navegação¹⁶⁰.

Dessa forma, Guilherme Grandi mostra que:

Ao se discutir o advento desse meio de transporte em nosso país, não se pode deixar de examinar o papel do Estado enquanto fomentador e regulador das vias férreas. É compreensível que seja assim, pois através da atuação específica do Estado verificam-se os principais delineamentos dos processos de modernização da infraestrutura nacional de transporte¹⁶¹.

Como se sabe, estavam intimamente relacionados à construção das ferrovias e a expansão da agricultura de exportação, principalmente na Região Sudeste do Brasil, bem como no processo de interiorização do País. Sérgio Milliet, em trabalho pioneiro, argumenta que:

¹⁵⁹ GRANDI, Guilherme, *Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 32.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 32.

¹⁶¹ *Ibidem*, p. 32.

Atrás do café e por vezes à sua frente penetram as ferrovias. Com elas os colonos estrangeiros e o comércio semi-sedentário. Cidades erguem-se, crescem rápidas sem o tempo suficiente para tomar pé, sem raízes bastante fortes para resistir desde logo as vicissitudes da marcha vertiginosa e fatigante¹⁶².

Conforme se apresenta na Tabela nº 23, a produção de café crescia vertiginosamente em São João do Rio Claro, a ferrovia veio contribuir consideravelmente, e consolidar esse crescimento da economia cafeeira na região.

¹⁶² MILLIET, Sergio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. 4 ed., São Paulo: Hucitec, 1982, p. 20.

TABELA Nº 23
Produção de Café em São João do Rio Claro
1835-1929

Ano	Número de Plantadores	Toneladas Métricas	Ano	Número de Plantadores	Toneladas Métricas
1835	2	0,5	1897	-	9.300
1851	-	294	1898	-	9.815
1852	-	470	1899	-	11.378
1853	-	756	1900	-	10.503
1854	25	1.671	1901	-	14.824
1855	-	1.466	1903	-	9.071
1857-59	44	1.764	1905	394	13.172
1862	-	2.557	1907	-	14.642
1874	-	4.410	1909	-	12.356
1876	91	6.000	1911	-	8.940
1884	-	6.000	1913	-	9.135
1886	-	9.000	1915	-	10.785
1892	152	7.895	1917	-	10.980
1894	-	6.269	1919	287	8.070
1895	213	8.024	1929	507	4.050

Fonte: DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 52.

Como se pode observar, entre 1835 e 1874 houve um considerável crescimento de 8.820% da produção de café em toneladas métricas com 77 plantadores. Contudo, no que tange os dois próximos anos – 1874 a 1876, sendo esse último o ano da chegada da ferrovia em São João do Rio Claro – o crescimento é de apenas 73,5%, saltando de uma produção de 4.410 toneladas métricas em 1874 para 6.000 em 1876 com 91 plantadores, com a produção permanecendo constante em 1884, ou seja, 6.000 toneladas métricas. Percebe-se, então, que a produção de café vinha em constante crescimento desde 1835, sofrendo uma pequena redução de 12,27% entre os anos de 1854 e 1855. Portando, como foi observado anteriormente, a ferrovia consolidou a expansão da economia cafeeira em São João do Rio Claro contribuindo para o processo de urbanização local.

Odilon Nogueira de Matos em seu clássico *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira* explica a importância das ferrovias para o desenvolvimento da economia cafeeira em São Paulo¹⁶³. Em outro importante trabalho Matos observa que as ferrovias não apenas reduziram os custos de transporte das mercadorias, como também fez com que ocorresse a extinção das despesas do Estado no conserto de estradas.

De acordo com este eminente historiador e geógrafo,

Em 1855, o Conselheiro José Antonio Saraiva, Presidente da Província, calculava em dois milhões e meio de arrobas a produção de café, açúcar e outros gêneros que deviam ser transportados pela estrada projetada e em um milhão de arrobas a quantidade de gêneros importados; portanto, três milhões e quinhentas mil arrobas transportáveis pela via férrea. Isto, sem calcular o transporte de passageiros, cujo número seria avultado, pois passavam anualmente pela barreira de Cubatão cerca de quarenta mil cavaleiros. Apontava as vantagens que adiriam da construção dessa estrada: o desenvolvimento do comércio de Santos, o desenvolvimento do trabalho livre e da colonização, a redução do preço dos transportes a uma terça parte do que se pagava, o melhoramento dos processos industriais, o aumento do valor das terras, a cessação das despesas públicas com as estradas a ser substituída pela linha férrea, a influência da facilidade das

¹⁶³ MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

comunicações sobre o “estado moral e político” da Província e, finalmente, a criação do “espírito de empresa”¹⁶⁴.

De fato, em ofício com data de 04 de janeiro de 1869 o Inspetor Antonio Pereira dos Santos encaminhou um ofício ao Barão de Itaúna, então Presidente da Província de São Paulo, informando o mesmo sobre o orçamento para o conserto da estrada que ligava São João do Rio Claro à Brotas e Araraquara. Tais consertos foram orçados em 5:000\$000 mil-réis, o que levou, também, a uma discussão na Câmara sobre os altos custos para a manutenção das estradas¹⁶⁵.

Não se trata apenas de observar os vínculos existentes das ferrovias com a redução dos custos de transporte, a expansão da fronteira agrícola e o desenvolvimento da economia cafeeira. Necessário analisar, também, as inovações tecnológicas propiciadas pela introdução das ferrovias no Brasil, uma vez que engendrou um enorme ciclo de transferência tecnológica dos países centrais para os periféricos. Desse modo, as ferrovias surgem com o propósito modernizador, nos moldes de uma política econômica governamental claramente atrelada e identificada com os interesses dos fazendeiros cafeicultores na intenção de reduzir as distâncias, econômicas e sociais, que separavam o Brasil dos países europeus e norte-americanos.

Evidentemente, com seu funcionamento, as ferrovias tornaram as informações mais rápidas e teve impacto significativo no mercado de trabalho e na economia das regiões onde prevalecia a produção de gêneros agrícolas voltados ao mercado externo. Conforme expõe Flávio Azevedo Marques de Saes,

Não é necessário nenhum argumento complexo, portanto, para reconhecer que o estabelecimento de linhas férreas a partir do porto de Santos constituiu forte estímulo à expansão das plantações de café. Esse

¹⁶⁴ MATOS, Odilon Nogueira de. *Vias de comunicação*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico. T 2, V 4 – Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 54.

¹⁶⁵ APESP. Offícios Diversos. Rio Claro. Offício do Inspetor Antonio Pereira dos Santos ao Presidente da Província Barão de Itaúna em 04 de janeiro de 1869. Atas da Câmara Municipal de Rio Claro – Sessão de 08 de fevereiro de 1869.

movimento de café e ferrovias foi acompanhado pelo crescimento da população: a imigração europeia, principalmente de italianos, forneceria, desde meados dos anos oitenta, grandes contingentes populacionais como fonte de mão de obra para a economia cafeeira, diante da insuficiência do trabalho escravo, que sobreviveu até 1888¹⁶⁶.

São consideráveis os estudos que versam sobre os vínculos entre o desenvolvimento da malha ferroviária e as transformações nas relações de trabalho no Brasil¹⁶⁷. Conforme aponta Wilma Peres Costa, a estrada de ferro veio a poupar mão de obra escrava, anteriormente ocupada no transporte por mulas, permitindo uma concentração de escravos nas lavouras de exportação¹⁶⁸. Ora, esse argumento teria o suporte no Decreto Feijó de 1835, de fato a primeira lei que estabelecia um planejamento para as ferrovias no Brasil, quando da primeira concessão ferroviária, onde foi proibido a utilização da força de trabalho escrava na construção das ferrovias. Muitas vezes ocorria a burla nos dispositivos legais em decorrência, principalmente, das lacunas na legislação e das fragilidades do aparelho judiciário no Império. Embora tais medidas tivessem como objetivo dar proteção à agricultura prevenindo uma possível evasão de trabalhadores, com frequência empreiteiros alugavam escravos para o trabalho de derrubada de matas e construção de estradas, além de outras atividades de menor complexidade.

Para Maria Lúcia Lamounier essa questão é bastante complexa, primeiro porque há indícios de utilização de mão de obra escrava nas ferrovias, especialmente nas obras de construção. Segundo, porque não é possível identificar as propostas de transformação/transição para o “trabalho livre” como sendo especificamente “trabalho assalariado”, na maioria das vezes a expressão

¹⁶⁶ SAES, Flávio Marques Azevedo de. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão da economia cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História econômica da Independência e do Império*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, p. 180. Esse notável economista mostrou nesse estudo não apenas o impacto das ferrovias na expansão da economia cafeeira, mas também no processo de diversificação da atividade econômica das áreas produtoras de café, no sentido de “abastecimento” das empresas ferroviárias.

¹⁶⁷ Ver, por exemplo: LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. COSTA, Wilma Peres. *Ferrovia e trabalho assalariado em São Paulo*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], Campinas: IFCH/UNICAMP, 1976. Entre outros.

¹⁶⁸ COSTA, Wilma Peres. *Ferrovia e trabalho assalariado em São Paulo*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], Campinas: IFCH/UNICAMP, 1976, p. 128.

significava apenas “trabalho não escravo”¹⁶⁹. Ainda, de acordo com essa cientista social e historiadora, apesar das proibições em leis e contratos, existem evidências, sobretudo nas obras de construção, de que a regra nem sempre foi seguida: aplicava-se apenas à companhia e aos empreiteiros principais, e não a empreiteiros menores, subempreiteiros e prestadoras de serviços¹⁷⁰.

Embora existisse legislação com o evidente propósito de conter a evasão de braços escravos para a construção das estradas, a mesma tinha certas limitações, ou até mesmo, não tinham eficácia alguma. No entanto, necessário observar a tentativa do Estado em dar suporte legal para as novas relações de trabalho que estavam surgindo no Brasil, fruto do desenvolvimento do capitalismo no País caracterizado, no plano externo, pela nova divisão internacional do trabalho, pela expansão do movimento internacional de capitais; e no plano interno, pela disponibilidade de capital aliado à expansão da cafeicultura, que determinou alterações profundas na estrutura econômica e social (desenvolvimento dos transportes, incremento da vida urbana, entre outros)¹⁷¹.

De fato, o café, na segunda metade do século XIX, era o principal produto na pauta de exportações brasileira, com crescente aumento na demanda mundial. Evidentemente, houve contribuição significativa o desenvolvimento dos transportes no País, especificamente as ferrovias, no processo de expansão da economia cafeeira e o crescimento dos núcleos urbanos em São Paulo.

Flávio Saes explica que a expansão da rede ferroviária em São Paulo, o crescimento da população e da produção de café (ou das exportações) são processos paralelos com fortes inter-relações¹⁷². A tabela nº 24 mostra alguns dados

¹⁶⁹ LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012, p. 161.

¹⁷⁰ *Idem*, p. 161.

¹⁷¹ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Dissertação [Mestrado em História], Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985. Ainda, segundo essa historiadora, este processo de desenvolvimento capitalista penetra e domina de novas formas a economia nacional. Exemplo marcante são as concessões para os serviços públicos cedidas ao capital internacional, basicamente inglês, e a crescente exportação de capitais e maquinarias. Concomitante, a presença de um Estado Nacional, com a ruptura do exclusivismo comercial e do Antigo Sistema Colônia, e a previsibilidade do fim da escravidão com a abolição de tráfico negroiro rompem o caráter colonial da produção inserindo-a na nova divisão internacional do trabalho.

¹⁷² SAES, Flávio Marques Azevedo de. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão da economia cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José

que vai evidenciar tais fatos, claro sem realizar generalizações para localidades específicas. Percebe-se que concomitante a expansão da rede ferroviária ocorria o aumento das exportações de café, bem como o crescimento populacional na Província e, posteriormente, Estado de São Paulo.

TABELA Nº 24

São Paulo: rede ferroviária, população e exportações de café pelo porto de Santos – 1870-1900.

Anos	Rede ferroviária (KM)	Exportação de café	População
		por Santos (sacas de 60kg)	
1870	139	543.425	-
1875	655	740.603	837.354 (1874)
1880	1.212	1.204.328	-
1885	1.640	1.627.176	1.221.380 (1886)
1890	2.425	3.048.327	-
1895	2.962	3.135.196	-
1900	3.373	7.821.541	2.279.608

FONTE: (1) Rede ferroviária: Secretaria de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas do Estado de São Paulo. Ano de 1938, *Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Interventor Federal no Estado pelo Eng. Guilherme Ernesto Winter. Relatório no. 10*. São Paulo: Tipografia Brasil, 1941, p. 35. (2) Exportações de café: Araújo, J. Ribeiro. *Santos, o Porto do Café*. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1969, p. 172. (3) População: Camargo, J.F. *Crescimento da População do Estado de São Paulo e seus Aspectos Econômicos*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1952, vol. II, Tabelas 11 e 12. *Apud*. SAES, Flávio Marques Azevedo de. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão da economia cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História econômica da Independência e do Império*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, p. 180.

Em São João do Rio Claro, a ferrovia não apenas consolidou a expansão cafeeira como veio a atender aos anseios da elite local, além de reduzir consideravelmente os custos de transporte. O Barão do Rio Claro, tendo como referência a Lei nº 31 de 12 de maio de 1854 – onde a Assembleia Legislativa Provincial concedeu autorização ao Governo Provincial liberdade para realizar concessões da construção e manutenção da Estrada de Ferro de Santos para a Capital e Interior – mostra a importância e a necessidade da construção da ferrovia

até São João do Rio Claro. Escreveu o Barão do Rio Claro, em ofício com data de 09 de outubro de 1857:

Nos daria hoje uma estrada de carros e de rodagem para se poder com facilidade exportar os generos do municipio que por ca estão demorados por falta de transporte¹⁷³.

A tabela nº 25 demonstra o quão elevado eram os custos de transporte no período “pré-ferrovia” na Província de São Paulo.

TABELA Nº 25
Província de São Paulo
Despesas com transporte de café – 1860

Descrição	Valor
Capital empregado na compra de 40 animais	6:400\$000
Juro de 12% a.a. sobre o capital	768\$000
Remonta anual de pelo menos 5 animais	800\$000
Gasto com 7 escravos escolhidos	2:450\$000
Salário do arreador	600\$000
Alimentação da tropa (milho)	7:300\$000
Ferragens, sustento do pessoal, barreiras, despesas eventuais	2:000\$000
SOMA	20:318\$000

FONTE: Annaes da Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo, 1860, p. 449. *Apud*, DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Ferrovia e expansão cafeeira: um estudo da modernização dos meios de transporte*. In: *Revista de História*, São Paulo: No. 104 – 4 trimestre de 1975, p. 829.

¹⁷³ APESP. *Offícios Diversos. Rio Claro. Offício do Barão do Rio Claro ao Presidente da Província em 09 de outubro de 1857*.

Os cálculos foram feitos a partir das despesas de transportes que incorriam sobre uma produção de 9.000 arrobas, a serem transportadas a uma distância de 15 léguas (99 km) anualmente, a qual chega ao total de 20:318\$000 mil-réis, conforme evidencia os dados mostrados na tabela de número 26. Mesmo sendo desonerado do capital imobilizado na aquisição da tropa, as despesas do fazendeiro chegava ao total de 13:918\$000 mil-réis. Como consequência dos altos custos, obviamente os lucros do fazendeiro diminuía consideravelmente¹⁷⁴.

Diana Maria Diniz explica que um cafeicultor para poder colher 9.000 arrobas ele precisava ter um cafezal de, no mínimo, 300.000 pés. Calculando-se o pé de café a 300 réis, teremos um total investido de 90:000\$000 mil-réis, somente em plantações. A esse capital deveria ser acrescido o preço dos escravos, no mínimo em número de 100 para o trabalho dos 300.000 pés de café. O capital empregado na escravaria, a um preço médio, alcançaria um total de 150:000\$000 mil-réis, ao qual se deveria somar o valor das terras, benfeitorias, instrumentos de trabalho, totalizando 60:000\$000 mil-réis. Finalmente chegando a soma de 300:000\$000 mil-réis, capital que deveria ser empregado para a obtenção das 9.000 arrobas já referidas¹⁷⁵.

O geógrafo francês Pierre Monbeig argumenta que o desenvolvimento da cultura cafeeira em torno de Campinas, e mesmo além desta cidade, criou para logo uma dupla dificuldade: era preciso que as tropas transpusessem 200 km, e exigia que o Porto de Santos fosse aparelhado para a manutenção de uma tonelagem crescente. Segundo esse autor, um viajante suíço, Johann Jakob von Tschudi, notava, que em 1860, era quase impossível plantar além de São João do Rio Claro, pois que a distância a vencer, para ganhar Santos, era muito grande. Alguns anos antes, em 1855, calculava um presidente da Província de São Paulo que 500 arrobas de gêneros exportáveis não circulavam, por causa do custo do transporte, elevado demais¹⁷⁶.

Flávio Saes observa que as ferrovias foram vistas, na segunda metade do século XIX como condição para o crescimento da economia cafeeira em São Paulo.

¹⁷⁴ DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Ferrovia e expansão cafeeira: um estudo da modernização dos meios de transporte*. In: Revista de História, São Paulo: No. 104 – 4 trimestre de 1975, p. 829.

¹⁷⁵ *Idem*. p. 829-830.

¹⁷⁶ MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiro de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984, p. 98.

O antigo sistema de transporte (as tropas de mulas) mostrava-se excessivamente oneroso diante da crescente interiorização das plantações de café¹⁷⁷. Embora a chegada das ferrovias viesse a solucionar um problema, outros surgiram, onde foram provocados pelo funcionamento deficiente das ferrovias em sua fase inicial, uma vez que não estava atendendo completamente as exigências dos fazendeiros das regiões produtoras de café¹⁷⁸. As reclamações desses indivíduos se fundamentavam na má conservação e falta de vagões para atender a demanda local, tanto para o transporte de mercadoria, quanto de passageiros.

Mesmo com problemas no início de sua operação a ferrovia emergiu como uma solução aos problemas de escoamento da produção de café desde o período em que prevaleceu a cana-de-açúcar. Indubitavelmente, a ferrovia foi para a cidade de São João do Rio Claro e Região fundamental para a consolidação e expansão da economia cafeeira.

Desse modo, em 11 de agosto de 1876 era inaugurada a estação ferroviária de São João do Rio Claro, quando a cidade deixa de ser conhecida como “boca do sertão” para se tornar a cidade “ponta do trilho”, o que veio a se concretizar graças às intervenções de políticos e fazendeiros de São João do Rio Claro e Limeira devido ao impasse do prolongamento da via além de Campinas.

A fim de resolver tal impasse foram colhidas assinaturas em São João do Rio Claro e Limeira, mas o assunto continuou pendente. Somente em 1873, conforme aponta Diana Maria Diniz, por aviso do Ministério da Agricultura, ficou reconhecida a

¹⁷⁷ SAES, Flávio Marques Azevedo de. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão da economia cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História econômica da Independência e do Império*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002, p. 179. Ainda, de acordo com esse economista, além dos custos do transporte, outro óbice que se colocava era o péssimo estado das estradas de rodagem que causava perdas de mercadorias e mesmo de animais.

¹⁷⁸ DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Ferrovia e expansão cafeeira: um estudo da modernização dos meios de transporte*. In: Revista de História, São Paulo: No. 104 – 4 trimestre de 1975, p. 834. Diniz mostra o debate em torno dessa questão na Assembleia Legislativa Provincial de São Paulo em sessão no ano de 1869. Um deputado assim se expressou: “Não sei que fatalidade, Sr. Presidente, ou mão de ferro pesa sobre esta empresa, de sorte que nos que esperavamos um futuro brilhante e grandioso trazido por este gigante do progresso, estamos ao contrario, observando que ella se vae tornando fatal ao engrandecimento e à prosperidade da Provincia de São Paulo”. E continuou de forma mais contundente: “A directoria da estrada de ferro, em Londres, há mais de um anno Sr. Presidente, que tem recebido reclamações para mandar locomotivas sufficientes para o transporte de generos, seus delegados annunciam todos os dias que estão a chegar quatro locomotivas para este fim e chega apenas uma. As locomotivas que actualmente estão de tal modo danificadas que não podem conduzir, si quer os generos que se acham depositados nos armazens da cidade de Jundiaí”.

conveniência do prolongamento da ferrovia, assim o Governo Provincial foi autorizado a prolongar a estrada de ferro de Campinas ao São João do Rio Claro. Diniz, então, observa que:

À Paulista coube a realização da referida ligação ferroviária, com a concessão obtida em 1874. Embora desde 1868 se fizessem sugestões para a construção de uma estrada de segunda classe de Campinas à Rio Claro, com a finalidade primordial de apressar a ligação ferroviária, só em 1876 é que a ferrovia alcançou Rio Claro, seguindo, no entanto, o mesmo padrão, de primeira classe. Esta ferrovia possuía excelentes condições técnicas, com raio mínimo de 301 metros. Como atingia uma zona da Província que apresentava um ritmo acelerado de desenvolvimento e a maior produção de café do Brasil, seu custo foi amplamente compensado pelos lucros. Os juros de 7% a.a. garantidos aos acionistas pela Província só foram pagos pelo governo durante a construção, pois assim que a estrada foi aberta ao tráfego, a renda líquida foi suficiente para cobrir aquele lucro¹⁷⁹.

Evidentemente a ferrovia contribuiu consideravelmente para a expansão cafeeira na região de São João do Rio Claro, como também favorecer o seu desenvolvimento urbano e aumentar sua zona de influência como cidade na condição de “ponta de trilho”. Essa localidade permaneceu assim até 1884, quando outra ferrovia ligou São João do Rio Claro a São Carlos do Pinhal.

Os trilhos da Companhia Paulista pararam em São João do Rio Claro, o que veio facilitar o desenvolvimento e o escoamento da produção de café local e regional. Porém, além dos trilhos começava crescer a produção cafeeira, a qual será marcada por uma nova fase da rede ferroviária em São Paulo, justamente para atender os anseios dos fazendeiros e reduzir os custos da produção dessa mercadoria.

São João do Rio Claro nas últimas décadas do século XIX respirava progresso e modernidade. Tentara-se implantar em 1887 uma linha de bondes que

¹⁷⁹ DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Tese [Doutorado em História], Rio Claro: Faculdade de Filosofia, 1973, p. 146.

circularia até a divisa de Piracicaba, porém o projeto não se concretizou. Nestas últimas décadas, as autoridades se preocupavam com questões envolvendo o abastecimento de água, - que teve seu primeiro contrato firmado no dia 11 de novembro de 1884 -, e com o estabelecimento de normas para o arruamento da cidade. Mas, após a inauguração da via férrea, o fato de maior importância para a cidade foi a concretização de um dos maiores empreendimentos da época: São João do Rio Claro foi a primeira cidade na Província de São Paulo a receber luz elétrica, a qual foi inaugurada no dia 7 de setembro de 1885. Nas bases do contrato constava:

Os contractantes Real e Portela se obrigam pelo presente contracto nesta cidade nos lugares designados pela Camara, representada pelo seu Presidente em questão ... dez focos de luz do Systema de arco Weston, collocados sobre postes de madeira de dez metros de altura;

Estes focos serão accesos durante as noites em que não houver lua cheia, das seis horas da tarde ás cinco da manhã nos meses de abril a setembro das sete horas ás cinco da manhã dos meses de outubro á março;

Cada foco de luz custará anualmente a Camara a quantia de sete centos e trinta mil reis, pagos em prestações mensais;

Os contractantes se obrigarão a assentar os machinismos para funcionar a iluminação até o dia sete de setembro de mil oitocentos e oitenta e cinco;

A Camara prestará parte da Caza do mercado para o ajuntamento das machinas e aparelhos da iluminação e depósito de combustível, se os contractantes não encontrarem outra caza que mais conveniente seja ao estabelecimento da planta electrica;

A Camara se obriga a solicitar da Assembleia Provincial um privilégio por vinte annos em favor do contractante para que se tenham estes direitos exclusivo de contracto a iluminação por meio de luz electrica nas cazas particulares desta cidade, pelo systema incandescente de arco¹⁸⁰.

¹⁸⁰ Livro nº 1 de Contractos e Arrematações da Prefeitura de Rio Claro: 55 a 58. 1890.

Casarões erguiam-se do chão, fruto da opulência gerada pelo café. Era uma terra de contrastes, como todas as importantes cidades do Brasil em fins de Império e do sistema de trabalho escravista. As construções eram, de início, erguidas por mão de obra escrava e depois pelos imigrantes. A “modernização” começou a surgir a partir de sua antítese, o “antigo”. Assim São João do Rio Claro irrompeu a década de 1880 como a segunda cidade da Província de São Paulo em produção de café e a terceira em importância econômica¹⁸¹.

Essas transformações ocorridas na cidade coincidiram com as transformações a nível global. O mundo estava vivendo o impacto da Revolução Científico-Tecnológica que alterou, consideravelmente, tanto os hábitos e costumes do cotidiano, quanto o ritmo e intensidade dos transportes, comunicação e, também, do trabalho¹⁸².

A ideia de progresso já era, então, urbana, porém apoiada pelos recursos advindos do campo. Sergio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, observa que o desenvolvimento das comunicações, sobretudo das vias férreas, que procuravam de preferência as zonas produtoras de café, acentuaram e facilitaram a relação de dependência entre essas áreas rurais e as cidades¹⁸³. As regiões cafeeiras começaram a ter feições típicas daqueles centros industriais onde, o fazendeiro tornou-se um tipo citadino, mais do que rural, e um indivíduo para quem a propriedade agrícola constituía, em primeiro plano, meio de vida e só ocasionalmente local de residência ou recreio¹⁸⁴.

¹⁸¹ Os dados mostrados por Sergio Milliet evidenciam a afirmação.

Produção cafeeira das cidades do Oeste Paulista, 1836-1920 (em arrobas).

CIDADES	1836	1854	1886	1920
Campinas	8.021	335.550	1.500.000	795.680
Limeira	---	121.800	200.000	167.240
Piracicaba	---	---	300.000	486.761
Jundiaí	1.276	60.000	506.666	441.347
Mogi-Mirim	610	80.000	---	229.547
Rio Claro	---	99.670	600.000	428.267

FONTE: MILLIET, Sergio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. 4 ed., São Paulo: Hucitec, 1982, p. 48.

¹⁸² SEVCENKO, Nicolau. *Introdução. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada – vol. 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 11.

¹⁸³ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 175.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 175.

A imigração de trabalhadores estrangeiros, a partir de 1870, teve um fluxo contínuo. A partir de 1841, o Senador Nicolau de Campos Vergueiro antevendo o gradual declínio de abastecimento da força de trabalho escrava, se a proibição do tráfico de escravos africanos se confirmasse¹⁸⁵, decidiu importar trabalhadores livres europeus. Após a experiência com os portugueses, segundo o historiador norte-americano Warren Dean, a primeira leva, formada por 64 famílias alemãs, num total de 432 pessoas, vindas da Prússia, Baviera e Holstein, chegaram à fazenda Ibicaba, em Limeira, em 1847, juntamente quando sua plantação de café estava começando a produzir¹⁸⁶. Porém, ainda em 1852, ele não eliminara o trabalho escravo: uma força de 250 escravos continuava a tratar de outros lotes em Ibicaba¹⁸⁷.

A partir da década de 1880, os imigrantes, que começavam a chegar em grande quantidade, já vinham sendo favorecidos por contratos que, parcialmente – e aparentemente –, os beneficiavam. É importante salientar, que, em muitas fazendas os ex-escravos foram perdendo espaço no mercado de trabalho em São João do Rio Claro, em razão do aparente privilégio que tiveram os trabalhadores europeus, uma vez que a elite brasileira achava-se imbuída do projeto de branqueamento do povo e modernização do país, pela construção de uma “nação branca”¹⁸⁸.

Após 1890, ocorreu um “boom” na entrada de imigrantes no Brasil, principalmente em São Paulo, onde, como nos mostra o historiador Thomas Holloway, somente entre os anos de 1893 e 1895 as entradas na Hospedaria de Imigrantes de São Paulo chegaram a 202.409 almas¹⁸⁹. Sabe-se, perfeitamente que grande parte desse contingente de pessoas seria aproveitada nas lavouras cafeeiras; tal fato coincidiu com a introdução, a partir de 1870 e ganhando maior fôlego da década de 1880 em diante, de teorias de pensamento até então pouco

¹⁸⁵ Como de fato ocorreu com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz que proibiu definitivamente o tráfico de escravos provenientes do mercado africano.

¹⁸⁶ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 95.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 99.

¹⁸⁸ Para uma melhor reflexão sobre o tema ver, principalmente: SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006. FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008. DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

¹⁸⁹ HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 90.

conhecidas no cenário intelectual brasileiro, como o positivismo, o darwinismo social e o evolucionismo.

Assim, libertos, emancipados, trabalhadores nacionais ou quaisquer outras categorias sociais cujos referenciais estavam associados a cor ou raça ficaram excluídos do mercado de trabalho e dos projetos do governo brasileiro da pequena propriedade familiar, destinada à imigração branca e ao trabalho livre, devido aos critérios de civilização dos adeptos da seleção natural de Darwin¹⁹⁰.

Porém, como argumentou a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, no momento da passagem da escravidão para o trabalho livre, se desencadeou um processo de formação das classes trabalhadoras nas diferentes regiões do país, que representou um impasse para as classes dominantes, provocando processos políticos para fortalecer a hegemonia das classes dominantes¹⁹¹.

Dentro da desigualdade do processo de crescimento econômico se faz necessário realçar a resistência que ofereceram os grupos sociais não determinantes à política de dominação dos grupos no poder. Trata-se de observar que os indivíduos pertencentes a grupos sociais não hegemônicos não tinham suas funções bem determinadas dentro da sociedade brasileira oitocentista, tipicamente agrária e escravista.

A população de São João do Rio Claro cresceu vertiginosamente após 11 de agosto de 1876, data da inauguração da linha férrea. Segundo Warren Dean, em 1872 a população total de São João do Rio Claro era da ordem de 15.035 almas, crescendo para 20.133 em 1886 e 24.584 no ano de 1890¹⁹².

A ferrovia transformou consideravelmente a vida das pessoas na cidade, além de acelerar o processo de urbanização. A cidade apresentava um aspecto bastante

¹⁹⁰ SEYFERTH, Giralda. *Imigração, ocupação territorial e cidadania: o Vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 79. Mas, como argumenta Seyferth, o privilégio concedido aos imigrantes europeus no contexto da colonização não teve a contrapartida de seu reconhecimento como cidadãos plenos, dada a sua categorização como alienígenas ou estrangeiros, nem sempre coerente com os dispositivos legais.

¹⁹¹ DIAS, Maria Odila L. S. *Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

¹⁹² DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 155.

agradável, com as casas bem construídas e mais juntas umas das outras, do que em Campinas, onde as ruas poeirentas deixavam os transeuntes bastante incomodados¹⁹³.

Durante esse período, de acordo com Fábio Alexandre dos Santos:

A primeira impressão que ressalta no cenário urbano são as novas construções, que quebram a monotonia da paisagem urbana, como o prédio da Cadeia e da Câmara, construídos em meados da década de 1870, abrigando a Cadeia no térreo e a Câmara no andar superior; o prédio do Teatro São João; e os diversos casarões construídos pelos fazendeiros-negociantes na cidade, como o sobrado de José Luiz Borges, o Barão de Dourados¹⁹⁴.

A chegada da ferrovia não mudou apenas a paisagem urbana, mas também o cenário econômico. A ferrovia também era mesclada quanto ao seu uso. A poderosa linha férrea não transportava apenas o valioso café, que antes era escoado para o Porto de Santos no lombo de mulas e burros, enfrentando longos percursos de estradas esburacadas. Transportava, também, pessoas dos mais diferentes grupos sociais. Escravos fujões chegavam a utilizarem-se dos seus serviços para se refugiarem em Santos ou na Capital. Também as informações passaram a circular com maior rapidez.

Observando São João do Rio Claro a partir, principalmente, das três últimas décadas do século XIX, particularmente as décadas de 1870 e 1880, percebe-se uma cidade multifacetada, onde concomitantemente ao processo de modernização de alguns setores da economia local, outros setores continuavam a operar com precariedade e rusticidade, afirmando o que alguns economistas e sociólogos chamaram de dualismo econômico no desenvolvimento do Brasil. São João do Rio Claro, certamente, não fugiu a essa regra.

¹⁹³ SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Campinas: Dissertação (mestrado em História Econômica). IE-UNICAMP, 2000, p. 59.

¹⁹⁴ *Idem*, p. 59.

3.2 Sendo cativo nas terras de São João.

São João do Rio Claro – que se localiza na chamada região do Oeste Histórico Paulista¹⁹⁵, que tem seu início em Campinas, chegando até o município de Ribeirão Preto – foi caracterizado como um município no qual a utilização da força de trabalho cativa foi fundamental para a economia local.

Até a abolição não havia lavouras de homens plenamente livres em São João do Rio Claro. Para conseguir a manutenção da produção de café, que se encontrava em seu auge, a utilização da força de trabalho do cativo se fazia necessária. De acordo com Warren Dean, em 1885 a população escrava em São João do Rio Claro era da ordem de 4.709 cativos, equivalente a 20,5% da população total do município, decrescendo nos anos subsequentes, sendo 3.304 o número de escravos no ano de 1887 e 1.663 para o ano de 1888 até o mês de março, respectivamente equivalente a 14,7% e 7,4% da população total, dois meses antes da abolição¹⁹⁶.

A presença de escravos e forros compondo tanto a paisagem urbana, mas também a rural, de São João do Rio Claro remonta ao início do processo de colonização da região do Morro Azul. O elemento cativo, nos primórdios da sociedade rio-clarense, desempenhava diversas funções, não apenas aquelas ligadas a economia agroexportadora, mas também, em outros setores econômicos que vinham crescendo, consideravelmente, juntamente com o processo de urbanização da cidade.

Por ser uma região tipicamente agroexportadora, principalmente após o advento da economia cafeeira, os escravos, em sua grande maioria, estavam subordinados as exigências desse setor econômico que tinha como pilar, incontestavelmente, a mão de obra cativa. A euforia econômica gerada pela economia cafeeira no alvorecer da segunda metade do século XIX provocou um

¹⁹⁵ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2005.

¹⁹⁶ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 63.

movimento populacional não apenas na Província de São Paulo, mas também no Império. Ou seja, verificou-se um esvaziamento demográfico de regiões com economia decadente e um aumento da população nas áreas com a economia em expansão.

Coincidiu a abolição do comércio de escravos africanos com a expansão da economia cafeeira na região de São João do Rio Claro. As províncias com economia decadente, como as do Nordeste passaram a exportar escravos para as províncias do Sul, principalmente São Paulo e Rio de Janeiro. Ora, com frequência a única mercadoria que os fazendeiros do Nordeste dispunham era justamente o escravo¹⁹⁷. Até mesmo antes do tráfico transatlântico de africanos ter terminado, pequenos números de escravos do nordeste brasileiro já estavam entrando nos mercados de escravos do Rio de Janeiro para irem ao encontro da procura criada pelo cultivo do café. Em 1842, o movimento de escravos entre as províncias já era suficientemente amplo para precisar de regulamentos e, em 1847, uma grande seca, na Província do Ceará e em sua volta, já aumentara grandemente o fluxo espontâneo dos escravos das regiões Norte e Nordeste para o Sul e Sudeste¹⁹⁸.

Tornou-se muito claro que após 1850, com a promulgação da célebre Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, chamada de Lei Eusébio de Queiroz, a intensificação do comércio interno de cativos no Brasil. Intensifica-se não somente porque as províncias do Nordeste estavam em franca decadência, mas também devido à gênese da empresa cafeeira como latifúndio escravista. João Manuel Cardoso de Mello observou, com muita pertinência, que o trabalhador escravizado, no período entre 1850 e 1860, constituía a força de trabalho com custos menores que o trabalho assalariado para a empresa cafeeira. Em especial, no que respeita a empresa cafeeira paulista Cardoso de Mello argumenta que:

Surge [a empresa cafeeira] como latifúndio também e principalmente porque dados os preços dos recursos produtivos e se definindo a produção cada vez mais com produção em massa, as margens de lucro eram reduzidas, o

¹⁹⁷ Conforme, principalmente, BARICKMAN, B. J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881)*. Afro-Ásia, v. 21-22, 1998-99, pp.177-237.

¹⁹⁸ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 65.

que impunha uma escala mínima de produção lucrativa e, reversivamente, determinava investimentos vultosos, que funcionavam como barreira à entrada. Como latifúndio escravista, não somente porque escravos estivessem disponíveis. Surge como latifúndio escravista também e principalmente porque, tendo em vista, novamente o caráter da demanda externa e o investimento exigido, o trabalho escravo, superexplorado, mostrou-se mais rentável. Estava excluído, mais uma vez, o trabalho assalariado, não porque nestas plagas e naqueles tempos o capital demonstrasse qualquer vocação escravista. Assim foi porque a taxa de salários dever-se-ia fixar em níveis elevados, pois haveria de compensar aos olhos dos produtores diretos e alternativas de produzirem sua própria subsistência, como posseiros ou pequenos proprietários. E por isto, o custo de reprodução do escravo era menor que o do trabalho livre¹⁹⁹.

O apego à escravidão, como se tem demonstrado a historiografia, nas novas regiões da Província de São Paulo na segunda metade do século XIX foi muito maior do que se pensava, e tem demonstrado que a preferência pelo trabalho escravo, nesse período não era, necessariamente, sinal de mentalidade avessa à administração racional da empresa cafeeira²⁰⁰. Ora, para viabilizar o desenvolvimento da economia mercantil-escravista era necessário três condições fundamentais que João Manuel Cardoso de Mello enumerou da seguinte maneira: 1) à disponibilidade de trabalho escravo a preços lucrativos; 2) existência de terras em que a produção pudesse ser rentável; e, 3) às condições de realização, relativamente autônomas, porque dependiam, também, do comportamento das economias importadoras²⁰¹. Ao longo do século XIX, as condições estavam propícias à gênese e desenvolvimento da empresa cafeeira na Província de São Paulo, principalmente quando se considera a dinâmica do mercado interno de escravos a

¹⁹⁹ MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10 ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998, p. 59.

²⁰⁰ SLENES, Robert. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850 – 1888*. In: COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986. Vários foram os historiadores que empreenderam análises sobre a racionalidade na administração da empresa cafeeira, entre outros ver, principalmente: STOCK, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986. COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Editora UNESP, 1998. BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

²⁰¹ MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10 ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998, p. 61.

partir da transferência da mão de obra das regiões decadentes para as regiões em ascensão; a fronteira agrícola em expansão no Oeste Paulista, com oferta de terras férteis propícias à cultura do café; e um produto que vinha com demanda crescente no mercado externo.

Indubitavelmente, o desenvolvimento da economia cafeeira na região sudeste, principalmente nas províncias de São Paulo e Rio de Janeiro, propiciou a intensificação e o aquecimento do comércio interno de escravos no Império do Brasil a partir do início da segunda metade do século XIX. Jacob Gorender, em astuta observação, estimou em 300 mil cativos envolvidos no tráfico interprovincial entre 1850 e 1888²⁰². De acordo com Gorender,

(...) depois de 1850, o tráfico interprovincial se tornou um conduto regular e substancial de abastecimento de mão de obra. Pode-se estimar que, em 35 anos, os municípios cafeeiros absorveram cerca de 300 mil escravos fornecidos pelo tráfico interprovincial e pelo tráfico intraprovincial, isto é, neste último caso, pelas transferências de municípios não cafeeiros aos municípios cafeeiros do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais²⁰³.

Importante observar, e acrescentar, às análises a respeito do mercado de mão de obra, principalmente do lado da oferta, para atender a demanda da empresa cafeeira, o crescimento vegetativo e a reprodução natural de escravos após 1850,

²⁰² GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

²⁰³ *Idem*, p. 356. Gorender apoiado em extensa bibliografia mostra as dimensões do tráfico interprovincial nas primeiras décadas da segunda metade do século XIX. Segundo Tavares Bastos, de janeiro de 1850 a abril de 1862, chegaram das províncias à cidade do Rio de Janeiro (entreponto redistribuidor para as regiões cafeeiras) 37.408 escravos. De acordo com informações colhidas por Ferreira Soares, de 1852 a 1859, somente as regiões Norte e Nordeste enviou, por vias legais, 26.622 escravos ao Rio, aos quais se poderia acrescentar mais 50% encaminhados por vias ilegais. O ministro Willian Christie, representante inglês no Brasil, forneceu as seguintes cifras de escravos importados pelo Rio de Janeiro de 1852 a 1862: do Norte - 31.264; do Sul - 3.404; total - 34.668. Segundo Perdigão Malheiro, de 1850 a 1865, as províncias do Norte - da Bahia para cima - remeteram 43 mil escravos. De 1854 a 1863, somente da Bahia vieram ao Rio 9.326 escravos. Do Ceará, entre 1854 a 1865, saíram 3.652 escravos. A pequenina Província de Sergipe, segundo pesquisa de Ariosvaldo de Figueiredo, exportou, de 1858 a 1861, um total de 1.113 escravos. Aparentemente, pelo que se infere da pesquisa de Soares de Galliza, maior resistência demonstrou o escravismo da Paraíba, pois, de maneira legal, somente 292 escravos foram exportados por essa província entre 1856 e 1864. Vale salientar que tais cifras registram o tráfico legal, submetido a taxas provinciais, omitindo o contrabando reconhecidamente volumoso.

bem como o aumento da expectativa de vida da população escrava. José Flávio Motta, em pesquisa de fôlego, estimou um aumento de quinze a vinte anos a vida útil do cativo²⁰⁴, claro tendo por referência o escravo que trabalhava no meio rural, principalmente na lavoura cafeeira. Porém, os registros indicam que em São João do Rio Claro a taxa de sobrevivência dos escravos era, em geral, considerada uma consequência das condições de vida e de trabalho proporcionadas pelos donos. Essas informações servem, também, de indicação para se compreender a organização interna da comunidade escrava, uma vez que esses indivíduos conseguiam sobreviver apesar das condições que lhes eram impostas. Os escravos caçavam com armadilhas, pescavam e plantavam por conta própria nos seus dias de folga, a fim de suplementar a dieta. Trabalhavam a dinheiro para poder comprar mais roupas e coberta. Cuidavam uns dos outros nas doenças, empregando seus próprios remédios, que as vezes eram plantas trazidas da África. Os fazendeiros pouco mais faziam do que isolar os casos contagiosos. Durante epidemias os escravos, em geral, não eram admitidos nos hospitais. Os médicos da cidade atendiam quase que exclusivamente a população livre, deixando a própria sorte a população escrava²⁰⁵.

No que diz respeito a taxa de crescimento do plantel de escravos em São João do Rio Claro, algumas informações evidenciam sua positividade e grau elevado desde as primeiras décadas da segunda metade do século XIX. A abolição do comércio transatlântico de escravos provocou uma reorganização no sistema escravocrata para se ter uma continuidade, principalmente em áreas econômicas dinâmicas. Era necessário, portanto, novas alternativas como a intensificação do tráfico interprovincial e intraprovincial, bem como a reprodução natural do plantel escravista. A Tabela nº 26 apresenta a procedência dos escravos inseridos no mercado de mão de obra cativa em São João do Rio Claro.

²⁰⁴ MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, p. 64.

²⁰⁵ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 84. De acordo com Warren Dean, a permanência dos escravos nos trabalhos de campo foi estimada entre sete e quinze anos.

TABELA Nº 26

Origem dos escravos inseridos no mercado em São João do Rio Claro.

Origem	Recenseamento de 1872	Percentagem	Vendas 1873-1883	Percentagem
Norte-Nordeste	339	73	160	63
Maranhão	---	---	39	---
Pernambuco	96	---	16	---
Bahia	133	---	73	---
Outras províncias	110	---	32	---
Centro-Leste	124	27	74	29
Minas Gerais	---	---	56	---
Rio de Janeiro	124	---	12	---
Outras províncias	---	---	6	---
Sul	---	---	18	8
Todas Províncias	---	---	18	---
TOTAL	463	100	252	100

FONTE: Recenseamento de 1872. RC/Caixa-2, Livro de venda de escravos. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 68.

O comércio de escravos entre as províncias era resultado inevitável da proibição do tráfico desde a África em 1850, bem como da crescente disparidade, de 1830 em diante, nas perspectivas de produção exportável no Norte e no Sul. O súbito aumento no volume do comércio em São João do Rio Claro deveu-se, principalmente, à chegada da linha férrea a Campinas em 1872 e na cidade em 1876, mas também a promulgação da Lei do Ventre Livre em setembro de 1871, talvez tenha contribuído para intensificar esse mercado de mão de obra cativa. Essa

lei, que declarava livre todas as crianças nascidas de escravas, a partir de então, obrigava ao proprietário da mãe a alimentar e vestir esses ingênuos até que fizessem oito anos, ou até os 21, se quisessem utilizar sua força de trabalho até essa data. Para os proprietários rurais do Nordeste em estagnação, bem como em outras áreas mesmo as de economia com certo dinamismo, a posse de escravos adolescentes tornou-se um risco potencialmente oneroso e de compensação incerta. A manutenção de uma criança escrava em 1870 custava aproximadamente 40 mil-réis por ano, e podia contar-se apenas a metade dos ingênuos alcançariam os oito anos de idade. De acordo com Warren Dean, as vendas de escravos registrados em São João do Rio Claro, a partir de 1872, consistiam na maior parte de meninos de 10 a 15 anos de idade. Raramente eles eram acompanhado dos pais, sendo declarados, quase sempre, bem provável que de maneira falsa, de mãe desconhecida ou falecida²⁰⁶.

Dentro desse contexto, a economia cafeeira estava em plena expansão e um dos problemas que os fazendeiros cafeicultores se depararam foi justamente com a oferta de mão de obra, uma vez extinto o comércio transatlântico. Celso Furtado explica que durante o século XIX, a força de trabalho da economia brasileira estava basicamente constituída por uma massa de escravos que talvez não alcançasse dois milhões de indivíduos. Qualquer empreendimento que se pretendesse realizar teria de chocar com a inelasticidade da oferta de mão de obra²⁰⁷. Em São João do Rio Claro, conforme foi apontado anteriormente, principalmente após 1850, existiu uma forte correlação entre o aumento da população escrava e a expansão da economia cafeeira. O dinamismo econômico do complexo cafeeiro em São Paulo provocou um aumento considerável na demanda por mão de obra, principalmente a cativa das áreas em declínio. Os investimentos diretos, principalmente no período de apogeu da cultura cafeeira, se davam através da compra e aumento dos plantéis de escravos.

Sabe-se, entretanto, que a Província de São Paulo sofreu com a falta de braços, e a prova disso foi o fluxo migratório de escravos provenientes do Nordeste. Com o declínio da cana-de-açúcar nesta região e a ascensão do café, escravos

²⁰⁶ *Idem*, p. 69.

²⁰⁷ FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998, p. 117.

foram transportados para o Sudeste, constituindo uma nova área de absorção de mão de obra. Em informações contundentes, Diana Maria Diniz explica que, enquanto em 1823, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo contavam com 386.000 indivíduos escravizados, aproximadamente, Bahia, Pernambuco e Maranhão detinham, nessa época, 484.000. Cinquenta anos mais tarde a situação se invertera. Estas últimas províncias contavam 346.237 escravos, enquanto as províncias cafeeiras reuniam quase 800.000 pessoas vivendo sob o jugo do cativo²⁰⁸.

A historiadora Emília Viotti da Costa lembra que, em cálculo acerca do número de escravos conduzidos do Nordeste para as Províncias do Sudeste, o embaixador britânico Willian Dougal Christie citou que, entre janeiro de 1852 e julho de 1862, haviam entrado no Rio de Janeiro cerca de 34.688 escravos provenientes das províncias do Norte e Nordeste, por via marítima, ao que acrescenta mais 5.000 que teriam sido transportados por terra, sem contar os que entraram pelo porto de Santos ou por outros portos²⁰⁹. Em São Paulo, de acordo com Paula Beiguelman, a população escrava sofreu um aumento de 80.000 cativos em 1866, para 200.000, em 1875²¹⁰.

Dessa forma, como se percebe, uma vez que o Império Brasileiro efetivamente tinha suprimido o comércio negreiro para o Brasil no início da segunda metade do século XIX, o único tráfico de escravos que restava era o interno, tanto interprovincial, quanto intraprovincial. Inevitavelmente, devido ao enorme número de africanos no país, muitos dos que foram transferidos de uma província para outra já tinham sofrido com o tráfico transatlântico. De acordo com Richard Graham, 28% daqueles que aportaram no Porto do Rio de Janeiro, provenientes das Províncias do Nordeste do Brasil, e que foram, posteriormente, registrados por alguns documentos de 1852, tinham nascidos na África e pode se supor que alguns daqueles registrados como nascidos no Brasil eram, na verdade, africanos, importados após 1831, quando tais importações tinham se tornado ilegais. Compreende-se

²⁰⁸ DINIZ, Diana Maria Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Rio Claro: Faculdade de Filosofia. Tese [Doutorado em História], 1973.

²⁰⁹ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

²¹⁰ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 3 ed. São Paulo: EDUSP, 2005. Ver, entre outros, STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990. Os números apresentados por Stein são semelhantes aos de Beiguelman.

perfeitamente que, com o tempo, a proporção de crioulos (escravos nascidos no Brasil) no tráfico cresceu e, finalmente, como os africanos envelheciam, os crioulos eram quase os únicos escravos sendo enviados de província à província²¹¹.

Percebe-se, então que, naturalmente, o fato de haver algumas mercadorias de exportação no Brasil e de sua lucratividade não crescer nem decrescer simultaneamente, fez com que fosse provocado variações nesse fluxo de escravos de uma região para outras, sendo transferidos de regiões decadentes e menos lucrativas como as Províncias açucareiras do Nordeste para as regiões onde a economia estava em expansão, como as zonas cafeeiras do Sudeste. De acordo com Richard Graham, pela metade do século XIX, a economia cafeeira do Rio de Janeiro crescia de maneira explosiva, logo em seguida por São Paulo, e foi principalmente para estas áreas que os escravos foram transferidos²¹².

Porém, ao que tudo indica os parlamentares brasileiros estavam preocupados com esse intenso fluxo de escravos das regiões Norte e Nordeste para as regiões cafeeiras do Sudestes, principalmente os deputados das Províncias exportadoras de mão de obra escrava, principalmente por causa de possíveis contrabandos. Houve tentativas de coibir o tráfico interno pelas autoridades naquele período, como por exemplo, o projeto apresentado à Câmara dos Deputados pelo Deputado Baiano J. M. Wanderley na sessão de 11 de agosto de 1854 em que rezava em seu artigo primeiro:

Art. 1º - Fica proibido, sob penas da lei n. 581 de 4 de setembro de 1850, o commercio e transporte de escravos de umas para outras provincias do imperio. Excptuão-se os que viajarem em companhia dos respectivos senhores, em numero marcado em regulamento do governo²¹³.

Essa discussão perdurou por vários anos, quando na sessão do Senado Brasileiro em 17 de maio de 1861, o senador Silveira Motta mencionou na tribuna

²¹¹ GRAHAM, Richard. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio de escravos interprovincial de escravos no Brasil*. In Afro-Ásia. Salvador: nº 27 (2002), pp. 121-160, p. 126-127.

²¹² *Idem*, p. 127.

²¹³ *Annaes do Parlamento Brasileiro. Sessão de 11 de agosto de 1854.*

que “as províncias do Norte e Nordeste estão se despovoando de escravos”²¹⁴. Porém essas iniciativas de nada adiantavam, uma vez que os cafeicultores tinham grande influência política, e leis dessa ordem iriam prejudicar consideravelmente seus interesses, que, evidentemente, estavam voltados ao desenvolvimento da economia cafeeira. Uma década depois, 1870, foi especialmente favorável a migração forçada de cativos, uma vez que as províncias do Nordeste viram-se atingidas por fortes secas, fazendo com que os fazendeiros dessa região tivessem apenas uma mercadoria para ofertar: o escravo²¹⁵.

Na tentativa de dificultar a saída dos escravos para as províncias do Sul e Sudeste os Presidentes das Províncias Nordestinas aumentaram as taxas sobre exportação de escravos. Na Província de Pernambuco, por exemplo, o imposto sobre a saída de escravos, que no ano de 1842 era da ordem de 5\$000 mil-réis chegou, em 1859 a 200\$000 mil-réis. Na Bahia, durante a década de 1860, arrecadava-se mais de duzentos contos de taxas anuais sobre a saída de escravos, acontecendo o mesmo na Província de Alagoas²¹⁶.

A economia cafeeira começara a dar ares de sua existência no início da segunda metade do oitocentos em São João do Rio Claro, porém ali também se viu uma situação crítica com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, quando da alta do preço do escravo e, conseqüentemente a falta de braços para o trabalho nas lavouras cafeeiras. De fato, o preço dos escravos, que vinha em constante aumento desde o início do século XIX, foi altamente inflacionado com a supressão do tráfico negreiro para o País. De acordo com Emília Viotti da Costa, os preços dos escravos quase triplicou, ficando em torno de 1 conto a 3 contos entre os anos de 1855 e 1875²¹⁷. A compra de escravos nessas condições demonstra três fatos: primeiro, que a oferta de mão de obra era menor do que a procura, o que evidencia uma afirmação anterior a qual teve como referência as reflexões de Celso Furtado sobre

²¹⁴ *Annaes do Senado Brasileiro. Sessão de 17 de maio de 1861.*

²¹⁵ DINIZ, Diana Maria Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Rio Claro: Faculdade de Filosofia. Tese [Doutorado em História], 1973, p. 69. Sobre as secas que assolaram as províncias no Nordeste durante a segunda metade do século XIX ver, principalmente, BARICKMAN, B. J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881)*. Afro-Ásia, v. 21-22, 1998-99, pp.177-237. Também do mesmo autor, *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

²¹⁶ *Idem*, p. 69.

²¹⁷ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

a inelasticidade da oferta de mão de obra; segundo, que havia uma clara preferência pelo trabalho escravo; e, terceiro, que os lucros provenientes do café eram tão elevados que poderiam compensar o alto preço do escravo, que subira 155,6% após a supressão do comércio negreiro para o Brasil²¹⁸.

As informações apresentadas pela historiadora Diana Maria Diniz, tendo como referência as fontes e documentos sobre São João do Rio Claro compilados por Jeanne Berrance de Castro, são contundentes e esclarecedoras.

A procedência dos escravos de São João do Rio Claro, computada através de 2.170 atestados de óbito de pretos, demonstra o poder de atração da região sobre os fluxos de mão de obra servil, que ocorreram no Império. De fato, entre 1875 e 1930, atestam aqueles documentos apenas 9,6% de pretos oriundos da África, 44,4% procediam de São João do Rio Claro ou de outras localidades de São Paulo, 7,4% provinham de outras Províncias ou Estados e 0,4% com outras procedências. Como há um grande número de pretos com lugar de origem não definido, perfazendo 38,2% do total, pode-se supor que a procedência de escravos de outras regiões do País seria bem mais do que os 7,4% codificados²¹⁹.

De acordo com as escrituras de compra e venda depositadas no 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro, entre os anos de 1861 e 1870 foram transacionados 675 escravos, com uma média de 67,5 escravos negociados por ano em questão, ao qual foram identificadas 482 modalidades de tráfico, sendo eles local, intraprovincial e interprovincial²²⁰, tendo como referência as 350 escrituras de compra e venda de escravos depositadas no 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro. Essa massa documental fez com que se fizesse uma análise acerca do comércio e, em determinados casos, a origem dos escravos transacionados, bem como as variações nos preços. No que tange o evoluir da cafeicultura em São João do Rio Claro, tais informações foram cruciais para se fazer uma análise desse tipo de comércio na

²¹⁸ DINIZ, Diana Maria Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Rio Claro: Faculdade de Filosofia. Tese [Doutorado em História], 1973.

²¹⁹ *Idem*, p. 70.

²²⁰ *Escrituras de compra e venda de escravos na cidade de São João do Rio Claro – 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro*.

cidade, como por exemplo observar que o número médio da venda de escravos era de 1,9%²²¹.

Anteriormente ao advento da cultura do café, principalmente enquanto durou o ciclo do açúcar na região, os escravos de São João do Rio Claro eram obtidos das mesmas fontes donde provinha a população livre. Os novos fazendeiros chegavam com escravos herdados dos pais, ou emprestados por parentes, ou quiçá, transferidos de outras propriedades que possuíam. As compras de escravos eram raras e ocasionais, às vezes apenas de um ou dois ao mesmo tempo. Em geral, os vendedores eram fazendeiros de localidades mais para o interior, onde as perspectivas para a cultura canavieira eram menos promissoras. Dessa forma, até o início do desenvolvimento da cultura cafeeira e a expansão comercial do café, esse processo irregular de demanda de mão de obra escrava foi suficiente²²². A Tabela nº 27 mostra a origem dos escravos residentes na cidade de São João do Rio Claro, a partir dos dados coletados junto ao Recenseamento Geral do Império para o ano de 1872.

²²¹ As análises feitas por Warren Dean e Gabriel Rossini chegam a números bastante próximos. Warren Dean, por exemplo afirma que a média de venda de escravos para o período de 1861-1872 era de 1,7%; já Rossini afirma que, para o período de 1861-1869 o número médio de venda de escravos foi de 1,8%. Deve-se considerar, entretanto, que o período analisado por Dean é maior do que o apresentado no presente trabalho, enquanto que a análise temporal de Rossini é menor. Cf. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. ROSSINI, Gabriel. *Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no Oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869)*. Comunicação apresentada na IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH/USP, 2012.

²²² DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 64.

TABELA Nº 27
População escrava segundo a origem
São João do Rio Claro – 1872.

Origem	Mulheres	Homens	Total	Percentagem na composição da população escrava
Alagoas	0	0	0	---
Amazonas	0	0	0	---
Bahia	76	64	140	3,56
Ceará	17	22	39	0,99
Espírito Santo	0	0	0	---
Goiás	0	4	4	0,10
Maranhão	0	0	0	---
Mato Grosso	0	0	0	---
Minas Gerais	12	0	12	0,30
Pará	0	0	0	---
Paraíba	47	14	61	1,55
Paraná	0	0	0	---
Pernambuco	64	32	96	2,44
Piauí	12	0	12	0,30
Rio de Janeiro	66	58	124	3,15
Rio Grande do Norte	23	6	29	0,74
Rio Grande do Sul	0	0	0	---
Santa Catarina	2	0	2	0,05
São Paulo	1.542	1.181	2.723	69,20
Sergipe	12	4	16	0,42
*Estrangeiros	441	236	677	17,20
TOTAL	2.314	1.621	3.935	100

FONTE: *Recenseamento Geral do Império do Brasil para o anno de 1872.* *Os escravos estrangeiros foram descritos como africanos.

O recorte temporal que se propõe investigar as escrituras são os anos de 1861 a 1870, período em que o café dava sinais de pujança e a demanda por mão de obra escrava crescia vertiginosamente. No decorrer dessa década – 1860 – encontrou-se o maior número de negócios no ano de 1864, em que foram transacionados 108 escravos. Houve um número menor de transações no ano de 1862, quando existiram 28 registros de negócios envolvendo escravos. O gráfico a seguir mostra a evolução dos negócios envolvendo escravos no decorrer da década de 1860.

Gráfico Nº 1

FONTE: *Escrituras de compra e venda de escravos na cidade de São João do Rio Claro – 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro.*

Dentre os escravos negociados estavam aqueles pertencentes à Francisco José da Rosa, morador de Sorocaba, ao qual foram vendidos ao Alferes José Augusto de Azevedo, este residente em São João do Rio Claro. De acordo com os registros constantes na referida escritura:

Francisco José da Rosa, pela presente Escriptura vende, como vendido tem, ao Alferes José Augusto de Azevedo sete escravos de que é senhor e possuidor, livre de qualquer onus, sendo Justino crioulo, de idade de vinte e tres anos, solteiro; Gregório crioulo de vinte e quatro, digo de vinte e tres anos, solteiro; Ricardo crioulo, de trinta anos; Felizarda de idade de doze annos; Luiza crioula, de idade de trinta annos; Joanna crioula, de idade de sete annos e Claudio crioulo de idade de dezoito annos; cuja venda faz pela quantia de onze contos, quinhentos e cincoenta mil e ao comprador transfere todo o senhoril e dominio que tinha nestes escravos de ora avante. Declarou o vendedor que sendo o escravo Claudio doente de uma *hepathite chronica*, se obriga a fazer boa venda dele, isto é, se nao se reestabelecer durante o prazo de hum anno a contar desta data será obrigado a recebelo e restituir ao comprador a quantia de hum conto e seiscentos mil réis, digo hum conto seiscentos e cincoenta mil réis, assim como se neste prazo morrer da dita enfermidade será obrigado a restituição da referida quantia²²³.

Percebe-se que foram arrolados na negociação escravos de idades, sexo e condições de saúde bastante distintas por um preço fixo de 11:550\$000 mil-réis. As variações de sexo são evidentes com quatro homens e três mulheres. Dentre os homens as idades variaram entre 18 e 30 anos, com o crioulo Claudio, naquele ano estando com 18 anos de idade, Justino com 23 anos, Gregório, também com 23 anos e Ricardo com 30 anos de idade. Enquanto que com as mulheres houve variação entre 7 e 30 anos, estando a crioula Joanna com sete anos de idade, Felizarda com doze anos de idade e Luiza, estando completados em julho de 1862 30 anos de idade. O preço médio dos escravos transacionados foi de 1:650\$000 mil-réis, inclusive o crioulo Claudio, em que consta na escritura ser portador de uma *hepathite chronica*. A Tabela nº 28 mostra a evolução dos preços dos escravos do sexo masculino de 15 a 29 anos de 1843 a 1887.

²²³ Escriptura de compra e venda que fez Francisco José da Rosa ao Alferes José Augusto de Azevedo – 13 de julho de 1862.

TABELA Nº 28
Evolução do preço de escravos do sexo masculino de 15 a 29 anos
São João do Rio Claro – 1843-1887.

Ano	Número de casos	Preço médio em mil-réis	Ano	Número de casos	Preço médio em mil-réis
1843	6	550	1866	4	1.500
1844	---	---	1867	3	1.700
1845	---	---	1868	---	---
1846	---	---	1869	---	---
1847	---	---	1870	---	---
1848	5	460	1871	17	1.770
1849	---	---	1872	3	1.920
1850	6	650	1873	8	1.600
1851	4	610	1874	1	1.000
1852	5	870	1875	16	2.200
1853	5	960	1876	11	2.270
1854	3	980	1877	15	2.130
1855	3	1.200	1878	20	2.070
1856	1	1.700	1879	78	2.080
1857	4	1.450	1880	3	2.300
1858	4	2.000	1881	1	2.000
1859	6	1.800	1882	1	1.400
1860	3	2.030	1883	8	1.080
1861	13	1.750	1884	1	1.000
1862	10	1.860	1885	26	870
1863	8	1.920	1886	3	1.000
1864	4	1.970	1887	1	885
1865	1	2.000			

FONTE: APESP - RC/Caixa-2, Livros de venda de escravos, Livro de notas e inventários. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 66.

Os dados apresentados por Warren Dean mostram o que se evidenciou ao longo do decorrer da pesquisa, ou seja, ocorreu oscilação no preço médio dos cativos ao longo dos anos apresentados por esse autor. Dean deixa claro que os anos em que os preços se elevaram se deve, principalmente, ao auge da economia cafeeira no município, e o consequente aumento na demanda por esse tipo de mão de obra. Porém, no que tange a realização da média dos preços em negócios envolvendo escravos pode levar o pesquisador a algumas armadilhas, como por exemplo, tomando como referência os escravos de Francisco José da Rosa vendidos ao Alferes José Augusto de Azevedo, afirmar que a cativa Joanna com sete anos de idade ou o crioulo Claudio doente de *hepatic chronic* chegassem a um valor relativamente elevado para os padrões e conjuntura econômica daquele período. Certamente o vendedor usou de estratégias na venda, como uma espécie de “pacote” para elevar o preço de alguns escravos envolvidos na transação. O preço de escravos como Justino ou Gregório eram, evidentemente, mais elevados do que o preços dos demais cativos.

Através das escrituras de compra e venda escravos, bem como da historiografia acerca do comércio negreiro, pode-se afirmar que o preço médio do cativo do sexo masculino sofreu oscilações entre 1:500\$000 mil-réis e 2:000\$000 mil-réis somente na década de 1860²²⁴. No mesmo plano, ao que parece, o preço das escravas tinha variação consideravelmente inferior. Ora, pode-se afirmar que, conforme atestam alguns historiadores, que a diferença entre os preços dos escravos homens e das escravas do sexo feminino se deve pela produtividade no trabalho, principalmente quando se refere ao trabalho rural. Porém, ao que parece, após a supressão do contrabando negreiro a tendência foi o relativo equilíbrio entre os preços devido a capacidade de reprodução da mulher escrava em idade fértil considerada entre 15 e 40 anos. Essa afirmação é válida para as décadas que se inserem entre os anos de 1850, com a proibição do tráfico transatlântico de escravos

²²⁴ *Escrituras de compra e venda de escravos na cidade de São João do Rio Claro – 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro*. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. MOTTA, José Flávio. *Escravos daqui, dali e de mais além: a tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012. ROSSINI, Gabriel. *Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no Oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869)*. Comunicação apresentada na IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH/USP, 2012.

e 1870, um ano antes da promulgação da Lei do Ventre Livre, ou seja, as décadas de 1850 e 1860. Em pesquisa sobre a demografia escrava de Minas Gerais Laird Bergad explica que em 1870 os escravos do sexo masculino em idade de trabalho valiam 132% mais do que as escravas. Esse diferencial permanecia em 171% em 1873, e em 1879 os escravos do sexo masculino no vigor da força valiam quase duas vezes (197%) o preço das escravas – o que estava relacionado ao fim de qualquer possibilidade de se levar em conta o potencial reprodutivo das escravas, combinado ao maior valor atribuído à produtividade da mão de obra dos escravos do sexo masculino. Isto implica afirmar que o potencial reprodutivo da mulher cativa entrava como fator nos preços das escravas em idade fértil antes da Lei de 28 de setembro de 1871, conhecida como a Lei do Ventre Livre. Dessa forma, quando a reprodução dos escravos já não era de interesse do fazendeiro, a produtividade no trabalho passou a ser o único fator determinante dos preços em qualquer sexo. Assim, os preços dos escravos do sexo masculino aumentaram imensamente em relação ao das escravas, indicando maior expectativa de produtividade²²⁵.

De acordo com as escrituras de compra e venda, para o período analisado, foi constatado que 22% dos escravos transacionados eram provenientes do tráfico local, ou seja, os negociantes – compradores e vendedores – residiam na cidade de São João do Rio Claro, 48% foram negociados através do tráfico intraprovincial e 30% trocaram de senhores por intermédio do tráfico interprovincial²²⁶. Até meados da década de 1860, o fornecimento de escravos continuou a ser feito pelos municípios vizinhos. Quase todas as vendas registradas pelos cartórios locais referiam-se a lotes de menos de cinco escravos, cujos donos moravam em cidades como Jundiá, Bragança e Mogi das Cruzes. Warren Dean relata que, em 1861, por exemplo, a viúva Joaquina Nogueira de Oliveira, cunhada de José Estanislau de Oliveira, firmou um contrato com seu genro, Francisco da Cunha Bueno, proprietário de uma lavoura em Indaiatuba, o qual deveria trazer 20 escravos para a fazenda da sogra e administrá-la para ela. Ele deveria conseguir outros 20 dentro de um ano de maneira que o número de escravos dele se igualasse aos dela. Provavelmente ele conseguiu fazê-lo mediante a venda de sua propriedade em Indaiatuba e a tomada

²²⁵ BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004, p. 159.

²²⁶ *Escrituras de compra e venda de escravos na cidade de São João do Rio Claro – 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro*.

de empréstimos de outros parentes, entre os quais seu irmão Tomaz, o comerciante mais rico de Limeira²²⁷.

Gráfico Nº 2

FONTE: *Escrituras de compra e venda de escravos na cidade de São João do Rio Claro – 1º e 2º Cartórios de Notas de Rio Claro.*

Houve, evidentemente, considerável impacto, a extinção do tráfico transatlântico de escravos sobre a demografia escrava. Em São João do Rio Claro, no ano de 1854, foram registrados 72 nascimentos de escravos, sendo 35 homens e 37 mulheres²²⁸. Como se percebe, os padrões demográficos no interior da empresa escravista-mercantil eram distintos, uma vez que tem-se, de um lado, a “demografia dos escravos”, caracterizada por uma reprodução endógena, baseada nas relações estabelecidas pelos cativos no interior de suas próprias comunidades, como os casamentos, uniões consensuais, compadrios, entre outros. Por outro lado, tinha-se

²²⁷ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 67.

²²⁸ APESP, *Quadro estatístico do movimento da população da Província de São Paulo no anno de 1854. Relatório com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província de São Paulo abriu a Assembléa Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855*.

a “demografia do sistema de *plantations*”, cuja reprodução era de caráter exógeno, baseado na aquisição de novos escravos através das compras²²⁹.

A dinâmica da economia rio-clarense permitia que essas duas características demográficas coabitassem no interior do empreendimento cafeeiro, com fortes tendências ao incentivo de uniões estáveis entre escravos do mesmo plantel. Porém, até o ano de 1850, os recentes estudos historiográficos das características demográficas dos escravos tem demonstrado os altos índices de masculinidade nas escravarias. O desequilíbrio entre os sexos foi, indubitavelmente, um dos principais fatores que veio a comprometer a reprodução endógena principalmente nas áreas agroexportadoras²³⁰. A Tabela nº 29 evidencia o alto índice do grau de masculinidade nos plantéis de escravos nas fazendas de São João do Rio Claro

²²⁹ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *A família escrava e a agricultura mercantil de alimentos: Majé, 1850-1972*. In. *População e Família* – Vol. 1 n. 1 (jan./jun. 1998) – São Paulo: CEDHAL/USP/Humanitas, 1998, p. 120-121.

²³⁰ Ver, entre outros: FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. SLENES, Robert. *Na senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2 ed. corrig. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013. MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999. COSTA, Iraci del Nero da; SLENE, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart. *A família escrava em Lorena (1801)*. In. *Estudos Econômicos. Demografia da escravidão*, São Paulo: IPE/USP, 17 (2), pp 245-295, mai/ago 1987.

TABELA Nº 29
Proporção dos sexos entre os escravos
São João do Rio Claro – 1822-1887.

Ano	Mulheres	Homens	Porcentagem de homens
1822	133	356	72,8
1835	221	364	62,2
1850-51 (parcial)	32	36	52,9
1861-62 (parcial)	64	81	55,9
1872	1.621	2.314	58,8
1876	1.758	2.709	60,6
1884	1.883	2.983	63,4
1887	1.250	2.054	62,2

FONTE: 1822, 1835: APESP – População Piracicaba (1835 omite 13 escravos cujos sexos não foram registrados). 1850-51, 1861-62: RC/Caixa-1, Inventários. 1872: Recenseamento. 1876: Brazil, Directoria Geral de Estatística, Relatório, 1878. 1884: APESP, Escravos, Relatório do Presidente da Província, 1885. 1887: Comissão Central de Estatística. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 66.

Após a abolição do tráfico transatlântico, conforme demonstrou Manolo Florentino e José Roberto Góes, ao mesmo tempo em que o preço dos cativos sofria um aumento generalizado, os senhores brasileiros buscaram prolongar-lhes a vida útil. Dessa forma, como constatarem esses historiadores, o desequilíbrio entre os sexos foi diminuindo. Não raro, ocorreu certa adaptação da empresa agroexportadora à melhoria nas condições materiais dos escravos, à custa de menores ganhos. Florentino e Góes mencionam ainda que o índice de sobrevivência dos recém-nascidos teria crescido e o tempo de vida útil dos adultos teria aumentado, enquanto também se dilatavam as suas potencialidades auto

reprodutoras. Tais mudanças se traduziriam, por exemplo, na maior incidência de famílias escravas²³¹.

Muitas vezes, as relações familiares eram determinantes no processo de desestabilização do próprio sistema escravista, tendo como baliza a herança cultural africana para as possíveis representações que os indivíduos que viviam sob o jugo do cativo faziam de suas próprias experiências vividas²³². Em pesquisa consistente sobre os múltiplos significados da liberdade e as relações sociais no Brasil oitocentista, a historiadora Hebe Maria Mattos explica que:

A família nuclear e a rede de relações pessoais e familiares a ela ligada permanecem essenciais na experiência dos homens livres por todo o século XIX, como já havia sido no período colonial. Também para os escravos, a obtenção de maiores níveis de autonomia dentro do cativo parece ter dependido, em grande parte, das relações familiares e comunitárias que estabeleciam com outros escravos e homens livres da região²³³.

Robert Slenes em estudo de fôlego, argumenta que experiências e heranças culturais em comum acabaram se sobrepondo, ainda na primeira metade do século XIX, às forças que promoviam a introversão familiar, pelo menos nas regiões onde prevalecia o sistema de *plantations* do Sudeste, criando instituições cruciais para a formação de solidariedades e identidades escravas²³⁴.

²³¹ FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997, p. 29.

²³² Além de SLENES, Robert. *Na senzala uma flor: esperanças e recordações da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. Ver entre outros: FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. ALVES, Mauricio Martins. *Formas de viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté (1680-1848)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001. [Doutorado em História]. MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999. COSTA, Iraci del Nero da; SLENE, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart. *A família escrava em Lorena (1801)*. In. *Estudos Econômicos. Demografia da escravidão*, São Paulo: IPE/USP, 17 (2), pp 245-295, mai/ago 1987.

²³³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 64-65.

²³⁴ SLENES, Robert. *Na senzala uma flor – esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. 2 ed. corríg. Campinas: Editora da UNICAMP, 2013, p. 32.

A formação de um tronco familiar com laços de sangue e parentesco cerimonial, era indispensável para a emergência de um estável núcleo familiar baseado na cor, pois as instituições legais e econômicas fundavam-se na família. Em São João do Rio Claro, conforme aponta Warren Dean, é provável que existisse alguma forma de organização social além do casal escravo, no interior da população cativa como forma de estratégia de sobrevivência dentro do cotidiano escravista do século XIX.

Porém, ao que parece, as características de São João do Rio Claro, durante a segunda metade do século XIX, não diferenciava de outras localidades quando se observa a questão da união consensual no cotidiano escravista. As dificuldades de uma formação familiar dentro dos plantéis de escravos eram enorme, uma vez que o grande desequilíbrio entre o número de homens e mulheres adultas teve implicações importantes para a família cativa²³⁵. Mas, ao que parece, ao longo do século XIX, houve certa tendência, nas áreas de economia agroexportadora, ao equilíbrio no longo prazo na proporção entre os sexos da população cativa. Dessa forma, a condição *sine qua non* para que pudesse haver reprodução natural positiva da população escrava é que houvesse algum grau de equilíbrio entre as proporções de homens e mulheres²³⁶.

Em estudo sobre Vassouras, importante centro produtor de café no século XIX, o historiador Ricardo Salles observou que os homens representavam 65,78% dos plantéis, em média, entre 1821 e 1825, proporção que se manteve praticamente inalterada, após uma oscilação para cima, para os anos que vão de 1831 a 1835. Então o contingente masculino entre a população cativa elevou-se num salto e atingiu seu percentual médio por quinquênio mais alto em toda a série, 71,84%, entre 1836 e 1840. A partir desse ponto, a proporção de homens na formação dos plantéis, com uma oscilação ainda no período entre 1846 e 1850, quando chegou à marca de 65,45%, foi sempre declinante, até chegar à marca de 55,63% no quinquênio de 1876 a 1880²³⁷.

²³⁵ *Idem.*

²³⁶ SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 204.

²³⁷ *Idem*, p. 205. Esse historiador observa, ainda, que o movimento ascendente da proporção de homens nos plantéis até o início da década de 1840 correspondeu ao período de implantação da cultura cafeeira na região. Até 1850, essa proporção assistiu a um declínio em um ritmo mais

Não apenas em São João do Rio Claro, mas também na grande maioria das cidades inseridas nos sistemas de *plantations*, o problema de uma união familiar estável no cativeiro tinha uma dimensão que difere de uma constituição familiar daqueles que estão em liberdade. Importante reconhecer que a possibilidade de serem expostos à comercialização era fato corriqueiro na vida de homens e mulheres então submetidos ao sistema escravista. Uma possível venda e, conseqüentemente, a troca de senhor, poderia representar uma quebra de laços afetivos – familiares, de compadrio ou de amizade. O fato de lançarem mão de mecanismos e estratégias que poderiam dificultar os negócios de seus senhores²³⁸, demonstra que tal situação não era aceita com passividade pelos escravos.

Como se lembrou anteriormente, na grande maioria das regiões cafeeicultoras, desde o início do cultivo do café havia acentuado desequilíbrio na proporção entre homens e mulheres. De acordo com o recenseamento de 1872 os homens representavam 58,81% da população cativa de São João do Rio Claro; enquanto que as mulheres representavam 41,19%²³⁹. Porém mesmo com alto grau de masculinidade ocorriam, com certa frequência, casamentos e uniões matrimoniais entre escravos. Somente no ano de 1854 ocorreram sete casamentos entre a população cativa. A Tabela nº 30 mostra o número de escravos casados para alguns anos em São João do Rio Claro.

acentuado do que aquele experimentado no período anterior de ascensão. Essa fato, segundo Salles, se deveu, em parte, ao incremento relativo da importação de mulheres durante a década de 1840. Outro fato a ser levado em consideração diz respeito ao aumento no número de nascimentos, com uma ligeira prevalência das crianças do sexo feminino nessa década, se comparada à década anterior. Nas décadas de 1820 e, em menor grau, 1830, ainda era muito recente o afluxo de escravos em larga escala para a região. Na década de 1840 já havia uma comunidade escrava estabelecida, com pelo menos 20 anos de idade, o que facilitava as uniões e o estabelecimento de famílias. Fato que, por sua vez, levava a um incremento na taxa de natalidade.

²³⁸ Várias foram as formas de resistência do cativo frente à instituição escravista, como as fugas e a formação de quilombos, os suicídios, assassinato de senhores e seus familiares, entre outras formas. Diversos historiadores analisaram o fenômeno, entre eles destacam-se: CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994. REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986. Entre outros.

²³⁹ *Recenseamento Geral do Império do Brasil para o ano de 1872*. Em números absolutos o total da população cativa era da ordem de 3.935 indivíduos. Os homens representavam 2.314 do total, enquanto que o número de mulheres cativas era da ordem de 1.621. A razão de sexo era da ordem de 142,75, conforme mostrou os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872.

TABELA Nº 30
Número de escravos casados
São João do Rio Claro – 1822-1872.

Categoria	1822		1835		1872	
	Número	Percentagem	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Escravos – com 16 anos ou mais	138	34,1	150	39,5	214	7,3
Homens	71	23,2	79	34,3	122	7,0
Mulheres	67	69,1	71	47,3	92	7,7

FONTE: APESP – 1822, 1835 – População Piracicaba. 1872 – Recenseamento Geral do Império do Brasil. *Apud*, DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 87.

Se uma possível formação de um troco familiar se mostrou importante no Brasil oitocentista, principalmente para a obtenção de regalias dentro dos plantéis, em São João do Rio Claro as estratégias matrimoniais se mostraram bastante eficazes quando da tentativa de alguns indivíduos submetidos ao cativeiro de ascenderem socialmente ao *status* jurídico de libertos.

Foi o que ocorreu com um casal de escravos de propriedade de Joaquim Corrêa de Negreiros. Agostinho e Miliana utilizaram-se dessas estratégias matrimoniais para a obtenção da liberdade. Ao que parece, Agostinho tinham amplos conhecimentos jurídicos, uma vez que o próprio cativo estava a frente de sua ação de liberdade por indenização de valor, a qual foi impetrada no dia 10 de janeiro de 1887.

Dizem Agostinho e Miliana, escravos de Joaquim Corrêa de Negreiros que o primeiro suplicante tendo de idade 31 annos é seu valor venal o da segunda classe do art. 3º do dec. 9517, de 14 de novembro de 1885, que com o rebate de 2% se reduz a quantia de 784\$000 – art. 3º § 1 da Lei de

28 de setembro de 1885 – e como é permitida a liberalidade directa de terceiro – Lei cit. art. 3º § 9 – a segunda suplicante oferece em favor de seu marido o capital de 200\$000 em depósito como prova a certidão juncta. Esta quantia com a de 584\$000 que o primeiro suplicante exhibe perfazem 784\$000 – preço de sua liberdade.

Requerem portanto a V. S.^a que, depositado o dinheiro intinem-se o senhor dos suplicantes para levantar o preço e que se passe carta de liberdade ao primeiro suplicante²⁴⁰.

O próprio Agostinho fez uma solicitação da cópia de sua certidão de matrícula, a qual foi expedida no dia 12 de janeiro de 1887. Agostinho estava matriculado sob o número 831, e na certidão constava, principalmente, seu auto de qualificação, onde constava no mesmo: “Agostinho, sexo, masculino; cor, parda; idade, trinta e hum annos; estado, cazado; filiação, filho de Helena; aptidão para ao trabalho, apto para o trabalho; profissão, pajem²⁴¹.”

Ao que parece, Agostinho era dotado de certo conhecimento jurídico, pois ele próprio tomou frente a sua ação, conforme se mostrou anteriormente. Há prontamente um acordo feito com seu senhor referente à quantia apresentada pelo casal, induzido pelo arcabouço jurídico lançado mão na petição inicial. Se a estratégia matrimonial se fazia importante para se conseguir a liberdade, no campo do Direito, as estratégias jurídicas se faziam necessárias; Agostinho e Miliana se utilizaram de ambas as estratégias.

A família Negreiros era uma das principais representantes da oligarquia agrária rio-clarense. Onde, deve-se levar em consideração, também, que Joaquim Corrêa de Negreiros não estava colocando empecilhos nas ações de liberdade movidas por seus escravos. De família tradicional na cidade de São João do Rio Claro, Joaquim Corrêa de Negreiros era dono da firma Corrêa & Filhos, onde consta no Almanak da Provincia de São Paulo como importante capitalista do café²⁴². Os

²⁴⁰ APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor - Agostinho e Miliana, escravos de Joaquim Corrêa de Negreiros. Processo nº 007 – Caixa 1 – 1887.

²⁴¹ APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor - Agostinho e Miliana, escravos de Joaquim Corrêa de Negreiros. Processo nº 007 – Caixa 1 – 1887.

²⁴² *Almanak da Provincia de São Paulo para o anno de 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Typografia Americana, 1873.*

cafeicultores de São João do Rio Claro seguiam o sistema de exploração do trabalho que prevalecia no restante do Brasil, onde havia grandes propriedades e a possibilidade de produzir para exportar²⁴³. Nesta localidade onde os pilares da economia estavam calcados na produção de café para atender o mercado externo, a força de trabalho principal era a escrava. Dessa forma, o escravismo era reconhecidamente uma instituição social, apesar da tentativa de alguns fazendeiros cafeicultores, entre eles o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, em inserir trabalhadores livre provenientes da Europa nas lavouras cafeeiras, conforme se vai mostrar adiante.

Voltando aos personagens em tela, o casal Miliana e Agostinho. Mesmo os autos estando obscuros, ou seja, não oferecendo clareza em suas argumentações, no dia 15 de janeiro de 1887, o juiz municipal concedeu a liberdade conjunta ao casal de cativos de propriedade de Joaquim Corrêa de Negreiros pelo valor de 784\$000 mil-réis²⁴⁴, com Miliana recebendo sua liberdade juntamente com seu marido Agostinho.

Outro exemplo de como as estratégias matrimoniais poderia facilitar o acesso à liberdade, principalmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre, é a história de Benedicto e sua mulher Ignácia, escravos da herança de Dona Maria Inocência de Athayde que entraram com uma ação de liberdade por indenização de valor no dia 7 de maio de 1887.

Dizem os escravos Benedicto e Ignácia, matriculados na collectoria desta cidade, pertencentes a herança de Dona Maria Innocencia de Athayde, o primeiro com 44 annos e o segundo com 39 annos, como se mostra com a inclusa certidão de matricula, que querem libertar-se mediante a exhibição de seu valor legal, que é para cada um dos supplicantes de 588\$000, attentos as disposições do art. 3º do dec. nº 9517, de 14 de novembro de 1885, e art. 1º §§ 1º e 3º do Dec. nº 9602 de 12 de junho de 1886.

²⁴³ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 61.

²⁴⁴ APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor - Agostinho e Miliana, escravos de Joaquim Corrêa de Negreiros. Processo nº 007 – Caixa 1 – 1887.

Os supplicantes usando, pois do direito que lhes é reconhecido pelas leis sobre o elemento servil exibem a presente quantia de 1:176\$000, e requerem a V.S.^a digne-se mandal-a depositar em poder de pessoa idonea, e que com a devida venda que impetrasse seja citado o herdeiro Manoel Joaquim de Athayde, sob cujo poder se acham os supplicantes, para vir levantar e receber o depósito, passando-se a carta de liberdade aos supplicantes.

São João do Rio Claro, 7 de maio de 1887.

Por seu Curador.

Doutor Job Marcondes Rezende.²⁴⁵

Logo de início, Benedicto e Ignácia, em sua primeira petição, estão representados por um curador, o advogado Job Marcondes Rezende. Este advogado era bastante astuto e prontamente fez um pedido da cópia da certidão de matrícula, a qual foi expedida no dia 24 de maio de 1887, e como consta na certidão do cativo: Benedicto; sexo, masculino; cor, preta; idade, 44 anos; estado, cazado; filiação, desconhecida; aptidão para o trabalho, apto para o trabalho; profissão, serviços da lavoura²⁴⁶. Benedicto teria sido matriculado na cidade de São João do Rio Claro, no dia 27 de setembro de 1886, sob o número 174.

E na certidão de Ignácia consta: Ignácia; sexo, feminino; cor, parda; idade, 39 anos; estado, cazada; filiação, filha de Francisco e Gertrudes; aptidão para o trabalho, apta; profissão, serviços da lavoura²⁴⁷. Ignácia também foi matriculada na cidade de São João do Rio Claro, no mesmo dia em que foi efetuada a matrícula de Benedicto, 27 de setembro de 1886, sob o número 175. Ambos, como constam nas certidões, tiveram seus valores venais estipulados em 600\$000 mil-réis.

Utilizando-se dos meios jurídicos, o curador dos cativos conseguiu a dedução de 2% no valor de cada escravo, estando seus valores agora em 1:176\$000 mil-réis,

²⁴⁵ APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor. Benedicto e Ignácia. Escravos da herança de Donna Maria Innocencia de Athayde. Processo nº 023 – Caixa 1 – 1887.

²⁴⁶ APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor. Benedicto e Ignácia. Escravos da herança de Donna Maria Innocencia de Athayde. Processo nº 023 – Caixa 1 – 1887.

²⁴⁷ APHMRC. Cartório Criminal - Acção de liberdade por indemnisação de valor. Benedicto e Ignácia. Escravos da herança de Donna Maria Innocencia de Athayde. Processo nº 023 – Caixa 1 – 1887.

em vez de 1:200\$000 mil-réis. Feito o depósito desse valor no dia 24 de maio de 1887, no dia 10 do mês seguinte, o juiz municipal Joaquim José Madeira expediu a sentença julgando liberto o casal de escravos.

Julgo por sentença libertos os escravos Benedicto e sua mulher de nome Ignácia, pertencentes a herança de Dona Maria Innocencia de Athayde, visto terem depositado o valor correspondente a suas liberdade, como tudo consta nos presentes autos, para que se possam entrar no gozo de seus direitos.

São João do Rio Claro, 10 de junho de 1887.

Joaquim José Madeira.²⁴⁸

Certamente, o fato de estarem constituídos em famílias teve um peso grande nessas ações de liberdade, e os escravos utilizaram-se desse argumento como instrumento e estratégia para alcançarem a liberdade contribuindo para isso, também, a aprovação da Lei nº 1695 de 15 de setembro de 1869, que proibia a separação da família por venda ou doação²⁴⁹. Ora, pode-se afirmar então, através das informações analisadas nos parágrafos anteriores que, em São João do Rio Claro, as ações de liberdade envolvendo cativos que mantinham laços matrimoniais, em sua maioria, sempre tiveram suas sentenças favoráveis, além de não sofrerem obstrução por parte dos senhores.

Bem provável que as sentenças emitidas pelos juízes nas duas últimas décadas de escravidão no Brasil tivessem influências políticas contrárias à manutenção da escravidão. Percebe-se, dessa forma que, muitas vezes, as sentenças eram emitidas tendo como referência o artigo 4º da Lei nº 2040 de 28 de

²⁴⁸ APHMRC. Cartório Criminal - Ação de liberdade por indenização de valor. Benedicto e Ignácia. Escravos da herança de Donna Maria Innocencia de Athayde. Processo nº 023 – Caixa 1 – 1887.

²⁴⁹ Em seu artigo 2º rezava a referida lei: Em todas as vendas de escravos, ou sejam particulares ou judiciais, é proibido, sob pena de nullidade, separar o marido da mulher, o filho do pai ou mãe, salvo sendo os filhos maiores de 15 annos. In: *Colecção de Leis do Império do Brazil - 1869, Página 129 Vol. 1 pt. I.*

setembro de 1871²⁵⁰, onde os desejosos juízes emancipacionistas estariam amparados pela materialização da referida lei. Conforme se pode perceber através das análises do que os processos puderam reconstituir, nos pequenos fragmentos da vida desses indivíduos, observa-se a importância dos laços próximos ao parentesco, por eles desenvolvidos ao longo do período em que estiveram em cativeiro, e que acrescidos ou solidificados por casamentos e compromissos de compadrio, tratariam de manter após a liberdade ou a emancipação. Traçam, na experiência concreta desses grupos, a permanência de linhas contínuas entre as vivências pregressas e a da liberdade, configurando nessa continuidade os suportes de aprendizado social e a tessitura de seus vínculos de solidariedade e ajuda mútua, vinculados, também por tensões²⁵¹.

A vida do indivíduo escravizado na sociedade oitocentista rio-clarense talvez não diferenciasse, em muito, do cotidiano das outras localidades em que prevalecia a economia de exportação, tendo como suporte a força de trabalho escrava. Não apenas as relações afetivas e laços de solidariedade eram vistos nas relações sociais dos grupos sociais subalternos, mas também coexistiam os conflitos e tensões propagadas pela própria cultura daquelas sociedades na segunda metade do século XIX. As escravas Bibiana e Perpétua foram provas vivas de que conflitos, não apenas no âmbito da economia de exportação, mas também porta à dentro, faziam parte do cotidiano de escravos na sociedade escravista de São João do Rio Claro na segunda metade do século XIX.

No dia 29 de janeiro de 1886 teve início a essa complicada e surpreendente história envolvendo o conflito entre as escravas Bibiana e Perpétua:

²⁵⁰ Rezava essa lei: Art. 4º É permitido ao escravo a formação de um pecúlio com o que lhe provier de doações, legados e heranças, e com o que, por consentimento do senhor, obtiver do seu trabalho e economias. O Governo providenciará nos regulamentos sobre a collocação e segurança do mesmo pecúlio.

(...)

§ 2º O escravo que, por meio de seu pecúlio, obtiver meios para indenização de seu valor, tem direito a alforria. Se a indenização não fôr fixada por accôrdo, o será por arbitramento. Nas vendas judiciais ou nos inventários o preço da alforria será o da avaliação.

²⁵¹ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: 2 ed. Editora Hucitec, 2009, p. 138.

Estando a escrava Bibiana conjuntamente com a escrava Perpétua, com quem não se dava, na cozinha da casa de José de Barros Leite, nesta cidade, ali tiveram uma alteração de palavras, em virtude da qual a denunciada escrava Bibiana deu um empurrão em Perpétua, que, velha e cega, foi bater com a cabeça na quina do fogão, resultando ficar com o crânio fracturado, como consta no auto de corpo de delito e, em consequência do que, veio a falecer alguns dias depois²⁵².

Voz ausente nos autos, Bibiana sequer dá o seu depoimento ao escrivão sobre a real motivação para ter tomado atitude tão drástica, a ponto de levar à morte uma companheira de cativeiro, mesmo que involuntariamente. Porém, as dificuldades de dar voz às pessoas pertencentes aos grupos sociais desprivilegiados acompanham tenazmente o historiador. De parca documentação, cenas do cotidiano de mulheres escravas ou libertas tendem a desaparecer com o passar do tempo, por isso é imprescindível ler e analisar toda a documentação nas entrelinhas. Em geral, conforme aponta Jim Sharpe, quanto mais para trás vão os historiadores, buscando reconstituir a experiência desses grupos sociais inferiores, mais restrita se torna a variedade de fontes à sua disposição²⁵³.

Em um pequeno auto de qualificação, Bibiana é descrita como “escrava de Sebastião de Barros Silva, natural de Limeira, 61 anos, de serviços domésticos”²⁵⁴. Sendo natural de Limeira, Bibiana circulou pela região desde o seu nascimento, nascida antes mesmo de São João do Rio Claro ser elevada à condição de Freguesia, o que somente veio a acontecer através do Decreto Imperial de 9 de dezembro de 1830, conforme foi mencionado anteriormente, pertencendo antes à Villa de Constituição, atualmente Piracicaba²⁵⁵.

As informações sobre Bibiana e Perpétua podem ser encontradas nos depoimentos das testemunhas. Francisca Alves de Almeida Leite, esposa de José de Barros Leite, disse em seu depoimento sobre a preta Perpétua que “a finada era

²⁵² APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

²⁵³ SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In. BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992, p. 43.

²⁵⁴ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

²⁵⁵ AHMRC. *Almanak de São João do Rio Claro* para o ano de 1873.

de muito mau gênio, e que muitas vezes era necessário ir apartar as brigas della com suas companheiras”²⁵⁶.

Seu marido, José de Barros Leite foi ainda mais contundente em seu depoimento, quando destacou a agressividade de Perpétua, além de ressaltar algumas das características da personalidade de Bibiana, descrevendo-a como uma pessoa sem más intenções. Em seu depoimento, José de Barros Leite relata que “a preta Perpétua era cega e caduca e muito impertinente, agredia a qualquer pessoa que ao pé della passava, na desconfiança de que zombava della, (...) a preta Bibiana era incapaz de fazer em Perpétua qualquer offensa, quanto mais mata-la, por isso digo que nenhuma má intenção houve da parte de Bibiana. (...) não houve no facto crime algum”²⁵⁷.

Ao que parece, Bibiana era uma escrava que se enquadrava no sistema de aluguel, uma vez que pertencia a Sebastião de Barros Silva, no entanto trabalhava em serviços domésticos na casa de José de Barros Leite. O sistema de aluguel de escravos era uma das características mais importantes da escravidão urbana, a qual foi largamente utilizado tanto nos Estados Unidos e nas Antilhas, como também no Brasil²⁵⁸.

Na cidade, de acordo com a historiadora Marilena Rosa Nogueira da Silva, os escravos circulavam por todos os cantos, dedicando-se à várias atividades, quer fossem escravos domésticos encarregados de pequenas compras ou recados para seus senhores, alugados a negociantes, ou mesmo escravos empregados ao ganho por seus proprietários²⁵⁹.

Mas Bibiana, pelo visto, parecia ser bastante querida na roda familiar de José de Barros Leite, uma vez que, juntamente com sua esposa, em seu depoimento deixava claro sua preferência pela escrava infratora, indicando, até mesmo, que Bibiana fazia parte dessa ‘roda familiar’. Ora, o sistema de aluguel levou a

²⁵⁶ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

²⁵⁷ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

²⁵⁸ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 49.

²⁵⁹ SILVA, Marilena Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988, p. 31.

escravidão urbana além dos estreitos confinamentos da relação senhor-escravo, pois os escravos escapavam do mundo fechado e restrito das fazendas, e entravam em contato com os diversos grupos sociais, participando ativamente do “mundo dos brancos”. Longe do controle do senhor, criavam um ambiente próprio, e desfrutavam de momentos de liberdade²⁶⁰.

Nessa história, envolvendo Bibiana e Perpétua ficaram várias dúvidas. Bibiana era sexagenária e pela Lei nº 3270 de 28 de setembro de 1885, conhecida como Lei Saraiva-Cotegipe e, também de Lei dos Sexagenários, ela poderia ter requerido a sua liberdade. São duas as hipóteses para essa questão: Bibiana poderia já ter entrado com o pedido de liberdade e ter trabalhado por mais três anos como medida indenizatória ao seu proprietário, ou continuar na condição cativa e, mesmo sendo de aluguel, fazer parte da roda familiar de José de Barros Leite, o que não era comum entre as mulheres de “cor” de trabalho doméstico.

Porém, quando se discutiam a melhor forma de encaminhar a emancipação dos escravos, pretendiam uma liberdade que não rompesse de forma completa com as relações de escravidão. A classe dirigente pretendia, visivelmente, promover uma liberdade que preservasse os laços que a escravidão estabelecera entre senhores e escravos. Na Lei nº 3270 de 28 de setembro de 1885, foram inscritos dispositivos que procuravam viabilizar tais anseios. A indenização na forma de prestação de serviços pela libertação dos escravos sexagenários foi um desses dispositivos²⁶¹, uma vez que em seu artigo 3º mencionava que “os escravos inscriptos na matrícula serão libertados mediante indemnização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra fórmula legal” e em seu parágrafo 10 do mesmo artigo dizia “são libertos os escravos de 60 annos de idade, completos antes e depois da data em que entrar em execução esta Lei; ficando, porém, obrigados, a titulo de indemnização pela sua alforria, a prestar serviços a seus ex-senhores pelo espaço de tres annos”²⁶².

²⁶⁰ ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 50.

²⁶¹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008, p. 251.

²⁶² *Collecção de Leis do Império do Brazil - 1885, página 14 Vol. 1.*

Fato é que Bibiana foi condenada no “gráo médio do artigo 19, 1ª parte, da Lei nº 2033 de 20 de setembro de 1871”^{263 264}, porém, surpreendentemente, houve baixa na sua culpa em sete de novembro de 1886, devido ao pagamento de fiança de 1:500\$000 mil-réis, sendo fiadores José de Barros Leite e o Tenente Coronel Benedito José de Oliveira Junior²⁶⁵.

Mais questões, portanto, aparecem nessa complexa e surpreendente história. Qual a razão de José de Barros Leite e o Tenente Coronel Benedito José de Oliveira Junior despendarem tão alta quantia para livrar a escrava Bibiana das garras da justiça? Onde estaria o Senhor de Bibiana que não é mencionado em todo o decorrer do processo, salvo quando da apresentação de Bibiana²⁶⁶?

Não se sabe, nem jamais saberemos como, quando e nem se Bibiana pagou essa elevada quantia aos fiadores. O que nos mostrou essa história foi o fato dessa cruel instituição às vezes mostrar-se surpreendente - para nós, simples leitores, ou historiadores de segunda década do século XXI, tentando desvendar as múltiplas faces da escravidão - e, principalmente para Bibiana, escrava e sexagenária.

O número de escravos por fazenda na cidade de São João do Rio Claro, era em média de 30 cativos, onde, em algumas fazendas era superado pelo do imigrante. Nas décadas que antecederam a abolição da escravatura os grandes fazendeiros locais chegaram a caracterizar a mão de obra escrava como antieconômica e a associação com os indivíduos libertos poderia provocar diversos conflitos e desordens. Tais conflitos eram também frequentes entre os escravos e os negros libertos. Estes constantemente acusados de vadiagem e embriaguez. Os libertos eram considerados más influências para os cativos, uma vez que, com

²⁶³ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

²⁶⁴ Art. 19 – Lei 2033 de 20 de setembro de 1871: Aquele que, por imperícia ou falta de observância de algum regulamento, cometer ou for causa de um homicídio involuntário, será punido com prisão de um mez a dous annos, e multa correspondente.

Gráo Maximo: Dous annos de prisão e multa correspondente.

Gráo Médio: Doze mezes e meio idem, idem.

Gráo Minimo: Um mez idem, idem.

²⁶⁵ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

²⁶⁶ Segundo os autos, Bibiana é apresentada da seguinte maneira: Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Bibiana (escrava de Sebastião de Barros Silva). Processo nº 015. Caixa: 1 – 1886.

frequência, davam conselhos em que transmitiam os ideais de liberdade²⁶⁷. É evidente que em um sistema escravocrata, onde a agricultura estava ainda firmada na força de trabalho cativa tais contatos não seriam bem aceitos pelos senhores, devido aos perigos de desordem e o “fantasma” do haitianismo que rondava, não apenas a Província de São Paulo mas todo o Império do Brasil.

Certamente as transformações que ocorreram em São João do Rio Claro durante a segunda metade do século XIX favoreciam, consideravelmente, essas associações entre cativos e libertos. Talvez o processo de urbanização tenha sido primordial para que tais fatos viessem a ocorrer. A evolução da rede urbana do Interior Paulista recebeu um impulso considerável em meados do século XIX. A configuração dessa rede de cidades preexiste a econômica cafeeira, remontando ao ciclo do açúcar, no entanto, o desenvolvimento da cafeicultura conduziu a consolidação e expansão da urbanização paulista, principalmente nas regiões cafeeiras.

A economia cafeeira provocou considerável impacto nas terras paulistas, daí a importância de se fazer correlações com o processo de urbanização nas áreas em que tinha maior influência. Odilon Nogueira de Mattos lembra que as alterações provocadas pela cafeicultura, provocou, na medida em que transformou a fisionomia física, humana, social, cultural e econômica e criou paisagens peculiares à essas regiões promovendo povoamento e urbanização²⁶⁸. Dessa forma, percebe-se que a produção cafeeira e sua relação com a urbanização das cidades liga-se diretamente com a riqueza gerada por ela que aos poucos foram sendo invertidas para outros setores e, nesse processo, as cidades foram sendo beneficiadas com os mais diversos empreendimentos²⁶⁹.

Claro que se pode fazer uma análise do crescimento e urbanização da cidade de São João do Rio Claro a partir da chegada da ferrovia. Ao tornar-se “ponta de trilho” e permanecer nesta condição até 1884, São João do Rio Claro realmente ampliou sua influência sobre vasta área, abrangendo toda a região compreendida

²⁶⁷ DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Tese [Doutorado em História], Rio Claro: Faculdade de Filosofia, 1973, p. 146.

²⁶⁸ MATTOS, Odilon Nogueira de. *Café e ferrovia: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974, p. 14.

²⁶⁹ SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: uma cidade em transformação (1850-1906)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002, p. 56.

entre as atuais cidades de Torrinha (ao sul de Brotas), Jaú, Jaboticabal, Descalvado e Cordeirópolis. Na condição de “terminal ferroviário”, não apenas concentrou toda a produção das regiões mais interioranas, como também reforçou o seu papel como centro do comércio no fornecimento de suprimento às atividades desenvolvidas em toda a região²⁷⁰.

Assim, dentro do processo de expansão da lavoura cafeeira, faz-se necessária uma análise do desenvolvimento urbano de São João do Rio Claro, pois todo o equipamento que a colocou entre os grandes centros paulistas na segunda metade dos oitocentos foi gerado pela economia da rubiácea. Nesta análise da evolução da cidade de São João do Rio Claro, podemos distinguir quatro períodos: um período inicial, até cerca de 1860, quando o café já se acha implantado no Município; um segundo momento, caracterizado pelo desenvolvimento do café, cujo progresso exigiu um melhor equipamento da cidade. Esse segundo período se prolonga até 1874, quando se inicia o terceiro, com a chegada da ferrovia, o que coloca São João do Rio Claro em situação privilegiada de “ponta de trilho”. Essa fase vai até 1884, quando a ferrovia atinge São Carlos. O quarto e último período abrange o Novecentos, estendendo-se até os primeiros anos do século XX²⁷¹.

Muitas foram as propostas de modernização da paisagem urbana de São João do Rio Claro, porém não se deve fechar os olhos para o fato de existir uma espécie de poder privado que confundia com o público que era alongado por meio da estrutura latifundiária existente, não apenas em São João do Rio Claro, mas em todas as áreas calcadas na economia cafeeira. Dessa forma, os interesses privados passaram a se confundir com os interesses e preocupações públicas, chegando mesmo a se fundirem em apenas um.

Na constituição da Companhia E. F. Rio Claro em 1882, que adquiriu a concessão para o prolongamento das vias férreas para além de São João do Rio Claro, se patenteia o grau de desenvolvimento da região e seu poderio econômico. Tal ferrovia foi a única construída até então sem subvenção governamental. A

²⁷⁰ HOGAN, Daniel; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; SYDENSTRICKER NETO, John Marion. *Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO, UNICAMP, Abril/1986, p. 12.

²⁷¹ DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Tese [Doutorado em História], Rio Claro: Faculdade de Filosofia, 1973, p. 169.

Companhia E. F. Rio Claro sucedeu a Barão do Pinhal & Comp. que havia adquirido o privilégio de durante cinquenta anos construir, usar e explorar uma estrada de ferro que partindo de São João do Rio Claro fosse até São Carlos do Pinhal. O seu capital era majoritariamente formado pelos fazendeiros da região. Em 1886, ano em que se concluiu a estrada para além de São João do Rio Claro, a Companhia contava com 254 acionistas. Quatro grandes fazendeiros detinham mais de 50% do capital: o Visconde do Pinhal, o Barão de Araraquara, o Barão de Mello Oliveira e a Viscondessa de Rio Claro²⁷².

Durante as últimas décadas de Império o capital cafeeiro paulista passou a diversificar seus investimentos e a expandir-se para outros setores, que não apenas voltados ao reinvestimento na cultura cafeeira. Em princípio avançou para as ferrovias e promoção das indústrias, bem como na implantação de alguns serviços urbanos²⁷³. Principalmente no “Oeste Paulista” a mentalidade dos fazendeiros vinha mudando consideravelmente. A medida que os fazendeiros se mudaram para os grandes centros, cresceu a tendência em promover melhoramentos urbanos. Aumentou o interesse pelas diversões públicas, a construção de hotéis, jardins e passeios públicos, teatros e cafés. Melhorou o sistema de calçamento, iluminação e abastecimento de água. Aperfeiçoaram-se os transportes urbanos. O comércio urbano ganhou novas dimensões, bem como o artesanato e a manufatura. O processo foi favorecido pelo interesse que o capital estrangeiro teria nesse tipo de empreendimento urbanizador²⁷⁴.

A urbanização de São João do Rio Claro visava, sobretudo, atender as demandas da elite política e latifundiária local. Aliavam-se, assim, exigências econômicas a interesses políticos de uma incipiente burguesia local, fato que iria possibilitar uma espécie de modernização material do espaço urbano rio-clarense. Essas transformações foram sentidas na grande maioria das cidades onde a economia tinha como pilar o café, uma vez que vieram a ocorrer em diversos níveis,

²⁷² HOGAN, Daniel; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; SYDENSTRICKER NETO, John Marion. *Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO, UNICAMP, Abril/1986, p. 13. Ver, também, estudo aprofundado sobre a Companhia Rio Claro: GRANDI, Guilherme. *Café e expansão ferroviária: a Companhia E. F. Rio Claro (1880-1903)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

²⁷³ SAES, Flávio Azevedo Marques. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira (1850-1930)*. São Paulo: Hucitec, 1986.

²⁷⁴ COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 256.

desde o surgimento de armazéns gerais, mercados, casas bancárias e diversas novas atividades, estimuladas, de um lado pela implantação da malha ferroviária, e de outro, pela concentração urbana. Verificou-se também por intermédio da intensidade dos investimentos em melhorias urbanas efetuadas pelo poder público, expressas na construção de grandes prédios públicos (grupos escolares, hospitais, matadouros) e de inovações (iluminação pública, colocação de sarjetas nas ruas, canalização de córregos, sistemas de rede de água e esgoto, entre outros)²⁷⁵.

O maior relacionamento entre fazendas e o núcleo urbano foi, incontestavelmente, um dos responsáveis pelo progresso de São João do Rio Claro, que começou a ser dotado de serviços mais especializados. Assim é que foi proposta pela Assembleia Legislativa Provincial, em 1868, a criação de um liceu, na “não menos importante e rica cidade de São João do Rio Claro”²⁷⁶. No dia 15 de abril de 1873, foi promulgada a Lei nº 60 em que autorizava a Câmara de São João do Rio Claro a contrair um empréstimo para melhorias urbanas.

O Doutor João Theodoro Xavier, Presidente da Província de S. Paulo, etc., etc., etc.

Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Camara Municipal de S. João do Rio Claro a contrahir um emprestimo de 22:000\$000, sendo 15:000\$000 para serem applicados no encanamento d'água e construcção de chafarizes, 7:200\$000 para a erecção de um novo cemitério.

Art. 2º O emprestimo será feito ao juro nunca superior a 10% ao anno, o qual será pago annualmente²⁷⁷.

²⁷⁵ PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís e a modernização de Batatais*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005, p. 27.

²⁷⁶ DINIZ, Diana Maria de Faro Leal. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise (1850-1900)*. Tese [Doutorado em História], Rio Claro: Faculdade de Filosofia, 1973, p. 169.

²⁷⁷ *Assembléa Legislativa da Província de S. Paulo. Lei nº 60, de 15 de abril de 1873.*

É bem provável que as condições de vida na cidade tenham melhorado consideravelmente durante esse período, não somente em consequência de um aumento significativo do comércio e dos serviços, como também do abastecimento de gêneros alimentícios. Nota-se que alguns escravos - com consentimento do seu senhor -, libertos e imigrantes estrangeiros tinham certa autonomia para comercializarem gêneros alimentícios nas cidades inseridas nas zonas cafeeiras, muitas vezes produzidas em parceria com o próprio fazendeiro. No entanto, muitos indivíduos não estavam inseridos nessa economia, se não formal estava quase na formalidade, e ficariam a margem desse sistema de trocas. Nesse sentido, surgiam as mercadorias que eram produtos de furtos.

Ora, concomitante ao progresso econômico trazido pela modernidade na segunda metade do século XIX, surgiram diferentes grupos sociais que gravitavam pela paisagem urbana e rural da cidade em total descompasso. Tais grupos, que podiam, incontestavelmente, serem caracterizados como desprivilegiados, estavam internamente unidos por laços afetivos e de solidariedades, criando espaços próprios para a sobrevivência do próprio grupo, relacionando-se através de expectativas marcadas por determinadas particularidades. Foi o que aconteceu “às 4 horas da madrugada do dia 04 de abril de 1885, João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro, Honorato Bravo e Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo) se deslocam até a chácara do italiano José Scarpa e roubam um cabrito e vinte galinhas”²⁷⁸.

Certamente o produto desse furto seria para alimentação ou para o comércio ambulante no centro da cidade. A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias lembra muito bem que o abastecimento e a circulação de gêneros alimentícios entre os consumidores mais pobres da cidade eram quase todo de contrabando; não se declarava de onde, nem como vieram; tinham também um pouco de aura do mágico e do furtivo²⁷⁹.

²⁷⁸ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo), João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro e Honorato Bravo. Processo nº 019. Caixa: 1 – 1885.

²⁷⁹ DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 76.

Relações como esta envolvendo João Gonçalves, João Garcia, Manoel Carneiro, Honorato Bravo, todos libertos e o escravo Francisco eram comuns nas localidades, onde se percebia um processo de urbanização. Verificou-se que na realidade histórica da época, poucas distinções separavam os escravos e os libertos especialmente ao se tomar como polo comparativo a vivência dos escravos de ganho²⁸⁰.

Este é um processo de leitura difícil, envolvendo cinco libertos e um escravo e, em determinados momentos, um tanto confuso. Não há nesse processo auto de qualificação dos réus. No entanto, percebeu-se a condição dos negros e pardos livres através dos depoimentos das testemunhas de acusação Ignácio Schutz, Miguel Bichart e Michaelis Picharel, quando utilizaram termos pejorativos referindo-se aos libertos como *crioulos*. De acordo com Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, não há dúvidas de que termos como *negro*, *preto*, *pardo*, *mulato* e *crioulo*, foram cunhados originalmente pelos senhores, que se denominavam *brancos*, para designar aqueles que eram subalternos²⁸¹.

Manuela Carneiro da Cunha explica que na primeira metade do século XIX três dimensões intervinham para classificar internamente essa população de libertos: a *cor*, a *nacionalidade* e a *condição legal*. A cor era *negra* ou *parda*: as gradações intermediárias, usadas eventualmente para descrever um indivíduo, não pareciam serem usadas para classificar o indivíduo numa subclasse. Quanto à nacionalidade, era-se africano (com subdivisões étnicas não necessariamente usadas, mina, angola, etc.) ou crioulo, isto é, nascido no Brasil. Quanto à condição legal, enfim, era-se forro – isto é, liberto – ou ingênuo – ou seja, nascido livre²⁸².

Hebe Mattos reforça a ideia, quando argumenta que a designação *crioulo* era exclusiva de escravos e forros nascidos no Brasil e o termo *preto*, até a metade do século, era referido preferencialmente aos africanos²⁸³. Segundo essa historiadora a

²⁸⁰ WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. *Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998, p. 53.

²⁸¹ GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo Guimarães. *Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950*. In: Revista Afro-Ásia, Salvador, 29/30, 2003, p. 249.

²⁸² CUNHA, Manuela Carneiro. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985, p. 22.

²⁸³ MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 30.

própria construção da categoria *pardo* é típica do final do período colonial e tem uma significação muito mais abrangente do que a noção de *mulato* (este, sim, um termo de época diretamente ligado à mestiçagem) ou mestiço que muitas vezes lhe é associada. Na verdade, durante todo o período colonial, e mesmo até bem avançado o século XIX, os termos *negro* e *preto* foram usados exclusivamente para designar escravos e forros. Em muitas áreas e períodos *preto* foi sinônimo de africano²⁸⁴.

Ora, Hebe Mattos ainda demonstra que *pardo* foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para a ascendência europeia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de *preto* ou de *crioulo*, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo²⁸⁵.

Apesar de não contarem com testemunhas de defesa, os libertos e Francisco tinham suas próprias estratégias para se livrarem das garras da justiça. Como se previamente ensaiados, nos interrogatórios os acusados afirmaram que foram forçados “pelo grupo armado de cacete para fazer parte do grupo”²⁸⁶. Esta afirmação, ‘curiosamente’, aparece em todos os depoimentos, mostrando ao mesmo tempo solidariedade e tensões dentro do grupo. Maria Odila Leite da Silva Dias em estudo sobre as vendedoras ambulantes na São Paulo oitocentista mostra claramente que

A subsistência baseava-se em relações tensas, de vizinhança e convívio, entre escravas, livres e forras; convívio marcado, de um lado, por necessidades de auxílio mútuo e, de outro, por uma inserção forçada, apesar de socialmente desqualificadas, como elos na cadeia dos seres de uma sociedade escravista, altamente hierarquizada²⁸⁷.

²⁸⁴ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 17.

²⁸⁵ *Idem*, p. 17

²⁸⁶ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo), João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro e Honorato Bravo. Processo nº 019. Caixa: 1 – 1885.

²⁸⁷ DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 74.

Todo o episódio do roubo do cabrito e das vinte galinhas – seja para consumo próprio ou para venda no centro da cidade de São João do Rio Claro - sugere que estes libertos e o escravo Francisco já se conheciam havia algum tempo. As circunstâncias envolvendo cada um dos réus no processo explicam certo entrosamento entre eles, quando todos afirmam terem sido forçados “pelo grupo armado de cacetes”²⁸⁸ a fazerem parte do mesmo. Uma vez que não foram deixados espaços de manobras para os acusados tentarem uma forma de escapar da justiça, reagiram a essa situação com um sentimento de solidariedade que chega a se estranhar. A fórmula que encontraram, portanto, foi a da força do coletivo, a de que o grupo impôs a prática do delito.

Apesar de terem sido condenados pelo crime de furto, não há indícios de que o senhor de Francisco, Antonio Pompeu de Toledo, tivesse a intenção de livrar seu escravo do indiciamento. Seu nome somente foi mencionado no processo quando da referência a “Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo)”²⁸⁹.

Se na segunda metade do século XIX ocorreram as primeiras iniciativas de implantação de um sistema moderno de calçamento, planejamento das ruas, encanamento de água e disponibilização de energia elétrica, ocorria, também, uma maior mobilidade dos indivíduos, principalmente das classes subalternas na busca por sobrevivência, mesmo esbarrando na existência de um rígido controle social. A ideia da elite e dos grupos dirigentes era a promoção da modernização a qualquer custo, porém, para que isso se materializasse era necessário a construção de mecanismos jurídicos para controlar essas classes, se não perigosas, mas que colocavam medo nos rostos das classes dirigentes.

A associação entre o escravo Francisco e os libertos é um claro exemplo de estratégia de sobrevivência no interior da sociedade escravista, principalmente para os indivíduos que viviam em cativeiro e sem qualificação para o desempenho de

²⁸⁸ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo), João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro e Honorato Bravo. Processo nº 019. Caixa: 1 – 1885.

²⁸⁹ APHMRC. Cartório Criminal. A Justiça contra Francisco (escravo de Antonio Pompeu de Toledo), João Gonçalves, João Garcia, Manoel Ramos, Manoel Carneiro e Honorato Bravo. Processo nº 019. Caixa: 1 – 1885.

qualquer tarefa. As informações mostradas pelo Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872 indicam que em São João do Rio Claro existiam apenas 2.905 indivíduos que sabiam ler e escrever, ou seja, 19,32% da população total, não estando relacionado no rol desses indivíduos nenhum cativo. Sendo a sobrevivência considerada necessária, associações como essas, além de determinados delitos, se mostravam necessários para a manutenção e reprodução desses grupos sociais subalternos. A Tabela nº 31 ilustra as ocupações de alguns indivíduos cativos nas décadas anteriores a promulgação da Lei nº 3353, de 13 de maio de 1888.

TABELA Nº 31
População escrava segundo a profissão/ocupação
São João do Rio Claro – 1872.

Ocupação	Mulheres	Homens	Total	Percentagem da força de trabalho escrava
Agricultura	938	1.673	2.611	66,35
Serviços domésticos	369	0	369	9,38
Assalariados/Jornaleiros	8	265	273	6,94
Ofícios/Profissões	76	145	221	5,62
<i>Costureira</i>	72	0	72	---
<i>Metalurgia</i>	0	17	17	---
<i>Carpintaria</i>	0	55	55	---
<i>Vestuário</i>	4	16	20	---
<i>Edificações</i>	0	38	38	---
<i>Couros e peles</i>	0	9	9	---
<i>Chapéus</i>	0	6	6	---
<i>Calçados</i>	0	4	4	---
Sem profissão	230	231	461	11,72
TOTAL	1.621	2.314	3.935	100

FONTE: Recenseamento Geral do Império do Brasil para o ano de 1872.

Ao se fazer uma análise acerca da Tabela nº 31 verifica-se uma maioria esmagadora de escravos do sexo masculino em determinadas atividades como na agricultura, representando 64,08% dos cativos empregados nessa atividade. A

participação dos escravos homens entre os assalariados e jornaleiros era ainda maior, representando 97,07% dos empregados nessas atividades. Ao que parece, os cativos que se enquadravam nessa categoria – assalariados e jornaleiros – eram os chamados de ganho, onde tinham uma certa autonomia para transitar pela cidade desempenhando as mais variadas funções, entre elas a de barbeiro, cocheiro, carreiro ou tropeiro, sendo integrados nos hábitos e costumes dos homens livres passando a usufruir de relativa liberdade.

Dentro desse quadro, apenas os serviços domésticos e de costura as mulheres eram de número majoritário, representando a totalidade nessas duas atividades. Informações que chega a se estranhar, uma vez que no processo de urbanização de São João do Rio Claro não foi inserida de imediato a ascensão de uma burguesia industrial através da inversão do capital acumulado na economia cafeeira, nem a emergência de uma classe de trabalhadores assalariados livres. Houve, nitidamente a proliferação dos biombos, principalmente em torno da Rua Formosa onde havia se instalado o Mercado Municipal em meados da década de 1860. Nesse contexto fazia parte da consolidação da economia escravista de exportação e da paisagem urbana rio-clarense escravas, forras e mulheres brancas pobres sobrevivendo do comércio ambulante, das quitandas, bem como de pequenos artesanatos. Era, portanto, uma espécie de “economia marginal” à economia agroexportadora cafeeira.

O crescimento populacional de São João Rio Claro fez com que fosse intensificado as atividades urbanas. De acordo com o Recenseamento de 1872 a cidade contava com uma população da ordem de 15.035 almas e no ano de 1886, existiam naquela localidade 20.133 habitantes. Em 1873, três anos antes da chegada da malha ferroviária, São João do Rio Claro já contava com uma infraestrutura urbana considerável para os padrões da época.

Por volta da década de 1870, com o café já implantado na região o efeito urbanizador promovido pela economia cafeeira já começava a ser sentido. Apesar de ser quase autossuficiente em alimentos, materiais de construção, animais de tração e alguns artefatos, as fazendas não eram autônomas e satisfaziam algumas das necessidades com produtos da cidade. O algodão, por exemplo, embora fosse tecido pelos escravos, durante esse período, já era mais comum a compra de

produtos ingleses por jardas. Por outro lado, a fabricação de tijolos e materiais afins, localizada nas fazendas, aproveitando as jazidas de cal e argila, contava com demanda para a sua expansão. Além das olarias, as propriedades rurais possuíam com frequência moinhos e serrarias movidas por energia hidráulica ou a vapor, que também supriam a cidade. Por sua vez, a cidade fornecia alguns produtos manufaturados como arreios, carroças, trabalhos de carpintaria e ferro batido. Os pequenos produtores rurais eram os principais fornecedores de carne de porco consumida nas fazendas, mas raramente ali produzida. Vendiam também, em menor quantidade, algum milho produzido nas fazendas. Outros produtos, como alguns tecidos e manufaturados ingleses eram constantemente importados. Se vê, então, uma economia regional que, embora voltada primordialmente para o café, deu margem a uma diferenciada gama de atividades urbanas, e a relações rurais-urbanas sistemáticas²⁹⁰.

Ora, ao que tudo indica, São João do Rio Claro estava seguindo a tendência modelar do período, onde vinha ocorrendo transformações não apenas internamente, mas também, em todo o mundo. Uma vez que, em escala global, o impacto da Revolução Industrial, fez com que a metade do século XIX, fosse marcada pelo início da maior migração dos povos da história. Eric Hobsbawm afirma que seus detalhes exatos mal podem ser medidos, pois as estatísticas oficiais, tais como eram então, são falhas em capturar todos os movimentos de homens e mulheres dentro dos países ou entre estados. O êxodo rural em direção às cidades, a migração entre regiões e de cidade para cidade, o cruzamento de oceanos e a penetração em zonas de fronteiras, todo esse fluxo de homens e mulheres movendo-se em todas as direções torna difícil uma especificação²⁹¹.

Beirando a mendicância, escravas, forras e mulheres pobres se acotovelavam nos entornos do Mercado Municipal na Rua Formosa. Uma das justificativas de alguns vereadores junto à Câmara Municipal de São João do Rio Claro para a construção de um mercado era a contenção da proliferação da venda de quitandas nas ruas da cidade. A modernização da cidade exigia, também hábitos, costumes e práticas higienistas. A concentração das vendas em um local específico iria fazer

²⁹⁰ HOGAN, Daniel; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; SYDENSTRICKER NETO, John Marion. *Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO, UNICAMP, Abril/1986, p. 14-15.

²⁹¹ HOBBSAWM, Eric. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p. 207.

com que não fosse comprometida a fiscalização dos produtos alimentícios, zelando, obviamente pela qualidade²⁹². A Figura nº 1 mostra a localização estratégica do Mercado Municipal na área central da cidade, próximo à alguns prédios públicos como a Câmara Municipal e a Igreja Matriz.

²⁹² *Actas da Camara de Vereadores de São João de Rio Claro. 02 de setembro de 1869.*

FIGURA 1

Perímetro urbano da cidade de São João do Rio Claro no ano de 1867.

PERÍMETRO URBANO DE
SÃO JOÃO DE RIO CLARO
EM
1867.

LEI Nº 40 - ART. 170 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

44 QUARTEIRÕES

① MERCADO	⑥ CAPELA DE SANTA CRUZ
② CADEIA	⑦ SOBRADO DE LUIZ BORGES
(HOTEL DO OESTE)
③ MATRIZ	⑧ CEMITÉRIO
④ LARGO SÃO JOÃO	⑨ VARZEA
⑤ CÂMARA	⑩ CORREGO DA SERVIDÃO

O Código de Posturas de São João do Rio Claro aprovado em 19 de julho de 1867 através da Lei nº 972, deixa claro a intenção dos administradores da cidade o zelo pela higiene pública, além do receio com os chamados atravessadores que encareciam os produtos e escapavam dos rigores da fiscalização. Em seu artigo 77 e 78 diz:

Art. 77. Os que trouxerem mantimentos ou generos de primeira necessidade, como farinha, feijão, arroz, milho, toucinho, assucar e outros semelhantes, para vender na cidade, serão obrigados a estacionar por tempo nunca menor de seis horas, no lugar denominado – Mercado – para ahi vendel-os á retalho, ou em pequenas porções, e sómente depois d'isso os poderão vender pelas ruas; o infractor pagará 10\$000 de multa e soffrerá vinte e quatro horas de prisão.

Art. 78. Os que dentro, ou fóra da cidade, atravessarem os mesmos generos de que trata o artigo antecedente, pagarão a multa de 20\$000. Os que venderem os mesmos generos a atravessadores pagarão a de 10\$000²⁹³.

O impacto do processo de modernização e da chegada da ferrovia sobre o cotidiano na cidade de São João do Rio Claro teve, também, seus efeitos contraditórios. As escravas, na maioria das vezes, se organizavam em torno do pequeno comércio clandestino e informal que sofria com os rigores e controle do fisco e das posturas. Uma das formas de driblar a fiscalização era a comercialização de alguns gêneros alimentícios através dos chamados biombos e tanguás. Eram pequenos estabelecimentos que se instalaram pelos arredores da área central e nos bairros mais afastados. Alguns consumidores chegaram a afirmar que “esses estabelecimentos facilitavam suas vidas no dia-a-dia”²⁹⁴. Ora, o acesso aos produtos de primeira necessidade, fazia com que o povo olhasse com bons olhos para esses pequenos estabelecimentos.

²⁹³ *Codigo de Posturas da Camara Municipal de S. João do Rio Claro para o anno de 1867.*

²⁹⁴ *O Século XIX*. 14 de fevereiro de 1878.

Ao que parece, estes estabelecimentos também se faziam presentes em cidades como Campinas. Em perspicaz estudo sobre este importante centro cafeeiro do interior da Província de São Paulo, Walter Martins observa as mesmas peculiaridades em relação a esses pequenos estabelecimentos. De acordo com esse historiador, na cidade de Campinas, os tanguás estavam onde o povo estava, nos bairros, nos cortiços e no centro da cidade. Com a obrigatoriedade da comercialização de gêneros alimentícios de primeira necessidade em um Mercado Municipal, com preços, pesos e medidas sendo estabelecidos pelas autoridades municipais, a Câmara esperava centralizar em um único lugar, restrito e vigiado, um comércio que era visto com muitas reservas pelo poder público, pois envolvia escravos, libertos, imigrantes, homens e mulheres livres pobres que circulavam pelas ruas e facilitavam a vida de muitas cozinheiras e donas de casa²⁹⁵.

Portanto, mesmo as mulheres que viviam sob o jugo do cativo, muitas vezes não aparecendo, ou constando, nas estatísticas oficiais, elas gravitavam pelas ruas da cidade de São João do Rio Claro durante a segunda metade do século XIX. Assim, entre a casa e a rua, havia um desdobramento contínuo de dependências mútuas, que tecia e enredava um no outro o domínio do privado e do público, de tal modo que o nexo orgânico senhora-escrava foi-se diluindo com a urbanização, no comércio local, a refletir a dependência de elos que uniam entre si, nas fimbrias das classes dominantes, escravas, forras e mulheres livres empobrecidas²⁹⁶.

Assim, nos anos que antecederam a abolição total do cativo, principalmente em seus últimos anos, São João do Rio Claro, e sua elite, viram a sua população escrava declinar acentuadamente (conforme foi apresentado na Tabela nº 22). Circulavam pelas ruas da cidade um número cada vez maior de libertos que, inúmeras vezes se misturavam aos escravos tornando difícil qualquer distinção a um simples olhar. Claro que em determinadas situação havia a possibilidade de reescravização de um indivíduo já liberto, mas isso já é uma outra história.

²⁹⁵ MARTINS, Walter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010, p. 157.

²⁹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. 2 ed. ver. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 156.

CAPÍTULO 4

O MOVIMENTO ABOLICIONISTA: DO PARLAMENTO ÀS RUAS E TRIBUNAIS DE SÃO JOÃO DO RIO CLARO.

Analisar o processo de abolição da escravatura no Brasil requer, necessariamente, que se discuta não só o caráter legal do processo de abolição e seu encaminhamento político no Parlamento Brasileiro, os movimentos sociais que pipocaram nas últimas décadas em que vigorou tal sistema, mas também as outras leis que se fizeram presentes e antecederam a Lei de 13 de maio de 1888, como a Lei de 7 de novembro de 1831, também conhecida como Lei Feijó e, popularmente, chamada de “lei para inglês ver”; a Lei nº 581, de 04 de setembro de 1850, conhecida como a Lei Eusébio de Queiroz; a Lei nº 2040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre; e a Lei nº 3270 de 28 de setembro de 1885, a chamada Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como a Lei dos Sexagenários.

Em princípio a promulgação da Lei de 7 de novembro de 1831, conhecida como Lei Feijó, com o objetivo de abolir o tráfico de escravos africanos não veio a alcançar o seu fim precípuo. Dessa forma, alguns historiadores como, por exemplo, Jaime Rodrigues evita considerar a lei como resultado único de pressões britânicas, procurando ressaltar as influências internas, representadas pelos parlamentares e outros segmentos da sociedade²⁹⁷ para a sua promulgação.

Dentro desse contexto, este capítulo tem como principal objetivo, além da discussão das chamadas leis abolicionistas, analisar os debates no Parlamento Brasileiro envolvendo a “questão do elemento servil” e o desejo da elite política brasileira em dar um encaminhamento político à questão do abolicionismo; mostrar o despontar de movimentos sociais em São Paulo nos anos que antecederam à abolição, passando pelos efeitos das tensões desencadeadas por cativos na cidade

²⁹⁷ RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: ed. da UNICAMP/ Cecult. 2000.

de São João do Rio Claro, apontando, dessa forma, a participação ativa dos escravos no processo de abolição da escravidão no Brasil.

Com base em fontes documentais, particularmente a imprensa, além dos discursos parlamentares e relatórios dos chefes de polícia, pretende-se mostrar, também, que os escravos não eram seres inertes. Através das mais variadas estratégias e com a ajuda de pessoas letradas, ou seja, os curadores, nas barras dos tribunais, construíram seus próprios caminhos rumo à liberdade.

Sabe-se que no século XIX, determinadas leis davam margem à diversas interpretações. E. P. Thompson em importante estudo sobre o direito de propriedade nos fundamentos do Direito e as origens da Lei Negra na Inglaterra do século XVIII, afirma que a maior dentre todas as ficções legais é a de que a lei se desenvolve, de caso em caso, pela sua lógica imparcial, coerente apenas com sua integridade própria, inabalável frente a considerações de conveniência²⁹⁸. Segundo José Jobson de Andrade Arruda, Thompson investe contra um marxismo vulgar para o qual “o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe”; “fenômeno do poder e da hipocrisia da classe dominante”. Nega o caráter de “já explicado” da lei como elemento da superestrutura. Reconhece que a lei entendida como instituição ou pessoas pode ser “facilmente assimilada à lei da classe dominante”. Mas, insiste que “a lei também pode ser vista como ideologia ou regras e sanções específicas”, que mantêm uma relação ativa e definida com as normas sociais; e, por fim, podem ser vista simplesmente em termos de sua lógica, regras e procedimentos próprios, isto é, simplesmente *enquanto lei*²⁹⁹.

Sobre o tema, Edward Palmer Thomson escreveu em sua obra *Senhores e Caçadores*:

A lei pode ser vista instrumentalmente como mediação e reforço das relações de classe existentes e, ideologicamente, como sua legitimadora. Mas devemos avançar um pouco mais em nossas definições. Pois se

²⁹⁸ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 338.

²⁹⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Nova História Social do Crime*. In: Revista História, São Paulo: nº 121, pp. 127-133, ago/dez. 1989, p. 130. (Grifo do autor).

dizemos que as relações de classe existentes eram mediadas pela lei, não é o mesmo que dizer que a lei não passava da tradução dessas mesmas relações, em termos que mascaravam ou mistificavam a realidade. Muitíssimas relações de classe eram expressas, não de qualquer maneira que se quisesse, mas *através das formas da lei*; e a lei, como em outras instituições que, de tempos em tempos, podem ser vistas como mediação (e mascaramento) das relações de classe existentes, tem suas características próprias, sua própria história e lógica de desenvolvimento independentes³⁰⁰.

De acordo com Thompson, as pessoas são inerentes ao caráter específico das leis, como corpo de regras e procedimentos, que aplique critérios lógicos referidos a padrões de universalidade e igualdade. Certas categorias de pessoas podem ser excluídas dessa lógica, como por exemplo, os escravos, e que outras categorias tinham seu acesso vedado apenas parcialmente, como as mulheres, e que os pobres, na grande maioria das vezes, possam ser excluídos, pela miséria, dos dispendiosos procedimentos legais. Dessa forma, ensina Thompson, se a lei é manifestamente parcial e injusta, não vai mascarar nada, legitimar nada, contribuir em nada para a hegemonia de classe alguma. A condição prévia essencial para a eficácia da lei, em sua função ideológica, é a que mostre uma independência frente a manipulações flagrantes e pareça ser justa. Mesmo a classe dominante tem a necessidade de legitimar seu poder, moralizar suas funções, sentir-se útil e justo. Ora, no caso de uma formação histórica tão antiga como o Direito, sempre existirão alguns homens que acreditam ativamente em seus procedimentos próprios e na lógica da justiça. O Direito pode ser retórico, mas não necessariamente uma retórica vazia³⁰¹.

Ora, em uma sociedade dominada pelo dissenso a lei era formulada e aplicada diretamente para impor o poder de classe e legitimá-lo³⁰². Algumas leis surgiram com o claro objetivo de manter o controle social na sociedade, voltadas principalmente aos escravos – como, por exemplo, a Lei de 10 de julho de 1835. Mesmo tendo a função disciplinadora, e visando transformar os escravos em libertos

³⁰⁰ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 353.

³⁰¹ *Idem*, p. 354.

³⁰² ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Nova História Social do Crime*. In: Revista História, São Paulo: nº 121, pp. 127-133, ago/dez. 1989, p. 130.

disciplinados, estas leis continham brechas e lacunas, de que muitos escravos se utilizaram para mudar o seu *status social*, na busca de um futuro menos árduo.

4.1 Em torno da Lei Feijó.

Em 7 de novembro de 1831 era promulgada a primeira lei brasileira proibindo o tráfico de escravos. Lei esta que refletia as pressões que o governo brasileiro vinha sofrendo da coroa britânica. Ora, uma das condições impostas pelos britânicos em troca do reconhecimento da independência brasileira em 1825, foi justamente o fim do tráfico de africanos por volta de 1830³⁰³.

Rezava a lei, proposta pelo Padre Diogo Antonio Feijó, que ficou popularmente conhecida como “Lei Feijó”, em seu primeiro artigo: “Art.1º Todos os escravos, que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”³⁰⁴. Porém, a referida lei deixava lacunas quanto a sua execução, por exemplo, nos itens primeiro e segundo quando diz que excetuam-se:

1º Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país, onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações.

2º Os que fugirem do território ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil. Para os casos de exceção nº 1, na visita da entrada se lavrará termo do numero dos escravos, com as declarações necessárias para verificar a identidade dos mesmos, e fiscalizar-se na visita da saída se a embarcação leva aqueles, com que entrou. Os escravos, que foram achados depois da saída da embarcação, serão apreendidos, e retidos até serem reexportados.³⁰⁵

³⁰³ GRAHAM, Richard. *Brasil – Inglaterra*. In: HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil monárquico*, t. 2 v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 142.

³⁰⁴ *Collecção das Leis do Império do Brazil*.

³⁰⁵ *Collecção das Leis do Império do Brazil*.

Embora, aparentemente com preocupações humanitárias, incontestavelmente os interesses britânicos no Brasil eram de ordem, puramente, econômicos. A lei tinha por objetivo demonstrar que o Brasil estava empenhando-se na contribuição para a supressão do comércio internacional de escravos. Porém, na prática essa lei nunca foi executada, sendo desrespeitada por todos os responsáveis pelo tráfico³⁰⁶.

Não se deve esquecer, também, que diversos políticos liberais do século XIX, tais como Francisco Otaviano de Almeida, Zacarias Góis e Vasconcelos, Joaquim Nabuco e, naturalmente Rui Barbosa, deixaram-se atingir, profundamente, pelo modelo político britânico³⁰⁷. Mas as relações ente Brasil e Inglaterra em tão longo período podem ser divididas em duas fases diferentes. De acordo com Richard Graham, na primeira, que se encerra em meados da década de 1860, disseram elas respeito primordialmente à escravidão e ao comércio. Durante a segunda, a escravidão cessa de ser um problema, ao passo que investimentos diretos dão novo ímpeto aos interesses comerciais³⁰⁸.

Fato é que, a Lei de 7 de novembro de 1831, como preferimos mencionar no texto, emergiu a partir de pressões da Coroa Britânica frente ao tráfico de africanos para o Brasil. Porém, a Lei se revelaria um tanto inócua e, principalmente, levaria a uma interpretação ambígua. Rezava a lei em seu artigo segundo:

ART.2º Os importadores de escravos no Brasil incorrerão na pena corporal do artigo cento e setenta e nove do Código Criminal, imposta aos que reduzem à escravidão pessoas livres, e na multa de duzentos mil réis por cabeça de cada um dos escravos importados, além de pagarem as despesas da reexportação para qualquer parte da África; reexportação, que o governo fará efetiva com a maior possível brevidade, contratando com as autoridades africanas para lhes darem um asilo. Os infratores responderão cada um por si e por todos.³⁰⁹

³⁰⁶ GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888)*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em História]. UFRJ / IFCS, 2004.

³⁰⁷ GRAHAM, Richard. *Brasil – Inglaterra*. In: HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil monárquico*, t. 2 v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 141.

³⁰⁸ *Idem*, p. 141.

³⁰⁹ *Collecção das Leis do Império do Brazil*.

Estabelecia-se, então, que a reexportação dos africanos apreendidos seria da responsabilidade dos importadores/infratores. E para que a lei fosse efetivamente executada o Governo Imperial brasileiro decidiria uma forma de contrato com as autoridades africanas um território plausível para dar asilo aquelas pessoas. Paula Beiguelman, porém, é contundente ao afirmar, sobre o referido artigo que tanto pela forma de julgamento como porque, dada a organização do contrabando, dificilmente a introdução de escravos apreendidos poderia ser imputada a pessoas capazes de pagar as multas necessárias, o item sobre a reexportação tendia a se tornar letra morta³¹⁰.

Se o artigo segundo tendia a se tornar inaplicável, ou como argumentou Beiguelman, “tornar-se letra morta”, o artigo terceiro estaria completamente fora de cogitação ser aplicável. Rezava ele as seguintes regulamentações:

ART. 3º São importadores:

1º O Comandante, mestre ou contramestre.

2º O que cientemente deu ou recebeu o frete ou por qualquer ou título a embarcação designar para o comércio de escravos.

3º Todos os interessados na negociação, e todos os que cientemente forneceram fundos, ou por qualquer motivo deram ajuda a favor, auxiliando o desembarque ou consentindo nas suas terras.

4º Os que cientemente comprarem como escravos os que são declarados livres no art.1º; estes, porém só ficam obrigados subsidiariamente às despesas da reexportação, sujeitos, com tudo, às outras penas.³¹¹

Pelo ato do artigo primeiro eram aplicadas as penas, de acordo com a lei aos importadores como tais os mencionados no artigo terceiro em seus 4 itens, tanto os que comprassem os africanos, no caso os fazendeiros, fazendo incidir sobre os

³¹⁰ BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1977. p. 8.

³¹¹ *Collecção das Leis do Império do Brazil*.

mesmos o trabalho escravo. Entretanto, mantendo a forma de julgamento por júri, a lei garantia a impunidade das infrações³¹².

No entanto, o domínio político-administrativo das regiões estava nas mãos, as vezes, de uma única família a qual detinha o controle, por si só, do poder local, onde na grande maioria das vezes, estes mantinham relações de amizade ou até mesmo ligados por laços familiares. Percebe-se, assim, o poder que detinha esses grupos locais em atividades ligadas ao contrabando de escravos – o que não era raro –, não se encontrava quem depusesse contra esses indivíduos³¹³. E, apesar das evidências serem claras, o júri o absolvía.

Instituiu-se, então, um mecanismo legal de modo a não afetar o tráfico, porém, invocando um argumento que não levasse a corrosão das relações entre o Governo Imperial brasileiro e a Coroa Britânica.

Ponto interessante na Lei de 7 de novembro de 1831, particularmente em seu primeiro artigo, foi o aspecto um tanto “revolucionária” para a época, em que declarava livre todos os africanos que entrassem no Brasil a partir de sua promulgação obtendo uma certa importância histórica, uma vez que, nas décadas posteriores foi utilizada por escravos e advogados como argumento jurídico para pleitearem o direito à alforria³¹⁴.

Fato não menos importante na história do início do processo de promulgação das leis tidas como abolicionistas no Brasil foi a instituição do Decreto de 11 de abril de 1832 regulamentando a carta de Lei de 7 de novembro de 1831. Em seu primeiro artigo decreta:

ART.1º Nenhum barco deixará de ser visitado pela polícia logo à sua entrada, e imediatamente à sua saída. A autoridade que fizer a visita porá

³¹² BEIGUELMAN, Paula. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. São Paulo: Pioneira, 1977. p. 8.

³¹³ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 282.

³¹⁴ GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888)*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em História]. UFRJ / IFCS, 2004. p. 16.

no passaporte a seguinte averbação: Visitado... Dia, era, e assinatura. Sem o que será despachado.³¹⁵

Percebe-se, porém, certa irrealidade no referido artigo. A fiscalização nos portos brasileiros era falha e muito deixava a desejar. A repressão ao contrabando era difícil, ia além das possibilidades da marinha brasileira a fiscalização do litoral em toda a sua vasta extensão³¹⁶. Ora, nas localidades quem detinha o poder político eram os fazendeiros, as oligarquias agrárias, nesse contexto o Governo Imperial nada podia fazer para reverter tal situação na época.

Definitivamente, a Lei de 7 de novembro de 1831 fez uma revisão do tratado firmado entre o Governo Imperial brasileiro com a Coroa Britânica assinado em 23 de novembro de 1826, onde ratificou o acordo firmado entre as coroas de Portugal e Grã-Bretanha. De acordo com o tratado, o Brasil assumiria com os ingleses o compromisso de tornar o tráfico ilegal num prazo de três anos. E, segundo o mesmo em seu artigo primeiro o tráfico de escravos seria julgado como pirataria.

Art. 1º. Ao fim de três anos a contar da troca de ratificações do presente tratado, será considerado ilegal para os súditos do Imperador do Brasil dedicar-se ao tráfico de escravos africanos sob qualquer pretexto ou maneira, e o exercício desse tráfico por qualquer pessoa, súdito de sua Majestade Imperial, após esse prazo, será julgado e tratado como pirataria³¹⁷.

O tratado foi combatido com bastante eloquência na Câmara dos Deputados. Em discurso proferido em 2 de junho de 1827, pouco mais de seis meses após a assinatura do tratado o Deputado Cunha Matos mostra extrema indignação contra ele. Nas palavras do nobre Deputado Cunha Matos:

³¹⁵ *Collecção das Leis do Império do Brazil.*

³¹⁶ COSTA, Emilia Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. p. 282.

³¹⁷ *Apud*, BETHELL, Leslie, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976. p. 69.

A convenção lavrada entre o governo imperial do Brasil e o britânico para o fim da abolição do comércio de escravos, ataca a lei fundamental do Império quando o governo se atribui o direito de legislar, direito que só pode ser exercido pela Assembléia Geral³¹⁸.

Porém, esta não era a opinião apenas do deputado Cunha Matos. Ele foi o porta voz de uma parcela considerável do Parlamento Brasileiro, evidenciando o sentimento de muitos homens daquela casa, atacando com veemência a intenção de a Grã-Bretanha tentar ampliar seus domínios para além de suas fronteiras territoriais, em que como um “polvo” seus tentáculos alcançavam todos os lugares do planeta. Nas palavras do deputado:

Quem quer exercitar obras de caridade neste mundo não tem precisão de sair fora de seu país, os ingleses querem se fazer donos e senhores da África, da mesma forma como já estão na Ásia³¹⁹.

A questão era mais complexa do que parecia. Dois temas estavam, evidentemente, em questão: o comércio de escravos e a soberania nacional. Em suas palavras, Cunha Matos deixava claro, a não oposição ao comércio de africanos que desrespeitava os conceitos humanitários do início do século e feria os princípios do direito natural³²⁰. Ora, mesmo os deputados mais conservadores sabiam que aquele tipo de comércio não seria infinito, porém entendiam como precipitada a atitude do Poder Executivo de se comprometer em torná-lo ilegal num prazo tão curto³²¹.

Entende-se a preocupação do deputado Cunha Matos e dos parlamentares de linha mais conservadora. A base da economia brasileira estava calcada na mão de obra escrava, e esta, evidentemente, provinham do tráfico de africanos e, na visão da grande maioria dos parlamentares da época uma possível abolição do

³¹⁸ *Annaes do Parlamento. Sessão de 2 de junho de 1827.*

³¹⁹ *Annaes do Parlamento. Sessão de 2 de julho de 1827.*

³²⁰ *Annaes do Parlamento. Sessão de 2 de julho de 1827.*

³²¹ GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888)*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em História]. UFRJ / IFCS, 2004. p. 17.

comércio de africanos poderia levar a economia nacional à bancarrota. Portanto, o que Cunha Matos propôs a mostrar é que ainda não havia chegado o momento de se abandonar a importação de escravos. Fato é que, somente no Rio de Janeiro o número de africanos que presumivelmente chegou saltou de pouco mais de 25.000 almas em 1825, ano anterior ao tratado, para 44.205 em 1829³²², dois anos antes da Lei de 7 de novembro de 1831.

Com relação a Inglaterra, alegaram os deputados que na verdade, as intenções inglesas não primavam pela filantropia, mas pelo desejo de afastar a influência brasileira na África, visando obter o domínio da região com a finalidade de transformá-la num mercado para seus produtos manufaturados e numa fonte de matérias primas³²³.

Assim, como resultados de pressões do governo britânico, ao que parece, conforme afirma o historiador Sidney Chalhoub, o Governo Imperial jamais teve a intenção de cumprir semelhante lei, contrária aos interesses dos fazendeiros, logo fortalecidos ainda mais com a expansão da cafeicultura. Nas décadas de 1830, 1840 e no início dos anos 1850, calcula-se em mais de 700 mil o número de africanos introduzidos ilegalmente no país. A lei de abolição do tráfico de 1831 virou piada, quiçá coube expressão idiomática: foi cousa “para inglês ver”.³²⁴

Cabe entender, também, que apesar dos ideais liberais começarem a influenciar o pensamento de alguns homens do Parlamento do país recém independente a prática escravista era corrente, o modo de pensar dominante da classe política dirigente brasileira era extremamente conservador, e nota-se sua influência na consolidação do Império em suas primeiras décadas. Ora, o que atuou eficazmente em todo esse período de construção do Brasil como estado autônomo foi um ideário de fundo conservador; no caso um complexo de normas jurídico-

³²² CONRAD, Robert. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

³²³ URGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888)*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em História]. UFRJ / IFCS, 2004. p. 17.

³²⁴ CHALHOUB, Sidney. *Costumes senhoriais: escravização ilegal e precarização da liberdade no Brasil Império*. In: AZEVEDO, Elciene; et al. (org.). *Trabalhadores na cidade: cotidiano e cultura no Rio de Janeiro e em São Paulo, séculos XIX e XX*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009, p. 23.

políticas capazes de garantir a propriedade fundiária e escrava até o seu limite possível³²⁵.

No entanto, a Lei de 7 de novembro de 1831 movimentou grande parte do discurso antiescravista pós-1850, tendo, particularmente, embasamento no artigo dez do decreto de 11 de abril de 1832 que regulamentou a Lei Feijó de 7 de novembro de 1831. Reza o referido artigo:

ART.10º Em qualquer tempo, em que o preto requerer a qualquer Juiz de Paz, ou criminal, que veio para o Brasil depois da extinção do tráfico, o Juiz o interrogará sobre todas as circunstâncias, que possam esclarecer o fato e oficialmente procederá a todas as diligências necessárias para certificar-se dele; obrigando o senhor a desfazer as dúvidas, que suscitarem se a tal respeito. Havendo presunções veementes de ser o preto livre, o mandará depositar, e procederá nos mais termos da Lei.³²⁶

Portanto, a Lei Feijó de 7 de novembro de 1831 figurou em grande parte das petições judiciais justificando a ação de liberdade, bem como influenciou o discurso abolicionista, tendo como um dos principais representantes Joaquim Nabuco. Em seu clássico, “O abolicionismo”, Nabuco, em 1883, reforça o caráter ilegal da escravidão aos africanos entrados no Brasil após 1831. Segundo Nabuco:

Com efeito, a grande maioria desses homens, sobre tudo no Sul, ou são africanos, importados depois de 1831, ou descendentes destes. Ora, em 1831 a lei de 7 de novembro declarou no seu artigo 1º: “Todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil vindos de fora ficam livres.” Como se sabe, essa lei nunca foi posta em execução, porque o governo brasileiro não podia lutar com os traficantes; mas nem por isso deixa ela de ser a carta de liberdade de todos os importados depois da sua data³²⁷.

³²⁵ BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. In. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

³²⁶ *Collecção das Leis do Império do Brazil*.

³²⁷ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003. p. 100.

Em seu início ela surge predestinada ao fracasso. Na verdade, seus legisladores nunca tiveram a intenção de fazer uma norma que na prática, resultasse na suspensão definitiva do tráfico de africanos³²⁸. Criou-se, portanto uma “lei para inglês ver”, que se faz apenas por formalidades, sem a intenção de pôr em prática³²⁹. Pretendeu-se, apenas, mostrar aos ingleses que o Brasil estava comprometido com a questão da abolição do comércio negreiro e buscava resolver o problema do trabalho escravo no país.

Dessa forma, no que tange a demografia do tráfico após 1830, Manolo Florentino argumenta que, depois de receber de cem a 1.200 escravos por ano entre 1831 e 1834, o Brasil conheceu desembarques anuais de mais de 40 mil africanos em 1838 e 1839, cifra que oscilou de 14 mil a 23 mil anuais durante a primeira metade da década de 1840. Chegou-se a uma média anual de quase 50 mil africanos desembarcados entre 1846 e 1850³³⁰.

Assim, pautado nesses números poder-se-ia considerar o fim do tráfico em 1830 como mero engodo. Tratar-se-ia, enfim, de uma “lei para inglês ver”³³¹. A Lei Feijó somente veio a ecoar e alcançar seu objetivo “teórico” com a promulgação da Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850, lei que abolia, definitivamente, o tráfico de escravos para o Brasil.

O que ficou na Lei Feijó foi sua interpretação futura, e o embasamento que foi dado aos futuros abolicionistas para contestar a legalidade da escravidão e para embasar escravos em suas petições de liberdade. Elciene Azevedo ilustra tal fato trazendo à público o caso do escravo africano de nome Jacinto, que, fugido de Minas Gerais, procurou por Luiz Gama para que, na justiça, conseguisse a sua liberdade. Segundo Azevedo, “Jacinto alegava ter chegado ao Brasil em 1848,

³²⁸ GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888)*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em História]. UFRJ / IFCS, 2004. p. 22.

³²⁹ CARVALHO, José Murilo de. *A Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 45.

³³⁰ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 43.

³³¹ *Idem*, p. 43.

portanto depois da Lei de 7 de novembro de 1831, proibitiva do tráfico negreiro – o que o tornava ilegalmente escravizado”³³².

Mesmo, posteriormente, as ações de liberdade tomarem como ponto de partida a Lei de 7 de novembro de 1831 era necessário, portanto, o africano provar a sua condição às autoridades, uma vez que poderiam estar expostos a uma possível “reescravização”.

Na segunda metade do século XIX elevaram-se as vozes do discurso do movimento abolicionista no Brasil. Figura levemente contraditória, personagem com cadeira cativa na História do Brasil, José Bonifácio tem um de seus discursos proferidos em 1823 publicado no jornal “O Século XIX” de Rio Claro no dia 28 de setembro de 1882, em uma das edições comemorativas em homenagem ao “Patriótico e Estadista” Visconde do Rio Branco. José Bonifácio, sobre o tráfico de escravos, diz:

Generosos cidadãos do Brazil que amais a vossa pátria, sabeis que sem a abolição total do infame tráfico da escravatura africana e sem a emancipação successiva dos actuais captivos, nunca o Brazil firmará a sua independencia nacional, e segurarà e defenderà a sua liberal constituição; nunca aperfeiçoará as raças existentes e nunca formará, como imperiosamente o deve um exercito brioso e uma marinha florescente. Sem a liberdade individual não póde haver civilisação nem sólida riqueza; não pode haver moralidade e justiça, e sem estas filhas do céu não há nem pode haver brio, força e poder entre as nações³³³.

Claro está que em tal discurso envolve outras questões que não apenas o tráfico de africanos. Porém, para José Bonifácio os males que assolavam a “nação” tem origem no tráfico.

³³² AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de carapinha: a trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 111-112.

³³³ *O Século XIX. 28 de setembro de 1882.*

As opiniões do Visconde de Inhomerim não diferem das de José Bonifácio em muitos aspectos. Em discurso caloroso proferido no Senado em meados de 1871 disse que:

O tráfico arrancava ao longe, nos sertões africanos, em que tudo é silencio, o filho selvagem do gentio victimas de guerras barbaras de que não tínhamos noticias, para o trazer ao mercado de carne da lavoura.

O outro processo não é menos atroz; espera-se nas portas da entrada da vida as creaturas novas que apraz á providencia enviar a este mundo dahi são recrutadas para o captiveiro, embora nascidas no mesmo solo, junto ao mesmo lar da familia, em frente ao templo de Deus e no meio dos espetáculos da liberdade, que tornaram mais sensiveis sua degradação e miseria. É a pirataria exercida á roda dos berços, nas águas da jurisdição divina e debaixo das vistas immediatas de um povo christão³³⁴.

Manolo Florentino lembra bem o termo utilizado por Celso Furtado, “o comércio de homens” para abastecer as lavouras do Brasil; ou como na brilhante expressão do Visconde de Inhomerim “mercado de carne da lavoura”. Havia, portanto, naquele período a necessidade de mão de obra “barata” para o abastecimento da lavoura em expansão voltada, preferencialmente, para o mercado externo, cristalizando-se, assim, a formação do que Júlio Manuel Pires e Iraci Del Nero da Costa chamaram de capital escravista-mercantil³³⁵.

Mas como assegura Florentino, o tráfico era também um negócio, um tipo de empresa com lógica de funcionamento e estruturação próprias³³⁶. Ora, o comércio de escravos foi, durante longo período item de maior peso na balança comercial da colônia, na conta de importações. Fato é que, mesmo com todas as manifestações

³³⁴ *Annais do Senado do Império*.

³³⁵ Segundo Júlio Manuel Pires e Iraci del Nero da Costa o capital escravista-mercantil só podia atuar imediatamente sobre seus outros pressupostos, não lhe sendo dado, portanto repô-los, pois tais pressupostos lhe eram externos e para ele definiam-se como dados. Especificamente, referimo-nos às fontes supridoras de escravos e aos mercados mundiais. Desses elementos dependia, como anotado, a permanência no tempo do capital escravista-mercantil. PIRES, Júlio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da. *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC, 2010, p. 26.

³³⁶ FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 23.

contrárias ao comércio de escravos, bem como as pressões da Coroa Britânica, e mesmo depois da proibição do tráfico de escravos africanos, no início da década de 1830, navios negreiros continuaram a ancorar na costa brasileira, onde sua mercadoria dificilmente passava pela alfândega, sendo vendida de forma clandestina, sobretudo durante a noite³³⁷.

O viajante Charles Brand, na década de 1820, deixa uma descrição sobre a real situação dos “africanos novos” chegados ao Brasil, particularmente dos estabelecimentos do Valongo no Rio de Janeiro.

A primeira loja de carne em que entramos continha cerca de trezentas crianças, de ambos os sexos; o mais velho poderia ter doze ou treze anos e o mais novo, não mais de seis ou sete anos. Os coitadinhos estavam todos agachados em um imenso armazém, meninas de um lado e meninos do outro, para melhor inspeção dos compradores; tudo o que vestiam era um avental xadrez azul e branco amarrado na cintura; [...] O cheiro e o calor da sala eram muito opressivos e repugnantes. Tendo meu termômetro de bolso comigo, observei que atingia 33° C. Era então inverno [junho]; como eles passam a noite no verão, quando ficam fechados, não sei, pois nessa sala vivem e dormem, no chão, como gado em todos os aspectos³³⁸.

Os termos “loja de carne” que aparece na descrição do viajante nos remete ao discurso do Visconde de Inhomirim, “mercado de carne” e nas palavras de Celso Furtado, “comércio de homens”, em que revela a precariedade das condições dos indivíduos oriundos da África.

A convivência brasileira com o tráfico ilegal de africanos pode ser entendida quando se observa, como mostra Jaime Rodrigues, uma pequena quantidade de processos contra traficantes acionados judicialmente no Brasil entre 1831 e 1837³³⁹.

³³⁷ No Rio de Janeiro, foi criado na segunda metade do século XVIII, um local específico, na freguesia de Santa Rita, conhecido como “Valongo”, para a venda dos chamados “negros novos”. Conforme MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 102.

³³⁸ *Apud.* MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007, p. 102-103.

³³⁹ RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: ed. da UNICAMP/ Cecult. 2000.

Rodrigues mostra que a forma de proceder ao julgamento dos traficantes foi outro ponto debatido entre os parlamentares. O deputado fluminense Saturnino de Souza e Oliveira pretendia restabelecer, em 1836, o Juízo Privativo dos Contrabandos como instancia de julgamento dos envolvidos no tráfico ilegal. Pelo art. 3º da lei de 1831, todos os envolvidos ficavam na alçada da justiça local, em que o responsável pela condução do processo era o juiz de paz, conforme o que definia o Decreto de 12 de abril de 1832³⁴⁰.

Ao que tudo indica, esse procedimento deu margem ao que, na maioria das vezes, tanto o traficante e as tripulações quanto os compradores de africanos escapassem do julgamento. A quantidade de processos instaurados na justiça brasileira para julgar contrabandos de africanos, após 1831 é ínfima. Não se pode atribuir exclusivamente à figura do juiz de paz a responsabilidade pelo reduzido número de perseguições, mas podemos ver seu comprometimento com os localismos e sua suscetibilidade às pressões dos senhores e comerciantes locais como motivações importantes para o fracasso da repressão a partir de 1831³⁴¹.

A Lei de 7 de setembro de 1831 somente veio a ter funcionalidade na prática a partir do surgimento de uma nova lei promulgada em 1850 tendo como referência a Lei de 1831. Porém, mesmo após a proibição definitiva do tráfico de escravos africanos com a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 04 de setembro de 1850, o comércio de almas seguiu sua rota interna via nordeste-sudeste. O chamado tráfico interprovincial.

Percebe-se, entretanto, que além de ter sido arquitetada apenas para “inglês ver”, a Lei Feijó influenciou leis posteriores e figurou em discursos abolicionistas. Definitivamente, a Lei Feijó, apesar de na prática não ter a devida funcionalidade, foi, a partir dela que se iniciou a discussão a respeito do comércio de africanos no Brasil. E somente há quase duas décadas mais tarde tem seu objetivo alcançado, além de ter influenciado movimentos que deram gênese ao processo de falência da instituição escravista no Brasil, que se arrastou por mais de seis décadas no Parlamento, nas ruas e nas senzalas.

³⁴⁰ *Idem*, p. 130.

³⁴¹ *Ibidem*, p. 130.

A Lei Feijó de 7 de novembro de 1831 é uma lei tipicamente à brasileira. Um jovem país e uma sociedade tão rica em leis e decretos racionais, mas sempre se deu um jeito para o “jeitinho”. A Lei Feijó não apenas inaugura os questionamentos sobre o sistema escravo no país, a Lei Feijó começa, como bem disse Roberto da Matta, a fazer do Brasil, Brasil³⁴².

4.2 Os caminhos para a liberdade: do Parlamento às terras de São João.

Estava claro que a intenção da elite política no Brasil oitocentista era fazer uma reforma no regime de trabalho, que estava calcado no escravismo, de cima para baixo, ou seja, sem a participação popular, - principalmente dos maiores interessados no problema: os escravos -, na “questão do elemento servil”.

Embora não se deve descaracterizar a importância que teve, para a abolição da escravidão no Brasil, a atuação de determinados políticos, como Joaquim Nabuco, no processo de abolição, além dos debates sobre ele que tiveram profunda influência no desenvolvimento de um pensamento político no Brasil, e na própria formação do Estado Brasileiro.

Uma transformação no regime de trabalho iria modificar profundamente as estruturas da sociedade brasileira no século XIX. Pretendia-se, portanto, que essa transformação ocorresse aos poucos, ou seja, gradualmente, para que a sociedade, e principalmente, a economia agroexportadora, não sentisse o impacto dessas mudanças que, já se previa para um futuro próximo.

Deixar de fora os maiores interessados na questão, – os escravos –, talvez fosse uma estratégia para manter a calma das elites no século XIX, além de conter os ânimos mais exaltados, por parte de determinados grupos sociais da sociedade brasileira, que pediam com a máxima urgência a abolição da escravatura. Entre esses grupos destacavam-se os Caifazes, liderados por Antonio Bento. O

³⁴² MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

aboliconismo, por via estritamente institucional teria funcionado como uma barragem conservadora à ação destes grupos e dos escravos³⁴³.

Maria Helena Toledo Machado, em seu estudo sobre os movimentos sociais nas últimas décadas da escravidão em São Paulo, documentou a participação de diferentes setores sociais no movimento abolicionista, além de tratar o abolicionismo em seu aspecto mais popular e radical³⁴⁴.

Ora, os anos que antecederam a abolição da escravatura no Brasil ficaram marcados por uma intensa agitação política e social nos mais diversos setores da sociedade. No Parlamento, o tema referente à questão servil moveu a elite dirigente a acirrados debates na intenção de tomar para si o ideal abolicionista para que este não chegasse às ruas, muito menos às senzalas.

O projeto do emancipacionismo gradual articulado pela classe dos proprietários e dos governantes ficou claro quando Joaquim Nabuco, em Londres, redigiu seu manifesto “O Abolicionismo”, nos seguintes termos:

Em 1850, queria-se suprimir a escravidão, acabando com o tráfico; em 1871, libertando desde o berço, mas de fato depois dos vinte e um anos de idade, os filhos de escrava ainda por nascer. Hoje quer-se suprimi-la, emancipando os escravos em massa e resgatando os ingênuos da servidão da lei de 28 de setembro. É este último movimento que se chama abolicionismo, e só este resolve o verdadeiro problema dos escravos, que é a sua própria liberdade³⁴⁵.

O “gradualismo”, portanto foi uma das estratégias utilizadas por políticos e proprietários na condução da questão referente à abolição da escravidão. Eduardo Spiller Pena argumenta que da mesma forma que os senhores controlavam a liberdade de seus escravos por meio da alforria, o Estado Imperial administrava a

³⁴³ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994.

³⁴⁴ *Idem*.

³⁴⁵ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003, p. 27.

concessão da liberdade em doses políticas homeopáticas, a fim de que a ordem pública e a economia dos proprietários não fossem abaladas³⁴⁶.

O historiador Eduardo Spiller Pena mostra ainda que, o gradualismo surgiu também como uma resposta política dos autores emancipacionistas nos momentos em que a crítica ao escravismo se acirrava, seja por movimentos de rebeldia ou de resistência ao trabalho por parte dos escravos, seja por pressões diplomáticas ou mesmo oficiosas de associações antiescravistas do exterior. Nesse sentido, suas falas foram elaboradas estrategicamente para direcionar o rumo das discussões públicas sobre a emancipação, evitando ou procurando não deixar espaço para propostas mais radicais e imediatas de abolição³⁴⁷.

Por toda a década de 1880, a questão envolvendo o “elemento servil” provocou acirrados debates no Parlamento Imperial. Na sessão de 2 de agosto de 1880, Joaquim Nabuco argumentou com veemência que “é preciso acabar com a escravidão”. Porém Nabuco foi interrompido pelo Deputado paraibano Ulysses Vianna com argumento de que “a escravidão deveria ser extinta aos poucos, *gradualmente*”³⁴⁸ [grifo nosso].

A política do gradualismo não foi privilégio apenas de políticos e das classes proprietárias no Brasil. Ao analisar o fenômeno em Cuba, Rebecca Scott observa que houve, naquele país, o que se convencionou chamar de patronato, ou seja, uma espécie de estatuto intermediário entre o trabalho escravo e o livre³⁴⁹, que revelava a crença em um emancipacionismo gradual. De acordo com essa historiadora norte-americana,

Plantadores amedrontados evocavam fantasmas do Haiti, da Reconstrução Radical nos Estados Unidos e do barbarismo em geral com o fim de obter apoio para a ideia de que apenas uma transição prolongada poderia evitar tais consequências funestas da abolição. Os proponentes do *patronato* elevavam o gradualismo à categoria de virtude máxima, a única forma de os

³⁴⁶ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens na casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001, p. 275.

³⁴⁷ *Idem*, p. 275.

³⁴⁸ *Annaes do Parlamento. Sessão de 10 de agosto de 1880*.

³⁴⁹ SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da Universidade de Campinas, 1991.

escravos se tornarem homens livres responsáveis e de a sociedade resistir ao choque da transformação³⁵⁰.

Scott percebeu, portanto, que na base do patronato estava a negação de que houvesse, no fundo, interesses em conflito; as necessidades de ex-escravos e ex-senhores seriam mediadas e resolvidas por meio de concessões mútuas para o benefício de ambos³⁵¹. Dessa forma, percebe-se que a grande atração da classe proprietária pelo patronato se explica justamente pela criação de um mecanismo que colocasse fim aos conflitos existentes entre escravos e senhores. Mas, como bem observou Rebecca Scott, após a sanção da lei, nem os conflitos foram eliminados nem as atitudes sociais foram transformadas.

O gradualismo foi, portanto, o argumento utilizado por políticos tanto no Brasil quanto em Cuba, com relação à reforma do sistema de trabalho. Mas as semelhanças não param por aí, foram estes os dois últimos países do continente americano a abolir definitivamente a escravidão.

É visível o caráter moderado que tomou a “questão do elemento servil” no Brasil. O gradualismo foi, naturalmente, uma estratégia dos parlamentares defensores dos interesses escravistas. O então ministro da agricultura Buarque de Macedo foi enfático ao afirmar em plenário na sessão de 11 de agosto de 1880 que “ninguém quer a escravatura no Brazil. Somos todos emancipadores; devemos promover a emancipação com grande eficácia; mas nunca absolutamente perturbando os grandes interesses do Estado”³⁵².

Não perturbar os interesses do Estado significava promover a emancipação gradualmente sem afetar a economia nacional, no caso a agricultura, mais precisamente a lavoura cafeeira, que tinha como força de trabalho principal a mão de obra escrava, além de defender o direito de propriedade dos senhores de escravos.

³⁵⁰ *Idem*, p. 141.

³⁵¹ *Ibidem*, p. 141.

³⁵² *Annaes do Parlamento. Sessão de 11 de agosto de 1880.*

A elite política brasileira, no fundo, ao adotar o gradualismo como política principal referente à questão do “elemento servil”, estava fazendo durar ao máximo a escravidão no Brasil. E muitas dessas leis aprovadas para a extinção gradual da escravidão se deve à pressão britânica.

Uma das condições impostas pelos ingleses, na década de 1820, para o reconhecimento da independência da jovem “nação” brasileira foi o fim do tráfico de escravos, que culminou na aprovação da Lei de 1831, a qual determinava que todo africano, que desembarcasse no Brasil, a partir da promulgação daquela lei seria considerado livre. Mas como se convencionou chamar, essa lei foi feita apenas “para inglês ver”, apesar de muitos advogados e rábulas, como Luiz Gama, utilizarem-se dela em suas representações em ações de liberdade nas décadas de 1870 e 1880, conforme foi mostrado nas páginas anteriores.

Diante do impasse nas negociações com o Brasil referente à questão da escravidão, a Inglaterra deu início à um projeto que viria a se transformar em lei em 8 de agosto de 1845. Foi quando o Lorde Aberdeen fez passar no Parlamento Britânico uma lei autorizando o Almirantado inglês a tratar todos os navios negreiros do Brasil como se fossem piratas³⁵³. O Bill Aberdeen, pelo qual a Inglaterra legislava para o Brasil na questão do tráfico, era, ao mesmo tempo, uma represália ao governo brasileiro por não ter renovado o tratado que expirara e um meio de forçar o Brasil a conceder um tratado consignando a pesquisa de indícios. Por esse ato, o governo inglês era autorizado a mandar proceder pelo alto tribunal do almirantado, e por qualquer tribunal de vice almirantado, ao julgamento e adjudicação de embarcações negreiras que trouxessem o pavilhão brasileiro, capturadas em todos os mares pelos navios de Sua Majestade Britânica³⁵⁴.

Porém, surge, nesse período, com extrema força, tanto no Senado quanto no Parlamento o discurso pró-escravista. Rebatendo e fazendo oposição a qualquer tipo de propaganda antiescravista, bem como o filantropismo inglês. O Senador mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos, jurista oriundo da Faculdade de Direito da

³⁵³ GRAHAM, Richard. *Brasil-Inglaterra*. IN. *História Geral da Civilização Brasileira*. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.) t. 2 v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 142.

³⁵⁴ BEIGUELMAN, Paula. *O encaminhamento político da escravidão no Império*. IN. *História Geral da Civilização Brasileira*. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.) t. 2 v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 196.

Universidade de Coimbra na sessão de 2 de julho de 1845 profere as seguintes palavras quando o Senador Andrada Machado condena a escravidão e se mostra contrário a introdução de africano no Brasil, tanto por razões religiosas quanto morais, “porque como homem, porque a humanidade lhe veda querer pessoas sujeitas ao mero arbítrio; depois como cristão, porque o cristianismo quer a lei da igualdade”³⁵⁵:

O nobre senador asseverou que o cativo era condenado pelo cristianismo, que como cristão não o podia adotar. Eu, senhores, também sou escrupuloso, mormente depois das graves moléstias de que nestes últimos tempos tenho sido atacado; nestas circunstâncias, o homem a cada passo espera o termo da vida, está receoso sobre o futuro e procura consultar os meios que o podem felicitar na vida eterna. Eis um dos motivos pelos quais procurei examinar as Sagradas Escrituras; quis ver se encontrava nelas a condenação da escravidão; mas vi o contrário; perdoe-me o nobre Senador asseverar-lhe que vi nelas mais consagrada a escravidão do que condenada. Vi que não há povo nenhum no mundo que se tenha desenvolvido pelo favor dos braços escravos. É uma miséria da humanidade, mas quando a humanidade em todos os tempos adota a mesma ideia, parece que ela é inspirada pela mesma natureza. Os homens veneráveis da Grécia tinham escravos, o mesmo Sócrates os possuía; em Roma, os mais distintos cidadãos contavam numerosos escravos. Não vejo, pois que a escravidão seja condenada nem pelas Escrituras nem pela história do gênero humano; vejo inteiramente o contrário, e por isso em tenho inclinado a crer que a cessação do tráfico foi a maior calamidade que podia vir ao Brasil³⁵⁶.

A defesa do comércio negreiro para o Brasil vinha, portanto de longa data. E recebia ampla colaboração tanto no Senado quando no Parlamento do Império. Nessa mesma sessão de 2 de julho de 1845 o Senador Mineiro Bernardo Pereira de Vasconcelos argumenta, a favor da entrada de africanos no Brasil da seguinte maneira:

³⁵⁵ *Annaes do Senado do Império do Brasil, sessão de 2 de julho de 1845.*

³⁵⁶ *Annaes do Senado do Império do Brasil, sessão de 2 de julho de 1845.*

Eu penso que dentro em pouco tempo nos convenceremos de que sem eles nos barbarizamos. É necessário não ser ingrato; reconheça-se o benefício, venha de onde vier, eu dou graças à África por haver civilizado o Brasil³⁵⁷.

Assim, foram nessas circunstâncias que a Inglaterra aprovou o Bill Aberdeen, de repercussões tão desfavoráveis junto à classe dirigente brasileira. Porém, de acordo com Emília Viotti da Costa, ofendidas as suscetibilidades nacionais e, particularmente, os interesses envolvidos no comércio negreiro para o País, os protestos do Governo Imperial no Brasil não tardaram para acontecer. Nem por isso deixou a marinha britânica de perseguir ferozmente os navios suspeitos de estarem envolvidos nessa rede de tráfico. As ordens dadas aos oficiais foram as mais severas e navios ingleses desrespeitaram por diversas vezes os domínios brasileiros. Esse atentado à soberania nacional provocava tumultos na Câmara e no Senado do Império, e agitava o País. Entretanto seu efeito desejado não era atingido. A partir de 1845, o número de escravos entrados quase triplicava como se a desafiar as medidas de repressão levadas adiante pela Coroa Britânica. Se, de 1840 a 1845, a média foi de 20 a 30 mil escravos ingressos no Brasil anualmente, a partir de 1845, esse número aumenta em mais de 50 mil, quando em 1846, entraram 50.324 escravos; em 1847, esse número aumentou para 56.172; e, finalmente, nos anos de 1848 e 1849 entraram no País 60.000 e 54.000 indivíduos que viveram sob o jugo do cativo, respectivamente³⁵⁸.

Richard Graham diz que muito se tem discutido acerca do verdadeiro papel da ação britânica, isto é, se ela teria sido de fato a responsável pela extinção do

³⁵⁷ *Annaes do Senado do Império do Brasil, sessão de 2 de julho de 1845*. Rafael Marquese, Marcia Berbel e Tâmis Parron já haviam mencionado um outro argumento contundente de defesa do comércio negreiro feito pelo Senador Vasconcelos na sessão de 27 de abril de 1843, ou seja, 2 anos antes, quando este proferiu a bombástica afirmação de que a África civilizava a América. Nas palavras do Senador Mineiro: “Os africanos têm contribuído para o aumento ou têm feito a riqueza da América”, exclamou ele, “a riqueza é sinônimo de civilização no século em que vivemos; logo, a África tem civilizado a América”. Conforme: BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2010, p. 307.

³⁵⁸ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 81.

tráfico³⁵⁹. Fato é que, no ano de 1850 foi aprovada no Parlamento Brasileiro a Lei nº 581 de 4 de setembro, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, pela qual se proibia o comércio de escravos. O fim do tráfico de escravos se deve, indubitavelmente, a aprovação dessa lei.

O tráfico escravista para o Brasil sofreu rápido declínio, podendo ser considerado extinto no ano de 1852. Graham afirma que há estimativas, conforme também estimativas mostradas por Emília Viotti da Costa, segundo as quais 60.000 escravos ingressaram no Brasil em 1848, cerca de três vezes o número correspondente ao ano de 1845. Mas em 1850 entraram somente 23.000 africanos, e apenas 3.000 em 1851. No ano seguinte esta cifra reduzia-se a 700, e depois daí há somente referência a uns poucos casos isolados de tráfico negreiro³⁶⁰.

Mas o fim do tráfico negreiro não significou o encerramento das preocupações dos ingleses com a questão da escravatura no Brasil, que, importante ressaltar, era uma questão diplomática. William Dougal Christie, ministro britânico no Rio, de 1859 a 1863, levantou outras questões referentes à escravatura brasileira. O historiador Richard Graham afirma que os assim chamados emancipados ou africanos livres, encontrados a bordo de navios condenados pela Corte de Comissão Mista no Rio de Janeiro antes de 1845, eram avaliados em cerca de 10.000. Tinham sido entregues “como aprendizes” a pessoas particulares, ou postos a trabalhar em projetos do governo, empregando-se facilmente a fraude para tirar qualquer significado à sua libertação³⁶¹.

A re-escravização desses africanos era, de fato, uma prática constante no Brasil. A Lei de 1831, para os ingleses, não tivera, sequer, uma aplicação simbólica.

³⁵⁹ GRAHAM, Richard. *Brasil-Inglaterra*. IN. *História Geral da Civilização Brasileira*. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.) t. 2 v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 143.

³⁶⁰ *Idem*, p. 142.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 144. Ver, também, a respeito dos africanos livres em São Paulo durante o século XIX; BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese [Doutorado em História], 2006. Segundo Enidelce Bertin, para o Estado, os africanos livres não eram livres, por isso estavam sujeitos ao controle através da tutela. Essa historiadora argumenta ainda que, embora os africanos livres estivessem inseridos no contexto do fim do tráfico africano, sua experiência cotidiana guardava estreita relação com a escravidão praticada na cidade, não apenas porque os lugares de trabalho e sociabilidade muitas vezes eram comuns a escravos e libertos, como também porque, não raramente, não eram vistos sequer uma porção de liberdade pelos administradores públicos e pelos arrematantes particulares. BERTIN, Enidelce. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese [Doutorado em História], 2006, p. 11.

Além do mais, segundo Graham, Christie, bem como o próprio governo britânico, estava interessado em acabar de vez com a escravidão no Brasil. Era raciocínio predominante que, onde houvesse escravidão, lá poderia também ressurgir o tráfico de escravos, e assim a Inglaterra podia legitimamente interessar-se pelo assunto. Mas, obviamente, o interesse britânico em liquidar com a escravidão no Brasil transcendia o tráfico de escravos, refletindo profundas preocupações de articulados grupos de interesses britânicos³⁶².

O “incidente Christie” que ocorreu entre os anos de 1862 e 1863 tocava, em grande parte, nas questões referentes à escravatura brasileira, e diante das exigências da Inglaterra, o Brasil rompeu relações diplomáticas. Após esse incidente o governo brasileiro começou a tomar medidas e a discutir com maior afinco a questão da escravatura e o futuro do sistema escravista no país, culminando com a aprovação da Lei do Ventre Livre em 1871. Enfim, transformaria em lei parte dos projetos apresentados pelo deputado Pimenta Bueno referente à reforma servil. Segundo Paula Beiguelman, eram cinco projetos no total: o primeiro concedia a liberdade aos nascituros; o segundo criava o fundo de emancipação, e estabelecia o pecúlio e a alforria forçada, uma vez pago o valor do escravo; o terceiro ordenava a matrícula da escravatura; o quarto concedia liberdade aos escravos da nação; o quinto tratava da libertação gradual dos de propriedade dos conventos³⁶³.

Em meados da década de 1870, os abolicionistas, emergindo com o discurso da “defesa da ordem”, começaram a se destacar no Parlamento do Império movidos, principalmente, como constatou Célia Marinho Azevedo, pelo sentimento de medo em relação aos negros, sempre tão presente entre os primeiros emancipacionistas e pela decorrente imagem do escravo como uma espécie de besta humana³⁶⁴.

Joaquim Nabuco em um de seus discursos na sessão de 10 de agosto de 1880 afirmava, energicamente, que

³⁶² *Ibidem*, p. 144.

³⁶³ BEIGUELMAN, Paula. *O encaminhamento político da escravidão no Império*. In: *História Geral da Civilização Brasileira*. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.) t. 2 v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 205.

³⁶⁴ AZEVEDO, Célia Marinho. *Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro*. In: *História: questões & debates*. Curitiba, nº9, jan. 1988, p. 40.

[...] esta questão não é dessas de que o Governo pode não cogitar. O Governo pode ter a opinião formada, de que é perigoso iniciar qualquer medida, e de que se não deve dar um passo mais nesse caminho. O governo pode pensar que a lei de 28 de setembro resolveu inteiramente a questão; pode pensar que esta lei é o estatuto de liberdade para todos os brasileiros, que fora dela não há esperança para o escravo; mas o que o governo não pode dizer é que não cogita de uma questão desta ordem, porque é uma questão que se prende à própria vida do País, porque se o Governo não cogita, cogitam todos, e mais do que os abolicionistas e do que os escravos, os próprios senhores, que vêem crescer cada dia em torno de si a onda da insurreição.

Mas se o governo não cogita hoje, peço licença para dizer ao nobre ministro da agricultura que há dez anos o honrado presidente do Conselho cogitava desta questão. Peço a Câmara que atenda aos termos em que estas frases são redigidas.

Em questões desta ordem não há palavras de mais como não deve haver palavras de menos.

As palavras neste caso têm uma significação real e positiva; têm um sentido claro, porque, se elas não podem provocar esperanças na grande massa dos escravos que não sabem ler, podem alimentar, todavia as esperanças de alguns desses desgraçados que acreditam na sinceridade, na energia, e na coerência dos homens políticos³⁶⁵.

Está claro nas palavras de Joaquim Nabuco a crença na incapacidade dos escravos de tomarem as rédeas de suas próprias vidas e destino. Para o deputado abolicionista, a questão da abolição deveria ter um encaminhamento político dentro do parlamento, evitando que tomasse as ruas e senzalas. No entanto, o próprio Nabuco sabia que a questão não ficaria restrita apenas aos ilustrados no Parlamento. Mais adiante, em fala na sessão do mesmo dia proferiu as seguintes palavras:

³⁶⁵ *Annaes do Parlamento. Sessão de 10 de agosto de 1880.*

Senhores, os partidos não podem tomar compromissos em palavras mais solenes, nem mais claras; se, depois de os tomar, eles querem desmentirlos, a habilidade achará sempre o meio de pôr de acordo suas palavras com o seu procedimento.

Senhores, a idéia emancipadora é uma idéia que está sendo tratada com a maior moderação.

Quando um homem que não transige com a escravidão vem e propõe ao Parlamento brasileiro um prazo de 10 anos para se realizar a emancipação dos escravos, prazo que chegue exatamente até essa meta que o Visconde de Sousa Franco no Senado pedia, isto é, que 10 anos depois da lei de 71 se fizesse uma nova lei, e se marcasse um prazo que não excedesse de outros 10 anos para a emancipação total; quando um homem traz um projeto que pode ser tachado de transação com a escravidão, deve ele ser acusado de estar atirando fachos sobre barris de pólvora? Senhores, *quando uma sociedade confessa que tem por alicerces barris de pólvora, não é muito que ela veja por toda a parte o facho do incendiário*³⁶⁶. [grifo nosso].

Joaquim Nabuco estava atento aos fatos e acontecimentos da época. As revoltas de escravos e as crescentes insurreições começavam a causar temor entre os proprietários. No ano de 1886, o Presidente da Província de São Paulo, o Sr. João Alfredo Corrêa de Oliveira, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, disse que no ano anterior,

[...] prestando a devida atenção a certos syntomas de um plano de insurreição de escravos que receavam os proprietários do oeste da provincia e que se dizia acertado para o dia 24 de dezembro, tomei as medidas preventivas que me pareceram necessárias, de modo que não se realizou aquelle intento criminoso³⁶⁷.

³⁶⁶ *Annaes do Parlamento. Sessão de 10 de agosto de 1880.*

³⁶⁷ *Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler & C. 1886.*

As autoridades cuidaram de colocar pano quente nos acontecimentos. O relatório do Chefe da Polícia nos leva a crer que houve uma tentativa de abafar os fatos ocorridos para acalmar a população. O relator é cauteloso em suas palavras ao afirmar que

Alguns fatos indicativos de uma insurreição de escravos, cautelosamente preparada para o dia 24 do mez findo, por maus conselheiros no oeste da Província e felizmente a tempo pela policia descoberta para ser convenientemente sufocada pelas medidas de prevenção, que foram sabiamente tomadas por V. Ex., trouxeram muitas localidades em sobressalto por alguns dias; principalmente porque coincidiram elles com boatos aterradores, espalhados sem critério, e com assassinatos de feitores de algumas fazendas daquela parte da Província³⁶⁸.

Maria Helena Toledo Machado, analisando as mesmas fontes, afirma que em seu relatório anual o Presidente da Província declarou que, embora alguns fatos tivessem indicado a possibilidade de ocorrência de uma insurreição de escravos no oeste da Província, as medidas preventivas adotadas na ocasião haviam sido suficientes para sufocá-la³⁶⁹.

Ao que tudo indica, as autoridades da época acreditavam que esses acontecimentos que “trouxeram muitas localidades em sobressalto por alguns dias” deveriam ser decorrência de “boatos aterradores, espalhados sem critério, e com assassinatos de feitores de algumas fazendas daquela parte da Província”³⁷⁰. Boatos que, conforme explica Maria Helena Toledo Machado, durante os últimos meses do ano tinham implicado em constantes sobressaltos, deslocamento de tropas, pânico das populações e minuciosas investigações. Dessa forma, ainda de acordo com a historiadora, fazendo coro às declarações oficiais, desde logo os

³⁶⁸ *Relatório do Chefe da Polícia. Anexo ao Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler & C. 1886.*

³⁶⁹ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 226.

³⁷⁰ *Relatório do Chefe da Polícia. Anexo ao Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler & C. 1886, p. 4.*

jornais da Província trataram de menosprezar os eventos que poucos dias antes haviam colocado em polvorosa a região, debitando as ocorrências mais aos ânimos excitados do povo, do que ao perigo concreto de eclosão de um movimento de escravos³⁷¹.

Mais adiante em seu relatório, o Chefe da Polícia usou de certo cinismo ao relatar que

Tudo isso passou, sem que tivesse que lamentar alteração na ordem pública, não obstante esses assassinatos que não se prendendo á dita insurreição, foram factos isolados, que quasi sempre se dão, e que muitas vezes se explicam pelos maus tratos infligidos por esses feitores á seus feitorisados, sem se lembrarem de que a dignidade humana, embora nestes amortecida pela falta de educação e pela posição degradante pode arrojar-se temerária, produzindo os efeitos da tempestade, ou da onda impetuosa³⁷².

Como bem observou Maria Helena Toledo Machado, circunscrevendo as ocorrências aos limites do boato e do pânico exagerado, todos se furtavam a admitir que a perda do controle do processo social de extinção da escravidão perigosamente se delineava nos horizontes cafeeiros de São Paulo³⁷³. Ora, já nesse período, materializava-se o declínio da escravidão enquanto sistema de trabalho e instituição. O nosso advogado e parlamentar abolicionista Joaquim Nabuco, integrante da elite intelectual do Império poderia não compreender as angústias e ansiedades de milhares de pessoas acometidas pelo cativo. Está claro que a intenção de Nabuco era dar um encaminhamento político à questão da abolição da escravidão no Brasil, ou seja, por via estritamente legal, de modo a afastar outra forma de emancipação da grande massa de escravos, assim como ocorreu no Haiti

³⁷¹ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 226.

³⁷² *Relatório do Chefe da Polícia. Anexo ao Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler & C. 1886, p. 4.*

³⁷³ MACHADO, Maria Helena P. T. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da década da abolição*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 226.

ou no Sul dos Estados Unidos. Mas Nabuco sabia perfeitamente que o barril de pólvora estava prestes a explodir.

Certamente, era do conhecimento de Joaquim Nabuco que insurreições vinham pipocando desde há muitos anos atrás. Como reação ao sistema escravocrata, a rebeldia negra e as constantes insurreições foi um processo contínuo, permanente e não esporádico. De acordo com Robert Conrad, a fuga e a formação de quilombos começaram em 1559 e vieram até a abolição³⁷⁴.

Diferente de Joaquim Nabuco, José do Patrocínio emergiu com um discurso de cunho radical, motivado por uma grande paixão pela liberdade dos escravos. O abolicionismo de Joaquim Nabuco era, antes de tudo, filantrópico e político; José do Patrocínio tinha uma motivação de cunho pessoal. Filho de escrava e nunca reconhecido legalmente pelo pai, estava gravado em sua pele o entusiasmo pela abolição da escravatura no Brasil.

No início da década de 1880, José do Patrocínio à frente da Associação Central Emancipadora, promoveu um abolicionismo popular, utilizando como instrumentos de ação a imprensa e os comícios públicos. Patrocínio foi um intenso e eficaz orador nas reuniões abolicionistas, autor de milhares de palavras sobre a questão da escravidão. Robert Conrad lembra muito bem que Patrocínio possuía a reputação de ser um reformista incondicional. Influenciado pelas obras de Pierre Proudhon, adotara o grito de guerra “A Escravidão é um roubo”, tendo continuado a agir até 1888 como se acreditasse verdadeiramente nesse aforismo. Emotivo, tenso, teatral, romântico, ele alcançava seus públicos através da imprensa, com um humor áspero e poderosos apelos emocionais. “Sua grande força era a emoção”³⁷⁵.

Escreveu José do Patrocínio no jornal *Gazeta da Tarde* no dia 27 de julho de 1887:

Nesta guerra, porém, as forças são desiguais. De um lado estão os abolicionistas, que não têm como armas senão a sua fé na santa causa que

³⁷⁴ CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 19.

³⁷⁵ *Idem*, p. 188.

defendem e pela qual estão prontos a dar a vida; uma raça acobardada por longos séculos de sofrimento; o terror do povo acostumado a ver subir ao cadafalso, ou ser espingardeado na praça pública, o Direito, ficando o despotismo jubiloso a tripudiar impune sobre o seu cadáver.

De outro lado está o Governo, armado com a venalidade da maior parte, com o desespero da cobiça dos senhores de escravizados, com a falta de escrúpulo de quem se hipotecou ao interesse de uma instituição, que é a nossa vergonha perante o mundo.

Governo da escravidão, o Ministério é a encarnação da barbaria; não trepida em assalarar delatores, como não hesita em proteger assassinos³⁷⁶.

O historiador Humberto Fernandes Machado explica que as ruas centrais da capital do Império, com destaque para a Rua Uruguaiana, onde se encontrava a redação da *Gazeta da Tarde*, principal órgão abolicionista da Corte e cujo proprietário era José do Patrocínio, foram palcos de comícios públicos e festividades, quando foram libertos alguns escravos, entre discursos repletos de alegria e entusiasmo³⁷⁷.

Na cidade de São João do Rio Claro, como bem mostrou Warren Dean, em abril de 1871, 57 fazendeiros apresentaram ao presidente da Província uma petição para que ele colocasse uma guarnição militar permanente no município³⁷⁸. Para ratificar suas palavras Dean utilizou-se de uma documentação consistente que descreveu da seguinte forma:

Actualmente cresce de importancia a necessidade de força publica na cidade, a disposição das authoridades quando do volcão que pisamos principiãõ as explosões. No dia 27 do corrente a 11/2 hora da tarde vinte escravos de José Ferraz de Sampaio, depois de terem assassinado o feitor, sahirão em pleno dia da Fazenda passando por Limeira as 4 horas da tarde, e dirigindo-se alem com plena confiança de não serem perseguidos, por

³⁷⁶ *Gazeta da Tarde*, 27 de julho de 1887.

³⁷⁷ MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888)*. Tese [Doutorado em História Social]. São Paulo: FFLCH-USP, 1991.

³⁷⁸ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 125.

levarem a convicção que tinham exercido um direito. Os abaixo assignados não comentão o facto, mas acreditão que elle não nasceu de mesma causa que tem nascido outros de idêntico desfexo, e só esperão de V Ex^a as providencias precisas para que a Cidade se liberte do terror em que se acha³⁷⁹.

Conforme aponta Warren Dean, outro pedido com a mesma finalidade fora enviado duas semanas antes por 275 fazendeiros e comerciantes de Campinas. Referia-se, justamente, ao aumento da população escrava e reconhecia, utilizando-se aqui de fontes documentais, “divorcio perenne das duas raças”, que eram “inimigos não se tratando com afagos e carinhos”, e que havia, além disso, “circunstâncias peculiares” que justificavam “sérias apreensões”³⁸⁰ [grifo do autor].

Sobre a referida documentação, Dean é contundente ao afirmar que não se pretextava revoltas, – o requerimento especialmente punha de lado tal receio como infundado. O que preocupava os fazendeiros era mais difuso e perigoso. Antigamente, citando mais uma vez a carta, os escravos eram quase todos africanos, num “estado de embrutecimento e pouquidade de inteligência” que permitia aos proprietários dominá-los facilmente. Agora, porém, tinham sido substituídos por brasileiros³⁸¹; estes, sem dúvidas, provenientes do tráfico interprovincial.

Na petição, exposta e muito bem analisada por Dean, os fazendeiros argumentam que os escravos

Nascidos e educados entre nós e conseqüentemente participando da nossa índole, costumes, e dotados de uma esphera intelectual muito mais dilatada que a de seos primitivos troncos, tendem a aspirações compatíveis com o seo desenvolvimento e portanto a liberar-se daquella subserviencia passiva dos primeiros.

³⁷⁹ Apud DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 125.

³⁸⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 125.

³⁸¹ *Idem*, p. 126.

Sua comunhão íntima pela promiscuidade e alargada pelo cruzamento com a população livre, dá-lhes um typo intermediário às raças africana e latina e os tem habilitado a discutir o direito de propriedade que a lei lhes impõe e a duvidar da legitimidade e procedência desse mesmo direito. Suas faculdades alcançam o que era inatingível aos africanos. Se o espírito mal suporta o jugo da escravidão e tenta emancipar-se d'elle, como n'olo revelão factos repetidos em toda parte.

Assim é que perguntando-se um escravo de S. João do Rio Claro, por que motivo havia assassinado seu senhor, respondera elle “*que não sabia a razão por que havia de trabalhar toda a sua vida em proveito exclusivo de um homem igual a si*”³⁸². [Grifo do original]

Esses documentos, comenta Dean, revelam muito sobre o sistema escravagista, após o fim do tráfico. Ainda que os responsáveis pela petição fossem provenientes da classe dos fazendeiros, já eram críticos da argumentação abolicionista, antes que o abolicionismo representasse qualquer desafio político. De acordo com esse historiador, os fazendeiros acreditavam que

Os escravos não mereciam sua sorte, e a aquisição de uma cultura brasileira dava-lhes direito à liberdade. Os fazendeiros reconheciam que só a força poderia daí em diante manter uma lei sem legitimidade. Sua única justificativa era a necessidade de salvaguardar a “existência e... prosperidade, avultadas aos olhos da Província e do Império”, da região de Campinas – ou seja, a prosperidade dos fazendeiros. Em 1871 os donos de escravos eram falidos morais, obrigados a implorar que o governo central assumisse maior parcela do custo grandemente aumentado da repressão³⁸³.

Para Warren Dean, estes requerimentos lançam luz sobre as razões da promulgação da Lei do Ventre Livre. Ainda que se tenha dito com frequência que a

³⁸² Apud DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 126.

³⁸³ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 126.

lei surgiu em meio à crescente inquietação dos escravos, ela veio “apenas” ratificar o que era costumeiro na relação entre escravos e senhores, que era a compra da alforria por meio da formação do pecúlio, além de concretizar a ideia da libertação dos nascituros, que, aliás, não era nova. Já no Primeiro Reinado, recomendara-se a libertação do ventre da escrava. Emília Viotti da Costa comenta que em 1837, Antonio Ferreira França, cuja ação em prol da emancipação foi notável nesse período, apresentava à Câmara um projeto visando libertar os nascituros³⁸⁴.

Portanto, seria necessário as mais elogiosas palavras proferidas por Joaquim Nabuco do alto da tribuna da Câmara na sessão do dia 03 de novembro de 1880, sobre o Visconde do Rio Branco, dois dias após a sua morte? Vamos às palavras do ilustre deputado abolicionista.

Ouvi com a mais profunda atenção os discursos pronunciados sobre o eminente estadista que anteontem faleceu, e sinto que neste momento solene perante a Câmara reunida, devo destacar exatamente o lado de sua carreira, o ponto culminante de sua vida que há de ser iluminado pela história quando todos os outros tiverem mergulhado na sombra.

Senhores, o luto nacional que acompanhou o préstito mortuário do Visconde do Rio Branco mostra bem que não perdemos nele somente um homem de partido. Os partidos são divisões intestinas, são oposições constantes no seio do País, e o que havia ali era a unanimidade da dor pública e a figura que se debruçava sobre o túmulo, era a figura invisível da Pátria.

[...]

É que houve um momento em que o Visconde do Rio Branco foi mais do que o homem do partido, foi o homem da Nação, a consciência do País; houve um momento em que lhe coube modelar o futuro de nossa pátria, deixar o seu cunho por tal forma impresso nos destinos nacionais que, por mais que este país viva, a história nunca se há de esquecer e o seu lugar nunca há de diminuir.

A lei que disse à escravidão: “Contenta-te com as vítimas do tráfico; nutre-te do sangue de um milhão e meio de africanos que foste buscar por meio dos

³⁸⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala a colônia*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998, p. 448.

piratas negreiros nos mercados de Guiné e de Angola; mas não toques no filho de nenhuma escrava, porque ele é um **cidadão**”, essa lei, Senhores, é obra sua³⁸⁵. [Grifo nosso].

Equívocos de Joaquim Nabuco à parte, sabe-se que o acesso à cidadania por parte dos ex-escravos e os filhos de escravas nascidos após a Lei de 28 de setembro de 1871 estaria longe de se concretizar. Sobre a questão da cidadania e o acesso à ela por parte dos egressos do cativeiro, bem como da população de cor no Brasil oitocentista Sidney Chalhoub afirma que na segunda metade do século XIX, o problema era definir os direitos políticos dos descendentes de escravos. Após a lei de 1871, havia o temor de que os filhos de escravas nascidos livres em virtude da lei viessem a adquirir cidadania plena ao atingir a maioridade, tornando-se agentes formais do mundo político. A solução à brasileira desse problema combatida e criticada por intelectuais de proa, como Joaquim Nabuco e Machado de Assis, foi elidir critérios raciais de exclusão e passar a exigir – com modos rigorosos de aferição – a capacidade de ler e escrever para a qualificação de eleitores (Lei de Reforma Eleitoral de 1881). Numa só penada milhares e milhares de descendentes de escravos viram-se alijados da política formal nas décadas seguintes³⁸⁶.

A falta do envolvimento dos escravos na questão era clara aos olhos de Joaquim Nabuco e deveria ter uma compensação “simbólica”, representada na figura do Visconde do Rio Branco, na tentativa, talvez, de conter as agitações nas ruas, restringindo a “questão do elemento servil” ao Parlamento, dando para ela um encaminhamento político, que era, indubitavelmente, o maior objetivo de Joaquim Nabuco.

Nabuco sabia perfeitamente que o encaminhamento político dado à questão da emancipação total dos escravos era bastante complexo e girava em torno de interesses múltiplos. Sidney Chalhoub observa muito bem que, há, nesse caso, o

³⁸⁵ *Annaes do Parlamento. Sessão de 03 de novembro de 1880.*

³⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. *Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 220.

conflito entre os princípios da primazia da liberdade e o da defesa irrestrita do direito de propriedade privada³⁸⁷.

Para esse historiador, esse é um dos eixos fundamentais do debate a respeito do encaminhamento político, que se devia dar à “questão servil” na segunda metade do século XIX. Afinal, discutir a liberdade dos escravos, significava interferir no pacto liberal da defesa da propriedade privada e, além disso, era a própria organização das relações de trabalho que estava em jogo. Chalhoub faz a observação de que o assunto era delicado, porque nele cintilava o perigo de desavenças ou de rachas mais sérios no interior da própria classe dos proprietários e governantes³⁸⁸.

A Lei de 28 de setembro de 1871 não se referia apenas a liberdade dos nascituros e ao direito de formação de pecúlio por parte dos escravos. A Lei implicava também na prática de controle social que estava contida, mesmo que começando a se corroer, nas mãos dos senhores. Ainda apoiado em Machado de Assis, utilizando aqui mais uma de suas frases, Chalhoub lembra que um dos pilares da política de controle social na escravidão era o fato de que o ato de alforriar se constituía numa prerrogativa exclusiva dos senhores. Ou seja, cada cativo sabia perfeitamente que excluídas as fugas e outras formas radicais de resistência, sua esperança de liberdade estava contida no tipo de relacionamento que mantivesse com seu senhor particular. A ideia aqui era convencer os escravos de que o caminho para a alforria passava necessariamente pela obediência e fidelidade em relação aos senhores³⁸⁹.

A Lei de 28 de setembro de 1871 tirou a batuta das mãos dos senhores e a transferiu para o Estado, principalmente em relação às alforrias, legalizando o direito do escravo, quanto à formação do pecúlio para a compra de sua liberdade, “carinhosamente” apelidada pelos fazendeiros paulistas de “alforria forçada”³⁹⁰.

A chamada Lei do Ventre Livre minou aos poucos a autoridade moral do senhor sobre o escravo e, conseqüentemente, do regime escravagista. Em São

³⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 99.

³⁸⁸ *Idem*, p. 99.

³⁸⁹ *Ibidem*, p. 100.

³⁹⁰ Não apenas os fazendeiros utilizaram-se do termo, mas também diversos deputados paulistas defensores de um período mais longo para a extinção da escravidão utilizaram-no, frequentemente, em seus discursos. Ver *Annaes da Assembléia Legislativa da Província de São Paulo*.

João do Rio Claro, a partir de 1871, o padrão das alforrias viu-se claramente afetado por condições estranhas aos limites das fazendas. Uma onda de alforrias teve lugar em 1871 e 1872, quando 30 escravos foram libertados, sem dúvida, segundo Warren Dean, em decorrência da aprovação da Lei do Ventre Livre. Esse historiador lembra que 38 alforrias ocorreram em 1878-79, durante a crise de crédito e a ocorrência de um súbito aumento nas compras de escravos no mercado interprovincial. Nessas circunstâncias, tornou-se de repente necessário levantar dinheiro rapidamente, surgindo as primeiras transferências de escravos. Em São João do Rio Claro a primeira alforria desse tipo ocorreu em 1876. Maria Luiza Ferraz libertou um escravo chamado José, pelo qual recebeu 2:000\$000 mil-réis de Antonio Galdino de Oliveira, um dos filhos do Visconde de Rio Claro, o qual assinou então um contrato separado com José, que deveria trabalhar para ele por 600\$000 mil-réis por ano, até liquidar aquela soma. Nessa mesma época, alguns escravos abriram contas na Vara dos Órfãos com o objetivo de comprar a própria liberdade. Seis deles conseguiram pagar seu preço em 1879, com pecúlios³⁹¹.

Mesmo apoiado nas barras da justiça os senhores encontravam brechas nas leis que muitas vezes os beneficiavam frente às ações de liberdade movidas por escravos baseadas na Lei do Ventre Livre. Assim, os caminhos para se alcançar a liberdade eram estreitos e os escravos para chegarem à tão almejada liberdade deveriam se utilizar das mais variadas estratégias. Percorrendo esse árduo caminho, muitos escravos se deparavam com situações difíceis como, por exemplo, a “liberdade condicional”.

Francisca, escrava de Dona Maria Antonia de Godoy Romeira iniciou a busca por sua liberdade no mês de fevereiro de 1887. Ela teria em seu poder parte do dinheiro correspondente à indenização de seu valor, e para completar a soma necessária, realizou um contrato com Francisco Maciel, para que este arcasse com o restante; em contrapartida, Francisca deveria prestar serviços durante três anos à Francisco Maciel. Na petição inicial, tendo como curador o advogado Job Marcondes Rezende, este último argumentou em favor da liberdade da escrava Francisca:

³⁹¹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 131.

Diz Francisca, escrava de D. Maria Antonia de Godoy Romeira, residente neste, que acha-se matriculada na collectoria desta cidade, com 46 annos de idade, em 4 de julho de 1886, com valor venal de 450\$000.

Possuindo a supplicante a quantia de 200\$000, e querendo libertar-se, contractou com Francisco Maciel para que este completasse o seu valor, obrigando-se a supplicante a pagal-o mediante a prestação de serviços por tres annos, o que foi acceito pelo dito Maciel, que entrou com a quantia de 241\$000.

Exhibindo a supplicante a quantia de 441\$000, correspondente ao valor da nova matricula, feita a dedução de 2% correspondente ao primeiro caso, em face do art. 1º §§ 1, 2 e 3 do Dec. nº 9602 de 12 de junho de 1886, requer a V.S. digne-se mandal-a depositar, passar carta de liberdade a supplicante com a clausula de prestação de serviços por tres annos a Francisco Maciel, e em seguida intimar sua senhora para levantar o depósito, devendo a carta de liberdade ser entregue a própria supplicante.

São João do Rio Claro, 21 de fevereiro de 1887.

Por seu curador,

Doutor Job Marcondes Rezende.³⁹²

Ora, de acordo com o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 2040 de 28 de setembro de 1871

É, outrosim, permittido ao escravo em favor da sua liberdade, contractar com terceiro a prestação de futuros serviços por tempo que não exceda de sete annos, mediante o consentimento do senhor e approvação do Juiz de Orphãos.³⁹³

³⁹² APHMRC. Cartório Criminal. *Acção de liberdade por indemnisação de valor – Liberdade Condicional-Prestação de serviços por tres annos. Francisca, escrava de Dona Maria Antonia de Godoy Romeira. Processo nº 018. Caixa: 1 – 1887.*

³⁹³ *Collecção de Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro, 1872.*

Não somente contratos com terceiros moviam as liberdades condicionais. A condição para a liberdade poderia ser a de servir por longos anos a seu proprietário ou a seus herdeiros³⁹⁴. Dessa forma, poderia se supor que a situação do escravo não haveria de mudar. Na prática o indivíduo continuaria a trabalhar, mas por um período especificamente determinado, para aquela pessoa com quem foi feito o contrato. Porém, conforme mostra alguns historiadores, muitos desses indivíduos eram reescravizados³⁹⁵.

Sobre as práticas de reescravização, Keila Grinberg argumenta que assim como foram abundantes as demandas de escravos pela liberdade na justiça do século XIX, também muitas foram as tentativas feitas por libertos de manter sua alforria, assim como as ações de reescravização. Segundo Grinberg ao longo do século XIX, essas práticas foram se tornando cada vez menos legítimas, abrindo espaço para uma intensa discussão jurídica a respeito da vigência das leis, que tratavam das ações de escravidão e de revogação da alforria³⁹⁶.

Embora os procedimentos jurídicos das ações de manutenção de liberdade e escravidão fossem diferentes, ambos podem ser aqui definidos como sendo de reescravização, pois suscitaram debates distintos daqueles realizados nas ações de liberdade: além da verificação da veracidade das versões contadas por ambas as partes, como em qualquer processo, nesses casos tratava-se de discutir em que medida era possível voltar atrás em uma doação de liberdade, principalmente quando o indivíduo em questão já fora libertado há muito tempo³⁹⁷.

³⁹⁴ SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *Cor, identidade e mobilidade social: crioulos e africanos no Rio de Janeiro. (1870-1888)*. Niterói: UFF, 2006, [Dissertação – Mestrado em História Social], p. 68.

³⁹⁵ Entre esses historiadores: AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese [Doutorado em História]. Campinas: UNICAMP, 2003. BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. CHALHOUB, Sidney. *A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. GRINBERG, Keila. *Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX*. In. LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

³⁹⁶ GRINBERG, Keila. *Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX*. In. LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006, p. 104.

³⁹⁷ *Idem*, p. 107.

Ainda, conforme nos mostra Keila Grinberg, ao invés da passagem do estado da escravidão para o estado de liberdade, que ocorria nas ações de liberdade, os processos de reescravização tratavam de discutir as possibilidades e a própria legitimidade da passagem da liberdade para a escravidão³⁹⁸.

Nas liberdades condicionais esses indivíduos que ficavam entre a liberdade e o cativeiro eram conhecidos como *statuliber*. Sidney Chalhoub e Eduardo Spiller Pena dedicam parte de seus estudos³⁹⁹ a analisar o chamado *statuliber*. Claro apoiados nos escritos de Perdigão Malheiro, Chalhoub diz que:

Perdigão Malheiro esclarece inicialmente que a questão dos escravos alforriados ou manumitidos “sob condição suspensiva” era um verdadeiro tormento para legisladores e jurisconsultos já no direito romano. Para os romanos, o *statuliber* era aquele indivíduo “que tinha a liberdade determinada para um certo tempo, ou dependente de condição”. Reconhecia-se que esse indivíduo tinha “posição diversa do escravo que ainda tal se conservava, sem todavia ser havido por plenamente livre”⁴⁰⁰.

Sabe-se da fragilidade jurídica referente a esta questão no Brasil oitocentista. O próprio Perdigão Malheiro admite dificuldades para entender a questão do *statuliber* mas, tomando como ponto de referência o Direito Romano, o jurista argumenta que

O escravo manumitido com um prazo ou termo *in diem* ou *ex die*, ou sob condição suspensiva, era constituído entre os Romanos em posição diversa do escravo que ainda tal se conservava, sem todavia ser havido por plenamente livre. Era o que os Romanos denominavam *statuliberi*, para

³⁹⁸ *Ibidem*, p. 107.

³⁹⁹ São eles: CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990; PENA, Eduardo Spiller. *Pajens na casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

⁴⁰⁰ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 128.

designar aqueles que, sendo de feito livres, dependiam de que se realizasse a condição ou chegasse o dia designado para que o fossem de direito⁴⁰¹.

Era como se fizesse uma “escala” no caminho para a liberdade. Francisca não tinha outra saída, senão contratar com “Francisco Maciel para que este completasse o seu valor”⁴⁰². Uma das esperanças para se conseguir a tão almejada liberdade podia passar por essa “escala” nas mesmas condições daquelas impostas por Francisco Maciel. Quando este desembolsou a quantia de 241\$000 mil-réis, para completar o valor da indenização da preta Francisca, ela já estava convicta de que estaria em liberdade, porém condicional, dependendo de “tres annos de prestação de serviços a Francisco Maciel”⁴⁰³.

Enidelce Bertin explica que nas alforrias condicionais, a restrição à liberdade dava-se pela imposição de condições a serem cumpridas pelo libertando durante meses, anos ou até um evento anteriormente determinado⁴⁰⁴, como por exemplo, a morte do seu senhor.

Francisca foi matriculada pela primeira vez na cidade de Taubaté sob o número 2.336 no ano de 1872. Foi feita uma nova matrícula em São João do Rio Claro no ano de 1886 sob o número 86, relação 8, e consta:

Francisca; escrava de Dona Maria Antonia de Godoy Romeira; sexo, feminino; côr, preta; quarenta e seis annos de idade; estado, solteira; filha

⁴⁰¹ MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social. Volume I*. Petrópolis: Vozes, 1976, p. 114.

⁴⁰² APHMRC. Cartório Criminal. *Acção de liberdade por indemnisação de valor – Liberdade Condicional-Prestação de serviços por tres annos. Francisca, escrava de Dona Maria Antonia de Godoy Romeira. Processo nº 018. Caixa: 1 – 1887.*

⁴⁰³ APHMRC. Cartório Criminal. *Acção de liberdade por indemnisação de valor – Liberdade Condicional-Prestação de serviços por tres annos. Francisca, escrava de Dona Maria Antonia de Godoy Romeira. Processo nº 018. Caixa: 1 – 1887.*

⁴⁰⁴ BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004, p. 91.

de Gertrudes; aptidão para o trabalho, apta para o trabalho; profissão, serviços da roça⁴⁰⁵.

Sendo de serviços da roça, as possibilidades de Francisca obter pecúlio eram das mais difíceis, se ficasse restrita ao meio rural. Mas sabemos perfeitamente que as possibilidades de o escravo obter pecúlio nos limites urbanos eram as mais variadas, principalmente no que diz respeito ao sexo feminino.

Em ambiente estrategicamente determinado pela elite rio-clarense, em meio a casarões que se erguiam no sertão da província paulista, fruto dos recursos financeiros advindos com o café, além do progresso trazido pela linha férrea – inaugurada há mais de uma década anterior à data em que Francisca entrou com sua ação de liberdade -, mulheres, em sua grande maioria circulavam pelo centro da cidade, vendendo os mais diversos produtos, desde alimentos a manufaturas⁴⁰⁶.

Francisco Maciel residia na cidade de São João do Rio Claro em seus limites urbanos, portanto, uma mudança do meio rural para o meio urbano seria vantajosa para Francisca, pois poderia ter uma fonte de renda. Além dos serviços que estaria prestando à Maciel, poderia estar utilizando-se dessa renda para indenizar o seu “bem feito” e antecipar a sua liberdade plena.

Os contratos a prazo eram uma espécie de “auto alforria” à prestação, e os pecúlios consistiam em geral de dinheiro ganho com o trabalho ou emprestado e não doado. Em São João do Rio Claro de 1877 a 1884, essas formas de pagamento da liberdade pelos próprios escravos constituíam cerca de metade para o total dos adultos, e de 1885 a 1887, cerca de dois terços⁴⁰⁷.

Em estudo sobre a cidade de São Paulo no século XIX, a historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias observa que avultava na cidade a disponibilidade de uma mão de obra feminina, que os comerciantes não queriam e as raras manufaturas mal

⁴⁰⁵ APHMRC. Cartório Criminal. *Ação de liberdade por indemnização de valor – Liberdade Condicional-Prestação de serviços por tres annos. Francisca, escrava de Dona Maria Antonia de Godoy Romeira. Processo nº 018. Caixa: 1 – 1887.*

⁴⁰⁶ *Diário do Rio Claro*, 2 de fevereiro de 1887.

⁴⁰⁷ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 134.

aproveitavam⁴⁰⁸. Assim como na Capital, em São João do Rio Claro brancas pobres, escravas e forras faziam o comércio mais pobre e menos considerado, que era o dos gêneros alimentícios, hortaliças, toucinho e fumo.

Ora, São João do Rio Claro não se diferenciava da Capital da Província, tanto em seu aspecto social quanto econômico. A elite e os jornais da época comemoravam as conquistas da cidade e se gabavam afirmando que São João do Rio Claro era a terceira cidade de maior importância para a Província de São Paulo⁴⁰⁹.

Condicionada, portanto, a sua liberdade, Francisca fez o depósito para indenizar sua senhora no dia 22 de fevereiro de 1887 no valor de 200\$000 mil-réis, e quitou o seu valor total no dia 2 de março de 1887, depositando o restante do valor de 241\$000 mil-réis – aquele desembolsado por Francisco Maciel -, perfazendo um total de 441\$000 mil-réis. A sentença concedendo a sua liberdade foi expedida pelo juiz municipal no dia da quitação, 3 de março de 1887.

Nessa história há, ainda, um ponto de interrogação jurídico. Francisca, quando de sua última matrícula em 1886, tinha um valor venal estipulado em 450\$000 mil-réis e seu preço caiu para 441\$000 mil-réis; houve, portanto, a dedução de 2% do valor correspondente e referente a essa questão não apenas o artigo 1º em seus parágrafos 1, 2 e 3 do Decreto nº 9602 de 12 de junho de 1886 rezava sobre casos assim. Em 1885, com a promulgação da Lei nº 3270 de 28 de setembro conhecida como a Lei Saraiva-Cotegipe, apelidada de a Lei dos Sexagenários – pois regulava a liberdade dos escravos maiores de 60 anos -, casos dessa espécie já estariam regulamentados. A Lei em seu artigo 3º e parágrafo 1º determinava:

Art. 3º Os escravos inscriptos na matricula serão libertados mediante indemnização de seu valor pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal.

§1º Do valor primitivo com que fôr matriculado o escravo se deduzirão:

⁴⁰⁸ DIAS, Maria Odila L. S. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 23.

⁴⁰⁹ *O Século XIX*. 1 de setembro de 1886. Conforme mostrado anteriormente, tendo como referência os escritos de Sérgio Milliet sobre a condição hierárquica da cidade na economia cafeeira.

No primeiro anno.....	2%
No segundo.....	3%
No terceiro.....	4%
No quarto.....	5%
No quinto.....	6%
No sexto.....	7%
No setimo.....	8%
No oitavo.....	9%
No nono.....	10%
No decimo.....	10%
No undecimo.....	12%
No decimo segundo.....	12%
No decimo terceiro.....	12%

Contar-se-há para esta dedução annual qualquer prazo decorrido seja feita a libertação pelo fundo de emancipação ou por qualquer outra forma legal⁴¹⁰.

Menos sorte tiveram as meninas Francisca e Virgínia, respectivamente de quinze e nove anos de idade, que, em seus caminhos rumo à liberdade esbarraram com um espertalhão que se utilizou de todos os meios possíveis para continuar a usufruir dos serviços das meninas.

Francisca e Virginia eram escravas do esperto Elias de Almeida Leite, e entraram com uma ação de liberdade por não constarem no registro de matricula, conforme o artigo 1º, parágrafo 2º da Lei de 28 de setembro de 1885. E como rezava o referido artigo e, para melhor compreensão seus três primeiros parágrafos:

⁴¹⁰ *Collecção de Leis do Império do Brazil. Rio de janeiro: 1886.*

Art. 1º Proceder-se-ha em todo o Imperio a nova matricula dos escravos, com declaração do nome, nacionalidade, sexo, filiação, si fôr conhecida, occupação ou serviço em que fôr empregado, idade e valor, calculado conforme a tabella do § 3º.

§ 1º A inscripção para a nova matricula far-se-ha á vista das relações que serviram de base á matricula especial ou averbação effectuada em virtude da Lei de 28 de setembro de 1871, ou á vista das certidões da mesma matricula, ou da averbação, ou á vista do titulo do dominio, quando nelle estiver exarada a matricula do escravo.

§ 2º Á idade declarada na antiga matricula se addicionará o tempo decorrido até o dia em que for apresentada na Repartição competente a relação para a matricula ordenada por esta Lei.

A matricula que fôr effectuada em contravenção ás disposições dos §§ 1º e 2º será nulla, e o Collector ou Agente Fiscal que a effectuar incorrerá em uma multa de cem mil réis a tresentos mil réis, sem prejuízo de outras penas em que possa incorrer.

§ 3º O valor a que se refere o art. 1º será declarado pelo senhor do escravo, não excedendo o máximo regulado pela idade do matriculando, conforme a seguinte tabella:

Escravos menores de 30 annos.....	900\$000
Escravos de 30 a 40 annos.....	800\$000
Escravos de 40 a 50 annos.....	600\$000
Escravos de 50 a 55 annos.....	400\$000
Escravos de 55 a 60 annos.....	200\$000 ⁴¹¹

Era o ano de 1887. Francisca e Virginia estariam, respectivamente, com “quinze annos de idade” e “nove annos de idade”⁴¹². Francisca e Virginia eram filhas

⁴¹¹ *Collecção de Leis do Império do Brazil. Rio de janeiro: 1886.*

da também escrava de Elias de Almeida Leite, a preta Luiza, que teria dado a luz à Francisca no ano de 1872 e à Virginia no ano de 1878, portanto, após a promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, a chamada “Lei do Ventre Livre”. Em seu artigo primeiro, a Lei instituía, conforme citado anteriormente, que “os filhos da mulher escrava que nascerem no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livres”⁴¹³. Mais adiante, em seu parágrafo primeiro, abria uma grande lacuna, beneficiando os proprietários de escravos. As primeiras linhas do referido parágrafo diz:

Os dictos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão obrigação de criar-os e tratá-los até a idade de oito annos completos.

Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção, ou de receber do Estado a indemnização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 annos completos⁴¹⁴.

Francisca e Virginia não deveriam, de forma, alguma terem sido matriculadas como escravas, já que tinham nascidas na condição jurídica de “livres”. Elias de Almeida Leite era, portanto, o tutor das meninas e não o senhor, uma vez que a mãe delas, a preta Luiza, ainda era sua escrava.

Estamos diante de um sistema complexo, de leis mal interpretadas, de uma justiça falha e, principalmente de um avaro e esperto proprietário de escravos. No dia 7 de junho de 1887, Elias de Almeida Leite apresentou um requerimento ao juiz municipal:

Diz Elias de Almeida Leite que havendo sido intimado do despacho de V.S. para offerecer de direito os autos de liberdade, digo, os autos em que as

⁴¹² APHMRC. Cartório Criminal. *Ação de liberdade por indenização de valor – Liberdade Condicional. Francisca e Virginia, escravas de Elias de Almeida Leite. Processo nº 013. Caixa: 1 - 1887.*

⁴¹³ *Collecção de Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro: 1872.*

⁴¹⁴ *Collecção de Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro: 1872.*

libertas Francisca e Virginia requerem a sua liberdade allegando não ter o supplicante dado os seus nomes a matricula de conformidade com o art. 1º § 7º da Lei de 28 de setembro de 1885, vem por meio deste declarar a V.S.^a que com data de 28 de julho de 1880 por escriptura publica nas vistas do Tabelião Molina concedera-lhes liberdade com a condição porém de prestar serviços ao supplicante durante a sua vida, como si ve pelo documento juncto. Determinando a citada a que se proceder a matricula das escravas existentes no Imperio está claro que as supplicadas não deviam ser matriculadas por estarem libertas desde o anno de 1880, embora com condição de prestação de serviços, e o supplicante incorreria no crime de reduzir pessoas livres ao cativeiro si as matriculasse. O supplicante requer, pois, que junctando-se a presente e o documento incluso aos autos, digne-se V.S.^a não deferir a petição das referidas libertas.

Rio Claro, 2 de junho de 1887

Elias de Almeida Leite⁴¹⁵

A escriptura de liberdade, que se encontra no processo, está datada no dia 23 de março de 1887, possivelmente foi uma transcrição da primeira de 1880, ou uma esperta estratégia de Elias de Almeida Leite frente à ação de liberdade que as meninas moviam contra ele.

Escriptura de liberdade que passa Elias de Almeida Leite a favor de suas escravas Francisca e Virginia, como abaixo se declara.

Saibão quantos esta escriptura virem que no anno do nascimento do Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e oitenta, aos vinte e oito de julho, nesta cidade de Rio Claro, em meu Cartorio, apareceu Elias de Almeida Leite, deste municipio, lavrador, conhecido meu e das testemunhas adiante assignadas, perante as quais por elle foi dito, que livre e espontaneamente concede liberdade a suas escravas Francisca, preta, filha de Luiza, solteira, de quinze annos mais ou menos de idade e Virginia sua irmã, preta de nove annos mais ou menos de idade. [ilegível] (...) cuja liberdade lhe infere com a condição de acompanhar a elle outorgante durante sua vida e prestar-lhe

⁴¹⁵ APHMRC. Cartório Criminal. *Acção de liberdade por indenização de valor – Liberdade Condicional. Francisca e Virginia, escravas de Elias de Almeida Leite. Processo nº 013. Caixa: 1 - 1887.*

durante ella os serviços compatíveis com a sua idade e façam gosando plena liberdade depois de seu fallecimento.

Rio Claro, 23 de maio de 1887.⁴¹⁶

Não se sabe se as informações contidas na carta de liberdade, que passou Elias de Almeida Leite à Francisca e Virginia são verídicas. Consta nesse documento duas datas distintas, 28 de julho de 1880 e 23 de maio de 1887. Diante dessas informações temos inúmeras dúvidas. Qual a verdadeira data do documento? E principalmente, qual a verdadeira idade das duas meninas? Não nos resta dúvidas, de que Elias de Almeida Leite era um espertalhão bastante influente e com uma ampla rede de relacionamentos, que se viu diante de uma situação em que poderia perder sua mão de obra.

A justificativa encontrada foi, portanto, a de que Francisca e Virginia não deveriam ter sido matriculadas, uma vez que estariam elas “libertas desde o anno de 1880”, com a condição de prestação de serviços por toda a vida de Elias de Almeida Leite. Porém, curiosamente não há menção de curador algum representando as meninas, como se as menores sozinhas estivessem impetrando uma ação em favor de suas liberdades.

Com um cenário montado, estrategicamente, para favorecer Elias de Almeida Leite, o “proprietário” das meninas, seria fácil prever a sentença do juiz municipal José Joaquim Madeira, que foi expedida no dia 14 de junho de 1887.

Achando-se libertas condicionalmente as requerentes não poderiam ser matriculadas, visto acharem-se obrigadas a prestação de serviços, conforme a escriptura de liberdade constando nos autos junctos, não tem, portanto, lugar o que as libertas requerem.

Rio Claro, 22 de junho de 1887

Joaquim José Madeira⁴¹⁷

⁴¹⁶ APHMRC. Cartório Criminal. *Ação de liberdade por indenização de valor – Liberdade Condicional. Francisca e Virginia, escravas de Elias de Almeida Leite. Processo nº 013. Caixa: 1 - 1887.*

A história de Francisca e Virginia mostra como, em determinados momentos, pessoas das classes tidas como subalternas tinham acesso à justiça, é claro em caráter puramente hierárquico. Thompson analisando a sociedade inglesa do século XVIII, faz observações sobre o que ele chamou de o domínio da lei, que deveria se caracterizar por sua imparcialidade, sendo que, para ele, o domínio da lei é apenas uma máscara do domínio de uma classe⁴¹⁸. Conforme explica José Jobson de Andrade Arruda quando da análise dessa obra, a lei é, em si mesma, um bem incondicional. Assim, sua eficácia como instrumento de dominação é mostrar-se avessa às manipulações e parecer justa e sendo, mesmo às vezes, justa⁴¹⁹.

A história é confusa e cheia de enigmas e, por que não dizer, de falcatruas levantadas por Elias de Almeida Leite. Está claro que as meninas desconheciam essa escritura de liberdade, mas a dúvida maior é quanto a idade das meninas na data de entrada da ação de liberdade.

Como foi mencionado anteriormente, se Francisca tivesse quinze anos de idade e Virginia nove naquele ano de 1887 já seriam consideradas livres; porém se as informações contidas na escritura de liberdade fossem verídicas – de que Francisca e Virginia teriam essas idades no ano de 1880 – o caso dava uma reviravolta, é claro em favor de Elias de Almeida Leite. Mas se as informações tivessem sido forjadas, caracterizar-se-ia um desrespeito à Lei de 28 de setembro de 1871, a qual viria beneficiar as meninas.

Os caminhos para a liberdade estavam à frente de cada indivíduo submetido ao cativeiro, mas o acesso à eles eram dos mais difíceis, e os inimigos que iriam encontrar eram muitos, visíveis ou invisíveis, concretos ou abstratos; Francisca e Virginia esbarraram em todos eles.

⁴¹⁷ APHMRC. Cartório Criminal. *Ação de liberdade por indenização de valor – Liberdade Condicional. Francisca e Virginia, escravas de Elias de Almeida Leite. Processo nº 013. Caixa: 1 - 1887.*

⁴¹⁸ THOMPSON, E. P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 350.

⁴¹⁹ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *A Nova História Social do Crime*. In. *Revista História*, São Paulo: nº 121, pp. 127-133, ago/dez. 1989, p. 131.

Assim, conforme se verificou, a Lei do Ventre Livre veio dar um grande golpe no sistema escravagista, ao legalizar as chamadas “alforrias forçadas” e libertar o ventre, lembrando a prerrogativa da devida indenização ao senhor. Segundo a historiadora Elciene Azevedo, os debates mais acirrados em torno deste projeto diziam respeito à indenização dos senhores, que se veriam privados dos “frutos” gerados por seus ventres escravos. O projeto foi aprovado com a prerrogativa aos senhores de escolherem entregar as crianças com oito anos de idade a uma instituição pública e receber 600\$000 mil-réis como indenização, ou manter o nascituro sob seu domínio até os 21 anos de idade, usufruindo de seus serviços⁴²⁰.

Como o trabalho de uma pessoa jovem tinha um valor maior do que os títulos, que seriam resgatados com desconto, os senhores quase sempre preferiam conservar os ingênuos. Ora, essa decisão não tinha, em determinados casos, intuítos egoístas. Afinal, São João do Rio Claro, nesse período, não contava com instituições que pudessem tomar conta dos pupilos do Estado, e pelo menos as crianças ficavam com os pais. Em alguns aspectos o estatuto legal dos ingênuos era observado integralmente. Os registros locais não mostram a venda de qualquer ingênuo e, quando acompanhavam suas mães, não se estabelecia um preço mais elevado. Em um testamento em que um avaliador incluía ingênuos como parte de um inventário, o escrivão passara um risco por essa parte, acrescentando o comentário “sem efeito”. Ingênuos, como os escravos adultos, eram registrados de acordo com a Lei de 1871. Os ingênuos podiam facilmente liquidar a dívida ao dono de sua mãe, pagando a quantia correspondente aos 600\$000 mil-réis do título⁴²¹.

É claro que dar valor aos serviços dos ingênuos e omitir a condição dos filhos das escravas nascidos após 1871 foram mecanismos de adaptação à legislação vigente a fim de evitar prejuízos ao patrimônio escravista. O valor dos serviços prestados era uma forma de avaliar o uso da força de trabalho de indivíduos que poderiam, compulsoriamente, ser utilizados na produção até os 21 anos de idade e, junto à omissão deliberada da condição de ingênuos para algumas crianças, pode

⁴²⁰ AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Tese [Doutorado em História]. Campinas: UNICAMP, 2003, p. 96. Conferir, também, entre outros, CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴²¹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 134.

significar que, na prática, a situação dos filhos das escravas não havia mudado tanto quanto objetivava a lei⁴²².

Esses ingênuos não recebiam salários e permaneciam sujeitos à disciplina das plantações, com exceção da aplicação de castigos físicos excessivos. Eles eram considerados livres, na medida em que houvesse uma intervenção por parte dos pais ou quando as autoridades intervissem em favor desses indivíduos menores de 21 anos de idade. Percebe-se, porém, que em determinados casos estavam entregues à própria sorte.

⁴²² TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. São Paulo: Dissertação [Mestrado em História Econômica] – FFLCH - USP, 2001, p. 70.

CAPITULO 5

IMIGRANTES NAS TERRAS DE SÃO JOÃO: AS PRIMEIRAS EXPERIÊNCIAS COM O TRABALHO LIVRE.

5.1 Portugueses, alemães e suíços: os parceiros do Senador Vergueiro.

Há exatos 47 anos antes da abolição institucional da escravidão no Brasil o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro introduzira trabalhadores livres em sua Fazenda Ibicaba. Em 1841 o Senador Vergueiro, por iniciativa própria, introduziu 90 imigrantes portugueses nessa propriedade. Porém, tal iniciativa não estava relacionada a falta de capital para aquisição de mão de obra escrava, mas sim, para substituição, mesmo que gradativamente, do elemento servil pelo trabalhador livre.

Em suas propriedades agrícolas o Senador Vergueiro procurava utilizar um número reduzido de escravos, o que leva a acreditar que, talvez por esse fator, o desenvolvimento da Fazenda Ibicaba tivesse sido relativamente lento entre os anos de 1828 e 1840, período que compreendeu a sua fundação e o início da década onde se desenvolveu o projeto imigrantista para introdução de trabalhadores livres provenientes da Europa para as atividades ligadas à empresa agroexportadora no Brasil. Em princípio os portugueses, posteriormente vieram os alemães, suíços, espanhóis e italianos.

Até a década de 1840 não existiam projetos concretos para a importação de mão de obra livre voltados ao abastecimento da empresa agroexportadora paulista. Houveram, claro, tentativas isoladas como a instalação, em 1815, de imigrantes açorianos na Casa Branca, à margem do velho caminho dos Guaiazes, ou o estabelecimento de famílias alemãs – 1200 colonos, pelo menos – em diferentes pontos da Província Paulista⁴²³. Mas, o projeto imigrantista de meados e segunda

⁴²³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 15.

metade do século XIX eram completamente distintos das experiências que se processaram esporadicamente no início dos oitocentos. O movimento imigratório da segunda metade do século XIX visava, principalmente na Província de São Paulo, atender a demanda e a “fome de braços” da lavoura paulista a partir do desenvolvimento da cultura cafeeira.

Os portugueses que aqui chegaram em 1841 encontraram uma Ibicaba ainda em fase de desenvolvimento. Era ainda, nas palavras de José Sebastião Witter, um “engenho” que em nada se assemelhava à pujante fazenda da segunda metade dos oitocentos⁴²⁴. Foram os primeiros imigrantes nesse ambicioso projeto do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. A imigração europeia nesse período deve ser analisada dentro de um contexto em que se inserem movimentos de repulsão e atração. Ora, na segunda metade do século XIX, a grande maioria da população portuguesa era constituída por camponeses, assalariados ou pequenos proprietários que trabalhavam nas próprias terras. Viviam em um processo crescente de pauperização, vendo-se forçados a recorrerem à emigração⁴²⁵.

Ora, dentro do contexto econômico e social da segunda metade do século XIX a imigração portuguesa para o Brasil não estava vinculada à composição dos quadros administrativos colonial. Houve a transmutação, conforme apontou José Jobson de Andrade Arruda, de colonos a imigrantes⁴²⁶. A emigração portuguesa, para a antiga colônia nos oitocentos, não estava, naquele momento, inserida dentro de um projeto imperial da Coroa Portuguesa. Era resultante dos problemas e disparidades decorrentes do desenvolvimento do capitalismo no Velho Mundo. Países como Portugal e Espanha, centros da expansão europeia no século XVI, no século XIX estavam fora do sistema e transformaram-se em exportadores de mão de obra, tal como nações que nunca desfrutaram de posições hegemônicas. Assim, não

⁴²⁴ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982.

⁴²⁵ CASTRO, Celeste. *A emigração na Freguesia de Santo André da Campeã – 1848-1900*. Porto: CEPESE/Afrontamento, 2010, p. 17. Ainda, de acordo com Castro, a palavra emigração designa tradicionalmente o ato de emigrar, isto é, uma ausência com uma duração significativa. A emigração, tal como a entendemos, não é um movimento desordenado e anárquico, pelo fato de depender da vontade dos emigrantes. Essa vontade é determinada. Do mesmo modo, o estudo das causas e dos fins da emigração cabe dentro dos mais rigorosos processos econômicos.

⁴²⁶ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 13.

se tratava de uma emigração específica para formar os quadros jurídico-administrativos colonial⁴²⁷.

Ana Lúcia Duarte Lanna afirma que os portugueses que emigraram para o Brasil, ao longo do século XIX, foram predominantemente mão de obra que, fugindo da proletarização em Portugal, buscaram no Brasil o sonho da fortuna fácil, reforçado pelo imaginário colonial. Porém, a utopia do retorno era, para esses miseráveis imigrantes portugueses, recorrente⁴²⁸.

A conjuntura econômica portuguesa de meados e segunda metade do século XIX não era, realmente, das melhores. O comportamento da economia portuguesa ao longo do século XIX era de completo atraso frente a outras nações europeias como Inglaterra e França. Sobre o crescimento econômico português nos anos de 1850 à 1913, Conceição Andrade Martins argumenta que o produto agrícola cresceu 0,9% ao ano, o produto industrial 2,9%, a população 0,8%, o PIB (Produto Interno Bruto) 1,5% e o rendimento *per capita* 0,8%. No entanto, não só o ritmo de crescimento foi desigual ao longo da segunda metade dos oitocentos, registrando-se uma nítida desaceleração a partir de finais da década de 1880 e uma recessão nos anos de 1890. Ora, conforme mostrou Conceição Martins, o crescimento então verificado nesse período foi essencialmente extensivo e não resultou, como em outros países, de um aumento significativo do rendimento do capital e da produtividade do trabalho, mas sim do aumento da força de trabalho, constituindo assim em um extenso exército de reserva, sendo o trabalho fator produtivo abundante com oferta a baixo preço⁴²⁹. O PNB (Produto Nacional Bruto) per capita

⁴²⁷ LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Uma cidade na transição – Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 169.

⁴²⁸ *Idem*, p. 170-171. Sobre o sonho da fortuna fácil Maria Izilda Santos de Matos afirma que uma antiga lenda conservada na tradição portuguesa, conta que havia uma árvore na qual nasciam patacas que estavam à espera de quem as colhesse, permitindo assim o enriquecimento fácil e rápido. A repetição e circularidade dessa lenda reproduz e reforça a riqueza como um valor eternamente perseguido pelo homem e em busca “dessa terra em que toda a gente ganha fortunas” é que muitos homens e mulheres portugueses emigraram para o Brasil. O “sonho americano”, o ideal desbravador e civilizador do mundo, somados a outros fatores impulsionaram uma constante e contínua corrente migratória portuguesa para o Brasil. MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru-SP: EDUSC, 2002, p. 59.

⁴²⁹ MARTINS, Conceição Andrade. *Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)*. In. *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3º), 483-535, p. 484.

português, que era de 86% da média dos países desenvolvidos, tinha passado para 45%⁴³⁰.

Ora, não apenas o atraso econômico português pode ser colocado como um dos fatores primordiais de repulsão que, conseqüentemente, viria a levar a emigração para o Novo Mundo, mas também a forte pressão demográfica do período. Assim como a grande maioria dos países periféricos da Europa, Portugal registrou no século XIX um intenso crescimento demográfico que não foi acompanhado por um crescimento econômico igualmente rápido. De acordo com Herbert Klein, a incapacidade da economia para sustentar a população do país deveu-se a diversos fatores. Graves problemas a nível da distribuição das terras afetaram a capacidade da agricultura nacional para se modernizar rapidamente, especialmente no Norte, uma região densamente povoada, onde predominavam os minifúndios. A principal exportação de Portugal, o vinho do Porto, tinha por base uma indústria de crescimento restrito e não podia compensar a incapacidade de crescimento da agricultura em geral. O setor industrial, com um ritmo de crescimento lento, era objeto de uma proteção excessiva e relativamente ineficaz, mostrando-se, portanto, incapaz de compensar as deficiências da agricultura. Entretanto, a elevada taxa de natalidade (ligeiramente superior a 30%) e a diminuição gradual da taxa de mortalidade (ligeiramente superior a 20%) asseguravam um crescimento rápido da população portuguesa. Apesar de ter uma das mais elevadas taxas de emigração *per capita* da Europa, a população portuguesa residente no país viria a aumentar a 0,5% por ano ou mais durante o século XIX, tendo chegado a atingir uma taxa de crescimento natural de cerca de 1% no final do século⁴³¹.

Ao que parece, o crescimento demográfico ultrapassou a capacidade da economia para sustentar a população, e as pressões daí decorrentes a nível de recursos deram origem a uma crise cuja única solução para a população, predominantemente rural, era a emigração. Porém, conforme afirma Herbert Klein, esta pressão da emigração não foi uniforme ao longo do tempo, nem em termos geográfico, tendo-se concentrado, principalmente, nos distritos do litoral e do interior norte, onde as densidades populacionais eram elevadas e as terras estavam

⁴³⁰ REIS, Jaime. *O atraso econômico português em perspectiva histórica (1860-1913)*. In. *Análise Social*, vol. XX (80), 1984 (1º), 7-28, p. 7.

⁴³¹ KLEIN, Herbert S. *A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. In. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º), 235-265, p. 235.

divididas em minifúndios, bem como no Nordeste transmontano, onde a qualidade dos recursos era insuficiente para manter sequer esparsa população que aí existia. As ilhas da Madeira e dos Açores, tal como as regiões do Norte do continente, também foram afetadas por pressões demográficas e pela subdivisão excessiva das terras, o que levou a uma emigração constante durante os séculos XIX e XX. A pressão da emigração apenas não fez sentir nos distritos do Sul, escassamente povoados, onde predominavam os latifúndios⁴³².

A grande maioria dos emigrantes portugueses eram provenientes dos distritos mais densamente povoados do continente. Entre 1855 e 1914, dos 1.306.501 portugueses que emigraram eram originários do continente. Desse total, 82% emigraram para o Brasil, 15% para os Estados Unidos da América e 2% para a Argentina⁴³³.

O principal destino da emigração portuguesa era, portanto, para o Brasil. Em artigo instigante José Jobson de Andrade Arruda observa os aspectos políticos quando traz para a análise da continuidade do processo migratório de cidadãos lusos para o Brasil. Indubitavelmente, conforme aponta Arruda, a migração portuguesa para terras brasileiras caracteriza-se, sobretudo, pela continuidade, pois os fortes laços de parentesco, amizade, vínculos comerciais, língua, hábitos e educação, não cabia em convenções e não tratava-se de destruí-los ou quebrantá-los⁴³⁴.

De fato, os laços entre Portugal e Brasil eram tão fortes que nunca se recorreu a proibição, mesmo quando as condições sanitárias do lado americano do Atlântico eram reconhecidamente más. Ora, o governo português, ao longo do século XIX, nunca proibiu a emigração para destinos específicos, enquanto outros países europeus impuseram certas restrições, mesmo que temporárias, em decorrência a incidentes diplomáticos, condições sanitárias ou outras. Importante

⁴³² *Idem*, p. 236.

⁴³³ *Ibidem*, p. 236.

⁴³⁴ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 17.

lembrar que em matéria de emigração para o Brasil houve restrições por parte da Alemanha nos anos de 1859 e 1872 e Itália em 1889⁴³⁵.

Dentro desse contexto, a emigração acabou por revelar um movimento complexo que apesar dos interesses do Estado, do indivíduo e dos seus familiares, rapidamente tomou proporções e orientações muito determinadas e de difícil contorno ou bloqueio. A liberdade de emigração estava estipulada na Constituição e era difícil contornar esse princípio básico sem violar e conciliar com os interesses e objetivos sociais, políticos e econômicos do Estado⁴³⁶. Tais interesses se complementavam, tanto de um quanto do outro lado do Atlântico. As condições de trabalho e de vida na antiga metrópole degradaram-se ao longo de meados e segunda metade do século XIX. Dessa forma, a conjuntura socioeconômica e a pressão demográfica nesse período constituíram-se em elementos motivadores da emigração portuguesa para o Brasil. Aliado a esses fatores, a antiga colônia portuguesa apresentava cenário amplamente favorável com o desenvolvimento da economia cafeeira, crise do sistema de trabalho escravagista e vínculos culturais, linguísticos e familiares.

Desde a década de 1820, após a emancipação político-administrativa do Brasil, a questão do elemento servil ingressa na agenda de discussões tanto do Parlamento quanto do Senado do Império do Brasil. O Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro estava atento a todas essas discussões na qual se previa a extinção do trabalho escravo no Brasil. O próprio Senador Vergueiro, no ano de 1841, em discurso proferido no Senado mencionou as vantagens de se adotar a força de trabalho livre no Brasil⁴³⁷.

O Senador Vergueiro materializou seu projeto de inserção da mão de obra livre no Brasil no ano de 1841 na Fazenda Ibicaba, de sua propriedade, a qual teve como ponto de partida as terras do Engenho de Ibicaba. O terreno da Fazenda Ibicaba representou a parte pertencente ao Senador Vergueiro quando foi feita a

⁴³⁵ LEITE, Joaquim da Costa. *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. In. *Análise Social*, vol. XXIII (97), 1987 (3º), 463-480.

⁴³⁶ CASTRO, Celeste. *A emigração na Freguesia de Santo André da Campeã – 1848-1900*. Porto: CEPESE/Afrontamento, 2010, p. 34.

⁴³⁷ *Annaes do Senado do Império do Brazil. Sessão em 28 de maio de 1841.*

dissolução da sociedade que teve com o Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, através de José da Costa Carvalho, então casado com a viúva de seu ex-sócio⁴³⁸.

De acordo com José Sebastião Witter, no momento em que se dissolveu a sociedade com o Brigadeiro, o Senador Vergueiro já era um homem conceituado na região, pelo prestígio que aí indiscutivelmente conquistara pelos seus dotes pessoais, pelo seu conhecimento da atividade agrícola, pelo seu espírito liberal e, ainda, pelo seu constante empenho em facilitar, mediante a abertura de estradas, as comunicações entre os povoados que se estabeleciam. Ao que parece, o Senador Vergueiro antevia, provavelmente, as possibilidades de expansão para o Oeste da Província, e começou a desenvolver suas atividades rurais com uma maior intensidade⁴³⁹.

A Fazenda Ibicaba localiza-se no atual município de Cordeirópolis, localizado entre Limeira e Rio Claro. A cana-de-açúcar foi a primeira cultura introduzida nesta propriedade, a qual inaugurou o engenho de mesmo nome. O Senador Vergueiro acumulava suas atividades políticas com a de empresário e fazendeiro. Vergueiro, conforme relatou Warren Dean, era um imigrante português que chegou a então Capitania de São Vicente entre os anos de 1802 e 1803, sem outro recurso que não um diploma de bacharel em Direito. Profissionais como advogados, médicos e professores eram tão raros que seus títulos faziam com que fossem imediatamente admitidos na mais fechada elite. Vergueiro era, na verdade, um dos dois advogados da capitania. Foi feito Juiz de Sesmarias em 1813 e conseguiu uma delas para ele mesmo em Piracicaba. Nos anos posteriores adquiriu outras propriedades em parceria com o Brigadeiro Luiz Antônio de Souza, então o comerciante mais rico de São Paulo. Quando se dissolveu a sociedade, a qual foi mencionada anteriormente, em 1825, Vergueiro recebeu duas propriedades, uma no lado sul de São João do Rio Claro, a qual havia sido comprada em 1818 da sesmaria de Joaquim Galvão de França; e a outra ao norte da cidade, que foi comprada no ano de 1825, junto a sesmaria de Góes Maciel⁴⁴⁰.

⁴³⁸ WITTER, José Sebastião. *Um estabelecimento agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX*. In. Revista de História. São Paulo: nº 92 – 2º trimestre de 1974, p. 395.

⁴³⁹ *Idem*, p. 397.

⁴⁴⁰ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 59.

Ao que parece, no início dos seus negócios o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro procurava diversificar suas atividades e negócios. Além da produção de açúcar, juntamente com seus sócios, Vergueiro abriu uma agência em seu nome para exportar açúcar via Santos. Ele também era o maior comerciante de escravos da província de São Paulo. Esses negócios, em princípio, eram mais importantes para Vergueiro do que as suas duas propriedades em São João do Rio Claro e Limeira⁴⁴¹.

Warren Dean lembra bem que o Senador Vergueiro era um defensor entusiasta da independência. Acompanhou Paes de Barros às Cortes Portuguesas e, ao retornar, tomou parte na Assembleia Constituinte de 1823. Político astuto, foi a principal figura do Partido Liberal e ocupou postos em todos os governos até 1842. Vergueiro interessava-se profundamente pelo problema fundamental da mão de obra, sendo o primeiro fazendeiro no Brasil a testar a viabilidade do trabalho do imigrante, principalmente o proveniente da Europa, na lavoura⁴⁴².

A cana-de-açúcar, que havia sido a primeira cultura cultivada em Ibicaba veio a perder, gradativamente, sua importância comercial e econômica, onde, nas últimas décadas da primeira metade do século XIX sofreu concorrência do algodão e do café que, naquele período de fins da primeira metade dos oitocentos, já começava a despontar na pauta de exportações da Província de São Paulo. O primeiro cafezal foi plantado em 1828 e não abrangia mais do que seis mil pés. De acordo com José Sebastião Witter, naquele período os administradores de fazendas estavam, então, acostumados ao plantio do algodão e, embora recebendo ordens para cultivar o café, abandonavam-no pelo produto a que já estavam acostumados. Era assim, o algodão, a maior preocupação dos administradores de fazenda em geral, e de Ibicaba em particular. Dessa forma, funcionou como elemento de transição entre a cana-de-açúcar e o café⁴⁴³.

Não se tem informações precisas sobre o sistema de trabalho utilizado pelo Senador Vergueiro em suas propriedades entre os anos de 1828 e 1841, mas, ao que parece, havia uma mescla entre o trabalhador escravo e o nacional. Existem

⁴⁴¹ *Idem*, p. 59.

⁴⁴² *Ibidem*, p. 60.

⁴⁴³ WITTER, José Sebastião. *Um estabelecimento agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX*. In. *Revista de História*. São Paulo: nº 92 – 2º trimestre de 1974, p. 397-398.

evidências da existência de alguns poucos escravos para atividades específicas no próprio engenho, porém essa ausência de força de trabalho cativa certamente não estava relacionada com falta de capital para compra de escravos, conforme se mencionou anteriormente. Vergueiro estava atento ao contexto e conjuntura econômica mundial do período. A ampliação dos mercados e a crescente circulação de capital fizeram com que ele diversificasse seus investimentos. Para Vergueiro a imobilização de capital apenas em escravos viria a ser um obstáculo para possíveis oportunidades de negócios que estavam surgindo com a ampliação dos mercados, não apenas na Província de São Paulo, mas também no restante do Império e no mercado mundial.

Essa diversificação dos investimentos ao longo dos oitocentos contribuiu, sobremaneira, para tornar atraente a força de trabalho livre no Brasil. Emília Viotti da Costa argumenta, com segurança, que no decorrer do século XIX a ampliação do mercado interno e a acumulação de capitais dinamizaram a economia, multiplicando as oportunidades de investimentos nos setores mais variados, sendo eles mercantis, industriais e financeiros. A abertura de novas áreas de investimento não determinou um deslocamento automático de capitais do setor agrário para os novos setores, mesmo porque o café continuava a remunerar. Em linhas gerais, a tendência do investidor é continuar a investir em áreas com as quais ele está familiarizado, em vez de assumir riscos desnecessários investindo em setores nos quais não tem nenhuma experiência. Mas, para muitos fazendeiros, a aplicação de capitais em empresas comerciais, agenciamento de mão de obra ou companhia de seguros, como foi o caso do Senador Vergueiro, apareceu não como solução alternativa, mas como oportunidade complementar atraente, mesmo quando não mais lucrativa. Isso porque a diversificação de investimentos diminuía a margem de risco que recaía sobre o capital investido na agricultura, cujo rendimento estava sujeito às oscilações do mercado internacional e aos caprichos da natureza⁴⁴⁴.

⁴⁴⁴ COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 35. Esta notável historiadora mostra ainda que em face das novas oportunidades de investimento, a imobilização de capitais na compra de escravos passou a significar um entrave à desejada diversificação de capital, principalmente a partir do momento em que os fazendeiros puderam divisar alternativas para o problema da mão de obra, alternativas estas que envolviam imobilização inicial de capital. Isso foi sentido particularmente pelos fazendeiros das áreas pioneiras, que tinham que adquirir seus escravos por altos preços, sendo obrigados a um grande investimento inicial. Para estes, a perspectiva de contratar trabalhadores livres e pagar salários ou outras formas de remuneração equivalente ao que despenderiam com o sustento dos escravos parecia solução ideal,

Dentro deste contexto, no ano de 1841 o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro contratou, através do sistema de parceria 90 imigrantes portugueses, provenientes da região do Minho, para o trabalho em Ibicaba⁴⁴⁵. O Senador Vergueiro tinha como representante em Portugal o agente de emigração Antônio Joaquim D'Andrade Villares, o qual tinha como principal função arregimentar mão de obra para estabelecimento de contratos com os futuros parceiros⁴⁴⁶.

O naturalista e médico suíço Johann Jakob von Tschudi, quando de sua passagem pela província paulista para obtenção de informações sobre a real situação dos imigrantes suíços nos trópicos, representando a Confederação Helvética, assim descreveu o sistema de parceria:

A exploração agrícola pelo método de parceria (parceria ou parçaria, de parceiro; colono parceiro; colono meeiro) repousa na divisão do produto da colheita entre o proprietário da terra e o lavrador que nela trabalha. O primeiro entra com o capital, representado pelas terras, as plantações, etc.; e segundo, com seu trabalho, cultivando, limpando a terra, procedendo as colheitas. O lucro líquido, isto é, deduzidas as despesas previamente especificadas, tais como: trabalhos no terreiro, descascamento e limpeza do produto, transporte até o porto, armazenagens, comissões aos corretores, quebras por acidentes, umidade, etc., oscilações da cotação e outras, é dividido em partes iguais entre o proprietário das terras e o lavrador. Esse

porque eliminaria a necessidade de desembolsar uma soma inicial na aquisição dos escravos. Para que pudessem abrir mão do trabalhador escravo, no entanto, seria necessário primeiro garantir o suprimento de trabalhadores livres. Ótima referência sobre a questão da diversificação dos investimentos no período e no interior da economia cafeeira é a seguinte tese: SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese [Doutorado em História Econômica]. Campinas: UNICAMP, 2011.

⁴⁴⁵ Existe um certo desencontro de informações referente ao número exato de imigrantes portugueses ingressantes em Ibicaba no ano de 1841. José Sebastião Witter afirma serem 80 famílias; já Liliana Garcia cita o número de 90 famílias provenientes da região dos Açores. Porém documentos e mapas de população anexo aos relatórios dos Presidentes da Província de São Paulo mostram que foram apenas 90 portugueses de origem da região do Minho. Conforme: WITTER, José Sebastião. *Um estabelecimento agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX*. In: *Revista de História*. São Paulo: nº 92 – 2º trimestre de 1974. Do mesmo autor: *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982. GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Provincia no dia 15 de fevereiro de 1855*.

⁴⁴⁶ HEFLINGER JUNIOR. José Eduardo. *A revolta dos parceiros na Ibicaba*. Limeira – SP: UNIGRÁFICA, 2009, p. 21-22.

sistema de divisão dos lucros é em si muito justo, e o mais de todos. É racional e estabelece uma relação sã entre o capital e o trabalho, sem que um possa abusar do outro, nem prejudicá-lo em qualquer sentido. Algumas grandes indústrias europeias já introduziram o sistema em suas fábricas. Em certas regiões da Alemanha, o diarista recebe, em vez de dinheiro, uma parte do trigo moído, ou de outro cereal, e tanto o granjeiro como o trabalhador lucram com isto. Nas minas de prata do Peru, os mineiros e funcionários recebem, em vez de salário, parte do metal explorado, uma vez que a mina produza satisfatoriamente. Os marujos das embarcações baleeiras, recebem por longas e arriscadas viagens, em lugar do soldo mensal, uma participação no lucro da carga. Não é preciso citar outros exemplos, basta dizer que o sistema de parceria é absolutamente satisfatório, tanto para o capital, como para o trabalho, desde que seja manejado honestamente. No Brasil, os motivos pelos quais fracassou foram os mais diversos⁴⁴⁷.

Como bem mostraram muitos dos mais eminentes historiadores que se debruçaram sobre o tema da passagem do trabalho escravo para o trabalho livre, entre eles Sérgio Buarque de Holanda, as primeiras tentativas de utilização da mão de obra livre estava intimamente relacionada ao nome do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro. Foi ele, sem sombra de dúvidas, o iniciador da importação em larga escala de trabalhadores europeus para a lavoura de São Paulo. Dessa forma, a partir do início da década de 1840, quando ainda não chegava a fase aguda da crise de braços, sua propriedade de Ibicaba recebeu esses 90 portugueses da região do Minho, os primeiros imigrantes europeus atraídos por iniciativa particular para o trabalho na grande lavoura⁴⁴⁸, em princípio nas atividades relacionadas à cultura da cana-de-açúcar, posteriormente, para o trabalho junto à lavoura cafeeira.

De acordo com o viajante, médico e naturalista suíço Johann Jakob von Tschudi, Vergueiro adotou um sistema em que se dava a divisão da safra em parcelas de cafezais que lhes eram entregues. Nas palavras deste viajante o

⁴⁴⁷ TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Introdução de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 133-134.

⁴⁴⁸ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 26.

sistema de parceria adotado com os primeiros portugueses ingressantes na Fazenda Ibicaba consistia em:

Aproveitar o trabalho do imigrante de que se adiantou o preço de sua passagem, e o de utilizar o braço do lavrador a quem se concedeu as terras de cultura, induziu o grande fazendeiro paulista, Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, a levar famílias de portugueses pobres para sua fazenda, com as quais dividia a safra das parcelas de cafezais que lhes eram entregues para o amanhã. As características essenciais desse processo, igualmente chamado de parceria, eram os seguintes: o fazendeiro recrutava, por intermédio de seus agentes na Europa, famílias de lavradores pobres, pagava-lhes a passagem, estadia no porto de embarque e transporte até a fazenda, e, no primeiro ano de trabalho, fornecia aos imigrantes a alimentação e demais artigos de primeira necessidade. Estes, por seu lado, se comprometiam a trabalhar para o fazendeiro até terem saldado a dívida contraída com as despesas acima, inclusive os juros usuais. Cada família ou indivíduo recebia uma parcela de cafezal que ficava entregue aos seus cuidados. A safra era dividida, metade para o fazendeiro, metade para ele mesmo. A parte do lavrador era, porém, igualmente entregue ao fazendeiro, mediante pagamento anualmente estabelecido, até que se saldasse a dívida. Além disto, os colonos deviam uma soma pelo arrendamento da casa e das pastagens, e metade do dinheiro obtido com a venda dos produtos agrícolas do pomar ou horta que lhes era cedido⁴⁴⁹.

No entanto, esse esforço prematuro ficou prejudicado pela chamada Revolução Liberal de 1842, em que o Senador Vergueiro se viu envolvido. Somente alguns anos mais tarde, especificamente em 1846, volta a colocar em prática seu projeto inicial com a fundação da Casa Vergueiro & Cia⁴⁵⁰.

Essa segunda experiência foi materializada através de um plano minuciosamente elaborado, no qual o Senador Vergueiro estava à frente do empreendimento. Conforme explicou Sérgio Buarque de Holanda, a Casa Vergueiro

⁴⁴⁹ TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Introdução de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980, p. 137.

⁴⁵⁰ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 26.

& Cia. comprometeu-se a engajar colonos na Europa mediante contrato que não excluía a transferência dos mesmos a outros proprietários, desde que estes concordem em aceitar certas condições previamente estabelecidas. Os adiantamentos feitos para o transporte e sustento dos colonos deverão ser pagos dentro de certo prazo e com juros de 6% ao ano. A cada família cabe o número de cafeeiros que possa cultivar, colher e beneficiar, além das roças para o plantio de mantimentos. O produto da venda do café é partido entre colono e fazendeiro, devendo prevalecer o mesmo princípio para as sobras de mantimentos que o colono venha a vender. Entretanto no que respeita a este último ponto reinou, muitas vezes certa tolerância, tendo alguns proprietários desistido espontaneamente da meação do produto da venda de mantimentos. Todas as dúvidas surgidas entre as partes contratantes deveriam ser resolvidas por árbitros. De acordo com esses critérios é que se funda em julho de 1847 na Fazenda Ibicaca a “Colônia Senador Vergueiro”, destinada a ser uma espécie de estabelecimento normal para um amplo sistema espalhado por diversos pontos da província⁴⁵¹.

No ano de 1846, nesse retorno ao empreendimento inicial, o sistema novamente adotado foi o de parceria, tal qual foi exposto nas linhas anteriores. Para tal realização contou com a sustentação financeira do Governo Provincial de São Paulo, através de um empréstimo por um prazo de três anos, sem juros, para arcar com as despesas de transporte de mil imigrantes. Em 1847 chegaram na Fazenda Ibicaba as primeiras 64 famílias alemãs, provenientes da Prússia, Baviera e Holstein, perfazendo um total de 432 indivíduos. Nesse período viviam em Ibicaba cerca de 250 escravos e 7 famílias de colonos entre portugueses e brasileiros.

Porém, para maior viabilidade do empreendimento a Casa Vergueiro & Cia firmou contrato com o Governo da Província de São Paulo, o qual foi aprovado através da Lei nº 14 de 19 de julho de 1852. Por meio desse contrato a Casa Vergueiro & Cia pediu permissão ao Governo Provincial para cobrar de cada colono adulto que entrasse na Província de São Paulo uma taxa de 10\$000 mil réis, e de

⁴⁵¹ *Idem*, p. 26-27.

cada menor, 5\$000 mil-réis, o que foi concedido pelos deputados da Assembleia Legislativa Provincial que concorreram, assim, em grave erro⁴⁵².

Estavam nas bases do contrato celebrado no dia 4 de agosto de 1852 e renovado no dia 14 de setembro de 1854:

1ª O Governo da Provincia concede a Casa Vergueiro & C.^a por tres annos o emprestimo anual de vinte e cinco contos de réis, que lhe serão entregues em cada um dos referidos annos para Thesouraria da Provincia, a começar no primeiro de Setembro do anno proximo futuro, mediante a assignatura de letras em praso de cinco annos garantidos solidariamente por dous capitalistas ou proprietarios de reconhecida abonação, á juizo da mesma tesouraria.

2ª A Casa Vergueiro & C.^a obriga-se por tal quantia a introduzir annualmente na Provincia o numero de mil colonos em familias, não comprehendidos os menores, que segundo o contracto feito no porto do embarque deixarem de pagar passagem.

3ª Se em algum dos referidos annos a Casa Vergueiro & C.^a introduzir numero maior do que aquelle a que se obriga pelo presente contracto, ser-lhe-ha o excesso levado em conta no anno seguinte.

4ª Se pelo contrario, por qualquer eventualidade a dita Casa deixar de introduzir o numero de mil colonos na forma estabelecida, ficar-lhe-ha o direito de, no anno seguinte, prefazer esse numero.

5ª Se porem por dous annos, successivos a mencionada Casa deixar de introduzir annualmente os mil colonos, a que se obriga, terá o Governo lhe houver adiantado com juro de um por cento ao mez, descontando porem n'ella, á razão de cincoenta mil réis de cada colono importado, a quantia despendida, que gosará do favor determinado no art. 12 da citada Lei.

6ª Entender-se-há por colono importado, todo aquelle que para esse fim for despachado nos differentes pontos pela Casa Vergueiro & C.^a com destino

⁴⁵² TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Introdução de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

a esta Província, embora tenha perecido na viagem por qualquer circumstancia imprevista.

7ª A Casa Vergueiro & C.^a fica obrigada a fazer constar ao Governo o desembarque de colonos que tiver lugar em virtude d'este contracto, e a este fica o direito de fazer verificar a exactidão do numero, exigindo a apresentação dos documentos necessarios, ou por outros meios que julgar mais conveniente.

8ª Dos mil colonos, que deve annualmente importar, poderá a referida Casa reservar quatrocentos para si, se quizer, distribuindo o restante pelos lavradores da Província tendo em consideração as ordens do Governo a respeito, as quaes lhe deverão ser communicadas até a chegada do navio que os conduzir ao porto da Cidade de Santos, e para o que a referida Casa com antecipação participará ao Governo a sua chegada. Os lavradores que tomarem a si os ditos colonos passarão lettras endossadas por duas pessoas de reconhecida abonação, obrigando-se solidariamente pelo importe das passagens, e despesas, sendo a primeira lettra de metade d'estas a doze mezes, e a segunda da outra metade a vinte e quatro mezes.

9ª Os contractos feitos entre os lavradores, e colonos serão celebrados de accordo com a referida Casa, e segundo as mesmas bases com que esta os houver contractado em seu Paiz, sem outra indemnização alem d'esta, e das modicas, e indispensaveis despesas feitas com os ditos colonos sem mais commissão alguma, na conformidade do §2ª do art. 37 da Lei nº 18 de 2 de Maio de 1853.

10ª A mencionada Casa se obriga a importar colonos não só Allemães, como Portuguezes, e mesmo de qualquer outra parte da Europa, uma vez que os pretendentes, devidamente habilitados, lh'o declarem com a necessaria antecipação⁴⁵³.

O Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, muito mais do que um astuto político, era um empreendedor que gozava de amplo prestígio e tinha trânsito no interior das elites política e econômica. Estava próximo das classes dirigentes provincial e imperial. O emprego de imigrantes europeus na grande lavoura em lugar de negros cativos envolvia uma verdadeira revolução nos métodos de trabalho

⁴⁵³ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província no dia 15 de fevereiro de 1855.

vigentes no País e, mais do que isso, nas concepções predominantes em todo o território do Império acerca do trabalho livre⁴⁵⁴.

Neste ano de 1847 ainda existiam 16 portugueses remanescentes de 1841, 14 brasileiros, 2 espanhóis e, conforme já se mencionou anteriormente, cerca de 250 escravos que se juntaram aos 432 alemães e suíços naquele ano. Porém, conforme mostra o mapa dos colonos existentes na Fazenda Ibicaba em 1851, neste ano os trabalhadores existentes já haviam se reduzido quase a metade, se considerarmos os nascimentos a partir de 1841. Através das informações contidas na Tabela nº 32 pode-se ter uma compreensão precisa da situação da força de trabalho na Fazenda Ibicaba.

⁴⁵⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 27.

TABELA Nº 32
Entradas e saídas de trabalhadores segundo a nacionalidade
Fazenda Ibicaba – 1851.

Nacionalidade	Períodos	Entradas	Saídas	Existiam
Portugueses	Anterior a 1847	90	74	16
	Em 1851	50	12	38
Total Portugueses		140	86	54
Alemães	Em 1847	432	232	200
	Em 1849	65	62	3
Total Alemães		497	294	203
Espanhóis	Antes de 1847	2	0	2
Total Espanhóis		2	0	2
Brasileiros	Antes de 1851	14	0	14
Total Brasileiros		14	0	14
Total		653	380	273
Nascidos até 1851				66
Total Geral		653	380	339

FONTE: Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Nabuco de Araujo Presidente da Provincia no dia 19 de maio de 1852.

Através da Tabela nº 32 se apresenta as quantidades de trabalhadores, imigrantes ou nacionais livres, que entraram ou saíram da Fazenda Ibicaba entre os anos de 1841 – ano da entrada de 90 imigrantes portugueses -, e 1851, quando se processou as pesquisas para compor as estatísticas do relatório do Presidente da Província em 1852. O conjunto dos indivíduos que saíram da Fazenda Ibicaba durante esse período correspondeu a mais da metade dos trabalhadores desta

propriedade agrícola (58,19%). Isso leva-se a acreditar que muitos imigrantes conseguiam saldar as dívidas em menos de dez anos. Apesar das informações conflitantes, nota-se que um conjunto de 41,81% dos trabalhadores ingressante em Ibicaba entre 1841 e 1851 continuavam com suas atividades naquela fazenda, constituindo, inclusive famílias, uma vez que nesse período ocorreram 17 casamentos e 66 nascimentos⁴⁵⁵.

Esse sistema de parceria e o recrutamento de mão de obra em áreas onde a oferta superava a demanda, não tinha nada de essencialmente novo. Conforme mostrou Sérgio Buarque de Holanda, em estudo de referência, o sistema utilizado pela Casa Vergueiro & Cia, que em certo momento chegou a ser adotado por quase todos os principais fazendeiros de café na Província de São Paulo, tornando-se, por assim dizer, a forma peculiar do emprego do braço livre na grande lavoura dessa Província. Desse modo, não nasceu como novidade aparatosa, capaz de triunfar de todos os obstáculos em que enfrentava a sua vida econômica⁴⁵⁶. Surgiu sob a pressão de duras necessidades e ante as perspectivas de condições alarmantes da provável crise de mão de obra.

Sérgio Buarque de Holanda aprofunda o raciocínio sobre essa questão argumentando com afincos que:

A aquisição de mão de obra europeia destinada a uma terra para onde não se esperava dos governos um amparo substancial e persistente, a colonização só seria possível, de resto, dentro dos métodos universalmente empregados em tais casos. No fundo, esses métodos nunca divergiam muito do “endividamento” (indenture) a que, deveram os Estados Unidos, durante a era colonial, quase metade dos imigrantes livres que as Treze Colônias receberam. Os encarregados de angariar colonos atraíam os candidatos adiantando-lhes as somas destinadas à viagem e ao sustento; tais somas eram amortizáveis mediante prestação de serviços por determinado prazo. Na América do Norte o prazo mais comum eram de

⁴⁵⁵ Conforme consta no “Mappa dos colonos existentes na Fazenda do Ibicaba”: ocorreram entre os alemães 12 casamentos; de alemão com brasileira, um casamento; de alemã com português, um casamento; entre brasileiros ocorreu um casamento; e de portugueses com brasileiras ocorreram dois casamentos. APESP. *Mappa dos colonos existentes na Fazenda do Ibicaba. 20 de janeiro de 1852.*

⁴⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 28.

quatro a cinco anos. O patrão obrigava-se a sustentar o trabalhador, enfermo ou não, e terminado o prazo a fornecer-lhe, na ausência de um contrato explícito, os “donativos de alforria”, que consistiam em um machado, duas enxadas, milho bastante para o sustento durante um ano e algumas vezes um pedaço de terra cultivável⁴⁵⁷.

Porém, ao que parece, tal sistema foi abandonado nos Estados Unidos da América, pelo menos em suas formas tradicionais, precisamente no período em que o Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro tentava a materialização desse sistema em terras brasileiras.

Assim como em Portugal, muitos países europeus estavam com suas economias a bancarrota e, como bem disse o historiador português Fernando de Sousa, “o inferno do Brasil, apesar de tudo, era mais atraente do que o céu de Portugal”⁴⁵⁸. Talvez essa afirmação também seja válida para outros países como Alemanha, Suíça, Espanha e Itália. Ora, assim como ocorreu na região Norte de Portugal, nos Açores e na Ilha da Madeira, o pauperismo reinante em certas localidades europeias levava muitas autoridades da Alemanha e Suíça a estimular a emigração de elementos que se tornavam onerosos às administrações municipais⁴⁵⁹.

Sérgio Buarque de Holanda observou muito bem quando, naquele período vários municípios se prontificaram a colaborar com os agentes de emigração que para o Velho Mundo eram enviados, adiantando ao emigrante as somas necessárias à passagem e sustento⁴⁶⁰. Assim, entre os trabalhadores europeus importados para o Brasil pela Casa Vergueiro & Cia, figuravam não apenas aqueles homens ativos, de bons hábitos e costumes, dotados de aptidões para o labor, mas também indivíduos degredados, loucos, portadores de inúmeras deficiências como a cegueira, além de pessoas com idade bastante avançada.

⁴⁵⁷ *Idem*, p. 28.

⁴⁵⁸ SOUSA, Fernando de. *Os portugueses: de colonos a imigrantes*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 33.

⁴⁵⁹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 28.

⁴⁶⁰ *Idem*, p. 29.

Certamente, o sistema de parceria foi adotado no momento em que a emigração tornara-se repentinamente questão de sobrevivência para milhões de agricultores europeus. O historiador Warren Dean afirmou com segurança que a colheita de batata fora malograda na década de 1840, levando a fome à Europa Central e obrigando a emigrar não apenas os indivíduos que tinham terras como os pequenos proprietários, mas as vezes vilas inteiras. Em países como a Suíça, a emigração fora forçada pelo rápido aumento da população entre os pequenos proprietários, que não podiam mais subdividir as terras. Ora, Dean comenta ainda que a documentação oficial registra que 10.000 dos 90.000 habitantes do cantão de Graubünden emigraram definitivamente. Dentre os emigrantes, conforme se mencionou anteriormente, incluíam criminosos e outras pessoas indesejáveis, mas a maioria absoluta era, simplesmente de gente pobre, tanto assalariados, quanto de agricultores. Havia Câmaras Municipais na Alemanha que subsidiavam sua partida, na esperança de evitar conflitos sociais. Sem sombra de dúvidas, era uma maneira de se livrarem com a mesma frequência das pessoas mais ambiciosas e decididas das classes inferiores. Quase todos os alemães e suíços procuravam os portos de Hamburgo e Antuérpia de passagem para os Estados Unidos, porém muitos se dirigiam para o Brasil e Austrália porque o dinheiro da passagem era adiantado. Os estudos sobre a migração comprovam que o processo de seleção desses indivíduos eram mínimos quando as condições econômicas locais forçavam a saída, como foi o caso da Europa Central na década de 1850. Os emigrantes que escolhiam o Oeste Paulista, portanto, provavelmente eram em média mais pobres do que os que iam para os Estados Unidos e Canadá, mas não há razão para supor que houvessem outras diferenças entre eles. Se os trabalhadores contratados fossem realmente de condição humana inferior, teria sido uma notável exceção histórica⁴⁶¹.

Porém, conforme argumentou Sérgio Buarque de Holanda no célebre prefácio às memórias de Thomas Davatz, o traço verdadeiramente característico do sistema adotado pelo Senador Vergueiro não estava apoiado nos métodos de recrutamento dos colonos, mas sim no regime de parceria que ficavam sujeitos os imigrantes, uma vez instalados nas terras a serem cultivadas. A analogia entre as condições dos

⁴⁶¹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 113.

parceiros nesse sistema e a dos *métayers*⁴⁶² no sul da França, foi frequentemente salientada, mesmo no Brasil, quando o assunto andou em foco, nos meados do século XIX. Dessa forma, percebe-se que a vantagem principal do sistema de parceria, comparado ao sistema do assalariamento, consistia, aparentemente, no fato de garantir, ao menos em tese, uma liberdade mais ampla ao empregado e em reduzir ao mínimo os possíveis conflitos de tradições, costumes e convenções⁴⁶³.

Em estudo de fôlego sobre a Fazenda Ibicaba José Sebastião Witter resume o sistema de parceria da seguinte maneira:

Contratados da Europa, os imigrantes eram encaminhados pela Casa Vergueiro e Companhia às fazendas de café integradas no plano de colonização do Senador [Vergueiro]. Todas as despesas decorrentes do transporte e colocação dessa gente no campo, bem como o necessário a sua manutenção nos primeiros tempos, representavam uma forma de adiantamento posteriormente descontado dos lucros obtidos por aqueles colonos. Ao chegarem às fazendas a que se destinavam eram eles encaminhados às colônias e cada família recebia uma quantidade de pés de café que deveriam ser cultivados, colhidos e beneficiados. Localizada a colheita, efetuada a venda do produto, fazia-se a divisão dos lucros obtidos⁴⁶⁴.

Os adiantamentos realizados, bem como os gastos feitos pelos fazendeiros eram lançados em uma espécie de conta corrente e sobre eles incidiam sempre uma taxa de juros de 6% ao ano, que era assim definida pela Lei nº 14 de 19 de julho de 1852, e ratificada através do contrato firmado entre a Casa Vergueiro & Cia e o Governo Provincial de São Paulo. Porém, José Sebastião Witter encontrou nos livros de contabilidade da Fazenda Ibicaba anotações de cobrança de juros de 12% ao ano, ou seja, o dobro daquela taxa definida não apenas pela referida Lei, mas também pelo contrato firmado entre as parte envolvidas.

⁴⁶² Meeiro ou parceiro. Esses trabalhadores ligados a agricultura eram considerados “operadores” de uma fazenda em parceria.

⁴⁶³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 29-30.

⁴⁶⁴ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982.

Como perfeitamente sabido, o sistema de parceria tal qual como foi desenhado e adotado pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro na Fazenda Ibicaba encontrou inúmeras dificuldades, uma vez que nem sempre era fácil aos fazendeiros e aos negociantes de café explicar aos imigrantes estrangeiros as complicadas transações efetuadas, muito menos as oscilações de preços. Este fator contribuiu, e muito, para os desentendimentos havidos entre fazendeiros e imigrantes, em especial dentro da Fazenda Ibicaba, onde o sistema foi primeiramente implantado⁴⁶⁵.

Dessa forma, enquanto não se apresentavam as falhas do sistema, a Fazenda Ibicaba se desenvolveu e foi ponto obrigatório de visitas de estrangeiros de passagem pelo Brasil, que desejavam conhecer a famosa fazenda de café onde se desenvolveu um novo sistema de trabalho. O sistema de parceria, tal como foi idealizado pelo Senador Vergueiro, manteve-se como ótima solução para o problema da mão de obra e a substituição do escravo pelo trabalhador livre até o ano de 1857, quando os problemas próprios do sistema e os abusos levados a efeito pelos administradores e contratadores na Europa conduziram Ibicaba a uma crise da qual não se restabeleceria tão cedo⁴⁶⁶.

Evidentemente o Senador Vergueiro procurou antecipar e resolver o problema da baixa oferta de mão de obra no Brasil, principalmente após 1850 com o colapso do comércio negreiro transatlântico. O seu plano de importação de mão de obra se dava, justamente, nesse sentido, o de suprir a sua demanda por braços e reduzir os custos de produção, uma vez que não haveria a necessidade de imobilização de capital na compra de trabalhadores escravizados. Ora, o raciocínio do Senador Vergueiro estava inserido dentro da lógica capitalista onde a mercadoria seria a força de trabalho e não o trabalhador em si - conforme ocorria no sistema escravagista -, e recorrendo à um mercado onde a oferta de braços era, extremamente, abundante.

Não se vai, aqui, colocar no mesmo plano as experiências imigratórias para a grande lavoura na Província de São Paulo, com as que ocorreram em períodos anteriores às décadas de 1840 e 1850. A imigração nesse período era bastante

⁴⁶⁵ *Idem*, p. 36.

⁴⁶⁶ *Ibidem*, p. 37.

específica, ou tinha um carácter puramente para ocupação territorial, assim como ocorreu na região Sul do País a partir de 1824; ou para desempenhar atividades específicas em determinadas regiões.

No ano de 1827 através do Aviso do Ministério do Império houve a determinação para que o Presidente da Província de São Paulo tomasse as medidas convenientes para receber famílias de colonos estrangeiros que se encontravam no Rio de Janeiro. As informações fornecidas pelo Relatório do Presidente da Província Antonio Saraiva apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 1855 ilustra tal fato:

Em consequencia d'este Aviso Imperial a Inspeção da colonisação estrangeira na Côrte remetteu para esta Provincia no decurso de 1828, 149 familias, e 72 pessoas avulsas, todas pertencentes a varios Estados da Allemanha, fazendo o total de 926 colonos.

D'estes colonos forão enviados 336 para o Municipio de Santo Amaro, onde se formou a colonia de mesmo nome, da qual foi Director o Doutor em Medicina Justiniano Franco.

Forão mais remettidos para Coritiba 238 colonos, e entregues ao Exmo. Barão de Antonina, que os estabeleceu vantajosamente na Capela do Rio Negro, a qual foi logo depois elevada a Freguezia, dando a colonia a denominação <<do Rio Negro>>.

Para a Villa da Conceição de Itanhaen seguirão tambem 39 colonos, que alli se arrancharão, e 37 ficarão no Cubatão de Santos.

O restante dos colonos tomou o destino, que lhes approve, ajustando-se uns com particulares para serviço da lavoura, applicando-se outros a industria fabril, e boa parte d'elles ao commercio. A Presidencia deliberou então dar o subsidio de 160 réis diarios a cada um dos colonos adultos, que se sujeitarão a residir nas colônias, e de 80 réis a cada um dos menores filhos d'elles; e essa deliberação foi approvada pelo Aviso do Ministerio do Imperio de 23 de Agosto de 1823.

Este subsidio continuou a ser fornecido aos individuos que formavão as colonias por espaço e anno e meio.

Em virtude do Aviso do Ministerio do Imperio de 21 de Março de 1828 foi dada a cada familia, que fez parte das colonias uma porção de 400 braças quadradas de terra, favor este por Aviso do mesmo Ministerio de 5 de Maio do anno referido ampliado aos colonos solteiros, que se casassem.

O contracto feito com os colonos assentou sobre as bases seguintes: 1.^a alimentação por espaço de anno e meio a custa do Estado; 2.^a donativo de gado vacuum, cavallar e lanigero, que devia ser restituído no decurso de 4 annos na mesma especie, ou no respectivo valor; 3.^a propriedade nos terrenos por elles cultivados; 4.^a isenção de impostos por 8 annos a favor dos colonos importados pelo Estado, e por 10 quanto aos transportados a sua custa; 5.^a obrigação de pegar em armas no caso de perigo, e sugeição dos filhos ao recrutamento; 6.^a finalmente direito de terem Medico, Parocho ou Pastor pagos pelo Thesouro durante anno e meio⁴⁶⁷.

Porém, este projeto de colonização, como é sabido, não foi levado adiante pelo Governo Provincial de São Paulo. Além do que, no dia 20 de novembro de 1828 o Presidente da Província de São Paulo, através do Conselho Geral da Província, encaminhou um ofício dirigido ao Ministério da Agricultura do Império alegando serem os dispêndios realizados com os 926 imigrantes bastante excessivos e muito superior – as referidas despesas -, que podiam suportar os cofres da Província.

Na década de 1830, o Governo Provincial Paulista voltou a colocar em prática o projeto de colonização e importação de trabalhadores estrangeiros. No entanto, as atividades que foram desempenhadas por esses indivíduos eram bastante específicas, principalmente para serem empregados nos serviços da estrada de Santos. No relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial o Presidente Antonio Saraiva escreveu:

Em Novembro de 1836 chegarão a Provincia 27 colonos, e suas familias, que a Presidencia mandou engajar no Rio de Janeiro por intermedio da Sociedade Promotora da colonização, para serem empregados no serviço da estrada de Santos, importando as respectivas despesas em 3:642\$200

⁴⁶⁷ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Provincia no dia 15 de fevereiro de 1855.

rs., conforme se depreheende das Portarias de 8 de Novembro e 23 de Dezembro de 1836.

Em 29 de Agosto de 1837 resolveu a Presidencia encarregar o Major do Corpo de Engenheiro João Bloem, que ia a Europa em comissão do Governo Imperial a bem da Fabrica de Ferro de S. João do Ypanema, de engajar uma colonia para os importantes trabalhos da estrada de Santos.

Esta commissão foi desempenhada sob os auspicios do Ministro Brasileiro em Londres, Conselheiro Manoel Antonio Galvão, e no mez de Dezembro de 1838 chegarão a Santos 277 individuos, inclusive 59 mulheres e filhos, sendo quasi todos elles naturaes da Prussia.

Forão engajados para a fabrica de ferro do Ypanema 56 destes colonos, e somente 88 se quizerão sujeitar ao serviço da estrada e serra de Santos, tomando todos os mais o destino, que melhor lhes pareceu⁴⁶⁸.

Portanto, a política de imigração e colonização do Governo Provincial Paulista, durante o século XIX, pode ser dividida em dois períodos. O primeiro compreendeu as décadas de 1820 e 1830; e o segundo de 1840 em diante. O início desse segundo período está intimamente relacionado com as atividades do Senador Vergueiro, quando da importação de 90 imigrantes portugueses para as atividades em sua Fazenda Ibicaba. O segundo período pode ser ilustrado e resumido através das palavras do Presidente da Província Antonio Saraiva em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 1855.

No decurso do anno de 1840 importou o Senador Nicoláo Pereira de Campos Vergueiro 90 colonos portugueses, os quaes se estabelecerão em sua fazenda do Ibicaba, sendo porém tão pouco feliz essa colonia, que em pouco tempo quasi se desmantelou, permanecendo alguns de seus membros.

Deliberando o Governo Imperial mandar buscar a Europa ou Ilha da Madeira colonos a fim de supprir a dificiencia de braços para a agricultura, expediu á Presidencia da Provincia pelo Ministerio do Imperio o Aviso de 25

⁴⁶⁸ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província no dia 15 de fevereiro de 1855.

de Fevereiro de 1846, mandando offerecel-os ás pessoas, que os quisessem receber, e com especialidade ao Senador Vergueiro.

Em virtude desse offerecimento, e subsequente contracto celebrado com a Sociedade Vergueiro & C.^a forão-lhe entregues em 1847, 432 colonos Alemães mandados vir por conta do Governo Imperial, responsabilizando-se os ditos Vergueiro e & C.^a pela importancia das despesas de transporte no valor de 32.000\$000 rs. a prazos de 2, 3 e 4 annos.

1^a Com estes 426 [432] colonos, e um pequeno resto dos Portuguezes d'aquella primeira tentativa começou a colonia <<Senador Vergueiro>> em Julho de 1847, a qual se acha, como dice, situada na sua fazenda do Ibicaba entre o Municipio de Limeira e a Villa de São João do Rio Claro.

O pessoal d'esta colonia, que tem sido periodicamente augmentado, chegando a ter novecentos e tantos, e diminuindo em consequencia da retirada de grande numero d'elles, que concluirão o tempo dos respectivos engajamentos, ou indemnisarão o proprietario do que lhe devião, está hoje elevado 671⁴⁶⁹.

Após 1850, começou a pipocar várias colônias na Província de São Paulo inspiradas no modelo da Fazenda Ibicaba do Senador Vergueiro. O sistema idealizado por este astuto político e empresário, adotado em Ibicaba a partir de 1841, e com projeto melhor estruturado em 1847, teve muitos seguidores, entre eles Luiz Antonio de Sousa Barros, fundador da Colônia São Lourenço, na fazenda de mesmo nome no município de Constituição, atual Piracicaba.

COLONIA S. LOURENÇO

Essa Colonia, creada por Luiz Antonio de Sousa Barros em sua fazenda no Municipio de Constituição em 9 de Dezembro de 1852 com 22 familias constantes de 125 individuos, tem hoje augmentado o seu pessoal e possui 56 familias, que comprehendem 304 pessoas⁴⁷⁰.

⁴⁶⁹ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Provincia no dia 15 de fevereiro de 1855.

⁴⁷⁰ Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Provincia no dia 15 de fevereiro de 1855.

Naquele período a Colônia São Lourenço era a segunda em grau de importância na Província de São Paulo. Os números tornam isso evidente quando se observa um número elevado de trabalhadores livres, sendo em sua grande maioria constituída por alemães. Na Colônia São Lourenço, assim como na Fazenda Ibicaba, foi adotado o sistema de parceria. Sobre esse sistema, Luiz Antonio de Sousa Barros o considerava vantajoso, uma vez que, de acordo com sua concepção, oferecia ao imigrante oportunidade de possuir um dia também um quinhão de terra, e, ao mesmo tempo “era mais moral” quando comparado com o sistema de escravidão, dessa forma, decidiu adotá-lo, também em sua propriedade de São Lourenço. Uma vez que, nesse mesmo período, o seu cunhado e sogro, o Marquês de Valença também instalara uma colônia de imigrantes europeus em sua fazenda na Província do Rio de Janeiro. Assim, de acordo com a visão dos fazendeiros, o sistema iria satisfazer o empregador e o empregado, como uma solução, no momento, para tão difícil problema. O sistema de parceria é logo adotado, e, em pouco tempo, outros fazendeiros instalaram em suas terras em Piracicaba, particularmente nas lavouras de café, as novas colônias de trabalhadores estrangeiros⁴⁷¹.

O grau de importância dessas colônias que pipocaram por toda a Província Paulista após a experiência inicial de Ibicaba foi, consideravelmente, elevado principalmente para as regiões que tinham como economia principal o café. As informações da Tabela número 33 ratifica a afirmação.

⁴⁷¹ TORRES, Maria Celestina T. M. *Um lavrador paulista do tempo do Império*. São Paulo: Arquivo Histórico, 1966, p. 31-32.

TABELA Nº 33
Número de Colônias inauguradas entre 1847 e 1857
Província de São Paulo

Nome da Colônia	Cidade	Proprietário	Brasileiros		Alemães		Suiços Alemães		Suiços Franceses		Portuguese s		Belgas	
			Famílias	Indivíduos	Famílias	Indivíduos	Famílias	Indivíduos	Famílias	Indivíduos	Famílias	Indivíduos	Famílias	Indivíduos
Senador Vergueiro	Limeira	Senador Nicolau P. Campo Vergueiro	-	-	51	227	62	267	6	41	55	258	3	23
Angélica	Rio Claro	Idem	-	-	4	20	28	129	-	-	-	-	1	4
Cresciumal	Pirassununga	Senador Francisco Antonio S. Queiroz	17	88	-	-	-	-	-	-	3	14	-	-
S. Jeronimo	Limeira	Idem	-	-	72	306	6	42	-	-	-	-	-	-
S. Barbara	Limeira	Idem	38	203	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Morro Azul	Rio Claro	Alferes Joaquim Franco de Camargo	8	69	1	9	-	-	2	10	9	35	-	-
Boa Vista	Rio Claro	Benedito Antonio de Camargo	6	39	3	18	7	28	-	-	11	63	-	-
Biri e Covetinga	Rio Claro	Dr. José Elias Pacheco Jordão	6	26	3	15	22	115	-	-	-	-	-	-
S. Lourenço	Piracicaba	Comend. Luiz Antonio de Sousa Barros	1	3	28	145	28	146	8	38	-	-	-	-
Boa Vista	Rio Claro	D. Ana Joaquina Oliveira	-	-	1	8	-	-	-	-	9	38	-	-
S. João M. Grande	Rio Claro	João Ribeiro dos Santos Camargo	2	14	-	-	-	-	-	-	5	23	-	-
Tatu	Limeira	Candido José S. Serra	-	-	8	34	-	-	-	-	27	108	-	-
Cap. Diniz	Limeira	Joaquim da Silva Diniz	-	-	-	-	-	-	-	-	3	10	-	-
Boa Esperança	Campinas	Antonio de Camargo Campos	1	2	14	60	-	-	-	-	-	-	-	-
Tapera	Campinas	D. Maria Inocência Sousa	-	-	9	45	6	22	-	-	-	-	-	-
Boa Vista	Campinas	Floriana C. Penteado	2	11	10	47	7	22	-	-	4	18	-	-
Sítio Novo	Campinas	Antonio R. Barbosa	-	-	5	24	-	9	-	-	4	19	-	-
Sete Quedas	Campinas	Joaquim Bonifácio do Amaral	8	52	8	37	-	-	-	-	-	-	-	-
Laranjal	Campinas	Luciano Teixeira Nogueira	-	-	-	-	-	-	22	85	-	-	14	61
Boa Vista	Amparo	João L. Morais Cunha	-	-	-	-	16	71	-	-	-	-	-	-
Soledade	Campinas	Hércules Florence	-	-	-	-	2	18	-	-	-	-	-	-
Dores	Campinas	Pedro José dos Santos	-	-	-	-	-	-	-	-	6	25	-	-
S. Francisco	Campinas	Francisco de Camargo Penteado	-	-	8	36	-	-	1	6	1	5	-	-
S. Joaquim	Jundiaí	Joaquim Bento de Queiroz Teles	-	-	-	-	7	34	-	-	-	-	-	-
S. Antonio	Jundiaí	Comendador Antonio de Queiroz Teles	-	-	-	-	14	68	-	-	-	-	-	-
S. José da Lagoa	Jundiaí	Coronel Antonio Joaquim Pereira Guimarães	-	-	-	-	7	38	-	-	-	-	-	-
Total			80	511	225	1031	212	1000	39	180	160	616	18	88

Fonte: *Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Fernandes Torres Presidente da Provincia de S. Paulo no dia 2 de fevereiro de 1858. Apud. HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In. DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil (1850). Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 38-39.*

Conforme foi ilustrado na tabela anterior, houve grande proliferação de colônias pela Província de São Paulo, sendo a Colônia “Senador Vergueiro”, na Fazenda Ibicaba a mais importante e representativa daqueles meados dos oitocentos. Porém, as autoridades provinciais se viam preocupados com a situação dos imigrantes nas fazendas e com certo temor de fracasso, uma vez que já se previa, nesse período, o fim da escravidão no Brasil e seu impacto para a economia da Província. Pode-se perceber essa preocupação através das palavras do Dr. Antonio Saraiva, Presidente da Província de São Paulo em seu relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no ano de 1855, quando mostra a necessidade de maior incentivo financeiro por parte do Estado para a importação de imigrantes, além da ampliação do contrato firmado entre o Governo Provincial e a Casa Vergueiro & Cia.

Celebrei com a casa Vergueiro & C.^a um novo contracto, pelo qual se obrigou essa casa a importar mil colonos em vez de 500, a que se havia empenhado pelo contracto anterior. [...] Parece-me simplesmente que, na impossibilidade de fazer mais do que fiz, não devia deixar de aproveitar os vossos esforços, de satisfazer os vossos desejos em prol do desenvolvimento do trabalho livre, de que tanto, e tão urgentemente necessita nossa agricultura.

Para que a possa justificar tenho necessidade de apreciar o alcance do favor que fazeis a colonisação com o emprestimo, que annualmente offereceis a casa commercial, que promove a importação de colonos e de examinar a influencia, que esse favor pode exercer, e realmente exerce no desenvolvimento da emigração Europea, por que só com o resultado daquella appreciação e desse exame poderei demonstrar, que é mui pequeno o beneficio, que recebe a colonisação com o emprestimo, que faz a Provincia, e consequentemente com o contracto, que celebrei.

Recebendo a casa Vergueiro por emprestimo sem juro a quantia de 25.000\$000 rs. annualmente, reversivel aos Cofres Provinciaes em 3 annos, para importar mil colonos, recebe uma subvemção annual de 1:500\$000 rs., importancia do premio, que devia pagar, e que calculo em 6 por cento; e isso suppondo, que recebe ella opportunamente e sem demora a passagem que adianta aos colonos, o que não acontece.

Sabeis, Srs., e melhor do que eu, que melhorar a sorte dos colonos, satisfazer as esperanças, que nutre elle na ocasião de sua expatriação, é animar a emigração, e consequentemente que essa emigração será tanto maior, quanto melhor for no paiz a situação do colono, que procura nossos portos. [...] O auxilio, que prestaes a casa Vergueiro, não lhe permittindo fazer o menor favor a colonisação, ou antes, não lhe permittindo incumbir-se da importação dos colonos sem dispensar uma commissão pelo trabalho, que tem de agenciar a sua vinda, não favorece absolutamente o colono, não melhora em cousa alguma a sua situação, e consequentemente não anima a emigração, e nem uma influencia pode exercer em seu desenvolvimento, e em sua sorte.

A protecção dada aos colonos directamente serve mais á colonisação e á agricultura do que os favores feitos a aquelles incumbidos de sua importação, ou aos agricultores, que os procurão; porque já é um favor para os primeiros lucros, que pode tirar do desenvolvimento da emigração, e para os ultimos o trabalho livre para o aproveitamento de seus terrenos incultos.

Reflecti n'isso, Srs., e não percaes de vista a conveniencia de favorecer sobre tudo a emigração allemã. A confederação germanica possui uma população, amiga do trabalho, distincta pela economia de seus habitos, e ainda mais pelo seu espirito monarchico, e por seu respeito ao principio da autoridade.

Se a colonização pode influir grandemente nos destinos do Imperio, e mesmo na modificação de suas instituições, cumpre que tratemos com preferencia de convidar para o paiz uma população affecta aos habitos de ordem, e de trabalho, como predisposta a cultura da intelligencia⁴⁷².

Mais uma vez peço, aqui, pela extensão do documento. Porém, se vê como um mal necessário, uma vez que o documento reproduzido acima demonstra toda a esperança das autoridades provinciais no sucesso da imigração europeia frente ao desenvolvimento da economia cafeeira na Província e da necessidade de braços para a lavoura que, naquele momento, começava a tomar formas. Ora, as palavras do Presidente da Província Paulista são esclarecedoras. Vivia-se o período pós-

⁴⁷² Relatório apresentado à Assembléa Legislativa Provincial pelo Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva Presidente da Província no dia 15 de fevereiro de 1855.

extinção do comércio transatlântico de escravos, o que veio a acarretar aumento significativo no preço dos escravos que passou a ser comercializado internamente através do tráfico interprovincial⁴⁷³. Havia, dessa forma, um claro interesse convergente entre os fazendeiros cafeicultores e o governo provincial paulista em aumentar a oferta de mão de obra. O objetivo, então, era minimizar o problema da escassez de mão de obra utilizando para isso o mercado de braços do Velho Mundo.

Ora, de acordo com Paulo Cesar Gonçalves, em meio a expansão do capitalismo mundial, a Europa passou por transformações que modificaram os padrões seculares da agricultura camponesa, afrouxando os laços do homem com a terra, agora destinada à produção em larga escala, conforme a demanda mundial por alimentos e matérias-primas. A terra adquiria, portanto, nova função como fator de produção e fonte de capital, e não mais como meio de vida tradicional do mundo rural europeu, ancorado na produção camponesa⁴⁷⁴.

Concomitante ao processo de expansão do sistema capitalista, a agricultura voltada ao comércio exterior, já organizada em larga escala e sob a égide do trabalho escravo especializou-se ainda mais na produção de matérias-primas para suprir as necessidades da dinâmica da economia mundial, na qual o escravismo perdia sua importância. O aumento da produção tinha por características principais a dependência dos recursos naturais e o avanço sobre novas terras, cuja exploração dependia do aprovisionamento de mão de obra⁴⁷⁵. Consoante Paulo Cesar Gonçalves:

Tais fatores, associados à demanda de trabalhadores no setor industrial em expansão e nas áreas antes inacessíveis de forma efetiva para o mercado mundial – conquistadas através do avanço tecnológico (ferrovias e navios a vapor) – criaram condições para constituição do mercado internacional de trabalho e a massificação dos deslocamentos de populações europeias para o Novo Mundo e outras áreas do globo. No momento em que os campos europeus entravam em fase acelerada de desarticulação, a América

⁴⁷³ Deu-se atenção especial ao tráfico interprovincial no capítulo 3 da presente pesquisa.

⁴⁷⁴ GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 20.

⁴⁷⁵ *Idem*, p. 20.

aglutinou a gigantesca dilatação do mercado de trabalho, apresentando-se como imenso território de reserva para numerosos e famélicos contingentes do Velho Mundo⁴⁷⁶.

Dessa forma, o movimento migratório para o Brasil estava inserido em um contexto peculiar de reorganização do mercado de trabalho mundial e crise do sistema escravagista no País. Nesse período – segunda metade do século XIX – é relevante uma reflexão acerca do binômio abolicionismo-imigrantismo. Evidentemente após a supressão do comércio negreiro transatlântico começa a ocorrer uma espécie de estrangulamento na oferta de mão de obra, impelindo a busca por uma solução, que casualmente teria conduzido a introdução do imigrante europeu⁴⁷⁷.

Importante lembrar que na sociedade brasileira oitocentista já existia o trabalhador livre. Não apenas aqueles poucos imigrantes que chegaram no início da segunda década dos oitocentos, mas também muitos negros que já haviam sido alforriados por seus senhores. José de Souza Martins lembra, também, que, com a extinção do cativo indígena no século XVII, provém uma extensa população de mestiços, definidos como bastardos que, posteriormente, vieram a ser conhecidos como caboclos e caipiras, geralmente agregados de grandes fazendeiros⁴⁷⁸.

Portanto, não se deve confundir essas “categorias” de trabalhadores livres com o trabalho livre ao qual estava inserido o imigrante europeu gerado pela crise do escravismo. Ora, conforme aponta José de Souza Martins, o trabalho livre gerado pela crise do cativo diferia qualitativamente do trabalho livre do agregado, pois era definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo dele não diferia por estar divorciado dos meios de produção, característica comum a ambos. Mas, diferia na medida, em que o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se

⁴⁷⁶ *Ibidem*, p. 20-21.

⁴⁷⁷ BEIGUELMAN, Paula. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 23.

⁴⁷⁸ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 12. Referência principal para os estudos sobre o caipira e sua cultura é o livro “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida” do sociólogo Antonio Candido. CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra. Entretanto se nesse ponto o trabalhador livre se distinguia do trabalhador escravo, num outro a situação de ambos era igual. Refiro-me a que a modificação ocorrera para preservar a economia fundada na exportação de mercadorias tropicais, como o café, para os mercados metropolitanos, e baseada no latifúndio⁴⁷⁹.

Tratava-se, então, de promover a manutenção do sistema de produção baseado na exploração antes do trabalho escravos, posteriormente do imigrante europeu. Como bem lembrou Caio Prado Jr. que, a partir de então para se produzir café, como no passado se produzira açúcar, apelava-se para a imigração europeia, como dantes se recorria ao tráfico africano⁴⁸⁰. Dessa forma, a estrutura produtiva manteve-se a mesma. Sem sombra de dúvidas as relações de produção foram transformadas gradativamente ao longo da segunda metade do século XIX como consequência da crise do cativo e a introdução de trabalhadores livres provenientes da Europa. Tais transformações tiveram como funções primordiais a preservação da economia colonial e a conservação do padrão de acumulação e realização do capitalismo no Brasil, que era, evidentemente, em economias periféricas, definido pela subordinação da produção ao mercado mundial.

As propostas para a amenização do problema da escassez de braços para o trabalho na lavoura estavam ancoradas nas ideias do Senador Vergueiro. Entre as décadas de 1840 e 1850 foram criadas 10 colônias de imigrantes europeus nas grandes fazendas produtoras de café na cidade de São João do Rio Claro. A tabela número 34 mostra com clareza e ilustra a importância desses núcleos coloniais para a economia, não apenas local, mas também para a Província de São Paulo.

⁴⁷⁹ MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 12.

⁴⁸⁰ PRADO JR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

TABELA Nº 34
Núcleos Coloniais inaugurados entre 1847 e 1857
São João do Rio Claro

Fazenda	Proprietário	Data da Fundação	Nº de colonos na data da fundação
Boa Vista	Benedicto Antonio de Camargo	1852	90 Colonos
Biri	Dr. José Elias Pacheco Jordão	1852	90 Suíços
Corumbataí	Padre Manuel da Rosa de Carvalho Pinto	1853	18 Colonos
São João do Morro Grande	Te. Cel. João Ribeiro dos Santos Camargo	1853	21 Portugueses
São José do Corumbataí	Domingos José da Costa Alves	1854	100 Colonos
Morro Grande	D. Anna Joaquina Nogueira Oliveira	1854	80 Alemães
Angélica	Casa Vergueiro & Cia.	1855	137 Alemães e Portugueses
Covitinga	Dr. José Elias Pacheco Jordão	1855	69 Alemães
Sertão de Araraquara	Domingos José da Costa Alves	1855	56 Portugueses
Itaúna	Ignácio Xavier de Negreiros	1857	- - -

Fonte: Secretaria de Estado dos Negócios de Agricultura, Commercio e Obras Públicas. Relatório de 1893. APESP, Colonias 2, "Mappa das colônias visitadas e examinadas". (Janeiro de 1857). Apud, GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009.

A política defendida pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro visava a integração do imigrante nas grandes fazendas cafeicultoras. Uma vez que, nestas fazendas, conforme afirma Warren Dean, esses imigrantes aprenderiam as técnicas agrícolas locais, adaptar-se-iam com o clima, incorporariam os costumes brasileiros e se misturariam, através do casamento, com a população nativa. Nas grandes propriedades eles, em poucos anos, ganhariam o suficiente para pagar as

suas despesas de transporte e comprar pequenas propriedades. Assim, a transformação da agricultura brasileira seria conseguida sem ônus para o estado e, na hipótese de um fluxo constante de novos imigrantes, com lucros sensíveis para os fazendeiros⁴⁸¹.

A proposta do Senador Vergueiro apresentava-se como a solução ideal para a substituição da mão de obra escrava, assim como buscava a inserção da economia cafeeira dentro de relações capitalistas de produção, opondo-se, tenazmente, à formação das colônias de povoamento, até então defendidas pelo Estado Imperial. Dentro da concepção do Senador Vergueiro, estes projetos iam contra a configuração do sistema capitalista do período, bem como as ideias do liberalismo econômico⁴⁸². A imigração deveria, portanto, ser espontânea e sem a participação direta do Estado, com exceção do auxílio financeiro para subvenção da imigração.

Dentro desse contexto, chegam ao Brasil para o trabalho na Fazenda Ibicaba 64 famílias alemãs, totalizando 432 indivíduos provenientes de Holstein, Prússia e Baviera, conforme se mostrou anteriormente. O objetivo do Senador Vergueiro era justamente tentar amenizar os problemas referentes a oferta de força de trabalho. Porém, não existia um mercado de trabalho propriamente dito no Brasil de meados dos oitocentos. A construção desse mercado de trabalho se daria, evidentemente, através da ação do Estado, a partir da liberação paulatina da força de trabalho da sua condição de não-mercadoria⁴⁸³.

O raciocínio do Senador Vergueiro estava perfeitamente inserido nos moldes da própria dinâmica do sistema capitalista e das condições para a sua existência, qual seja, o surgimento de um mercado de trabalho regular onde a força de trabalho do indivíduo seria a mercadoria comercializada, e não o próprio indivíduo. Ora, a força de trabalho é, pois, uma mercadoria que o seu proprietário vende ao capital. E

⁴⁸¹ DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 95.

⁴⁸² GARCIA, Lílilana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009, p. 119.

⁴⁸³ BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008, p. 94-95.

as razões porque a vende é justamente para sua sobrevivência⁴⁸⁴. Assim, como ensinou o velho Marx:

O escravo não vendia a sua força de trabalho ao proprietário de escravos, assim como o boi não vende o produto do seu trabalho ao camponês. O escravo é vendido, com a sua força de trabalho, duma vez para sempre, ao comprador. É uma mercadoria que pode passar das mãos de um proprietário para as mãos de um outro. É ele mesmo que constitui a mercadoria e não a sua força de trabalho⁴⁸⁵.

Nesse período de meados do século XIX a Alemanha, diferente do que ocorreu com países como França e Inglaterra, não experimentou revoluções políticas ou econômicas que foram primordiais no processo de modernização europeu⁴⁸⁶. De industrialização tardia, os indivíduos se viram diante de grave crise econômica na Europa, principalmente nos países que ficaram de fora dos processos revolucionários, e um rápido crescimento da pauperização, não apenas atingindo as populações do campo, mas também urbana. Desprovidos de todos os meios de subsistência uma das alternativas que encontraram para amenizar a pobreza e garantir o sustento próprio e de seus pares foi, justamente, a emigração.

O período abarcado pelos anos de 1815 (fim do domínio napoleônico) a 1848 (reação liberal) foi marcado por profundas transformações no seio da organização econômica dos Estados Germânicos. Essas transformações foram consequências de um lento e gradual processo de industrialização que se espelhou no modelo britânico e acabou por tomar conta, primeiramente, dos Estados no Norte,

⁴⁸⁴ MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. 4 ed. São Paulo: Global Editora, 1987, p. 22.

⁴⁸⁵ *Idem*, p. 23.

⁴⁸⁶ Conferir, principalmente, HOBBSAWM, Eric, J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. A Alemanha não participou do processo que Eric Hobsbawm denominou de *dual revolution*, ou seja, conforme afirma o historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, dois processos equivalentes e, ao mesmo tempo, de caráter próprio: de um lado a Revolução Industrial inglesa – numa visão que rejeita a história historicizante tradicional centrada na *história das técnicas* e das transformações técnicas e organizacionais da fábrica - impondo um novo ordenamento social e a formação de uma nova classe dirigente; por outro lado (do Canal da Mancha), a Revolução Francesa, nitidamente *política* e que antecede a *libertação* do conjunto da sociedade dos entraves do *Ancien Régime* e acelera a generalização das relações sociais modernas, de tipo capitalista. SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

principalmente da Prússia. Inicialmente, a emergente indústria alemã contava com a presença maciça de capitais estrangeiros, principalmente britânicos. A proibição existente, para o caso prussiano, de se criar Sociedades Anônimas que estimulassem o mercado acionário foi, portanto, um entrave ao desenvolvimento de indústrias pesadas e de base, como as siderúrgicas, devido, principalmente, à falta de capital para investimento. Apesar disso, deu-se início à industrialização do Vale do Rio Ruhr, que veio a se tornar a principal zona industrial da Alemanha unificada e que contou com a atuação pioneira de Friedrich Krupp, cuja fundação da primeira siderúrgica da região na cidade de Essen foi o impulso para a criação de um gigantesco parque industrial na década de 1890⁴⁸⁷.

Mas, ao que parece, esse, mesmo que lento e gradual desenvolvimento industrial germânico encontrou como um dos principais problemas a não especialização do trabalhador alemão que, em sua grande maioria, tinha resistência a esse processo de modernização. Maria Luiza Renaux explica que as dificuldades se acumulavam de acordo com os setores profissionais da região. A crise na Alemanha atingiu principalmente o setor têxtil, que, mais do que qualquer outro, sofreu a concorrência da produção inglesa de tecidos, em rápida expansão. Os artesãos do pano sofriam dupla pressão: a de fora, vinda da Inglaterra (o Estado Prussiano, por razões práticas, entre outras, para forçar a modernização do setor produtivo, não fechou suas fronteiras às importações) e a de dentro, com a introdução de máquinas que substituíram esses trabalhadores na produção de tecido de lã, linho e algodão. A pressão interna, devido ao ritmo desigual de introdução da mecanização, não foi uniforme. O setor de fiação foi o primeiro a mecanizar-se, enquanto suas agregadas, as tecelagens, demoraram muito mais tempo a fazê-lo⁴⁸⁸.

Dessa forma, as consequências para a população urbana que vivia do artesanato, foram as piores. Impossibilitados de concorrer diretamente com as

⁴⁸⁷ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2003, p. 29.

⁴⁸⁸ RENAUX, Maria Luiza. *O papel da mulher no Vale do Itajaí, 1850-1950*. Blumenau: FURB, 1995, p. 27. Em parceria com Luiz Felipe de Alencastro essa historiadora desenvolveu interessante estudo sobre o cotidiano do imigrante alemão no Sul do país. ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. In: NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

modernas máquinas que, paulatinamente, substituíram sua força de trabalho, muitos artesãos sentiram na pele a ruína financeira e o desemprego. Tendo como alternativa a emigração, partiram em grande número em direção às Américas do Sul e do Norte, numa tentativa desesperada de não engrossar as fileiras da massa proletária de artesãos, que rapidamente surgiam nos centros urbanos alemães⁴⁸⁹.

Conforme explicou Silvia Siriani, a economia alemã do século XIX foi marcada pela paulatina industrialização surgida na esteira dos avanços tecnológicos que ocorriam na Inglaterra desde a segunda metade dos setecentos. Portanto, não foi uma mudança repentina na organização econômica dos Estados Alemães. Ora, como é sabido, o primeiro setor econômico a mecanizar-se na Alemanha foi o das manufaturas e tecidos, estimulado, evidentemente, pela forte concorrência inglesa⁴⁹⁰. Assim, como a passagem do sistema corporativo para o da livre empresa não foi brusca, a passagem da fase pré-industrial para a industrial foi, também, lenta. Ela foi precedida pela produção manufatureira, que acabou por se impor no final do século XVIII na produção de pano. Dessa forma, a manufatura se valeu da já existente divisão do trabalho nas corporações e a transfere racionalmente para uma empresa⁴⁹¹.

Talvez um dos maiores obstáculos apresentado no processo de inserção dos Estado Alemães na economia capitalista tenha sido as estruturas absolutistas ali vigentes, as quais utilizavam formas mercantilistas decadentes para organizar suas economias, fazendo-se valer dos tradicionais mecanismos de proteção aos seus mercados. Silvia Siriani lembra que um dos principais avanços nas estruturas econômicas locais foi consequência da imposição do Código Napoleônico, quando da ocupação francesa, nas primeiras décadas do século XIX. Esse código teve um impacto muito grande no que diz respeito à organização agrária dos Estados Alemães, eliminando as obrigações feudais no que tange a servidão e à posse da terra⁴⁹².

⁴⁸⁹ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2003, p. 29.

⁴⁹⁰ *Idem*, p. 30.

⁴⁹¹ RENAUX, Maria Luiza. *O papel da mulher no Vale do Itajaí, 1850-1950*. Blumenau: FURB, 1995, p. 27.

⁴⁹² SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2003, p. 30.

Porém, principalmente na Prússia, o fim das estruturas econômicas feudais no campo representou um grave problema para os camponeses que, para se desvencilharem da servidão, tiveram de pagar pesadas indenizações em terras aos seus senhores. Esse fator deixou muitos indivíduos em situação econômica incerta e vulnerável, constituindo o principal estímulo para as pessoas recorrerem à emigração⁴⁹³.

Assim, como se mencionou anteriormente, a pobreza e o crescente processo de pauperização foram imprescindíveis, como fatores de repulsão, para que os indivíduos desprovidos de todos os meios de subsistência pudessem emigrar para o Novo Mundo. Mesmo que em contextos políticos distintos, portugueses, alemães, suíços e, posteriormente, italianos, comungavam das mesmas esperanças, quais sejam, a busca por um novo caminho, onde pudessem oferecer a subsistência, não apenas para si, mas também aos seus pares.

Durante a primeira metade do século XIX emergiu o discurso imigrantista, não exclusivamente europeu, mas também de asiáticos. Porém o Dr. Nicolau Joaquim Moreira, Ministro da Agricultura a época, mostrou repúdio a promoção da imigração dos asiáticos, chamados popularmente de *chins*. Nicolau Joaquim Moreira mostrou a importância da construção de uma sociedade civilizada a partir da transformação das relações de trabalho e o incentivo à imigração exclusivamente de indivíduos provenientes da Europa. Nas palavras do nobre Ministro:

[...] a imigração chinesa não é uma imigração propriamente dita, é antes uma barbaria sistemática e artificial. Os *chins* não são homens do século, os obreiros da civilização. Não é em um povo onde o homem é besta de carga, onde o pai tem direito de trucidar o filho recém-nascido, onde os indivíduos se envenenam diariamente com o ópio, onde a inteligência degenerou pela deformidade do cérebro, onde a raça definhou pela nutrição insuficiente do arroz, onde, enfim a religião é o culto dos ídolos, que nós, nação nova e nas vias da civilização moderna, iremos buscar um contingente prestimoso para

⁴⁹³ *Idem*, p. 30.

a conquista grandiosa que temos em vista – a cultura da razão, a organização social, a produção multiplicada e o progresso sem limites⁴⁹⁴.

Evidentemente, o fato das autoridades que compunham os quadros administrativos do Império não verem com bons olhos a imigração asiática estava claramente ligada a ideologia do progresso que embasava diversos critérios de seleção das raças cuja fusão poderia resultar na liga que afinal homogeneizasse a nação brasileira⁴⁹⁵. Estava claro no pensamento das classes dirigentes a associação da imigração europeia à civilização do Brasil. Não apenas Nicolau Moreira se pôs contrário a imigração chinesa, mas também outros grandes políticos nos anos anteriores, entre eles Joaquim Nabuco e o Visconde de Taunay. Este último quando senador do Império proferiu inúmeros discursos contrários a imigração asiática. Dessa forma, Não importando de que lado estivessem os interlocutores, a favor ou contra os trabalhadores *coolies*, a maioria concordava que o asiático pertencia a uma raça ou civilização inferior e em hipótese alguma deveria se amalgamar com os brasileiros. A exceção coube ao Apostolado Positivista, cuja posição contrária à imigração chinesa não comungava com o discurso racializado; pelo contrário, sua posição tinha sentido como parte da agenda anti-escravista do grupo⁴⁹⁶.

Dentro desse contexto, as primeiras experiências com o trabalho livre inserido nos moldes do sistema capitalista vigente foram feitas pelo Senador Vergueiro em sua Fazenda Ibicaba, utilizando-se para isso a mão de obra do imigrante europeu, principalmente indivíduos empobrecidos que eram arditamente recrutados em países como Portugal, Alemanha, Suíça e Bélgica; posteriormente Itália e Espanha; além de famílias brasileiras que tinham apenas a força de trabalho como mercadoria para oferecer no mercado.

⁴⁹⁴ MOREIRA, Nicolau Joaquim. *Questão. Convirá ao Brasil a importação de colonos Chins?* 2o. Discurso pronunciado na sessão da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional em 17 de Novembro de 1870. Discutindo-se o parecer da secção de colonisação e estatística. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1870. *Apud.* LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001, p. 16.

⁴⁹⁵ LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

⁴⁹⁶ LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação [Mestrado em História das Ciências]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005, p. 107.

Parcos são os relatos das experiências desses indivíduos que desembarcaram no Brasil na segunda metade do século XIX. Daí a importância para a compreensão desse período ímpar de transformações na base econômica do País. Os relatos do colono suíço Thomas Davatz são esclarecedores:

Apenas chegados ao Porto de Santos, depois de uma viagem marítima favorável ou não, mas em todo caso fatigante e arriscada, os colonos já são, de certo modo, uma propriedade da firma Vergueiro & Cia.

Os colonos que emigram, recebendo dinheiro adiantado tornam-se, pois desde o começo, uma simples propriedade da Firma Vergueiro & Cia. E em virtude do espírito de ganância, para não dizer mais, que anima numerosos senhores de escravos, e também da ausência de direitos em que costumam viver esses colonos na Província de São Paulo, só lhes resta conformarem-se com a ideia de que são tratados como simples mercadorias, ou como escravos.

A essa primeira dívida acrescenta-se logo uma segunda, ainda mais respeitável. É a comissão, que monta a dez mil réis por cada indivíduo de mais de oito a dez anos de idade, e a cinco mil réis por pessoa com menos idade, excetuadas as crianças até um ano. Sobre essa comissão não tivemos a menor notícia em nosso país. Muitas vezes, nos ajustes de passagem, declara-se mesmo, explicitamente, que os colonos ao chegarem à América devem estar livres do pagamento de quaisquer taxas. À pergunta que dirigi ao Sr. Jonas, diretor de Ibicaba, sobre a razão desse dinheiro de comissão, respondeu-me ele que tal soma se destinava a Vergueiro & Cia. para os pagamentos aos seus agentes na Europa e que nada se poderia objetar contra sua cobrança, que era perfeitamente legal. E no entanto foi-me dito positivamente, e por várias pessoas, que a firma Vergueiro não tem direito algum a essa quantia e a circunstância do chefe da companhia ter declarado em março de 1857 ao Dr. Heusser, quando esse fazia sindicância em torno das condições dos colonos, sua disposição de cancelar as dívidas tal comissão e juros correspondentes, sempre que a mesma não tivesse sido estipulada nos contratos, vem confirmar suficientemente o que me disseram as referidas pessoas. E assim é que se cobra, sem mais nem

menos, de um pobre imigrante, uma quantia arbitrária e ainda aparece um governo provincial para endossar semelhante abuso⁴⁹⁷.

Thomas Davatz mostra, portanto, toda a estrutura criada para a importação de imigrantes que se assemelhava ao do tráfico transatlântico de escravos, chegando a relatar a comercialização de trabalhadores imigrantes. Sobre as arbitrariedades promovidas pela Firma Vergueiro & Cia. Davatz conclui:

Tudo o que se acaba de assinalar, isto é, a redução despropositada das moedas europeias em dinheiro do país e a chamada comissão, pode colher os colonos na mais perfeita ignorância, enquanto se acham a bordo e enquanto são servidos de um bom prato de carne fresca ou outras iguarias semelhantes. Com tais amabilidades foram obsequiados, por exemplo, os passageiros do navio “Kronprinz Ernst August” em junho de 1855. Outras novidades os colonos aprenderão mais tarde quando, após o desembarque, se virem trancados em um pátio enorme, cercado de um lado pelo porto, de outro por muros e casas, com portas bem aferrolhadas e guardadas por sentinelas armadas, onde vários senhores, entre eles o Sr. Vergueiro, discutem em português – língua desconhecida para muitos imigrantes. E depois de paga ou bem garantida a dívida dos colonos (ou seja, o dinheiro da passagem reduzido a moeda brasileira mais a comissão) ouvem eles em bom alemão:

- Agora o senhor irá com o Sr. X. (a pessoa que comprou o colono à Firma Vergueiro) para a colônia Z.!

E dessa forma o colono se apercebe finalmente de que acaba de ser comprado. Nem mais nem menos. É o que acontece a todos os parceiristas endividados, quando a Firma Vergueiro não os necessita para as suas próprias colônias, que são apenas duas – ou quando não deliberou retê-los para si. Se porventura um pobre pai preocupado com a sorte de sua família numerosa dirigir-se ao Sr. Vergueiro e, com lágrima nos olhos, pedir-lhe pelo amor de Deus que o leve à sua colônia de Ibicaba em vez de desterrá-lo a um lugar tido por insalubre e de mau nome, Ubatuba, por exemplo, não faltará a pergunta:

⁴⁹⁷ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 86-87.

- Mas o senhor pagou a sua dívida?

E quando o colono é forçado a responder negativamente, virá talvez a sentença terrível:

- Pois então que vá para o inferno! O senhor não tem escolha!⁴⁹⁸

De fato, Thomas Davatz logo em seus primeiros momentos em terra firme percebeu a real situação em que ele e seus pares se encontravam, ou seja, um universo dominado pelo sistema escravagista. Nesse período de meados dos oitocentos, no meio rural paulista os imigrantes – portugueses, italianos, alemães ou suíços -, coabitavam com escravos nas senzalas e eram, não raro das vezes, controlados por escravos-feitores, caracterizando, realmente, uma espécie de “escravidão branca”⁴⁹⁹.

Mesmo com as iniciativas de introdução da força de trabalho livre nas lavouras da Província de São Paulo serem constantemente contestadas, a vinda de imigrantes passou a ser considerada a chave para a resolução dos problemas de falta de mão de obra, e, ao que parece, as notícias a respeito da imigração europeia para o Brasil eram causas de grande euforia⁵⁰⁰. Informando a população sobre essa questão o *Jornal do Commercio*, um dos principais veículos de comunicação da Capital do Império assim se manifestava:

Nestes ultimos tempos tem chegado ao nosso conhecimento noticias summamente satisfactorias acerca das boas disposições dos emigrantes da Belgica, Suissa e Allemanha que manifestão firmes desejos de se

⁴⁹⁸ *Idem*, p. 87-88.

⁴⁹⁹ Conforme, entre outros: ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. In. NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. SOUSA, Fernando de. *Os portugueses: de colonos a imigrantes*. In. ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 33.

⁵⁰⁰ DINIZ, Diana Maria. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise*. Rio Claro: Tese [Doutorado em História], FFCL/UNESP, 1973, p. 73.

estabelecerem-se no nosso paíz, principalmente na Províncias do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo⁵⁰¹.

Ora, se dez anos antes a iniciativa do Senador Nicolau de Campos Vergueiro era considerada inviável e, acima de tudo, impraticável, passou, a partir de então, a ser citada como exemplo de empreendimento, bem como, festejada pela imprensa do país, como mostrou o *Jornal do Commercio* em outra edição do ano de 1856:

Ainda há poucos annos os esforços de Vergueiro & Filhos parecião uma teima, e seus planos uma utopia: hoje não se póde mais duvidar que a colonisação europeia vai ter um rápido incremento⁵⁰².

Claro está que após 1850, tendo como exemplo a experiência de Ibicaba, outras colônias foram fundadas nos municípios vizinhos, destacando-se, entre eles, São João do Rio Claro, Limeira e Piracicaba. A historiadora Diana Maria Diniz observa o fato de que em São João do Rio Claro instalaram-se as Colônias Beri, de propriedade de José Elias Pacheco Jordão, em 1852; Boa Vista, de Benedicto Antonio de Camargo, também em 1852; Morro Grande, de João Ribeiro dos Santos Camargo, em 1853; Calvitinga, também de propriedade de José Elias Pacheco Jordão em 1855; São João do Morro Grande, de propriedade de Dona Anna Joaquina Nogueira de Oliveira, em 1855; além da Colônia Angélica, de propriedade da Firma Vergueiro & Cia., também no ano de 1855. Nessas colônias, de um total de 538 trabalhadores estrangeiros, mais da metade era constituído de suíços alemães, seguido pelos portugueses, brasileiros, alemães e, finalmente, belgas. Das seis colônias, observa-se que havia uma tendência à concentração dos suíços alemães na Angélica, Beri e Calvitinga. Por outro lado, os portugueses se concentravam nas duas colônias, sendo na Colônia de Boa Vista e na Colônia São João do Morro⁵⁰³. As informações da tabela a seguir demonstram que, embora houvesse predomínio,

⁵⁰¹ *Jornal do Commercio*, nº 12 de 12 de janeiro de 1856.

⁵⁰² *Jornal do Commercio*, nº 173 de 23 de junho de 1856.

⁵⁰³ DINIZ, Diana Maria. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise*. Rio Claro: Tese [Doutorado em História], FFCL/UNESP, 1973, p. 73.

por vezes acentuado, de uma nacionalidade sobre as outras, as colônias tendiam a apresentar uma diversificação quanto à origem dos imigrantes, bem como ilustra a dinâmica da alocação de trabalhadores estrangeiros nas fazendas de São João do Rio Claro.

TABELA Nº 35
Nacionalidade dos imigrantes nas colônias das fazendas
São João do Rio Claro - 1856

Nacionalidade Colônias	Brasileiros		Alemães		Suíço Alemães		Portugueses		Belgas		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Angélica	-	-	20	13,07	129	84,31	-	-	4	2,62	153	100
Boa Vista	39	26,71	18	12,32	28	19,17	63	41,80	-	-	146	100
Beri e Calvitinga	26	16,66	15	9,53	115	73,71	-	-	-	-	156	100
Boa Vista	-	-	8	17,39	-	-	38	82,60	-	-	46	100
S. João Morro Grande	14	37,84	-	-	-	-	23	62,16	-	-	37	100
TOTAL	79	14,68	61	10,99	272	50,55	124	23,04	4	0,74	538	100

FONTE: DINIZ, Diana Maria. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise*. Rio Claro: Tese [Doutorado em História], FFCL/UNESP, 1973, p. 74.

Conforme se mostrou na Tabela nº 35, nas referidas colônias as famílias eram compostas de 3,8 até 8 membros, em média. As famílias maiores eram as de origem germânicas e brasileiras, com cerca de 6 membros. Na sequência vinham as famílias de suíços alemães, com 4,6 membros e as de portugueses, totalizando 4,2 membros. A única família de colonos belgas existente no município possuía apenas 4 membros.

Claro está que, conforme já se mencionou anteriormente, apesar da introdução do trabalho livre na maior parte das propriedades, não se abandonou por completo o sistema de trabalho escravo, que continuou a ser utilizado nas colônias de parceria. Entretanto, conforme afirmou Diana Maria Diniz, não se fez sem abalos a implantação de um sistema de trabalho livre paralelo ao escravo. No início da segunda metade do século XIX a incipiente economia cafeeira, tentando criar suas condições próprias, viu-se forçada a enfrentar problemas que ocorriam entre os proprietários e os colonos europeus. Os vários desentendimentos, bastante frequentes, demonstravam que o sistema de parceria estabelecido não era mais conveniente. Se por um lado, muitos colonos não satisfaziam as exigências do trabalho, os fazendeiros, pelo outro lado, também não cumpriam rigorosamente o contrato⁵⁰⁴. Ora, dessa forma, percebe-se que o trabalho dos colonos não era, na realidade, livre. Estavam imersos, portanto em uma espécie de *status quo* escravista, uma vez que os fazendeiros, até então acostumados a lidar com escravos, não se adaptavam ao novo sistema e tendiam a transferir para o trabalhador imigrante o padrão de relacionamento senhor/escravo.

As cláusulas contratuais, em primeiro momento, davam aos trabalhadores estrangeiros algumas garantias, porém o colocavam em uma situação de inferioridade. Isto se torna evidente através da leitura do artigo 10º do contrato firmado entre colono e fazendeiro, ao qual concedia ao segundo o direito de transferi-lo para outras propriedades agrícolas, criando uma situação de insegurança e incertezas para o imigrante⁵⁰⁵.

Dessa forma, pode-se afirmar, então, que os conflitos gerados durante a década de 1850 podem ser compreendidos como uma forma de resistência e a não aceitação, por parte dos trabalhadores estrangeiros, ao tratamento oferecido à eles pelos fazendeiros que, evidentemente, não era materializada as condições que se encontravam no contrato inicial. Ora, as antigas relações senhor/escravo ainda estavam enraizadas na memória e na mentalidade dos fazendeiros.

Apenas aparentemente os contratos celebrados entre os trabalhadores estrangeiros e fazendeiros concediam aos primeiros relativas garantias, porém, na

⁵⁰⁴ DINIZ, Diana Maria. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise*. Rio Claro: Tese [Doutorado em História], FFCL/UNESP, 1973, p. 76.

⁵⁰⁵ *Idem*, p. 77.

realidade, materializava-se uma situação de completa inferioridade. Mesmo posteriormente, essa forma de perceber a imigração não sofreu alterações, uma vez que os trabalhadores nacionais, particularmente os ex-escravos, continuaram em uma situação de exclusão, o privilégio concedido aos imigrantes europeus, tanto no contexto da imigração em massa, quanto dentro das próprias características de colonização, não teve a contrapartida de seu reconhecimento como cidadãos plenos, dada a sua categorização como “alienígenas” ou “estrangeiros”, nem sempre coerentes com os dispositivos legais existentes⁵⁰⁶.

Ora, como bem observou Sergio Buarque de Holanda, para fazendeiros a relação tradicional entre o amo e o escravo tinha fornecido um padrão fixo, inflexível e insubstituível para o trabalho na grande lavoura; a partir do momento em que foi introduzido o trabalhador estrangeiro livre esse tipo de relação não desaparecia de todo, mas evoluía para uma forma de dependência apenas atenuada. É verdade, também, que as condições de vida do trabalhador livre não seriam extremamente invejáveis se comparadas às do escravo. O contrário costuma suceder onde quer que coexistam as duas instituições, conforme ocorreu, com certa frequência, na região de São João do Rio Claro. Na comunidade doméstica de constituição patriarcal, ainda bem viva durante o período imperial, os escravos constituíam uma simples ampliação do círculo familiar, que adquiria, com isso, todo o seu significado originário e integral, ainda contido na própria etimologia da palavra “família”. Por isso, e também, por motivos compreensíveis de interesses puramente econômicos, o bem estar dos escravos devia ser mais caro ao fazendeiro do que o dos colonos. Escapava-lhe uma noção rigorosamente precisa e objetiva dos direitos e deveres que implicava o regime de trabalho livre, em princípio menos orgânico e, psicologicamente menos sentimental do que o da escravidão. Quando se pretendia

⁵⁰⁶ SEYFERTH, Giralda. *Imigração, ocupação territorial e cidadania: o Vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República*. IN: GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olivia Maria Gomes da (ORG). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 79. Ainda, de acordo com Giralda Seyferth, libertos, emancipados, trabalhadores nacionais ou quaisquer outras categorias sociais cujos referenciais estavam associados a cor ou raça ficaram excluídos do segundo modelo por causa dos pressupostos de natureza biológica articulados à essencialidade civilizatória atribuída à imigração branca e ao trabalho livre, ainda vigentes na passagem para o século XX.

elogiar as condições de trabalho em determinada colônia agrícola, o termo de comparação que ocorria era, naturalmente, o de uma “grande família”⁵⁰⁷.

A incompreensão que tais fatos revelam da verdadeira estrutura e das finalidades do trabalho livre, bem como do não cumprimento dos contratos, desencadearam uma série de queixas, conflitos e desentendimentos que culminaram com a conhecida Revolta de Ibicaba, ocorrida entre dezembro 1856 e início de 1857, estando à frente o mestre-escola Thomas Davatz, e apoiada por colonos das fazendas vizinhas. Segundo Diana Maria Diniz, esse apoio também foi demonstrado pelas colônias de São João do Rio Claro, próximas à Ibicaba, inclusive obtendo a total adesão dos colonos da Fazenda Angélica, também de propriedade do Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro⁵⁰⁸.

Percebe-se, então que as causas da chamada Revolta de Ibicaba também estava inserida no sistema de exploração adotado, que vinha onerando os colonos com todas as espécies de taxas e impostos cobrados. Os “rebelados”, chegaram a causar medo e pânico entre os grandes fazendeiros cafeicultores da região de São João do Rio Claro, Limeira e Piracicaba e as consequências não foram maiores devido, principalmente, a intervenção do exército⁵⁰⁹.

Certamente tais fatos tiveram impacto nas correntes migratórias provenientes da Alemanha e da Suíça e, nesse período de primeiras experiências com a força de trabalho livre, dificultou a expansão da oferta de mão de obra proveniente dessas regiões com destino à lavoura cafeeira paulista.

Porém, não se pode, evidentemente, concluir que essa redução e a quase total paralização na entrada de imigrantes se deu exclusivamente aos acontecimentos na Colônia Ibicaba ou aos relatos de Thomas Davatz, mas pode-se afirmar, certamente, que os eventos de final de 1856 e início de 1857 e a repercussão na Europa das condições de vida do imigrante que desembarcaram no

⁵⁰⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 36-37.

⁵⁰⁸ DINIZ, Diana Maria. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise*. Rio Claro: Tese [Doutorado em História], FFCL/UNESP, 1973.

⁵⁰⁹ GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009, p. 123.

Brasil foram fatores preponderantes nessa limitação de entrada do trabalhador europeu, especialmente na Província de São Paulo⁵¹⁰.

Sobre tal “revolta”, ao que parece, não chegou a se materializar. Claro está que, conforme relatou o próprio Thomas Davatz em suas *Memórias de um colono no Brasil*, que os dias que findaram o ano de 1856 e os dois primeiros meses do ano de 1857, foram marcados por grande agitação, não apenas na Colônia de Ibicaba, mas também nas fazendas vizinhas de São João do Rio Claro, Limeira e Constituição (Piracicaba)⁵¹¹. De acordo com José Sebastião Witter, os colonos residentes na fazenda organizaram um movimento de protesto que dava a ideia de um levante armado. Porém, a pretensão dos amotinados era a de se fazerem ouvir pelas autoridades brasileiras⁵¹².

Nas palavras de Thomas Davatz:

Muitos leitores hão de ter concluído do noticiário da imprensa que os colonos de Vergueiro, ao saberem-se espoliados, iniciaram uma revolução sem regra, desprezando todos os recursos legais e valendo-se da força para melhorar de condição. Para corrigir desde já essa crença infundada devo e quero declarar, como toda a sinceridade, que o pensamento de uma revolução era profundamente antipático aos dirigentes do movimento reivindicador dos colonos, a mim sobretudo. Eu já era por princípio inimigo das revoluções e particularmente no Brasil, onde tínhamos razões para acreditar que o Governo Imperial nutria o propósito de oferecer melhor situação aos colonos, e onde seria bastante, talvez, um esclarecimento que obtivéssemos aquilo que desejássemos: vermo-nos livres dos opressores, que em nossa opinião tinha violado os contratos de muitos modos, tornando-os nulos, e conquistar o direito de viver como cidadãos felizes e súditos do governo do país. Tínhamos notícia de grandes sacrifícios praticados por esse governo para fazer vingar a colonização estrangeira em outros lugares e julgávamos que ele estava quase na obrigação de empreender os mesmos sacrifícios com relação a nós, se quisesse manter e

⁵¹⁰ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982, p. 43-44.

⁵¹¹ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

⁵¹² WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982, p. 39.

melhorar o crédito do país, obtendo assim um número sempre maior de imigrantes e afastando ao mesmo passo um grave perigo. Era plano dos nossos patrões fazendeiros, segundo ouvimos dizer, deitar por terra, com o auxílio dos colonos, o regime existente no país e fazer do Brasil uma República. Esse plano estaria sendo preparado por uma liga presidida pelo Sr. Vergueiro. O governo, ao que parece, teria conhecimento da organização o que seria mais um motivo ponderável para vir em nosso socorro, fazendo de nós um elemento grato e dedicado, que se colocaria lealmente a seu lado. E tal coisa ainda poderá acontecer se as autoridades do país forem habilmente ao encontro das necessidades dos colonos, livrando-os de seus patrões e fornecendo-lhes terras.

Se existiria realmente o plano acima referido é o que não posso afirmar com certeza. O que sei é que as informações nesse sentido não nos foram dadas por pessoas que porventura pretendessem indispor-nos ainda com a firma Vergueiro, mas sim por partidários e amigos da mesma firma⁵¹³.

Os relatos de Davatz, quando do início do movimento, ilustram muito bem que o interesse maior dos trabalhadores estrangeiros era levar até as autoridades brasileiras o descontentamento com as condições as quais estavam submetidos na Colônia Ibicaba. Ou seja, lutaram pelo reconhecimento de seus direitos dentro da concepção que tinham dos seus próprios direitos. Ora, os instrumentos de que dispunham estavam alicerçados nas bases dos contratos assinados ainda na Europa, sendo reconhecidamente legítimos. As manifestações aconteceram no sentido de se reconhecer e materializar o contrato celebrado entre colonos e fazendeiros.

As manifestações configuraram-se, então, como a própria luta pelo reconhecimento dos seus direitos, uma vez que, a luta não é um elemento estranho ao direito, mas sim uma parte integrante de sua natureza e uma condição de sua ideia. Como bem disse Rudolf von Ihering em 1872, todo direito no mundo foi adquirido pela luta. Esses princípios de direito que estão atualmente em vigor foi indispensável impô-los através da luta àqueles que não os aceitavam. Dessa forma, todo direito, tanto o de um povo, como o de um indivíduo, pressupõe que estão, o

⁵¹³ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 159-160.

indivíduo e o povo, dispostos à defendê-lo⁵¹⁴. Foi justamente o que ocorreu com Thomas Davatz e os trabalhadores estrangeiros que o seguiram. Conforme ilustrou Davatz em relatos sobre a gestação e os primeiros momentos da manifestação:

Por uma coincidência inteiramente fortuita, o colono Johannes Schlittler arriscou-se no dia 21 de setembro de 1856 a conversar comigo sobre a triste condição dos colonos. Já antes eu me habituara a ver nele um homem de procedimento reto e honrado e, na esperança de não me iludir ainda nesse caso, tratei de responder-lhe com palavras que não o desanimassem. Disse-me ele então que anteriormente diversos amigos seus já tinham manifestado a opinião de que seria conveniente recorrerem a mim para sanar a situação. Mas desde o dia em que me tornara professor e melhorara de condição veio-lhes o receio de que, contente com o novo emprego, me desinteressasse dos companheiros. Para desfazer tal suspeita, mostrando que não tinha base, coloquei ao par de alguns dos meus passos, falando sobre as cartas destinadas ao Rio de Janeiro e a Santa Cruz. Não deixei de acrescentar também que isso era arriscado e excessivo para uma só pessoa. Foi com visível satisfação que ele me respondeu exprimindo seu firme desejo de me ajudar em semelhantes esforços. Combinamos então uma reunião em minha casa onde compareceriam ele e alguns dos seus amigos fiéis, a fim de trocarmos ideias sobre a questão dos colonos. Desde que não se tome em consideração tudo quanto realizei só e por conta própria foi essa palestra, sem dúvida, o ponto de partida para a rebelião dos colonos. Vê-se pois, claramente, como estive bem longe, até então, de fomentar a agitação entre os colonos. Nesse momento eles ainda não depositavam em mim uma confiança cega e eu por minha parte não acreditava profundamente em sua lealdade⁵¹⁵.

Adiante, é extraída da pena de Thomas Davatz as seguintes palavras:

⁵¹⁴ VON IHERING, Rudolf. *A luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

⁵¹⁵ DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 176-178.

No dia 24 de setembro, a altas horas da noite surgiram em minha casa, além do amigo Schlittler, seu irmão Heinrich Schlittler, Kaspar Märki e Philipp Zumkeller. Pouco depois chegava também Ulrich Ryffel. Reuníamos todos dispostos a assumir um compromisso solene. Com a ajuda de Deus Todo-Poderoso, associaríamos todas as nossas forças para a realização de uma aspiração comum, ou seja, para encontrarmos uma vida regular, legal, em que nos fosse possível e a outras pessoas de bom comportamento na colônia, achar um meio de sair das tristes condições que vivíamos e procurar situação melhor. Além desse compromisso tomávamos a deliberação de manter sobre o caso um silêncio completo e de nos unirmos em uma solidariedade perfeita. *“Um por todos e todos por um!”* Esse seria dora avante nosso lema sagrado⁵¹⁶.

Nas linhas que seguiram-se Thomas Davatz mostrou os caminhos para se chegar ao objetivo proposto que, em verdade, seria comunicar às autoridades brasileiras e suíças as reais condições de trabalho e de vida dos trabalhadores estrangeiros nas fazendas de café na Província de São Paulo.

Na reunião seguinte deliberamos que o melhor recurso para a realização dos ideais propostos seria o de nos dirigir por escrito ao Consulado Geral da Suíça no Rio de Janeiro e por seu intermédio às demais autoridades que dispunham de elementos para nos socorrer. Entre essas autoridades contávamos em particular o governo imperial do Brasil que, pelos motivos acima referidos, nos merecia a maior confiança.

Em primeiro lugar redigimos uma carta destinada ao Sr. David, cônsul-geral no Rio de Janeiro, carta essa que afinal não foi remetida. Por outro lado ocupamo-nos até o dia 15 de outubro na elaboração de um projeto de estatuto para a criação de uma colônia no território da província do Rio Grande do Sul. Esse documento foi enviado, bem como o abaixo assinado em que pedíamos socorro urgente e uma investigação em regra das condições de colonização⁵¹⁷.

⁵¹⁶ *Idem*, p. 178.

⁵¹⁷ *Ibidem*, p. 178-179.

Ao que parece, a atuação dentro do grupo de Thomas Davatz impediu manifestações mais exaltadas e violentas por parte de alguns colonos, conforme explicou o próprio Davatz em suas *Memórias*:

Não chegou aquilo que esperávamos ansiosamente, uma resposta. Mas nossa iniciativa teve bom efeito, como o qual não contávamos: pudemos obstar uma cena violenta, provocada pelos demais colonos, contra a Casa Vergueiro. Ao conhecerem-se os resultados do balanço iniciado a 24 de agosto, com a redução dos pagamentos pelo café de \$740 ou mesmo \$780 para \$467, e do aumento alarmante das dívidas, os colonos irritaram-se ao extremo. Perceberam então que tinham sido escandalosamente ludibriados e puseram-se a pensar dessa vez mais a sério nas comissões, no prêmio irregularmente cobrado pelas municipalidades suíças, etc. etc. Em suma, surgiu neles um descontentamento que, apoiado na expectativa ansiosa de condições de melhores, os colocou a um passo da rebelião, que eu sempre quis evitar⁵¹⁸.

Os relatos de Davatz deixam claro que os trabalhadores estrangeiros pretendiam que se fizesse uma sindicância que, nas palavras do mestre-escola, deveria ser feita na mais completa transparência, respeitando os direitos de cada um dos colonos na fazenda estabelecidos.

Da Casa Vergueiro os colonos não querem mais nada. O que pretendem unicamente é uma sindicância imparcial e justa sobre toda a situação a fim de que fique provado se a Casa Vergueiro cumpriu os seus deveres para com o governo e para com os colonos, se deu ou não motivos para as queixas destes últimos. Se ficar demonstrado que as queixas têm razão de ser, então eles saberão prosseguir no caminho legal. Em caso contrário calar-se-ão. [...] Os colonos acham que lhes pagam muito pouco pelo café. Quando se iniciou o balanço prometeram um preço muito maior do que aquele que afinal foi pago. E além disso tiveram notícia de que o café em Santos valia bem mais do que o preço acusado nas contas.

⁵¹⁸ *Ibidem*, p. 179.

Os colonos desejariam não ser forçados a trabalhar em condições vexatórias como as atuais. Querem apenas que alguém os ajude a encontrar um lugar onde cada qual possa ter sua pequena propriedade e viver uma vida agradável, formando todos uma comunidade bem constituída. É esse o motivo que nos leva a procurar amparo junto ao governo, através de uma sindicância⁵¹⁹.

Dessa forma, percebe-se que um movimento que não chegou a efetuar-se, mas mobilizou tropas imperiais e movimentou as pacatas vilas da região de São João do Rio Claro, não passou, como se pode deduzir pelos próprios relatos de Thomas Davatz, de uma manifestação momentânea, e constituiu-se, ao que tudo indica, de uma explosão dos ressentimentos individuais dos trabalhadores estrangeiros, que esperavam encontrar no Brasil condições excepcionais de vida, contando mesmo com um possível enriquecimento, o que não conseguiram, pelo menos de imediato. Iludidos, como parecia que estavam quanto às condições de trabalho e enfrentando uma realidade bastante distinta daquela que esperavam é compreensível as reações havidas nos momentos finais daquele ano de 1856 e início de 1857⁵²⁰.

Ora, após as manifestações de Ibicaba, que foram descritas com tanta vivacidade pelo colono suíço Thomas Davatz, cessou quase bruscamente o engajamento de imigrantes para as colônias de parceria. E com isso o regime idealizado pelo Senador Nicolau Pereira de Campos Vergueiro ficou condenado a desaparecer mais cedo ou mais tarde. Três anos depois, em 1860, ainda vegetavam na província vinte e nove colônias baseadas nesse sistema. Já em 1870 seu número estava reduzido a treze, sendo que algumas tinham perdido muito de sua antiga importância econômica. A própria Colônia de Ibicaba caiu em bancarrota, progressivamente, desde a sublevação, ou desde a morte do Senador Vergueiro em 1859⁵²¹.

⁵¹⁹ *Ibidem*, p. 189.

⁵²⁰ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982, p. 41.

⁵²¹ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 39-40.

A chamada Revolta dos Colonos de Ibicaba teve, não apenas impacto negativo na oferta de mão de obra, mas também nas relações de trabalho, através das modificações nos contratos de trabalho. O sistema de parceria foi substituído pelo de locação de serviços, onde os colonos receberiam um pagamento mensal fixo, previamente combinado, além de terras para cultivo de cereais, para subsistência da família. Em 1860, apenas 29 colônias mantinham o antigo sistema de parceria, que foi abandonado posteriormente⁵²².

As transformações ocorridas nas relações de trabalho foram sendo feitas gradativamente nas mais diferentes fazendas que haviam adotado o sistema de parceria, não apenas na região de São João do Rio Claro, mas também por toda a Província de São Paulo. Affonso D'Estragnolle Taunay analisou com clareza esse processo:

As colônias foram regidas pelo sistema de parceria até o ano de 1860. Desta época em diante começou a prevalecer em algumas o sistema de locação de serviços. Com o tempo, as modificações introduzidas em tais normas aproximavam os contratos do regime de salário fixo. Em 1876 podia-se dizer que havia em São Paulo quatro categorias de contrato:

A primeira conservava o fâcies da antiga parceria; a segunda substituiu o princípio da parceria pelo pagamento por preço fixo do alqueire do café colhido. A terceira adotara o sistema de salário fixo quanto à cultura do café e o pagamento da colheita por alqueire e preço fixo. Esses três primeiros sistemas estipulavam expressamente que os colonos ficavam sujeitos às leis relativas à locação de serviços.

⁵²² GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009. Segundo Liliana Garcia, os insucessos obtidos com o sistema de parceria afetaram a economia cafeeira e levaram a modificações, já a partir da década de 1870. A alteração mais significativa foi com relação ao sistema de pagamento, tendo a parceria sido substituída pelo sistema de salário fixo para o tratamento do cafezal e para a realização da colheita. O resultado foi a diminuição das tensões e dos conflitos que se tornaram uma constante entre os colonos e fazendeiros, resultando na maior fixação da mão de obra, que até então, em decorrência da exploração era bastante móvel e instável. Essa historiadora argumenta ainda que o fracasso do sistema de parceria foi, também, causado, em grande medida, pelo fato de ter sido implantado ao lado do sistema escravista. Nesse caso, buscando viabilizar o custo da mão de obra imigrante, os proprietários encontravam novas forma de exploração, visando a ampliação do tempo de fixação do colono na fazenda, ao mesmo tempo que eram-lhe entregues as terras menos produtivas. Com isso, criava-se uma dependência do colono para com o proprietário da fazenda, criando um círculo vicioso difícil de ser rompido.

Ultimamente começava a aparecer uma quarta categoria, o tipo chamado Nova Lousã⁵²³.

As manifestações de Ibicaba levam-nos a crer que foram fatores decisivos nas modificações, profundas por sinal, que se processaram naquele estabelecimento agrícola. Além das transformações lá provocadas, o movimento chegou também a repercutir na Europa com a publicação do livro de Thomas Davatz, o que veio, conforme mencionado anteriormente, influenciar negativamente o mercado de mão de obra livre no Velho Mundo.

A chamada Revolta de Ibicaba e a publicação do livro de Thomas Davatz tiveram repercussão negativa no intercâmbio com países fornecedores de mão de obra livre, principalmente Suíça e Alemanha. Porém, conforme escreveu José Sebastião Witter, tanto a referida revolta como o livro de Davatz pesaram para o surgimento de leis nessas regiões proibindo a saída de seus habitantes com destino ao Brasil. Esses eventos teriam levado o Governo Imperial Brasileiro a financiar uma publicação elogiosa sobre o sistema de colonização no país. Tal publicação ressaltava as atitudes benevolentes dos fazendeiros equiparados à verdadeiros “pais” dos colonos. Nessa publicação foi narrada a história do “Colono Jorge” na fazenda São Jerônimo, localizada entre as Vilas de Limeira e Mogy-Mirim, pertencente ao Senador Francisco Antônio de Souza Queiroz (genro do Senador Vergueiro). A propriedade ficava próxima à Ibicaba e o autor procurava mostrar seu desconhecimento das crises da Colônia Vergueiro e narrar as vantagens da vida do colono no Brasil. José Sebastião Witter ainda observa que embora não procurasse

⁵²³ TAUNAY, Affonso D'Estragnolle. *História do Café no Brasil*. Apud. WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982, p. 42. De acordo com Oswaldo Truzzi e Ana Silva Volpi Scott, em 1867, João Elisário de Carvalho Monte-Negro, português natural do município de Lousã (próximo a Coimbra, na região da Beira Litoral), adquiriu uma fazenda a meia distância entre o núcleo urbano de Mogi Mirim e o de Espírito Santo do Pinhal, batizando-a de Nova Lousã. Ao invés de tocar sua propriedade com o braço escravo, como ainda era comum à época, Monte-Negro preferiu importar conterrâneos de Portugal, recrutando-os na sua própria região de origem, o Concelho da Lousã. De fato, o sistema de recrutamento utilizado pelo proprietário da Nova Lousã não deixava de ser original: aproveitando-se de sua própria condição de imigrante, a escolha das famílias camponesas dispostas a emigrar era feita diretamente por ele, porém, a atitude francamente pioneira de Monte-Negro foi a de instituir o emprego de mão de obra livre remunerada sob uma base estritamente salarial. TRUZZI, Oswaldo, SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietários e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã em São Paulo*. In: Revista da Faculdade de Letras e História – Universidade do Porto. Porto: III Série, vol. 6, 2005, pp. 339-354.

refutar os escritos de Thomas Davatz abertamente, tenta, pelo menos, indiretamente, atenuar os efeitos causados pela obra do mestre-escola de Ibicaba na Europa⁵²⁴.

Se, em primeiro momento, as manifestações na Fazenda Ibicaba, além da publicação do livro *Memórias de um colono no Brasil*, não abalaram por completo a estrutura de colonização no Brasil, pelo menos fez com fossem modificadas as relações de trabalho, bem como, que o Governo Imperial Brasileiro voltasse os olhos para as condições de trabalho nas fazendas, fazendo-se constatar que não passava de uma extensão do sistema de trabalho escravo, e se faziam necessárias alterações no sistema de imigração e, principalmente da colonização como etapas de um processo para a organização de um mercado de trabalho livre no Brasil, nos moldes do sistema capitalista moderno⁵²⁵.

Pode-se perceber então que, de fato, conforme observou Sérgio Buarque de Holanda no célebre *Prefácio* à obra de Thomas Davatz, a experiência adquirida com as manifestações de descontentamento dos colonos e as graves repercussões que encontraram na Europa resultando em medidas restritivas à emigração para o Brasil, não se perdeu de todo. Algumas decisões sugeridas por tais incidentes pareceram aos fazendeiros de toda conveniência. Aqueles que conservavam o regime de parceria, quanto à remuneração dos serviços, tratam de alterar diversas cláusulas do contrato primitivo, outros adotaram o salário fixo para a cultura do café, efetuando o pagamento após a colheita e o preço fixo por alqueire⁵²⁶.

Após tais incidentes, o movimento imigratório sentiu as medidas restritivas impostas pelos países exportadores de mão de obra. Nesse sentido, não se materializou a corrente contínua de exportação de mão de obra que pretendiam os fazendeiros paulistas, principalmente devido aos problemas internos e como consequências das desconfianças externas. As medidas adotadas pelos fazendeiros cafeicultores, maiores interessados e prejudicados com a falta de braços em suas

⁵²⁴ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982, p. 44-45.

⁵²⁵ Talvez, uma das principais medidas tomadas nesse sentido pelo Governo Imperial foi uma tentativa de Reforma nas relações de trabalho através da promulgação da Lei de Locação de Serviços em 1879, em que criou mecanismos de controle do trabalho pelos empregadores e a subvenção da imigração em massa.

⁵²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Prefácio*. In. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980, p. 40.

lavouras em expansão, visavam, evidentemente, o retorno do fluxo imigratório. Porém, este somente voltou a “normalizar-se” por volta da década de 1870. Neste momento já deixara de existir o conflito entre o Brasil e o Paraguai, o que encorajava os europeus a estabelecerem no Brasil, mas, sem sombra de dúvidas, não foi somente esta a causa do novo afluxo de imigrantes. São outras as bases propostas para a imigração e outros os elementos condicionantes. A partir de 1872 e principalmente na década seguinte, os italianos foram os novos europeus que se constituíram em um dos maiores contingentes imigratórios para o Brasil⁵²⁷. Mas isso já é uma outra história que será mostrada, brevemente, nas páginas seguintes.

5.2. Civilização, trabalho e subversão: os italianos nas terras de São João.

Existem divergências na historiografia sobre as questões relacionadas às transformações nas relações de trabalho no Brasil, principalmente sobre a introdução da força de trabalho livre na economia cafeeira paulista⁵²⁸. Os estudos de Sérgio Buarque de Holanda, em sua obra *Raízes do Brasil*, cuja inspiração viria primeiramente das teses de Max Weber, argumentava que os fazendeiros cafeeiros da região chamada Oeste Paulista – a qual era composta por Campinas, Piracicaba, São João do Rio Claro, entre outras – tinha um perfil puramente capitalista na administração das suas propriedades. Dessa forma, buscavam racionalizar a produção e, conseqüentemente, aumentar a lucratividade do empreendimento cafeeiro. Ora, a economia cafeeira emergiu nos meados dos oitocentos, após o colapso do tráfico transatlântico de escravos, fator primordial para o aumento do preço da mão de obra cativa e sinalizando para a abolição total da escravidão, o que somente veio a ocorrer no dia 13 de maio de 1888⁵²⁹. Diante da

⁵²⁷ WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982, p. 48.

⁵²⁸ Entre os vários autores, que se debruçaram sobre o assunto estão Sérgio Buarque de Holanda, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Otávio Ianni, Emília Viotti da Costa, Paula Beiguelman, Jacob Gorender, entre outros. Recentemente a historiografia vem caminhando a passos largos nessa questão, principalmente através dos estudos e pesquisas de historiadores como: Anna Lucia Duarte Lanna, Denise Moura, Alexandre Freitas Barbosa, Paulo Cesar Gonçalves, entre outros.

⁵²⁹ O processo de abolição da escravidão no Brasil foi lento e gradual, chegando mesmo a ter uma certa morosidade. Várias leis foram promulgadas no sentido de retardar ao máximo a extinção total do cativo no país. Conforme se mostrou com maior afinco no capítulo 4.

conjuntura que se apresentava, os fazendeiros cafeicultores recorreram ao mercado de mão de obra livre e perceberam que os custos para a manutenção dos escravos, bem como os investimentos iniciais, eram maiores, se comparados à utilização da mão de obra livre⁵³⁰.

Outros historiadores como Michael Hall e Verena Stolcke enfatizam que a introdução da força de trabalho livre nas fazendas de café, principalmente do imigrante europeu, não ocorreu pela falta de trabalhadores, muito menos por uma mentalidade empresarial, nos moldes do sistema capitalista então vigente, mas sim pelo temor de uma debandada dos trabalhadores após a concretização da abolição da escravidão no Brasil⁵³¹.

Após o malogro do sistema de parceria e, embora o escravo parecesse, naquele momento, à alguns políticos e fazendeiros a melhor solução para a economia cafeeira, não cessaram as tentativas de promover a imigração⁵³², e, conseqüentemente, substituir o escravo pelo trabalhador livre. O processo de inserção do trabalho livre nas fazendas de café na Província, posteriormente Estado, de São Paulo se deu, de certa forma, também de maneira gradual. As primeiras tentativas se deram, conforme foi estudado na seção anterior, a partir da década de 1840, entretanto, a parcela dos imigrantes atraídos pelo Brasil passou a ser disputada pelos cafeicultores paulistas que pretendiam, diante da crise iminente do sistema escravagista que já se renunciava, utilizá-la nas lavouras de café, com os projetos de colonização das áreas inabitadas, que tinham como pilar a instalação de imigrantes em pequenas propriedades. Viu-se, então, uma concorrência entre esses dois segmentos que demandavam trabalhadores estrangeiros: de um lado o projeto de colonização desses espaços vazios com a instalação de unidades familiares em pequenos lotes de terras nessas regiões; e de outro, a crescente demanda por mão de obra pelas fazendas de café com sua economia em plena expansão, especialmente na região conhecida, naquele período, como Oeste Paulista.

A partir de então, pode-se encontrar três momentos distintos do processo migratório para São Paulo, sendo, cronologicamente, definido da seguinte maneira:

⁵³⁰ HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁵³¹ STOCKE, Verena; HALL, Michael. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3 nº 6, pp. 80-120, Set. 1983.

⁵³² COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 233.

(1) 1850-1870 = os primórdios da imigração – quando emerge a cafeicultura e as primeiras tentativas de inserção do imigrante como alternativa aos custos elevados da força de trabalho cativa; (2) 1870-1888 = período em que se discutiu com maior afinco a questão do elemento servil, bem como a abolição do trabalho escravo no Brasil e, conseqüentemente, sua substituição pela mão de obra livre; e (3) 1889-1914 = quando da emergência da República e a necessidade de se definir novos rumos para a imigração a partir de novas propostas para sua viabilização⁵³³. Ora, no primeiro momento foram feitas as primeiras tentativas de radicação do imigrante nas lavouras de café já se prevendo o fim iminente do escravismo no Brasil, bem como se esquivar dos altos custos que passaram a incidir sobre a produção baseada na força de trabalho escrava. No segundo momento, se deram as mudanças mais significativas no regime de trabalho escravo, mesmo que gradualmente, conforme citado no capítulo anterior, foram aprovadas leis que, juntamente com a atuação de abolicionistas e movimentos sociais de escravos e libertos, colocaram fim ao escravismo no Brasil. E, por fim, no terceiro momento, quando chega ao auge a imigração, nesse período particularmente a italiana, quando, na última década do século XIX, se contabilizou a entrada do maior contingente de imigrantes daquele século.

Sobre esse fenômeno, José Sebastião Witter é bastante contundente ao enfatizar que o primeiro momento se caracteriza como uma época de transição. Nele fazem-se as primeiras tentativas de introduzir trabalhadores livres de origem alemã, suíço-alemã e portuguesa, com o intuito de, com essa tentativa iniciar gradualmente a substituição da mão de obra escrava. O segundo momento corresponde ao das leis graduais da abolição da escravidão e o início da introdução de imigrantes em escala maciça, em decorrência da “fome de braços” da agricultura brasileira. O terceiro período iniciado em 13 de maio de 1888 com a Lei Áurea, que abole definitivamente a escravidão, corresponde àquele em que, de fato, o trabalho livre é integralmente instituído. Com a abolição surge uma quantidade respeitável de indivíduos, os ex-escravos, a constituir um contingente importante de trabalhadores

⁵³³ WITTER, José Sebastião. *Imigrante, um fator de transformação da sociedade brasileira – São Paulo (1850-1914)*. In. ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

livres, embora a sociedade brasileira do período os visse como seres inadaptados às novas condições de modernização do país naquele momento⁵³⁴.

Assim, o momento que se vai analisar nas próximas páginas é justamente o segundo principalmente abordando a questão da inserção da força de trabalho livre nas fazendas de café paulista e dando especial atenção à imigração italiana na Província, depois Estado, de São Paulo; e, especificamente, a introdução e atuação do imigrante italiano na cidade de São João do Rio Claro. Nesse período, não apenas os debates no Parlamento e no Senado sobre a questão da substituição do trabalhador escravo pelo livre vinham causando certo alvoroço, mas também a imprensa inundava suas páginas argumentando que “a substituição dos braços do trabalho entre nós não é somente uma questão de moral e de justiça, mas igualmente uma questão de prosperidade e fortuna para os próprios agricultores”⁵³⁵.

Em artigo publicado no dia 11 de outubro de 1870 José Vergueiro mostrou que a “immigração comprehende as altas questões que mais interessam ao futuro do paiz”⁵³⁶. No referido artigo, Vergueiro demonstrou todo seu otimismo a respeito dos resultados do trabalho livre nas suas propriedades trazendo a público números e cálculos para dar consistência às suas ideias. Sobre a imigração para a chamada região Oeste da Província de São Paulo escreveu:

As experiencia de muitos annos tem-me convencido de que os cofres do Estado, em vez de fazerem sacrificio pagando *integralmente* a passagem do *immigrante lavrador*, que se estabelece ao Oeste da Provincia de S. Paulo, ao contrario terão apenas um desembolso temporario do qual serão altamente compensados. Em poucos annos será o Estado reembolsado do capital com os juros correspondentes e terá ao mesmo tempo creado valores productivos, cujo rendimento augmentará consideravelmente a riqueza publica⁵³⁷.

⁵³⁴ *Idem*, p. 120.

⁵³⁵ *Correio Paulistano*, Terça-feira, 11 de outubro de 1870.

⁵³⁶ *Correio Paulistano*, Terça-feira, 11 de outubro de 1870.

⁵³⁷ *Correio Paulistano*, Terça-feira, 11 de outubro de 1870.

A introdução do trabalho livre nos estabelecimentos agrícolas produtores de café, com os cafezais em plena produção, de acordo com José Vergueiro, se processou de maneira racional, elevando, consideravelmente a produção sendo, portanto, bastante vantajoso a utilização da força de trabalho livre do imigrante.

Vem, portanto a tocar cada immigrante 935 cafeseiros produzindo, 372 alqueires de café em cereja, que calculando a 2 alqueires por uma arroba de café limpo, produzem 186 arrobas de café limpo por immigrante.

Resultado: 140 trabalhadores cultivaram 130.951 pés de café, que produziram 52.222 alqueires; calculando a 2 alqueires por arroba fazem 26.111 arrobas de café limpo.

Pelas experiencias por mim feitas, não uma, mas sim repetidas vezes, resulta que o fructo do cafeseiro bem cultivado, principalmente com o capricho que o immigrante actualmente emprega, guarda a proporção de 2 alqueires rasoados de café em cereja para uma arroba de café limpo, e annos a que chega 31 libras e mais, isto é o termo médio do café colhido desde o principio da colheita, geralmente no mez de Junho até o final da mesma, Outubro ou Novembro.

Sem querer tomar por base meu calculo o vantajoso resultado que se apresenta, satisfaço-me com a metade do mesmo resultado, e estou certo que lavrador algum de café deixará de achá-la abaixo da realidade. Outrosim, aceito 4\$ como termo médio do preço que liquidam os nossos cafés nos mercados de exportação, o que sem duvida é igualmente baixo.

Satisfazendo-me com estes dados, formularei o calculo: 140 trabalhadores trataram de 130.954 pés de café formados e colheram 52.222 alqueires de café em cereja (2 alqueires por arroba) igual a 26.111 são 13.055 arrobas ou vendidas a 4\$ líquidos, produziram 52.220\$⁵³⁸.

José Vergueiro é enfático ao observar a necessidade da participação do Estado na promoção da imigração para atender a demanda por mão de obra pela lavoura cafeeira. Ele mostra informações ricas em detalhes sobre a importância de

⁵³⁸ *Correio Paulistano*, Terça-feira, 11 de outubro de 1870.

se subvencionar a imigração, de preferência indivíduos provenientes das regiões europeias, como Portugal, Itália e Alemanha, no sentido de “civilisar o trabalho”. Vergueiro torna público demonstrações contábeis a respeito do emprego de capital para a “*aquisição dos trabalhadores*”⁵³⁹.

140 imigrantes trabalhadores pagam de passagem de qualquer ponto da Europa máximo 100\$ por pessoa até o porto de Santos, e de Santos ao seu destino cerca de 20\$; temos pois:

140 imigrantes a 100\$ a passagem até Santos.....14.000\$000

Transporte até o lugar do seu destino.....2.800\$000

16.800\$000

140 imigrantes pagaram de direitos de exportação á razão de 12% sobre os 52.220\$, valor de sua produção de café ou 6.266\$400.

Tomando por base que os cofres do Estado paguem as passagens e mais despesas dos imigrantes, vou demonstrar em quanto tempo os mesmos cofres ficam reembolsados do capital despendido e juros correspondentes.

No primeiro anno o Estado desembolsou com 140 imigrantes, passagens e transporte para o interior.....16.800\$000

Juros a 6%.....1.008\$000

17.808\$000

Recebe, porém, direitos de exportação, como acima disse.....6.266\$400

Ficam os imigrantes devendo no fim do primeiro anno.....11.511\$000

Juros de 6% do segundo anno.....692\$496

12.231\$096

Recebe de novo o Estado os direitos de exportação, segundo anno.....6.266\$400

Ficam os imigrantes devendo no fim do segundo anno.....5.967\$096

⁵³⁹ *Correio Paulistano*, Terça-feira, 11 de outubro de 1870. (Grifo nosso).

Juros de 6% do terceiro anno.....358\$061

6.325\$757

Direitos de exportação iguaes aos dous annos anteriores.....6.266\$400

Saldo que ficam devendo os immigrants.....59\$357

Que dividido entre 140 immigrants, vem a tocar a cada um 424 réis.

Parece-me, portanto, que é inquestionavel a these por mim apresentada – que se os cofres do Estado pagarem integralmente a passagem dos immigrants lavradores que se dediquem a cultura do café, sacrificio algum fazem, ao contrario, terão feito um emprego summamente productivo, dotando a lavoura de braços e concorrendo poderosamente para a emancipação gradual do elemento servil⁵⁴⁰.

José Vergueiro toca, portanto, em um ponto crucial e que, nos anos que se seguiram, entrou definitivamente na agenda de debates e na pauta de discussões tanto do Parlamento quando do Senado no período imperial, a saber: a substituição da mão de obra escrava pela livre, claro aproveitando o amplo mercado de trabalhadores livres, composto por um exército de reserva apto para abastecer as lavouras de café da Província Paulista. O fazendeiro/empresário faz, então, uma breve comparação entre os dois sistemas de trabalho:

100 escravos trabalhadores importam não menos cada um de 2.000\$, inclusive siza e postos nos estabelecimentos, portanto 200.000\$.

Póde-se pois com o capital empregado em 100 trabalhadores escravos (200.000\$000) obter 1.666 trabalhadores livres.

Calculando-se em seguida sobre o termo médio (segundo fica demonstrado) do que produz o immigrant collocado em plantações feitas, 372\$, e admitindo que o escravo produz o mesmo que o immigrant, obtemos o termo médio de 361\$ produzido por trabalhador, com a diferença, porém, que 200.000\$ empregados na aquisição de braços livres

⁵⁴⁰ *Correio Paulistano*, Terça-feira, 11 de outubro de 1870.

proporcionarão 1.666 trabalhadores, os quaes produzindo á razão de 361 por pessoa, darão 601:426\$000.

Ao contrario.

200.000\$ empregados em trabalhadores escravos proporcionarão apenas 100, que, produzindo o mesmo que o immigrante, 361\$ por pessoa, apresentam apenas 36 contos e cem mil réis.

A vista disto valerá a pena ou não que o governo imperial empregue valores avultados na introducção e colocação de imigrantes?

Parece-nos que sim.

Para que, porém, os estabelecimentos já formados possam tirar ao mesmo tempo toda a vantagem da introducção de *braços livres* é indispensavel:

1º Que o governo despenda desde já, não quantias mesquinhas, mas sim de prompto dez a vinte mil contos, e assim por deante, pagando *integralmente as passagens* dos immigrantes, proporcionando terras por um lado e por outro lado realizando de prompto a entrada de 100 a 200 mil trabalhadores, devendo o governo aceitar e ter em vista o principio inquestionável: os trabalhadores devem procurar os proprietários e não os proprietários os trabalhadores.

2º Uma boa lei sobre o trabalho livre que garanta as partes justiça prompta e barata, Ybicaba, 24 de agosto de 1870 – JOSÉ VERGUEIRO⁵⁴¹.

Algumas das medidas propostas por Vergueiro foram tomadas, ainda naquela década de 1870, pelos Governos Imperial e Provincial. Sylvia Basseto afirmou que uma dessas medidas se deu com a criação da Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração em 1871. De acordo com esta historiadora, a referida Associação tinha por objetivo implementar projetos que viabilizassem a imigração para a Província de São Paulo e introduzir, dentro de um prazo de três anos, quinze mil colonos. O contrato firmado entre o Governo Provincial de São Paulo e a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, que expirou em 1874, foi

⁵⁴¹ *Correio Paulistano*, Terça-feira, 11 de outubro de 1870. (Grifo do original)

prorrogado por mais dois anos⁵⁴². Esta Associação estava encarregada de receber, alimentar, abrigar e encaminhar para o trabalho nas lavouras de café, imigrantes provenientes, principalmente aqueles oriundos do norte da Europa, na Província de São Paulo. Fundada por fazendeiros, tendo como Presidente e Vice, dois dos maiores cafeicultores da Província, o Barão de Souza Queirós e Antonio da Silva Prado, a Associação pagava todas as despesas de alimentação, hospedagem e cuidados médicos e, posteriormente, tinha suas despesas ressarcidas pelo Governo Provincial Paulista⁵⁴³.

Em 1874, de acordo com Emília Viotti da Costa, após a prorrogação dos contratos, recebia a Associação cem contos para colaborar no financiamento da passagem dos imigrantes. Esta medida se deu através da promulgação da lei nº 44, de 16 de abril de 1874. Dessa forma, o Estado chamava para si, cada vez mais, a responsabilidade por esse financiamento, passando a subvencionar a entrada de pequeno número de imigrantes. Atendia-se, com isso, a uma das principais queixas de colonos e proprietários que, desde as primeiras experiências da parceria, tinham considerado as dívidas com o transporte dos colonos um dos grandes fatores do insucesso da colonização do país⁵⁴⁴.

A historiadora Emília Viotti da Costa lembra ainda que pelo contrato firmado entre o Governo Provincial Paulista e a Associação Auxiliadora da Colonização e Imigração, o primeiro comprometia-se a auxiliar com a quantia de 60\$000 mil-réis por colono a ser empregado como simples trabalhador nos estabelecimentos rurais, e de 70\$000 mil-réis em se tratando de contratos de parceria. Aos menores de quatorze anos e a maiores de dois, seria atribuída quantia correspondente à metade oferecida aos adultos. Na hipótese de serem os imigrantes estabelecidos pelo sistema de propriedade, o governo se obrigava a pagar a quantia de 150\$000 mil-réis por imigrante adulto e 75\$000 mil-réis por criança⁵⁴⁵.

⁵⁴² BASSETO, Sylvia. *Política de mão-de-obra na economia cafeeira do Oeste Paulista (período de transição)*. Tese [Doutorado em História]. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP, 1982, p. 80.

⁵⁴³ UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. Dissertação [Mestrado em História Econômica]. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP, 2013.

⁵⁴⁴ COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 234.

⁵⁴⁵ *Idem*, p. 234.

Mesmo com todos os esforços para viabilização de uma política de subvenção estatal pró imigração, encontrava-se focos de resistência por parte de alguns fazendeiros das áreas conservadoras da Província Paulista. Resistência que foi capitaneada pelos fazendeiros do Vale do Paraíba Paulista, quando, naquela década, despenderam vultosas quantidades de capital na compra de escravos provenientes das Províncias do Norte e Nordeste através do tráfico interprovincial de cativos. Fazendeiros do Vale do Paraíba e do chamado Oeste Paulista entraram em conflito na Assembleia Provincial, estando à frente, e defendendo os interesses do segundo grupo, Antonio Prado e Rodrigo Silva, no sentido de se fazer aprovar os projetos de lei que visavam auxiliar as iniciativas imigracionistas na Província de São Paulo⁵⁴⁶.

Os fazendeiros ligados a Antonio Prado e Rodrigo Silva sabiam perfeitamente que o Governo Provincial, ao assumir os encargos com a imigração, diminuiu os gastos com mão de obra. Uma vez que, o sistema de parceria havia sido substituído por um sistema de contrato ou até mesmo por pagamento de serviços ou diárias, cabia aos trabalhadores imigrantes o cuidado com a limpeza de uma quantidade de pés de café, geralmente 2.000 por adultos, a colheita do café e também a realização de serviços diversos nas fazendas, consertos, reparos, o beneficiamento do café, bem como o transporte do produto⁵⁴⁷.

Percebe-se, então que estava na agenda do Governo Imperial em colocar adiante o projeto de substituição racial da força de trabalho, impulsionando a entrada de colonos europeus em uma situação aparentemente melhor favorável do que os indivíduos egressos do cativo. As propostas e projetos de se importar colonos se arrastava no Senado e no Parlamento desde os idos da década de 1830⁵⁴⁸. Porém,

⁵⁴⁶ Emília Viotti da Costa observou muito bem as divergências entre os Fazendeiros do Vale do Paraíba e do Oeste Paulista, quando mostrou que em virtude dessa oposição, as leis elaboradas pela Assembleia, visando incrementar a entrada de imigrantes, nem sempre foram executadas em toda a sua largueza pelo Governo Provincial. Em 1881, o legislativo autorizou o governo a despesar, com o serviço de imigração, 150 contos de réis. Entretanto, no decorrer de 1881 e 1882, não foram gastos nem 50% da verba votada. O mesmo sucedeu em 1884, quando a Assembleia autorizou despesas no valor de seiscentos contos, sendo quatrocentos para auxílio aos imigrantes e duzentos para a criação de núcleos coloniais. No período em questão, despenderam-se apenas 385 contos. Alegava o executivo falta de recursos do Tesouro Provincial. COSTA, Emília Viotti. *Da senzala a colônia*. 4 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1998, p. 236.

⁵⁴⁷ GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009, p. 128.

⁵⁴⁸ Ora, tome-se como exemplo o Art. 18 da Lei nº 601 de 1850 – a Lei de Terras: O Governo fica autorizado a mandar vir anualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem

uma legislação efetiva no sentido de impactar nas transformações no mercado de trabalho somente veio ocorrer com a promulgação da Lei de 28 de setembro de 1871, chamada Lei Rio Branco ou Lei do Ventre Livre. Uma vez que o ano de 1871 marcou o início da intervenção do Estado no mercado de trabalho, que pela primeira vez envolveu-se diretamente nas relações de trabalho. Ora, com a Lei do Ventre Livre o Estado estabeleceu o referencial para o processo de desescravização, articulando a abolição à regulamentação do trabalho livre⁵⁴⁹, conforme se mostrou com detalhes nas páginas anteriores. Portanto, para a análise da constituição de um mercado de trabalho nos moldes do sistema capitalista é necessário que se faça incursões sobre as relações entre abolição e imigração.

Ainda, nessa conturbada década de 1870, período primordial para a compreensão da formação de um mercado de trabalho no Brasil, na esteira das propostas enunciadas por José Vergueiro, foi aprovada uma “nova lei de locação de serviços”. Ao que parece, o artigo de Vergueiro surtiu efeito no meio político, uma vez que, em dezembro de 1878 era aprovada pela Câmara dos Deputados, em um clima de gravidade e urgência a referida lei, a qual foi promulgada no dia 1º de março de 1879 e entrou em vigor nesse mesmo ano.

O texto extenso e minucioso regulamentava os contratos efetivados especificamente na agricultura, com trabalhadores nacionais, libertos e estrangeiros, nas mais distintas condições dos sistemas de parceria agrícola e pecuária, além da locação de serviços. De acordo com Maria Lucia Lamounier, a Lei de Locação de Serviços de 1879 cuidava, principalmente, das garantias necessárias para o cumprimento dos contratos e previa com acuidade as faltas e negligências dos contratantes, além de dispor, detalhadamente, do processo e das penalidades competentes. Esta lei inovava em muitas de suas disposições instituindo novos moldes de relações entre os fazendeiros e seus trabalhadores. A grande novidade ficava, indubitavelmente, por conta das disposições antigrevistas, as primeiras na legislação brasileira. Afinal, até então, quando os trabalhadores faziam as chamadas

empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agrícolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração Pública, ou na formação de colônias nos lugares em que estas mais convierem; tomando antecipadamente as medidas necessárias para que tais colonos achem emprego logo que desembarcarem. *Collecção das Leis do Império do Brasil*, Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851, p. 307.

⁵⁴⁹ GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 202.

“paredes”, deviam ser processados individualmente, pois não havia um dispositivo na legislação que permitisse processá-los coletivamente⁵⁵⁰.

Ao que parece as condições materiais dos imigrantes que chegaram à cidade de São João do Rio Claro a partir da segunda metade da década de 1870 foram melhores do que daqueles que vieram no início com as primeiras experiências de inserção da mão de obra livre na década de 1840. Conforme apontou Liliana Bueno dos Reis Garcia, o prazo dos contratos assinados pelos imigrantes que foram destinados às lavouras cafeeiras de São João do Rio Claro era de um ano, ou seja, de safra a safra. O imigrante recebia a moradia gratuita e também era permitido ao colono o plantio de milho e feijão entre as ruas de café. Isto ocorria quando os pés de café ainda eram novos. Nas fazendas onde os cafezais eram mais antigos, seus proprietários reservavam lotes extras para o plantio de culturas de subsistência, e, algumas propriedades cediam pastos para vacas ou cabras⁵⁵¹.

Assim, dentro deste contexto, os imigrantes italianos passaram a entrar, em fluxo contínuo, no Brasil, atendendo as necessidades de mão de obra exigida pela economia cafeeira em plena expansão. Assim como em outros países europeus, como Portugal e Espanha, a Itália, naquele momento estava passando por profundas transformações econômicas e sociais, bem como nas relações capitalistas de produção, e que, ao adentrarem no campo, geravam a concentração das propriedades e a consequente expulsão dos pequenos proprietários, posseiros e meeiros que não se adequavam mais a essa nova ordem capitalista. Expulsos do campo, transformaram-se em um contingente de mão de obra para a indústria nascente, incapaz de absorver esse excedente de trabalhadores⁵⁵².

⁵⁵⁰ LAMOUNIER, Maria Lucia. *O trabalho sob contrato: a Lei de 1879*. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6 nº 12, pp. 101-124, mar/ago. 1986. Ainda, segundo essa historiadora, a lei de locação de serviços, promulgada em inícios de 1879 e apelidada por seus contemporâneos de Lei Sinimbu, pode ser considerada, em seu grau de complexidade, a primeira tentativa de intervenção do governo brasileiro na organização das relações de trabalho livre da agricultura. A intervenção visível era cobrir o mais amplamente possível com a legislação as relações de trabalho. “Quase um código rural!”, exclamaram várias vozes na época. Outra iniciativa do gênero, referente às relações de trabalho no campo, só ocorreria na história brasileira quase um século depois, no início dos anos 1960.

⁵⁵¹ GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009, p. 128.

⁵⁵² *Idem*, p. 128.

Ora, como bem disse José Jobson de Andrade Arruda, repulsão e atração são duas molas propulsoras da emigração⁵⁵³. Fatores que contribuíram para a repulsão e atração fizeram com que a Itália figurasse, a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX, como o principal mercado na oferta de mão de obra barata para atender a demanda da economia cafeeira, então em plena ascensão.

Tem-se, portanto, de um lado a Itália em movimento de repulsão, a qual se explica pela forma como ocorreu a penetração capitalista no campo, com a concentração da propriedade; altas taxas de impostos sobre a terra, que impeliram o pequeno proprietário a empréstimos e ao consequente endividamento; oferta, pelas grandes propriedades, de produtos a preços inferiores no mercado, eliminando a concorrência do pequeno agricultor; e, por fim, a sua transformação em mão de obra para a indústria nascente⁵⁵⁴, a qual não era, em sua grande maioria, absorvida, conforme foi mencionado anteriormente.

Assim, conforme mostrou a historiadora Zuleika Alvim, as condições particulares em que a Itália se inseriu nesse processo a transformaram em uma das maiores fornecedoras de mão de obra para o mercado americano durante a segunda metade do século XIX, não apenas para o Brasil com a economia cafeeira em plena expansão, mas também para a Argentina e Estados Unidos. Chega-se, assim, a plena compreensão do que foi o fenômeno emigratório italiano: decorreu da expansão do capitalismo, que induziu a Itália a se desfazer, entre emigrantes temporários e permanentes, de nada menos que “vinte milhões de indivíduos, entre 1861 e 1940, dos quais dezessete milhões, ou seja, 85% desse contingente, saíram entre 1861 e 1920⁵⁵⁵. A Figura nº 2 e a Tabela nº 36 apresentam as regiões de

⁵⁵³ ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas*. In: ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 18.

⁵⁵⁴ ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: os italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 22. Segundo Zuleika Alvim, o fenômeno imigratório não era desconhecido na Itália. As difíceis condições naturais já obrigavam há muito, em particular nas áreas de montanha, sempre as mais atingidas, que se buscasse o sustento familiar em outras regiões da própria Itália ou nos países vizinhos, sobretudo França e Alemanha. No entanto, a emigração de massa, como se convencionou chamar o fenômeno que caracterizou o século XIX, tem contornos bastante diferentes.

⁵⁵⁵ ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: os italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 24.

origem dos emigrantes italianos que desembarcaram no Brasil, além de mapear os portos de embarque.

FIGURA Nº 2

Emigrantes para o Brasil por província e respectivos portos de embarque.

FONTE: ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: os italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TABELA Nº 36
Emigração italiana para o Brasil
Regiões de origem (1876-1920)

Região	Quantidade
Vêneto	365.710
Campânia	166.080
Calábria	113.155
Lombardia	105.973
Abruzzi e Molise	93.020
Toscana	81.056
Emilia Romagna	59.877
Basilicata	52.888
Sicília	44.390
Piemonte	40.336
Puglia	34.833
Marche	25.074
Lazio	15.982
Umbria	11.818
Ligúria	9.328
Sardenha	6.113
TOTAL	1.243.633

FONTE: ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: os italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 62.

As informações fornecidas pelas ilustrações da Figura nº 2 e Tabela nº 36 são contundentes e apresentam números que chegam a impressionar. Entre as décadas de 1870 e 1920 a região do Vêneto forneceu 29,41% do total da mão de obra com destino ao Brasil. Segundo Zuleika Alvim, tais números tiveram impacto significativo, não apenas para o Brasil, mas também na região de origem. Três quartos da emigração transoceânica do Vêneto dirigiu-se, muito provavelmente em sua grande maioria, para as fazendas de café na Província de São Paulo, durante os últimos vinte e cinco anos dos oitocentos. Permite-se, então, afirmar que entre os países da América, o Brasil foi, praticamente, o único a receber vênets nesse período⁵⁵⁶.

Na sequência se observa regiões como Campânia, fornecendo 166.080 trabalhadores, a qual contribuiu com 13,35% do total; seguida da Calábria, com 113.155, representando 9,10% do total dos emigrantes; e a Lombardia que aparece como a quarta região no ranking de fornecedores de mão de obra para o Brasil com 105.973, a qual representava 8,52% do total. As outras regiões apresentadas na Figura nº 2 e na Tabela nº 36, como Abruzzis e Molise, Toscana, Emilia Romagna, entre outras, forneceram, entre as décadas de 1870 e 1920, 474.715 trabalhadores, muitos dos quais foram destinados às lavouras de café na Província de São Paulo, e representou, nada menos, do que 39,62% do total dos emigrantes italianos nesse período.

Angelo Trento apresenta informações e números que corroboram com os estudos realizados por Zuleika Alvim. De acordo com Trento, os primeiros imigrantes italianos que chegaram às fazendas de café em São Paulo em meados da década de 1870 provinham, com efeito, dos Abruzzis e Molise, mas, ao mesmo tempo, ia se formando uma emigração setentrional, composta principalmente de vênets e lombardos, que se dirigiu para as áreas meridionais de colonização. Mesmo no censo italiano quando abarca os dados do período chamado de “imigração em massa”, de 1881, de um total de 82.196 pessoas registradas com destino à ex-colônia portuguesa, vênets e lombardos eram 49,9% do total. De fato, como bem observa Angelo Trento, o componente vênets constituirá, por longo tempo, o

⁵⁵⁶ *Idem*, p. 63.

elemento mais numeroso da emigração italiana para o Brasil⁵⁵⁷, conforme ilustra a Tabela nº 37, apresentada a seguir.

⁵⁵⁷ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel / Instituto Italiano di Cultura di San Paolo / Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1988, p. 38-39.

TABELA Nº 37
Emigrantes italianos para o Brasil
Procedência regional (1878-1902)

Regiões	1878-1886		1887-1895		1896-1902		1878-1902
	v.a.	%	v.a.	%	v.a.	%	%
Piemonte e Vale de Aosta	1.767	2,5	15.198	3,1	6.598	1,8	2,5
Ligúria	558	0,8	2.823	0,6	2.098	0,6	0,6
Lombardia	6.098	8,5	60.380	12,3	20.107	5,4	9,2
Vêneto e Friuli	21.264	29,6	246.168	50,0	62.066	16,6	35,2
Emília Romagna	512	0,7	28.876	5,8	21.386	5,7	5,4
Itália do Norte	30.199	42,1	353.445	71,8	112.255	30,1	52,9
Toscana	6.340	8,8	26.542	5,4	26.746	7,2	6,4
Marcas	147	0,2	3.875	0,8	14.671	3,9	2,0
Úmbria	20	- - -	442	0,1	8.928	2,4	1,0
Lácio	- - -	- - -	308	- - -	12.273	3,3	1,3
Itália Central	6.507	9,0	31.167	6,3	62.618	16,8	10,7
Abruzzis e Molise	3.845	5,4	17.865	3,6	47.997	12,9	7,4
Campânia	8.913	12,4	37.845	7,7	71.093	19,1	12,6
Apúlia	117	0,2	6.707	1,4	14.157	3,8	2,2
Basilicata	9.504	13,3	10.177	2,1	14.727	3,9	3,7
Calábria	12.659	17,6	27.172	5,5	31.875	8,5	7,7
Sicília	45	- - -	7.776	1,6	12.937	3,5	2,2
Sardenha	13	- - -	107	- - -	5.254	1,4	0,6
Itália do Sul e Ilhas	35.096	48,9	107.649	21,9	198.040	53,1	36,4
ITÁLIA - TOTAL	71.802	100,0	492.261	100,0	372.913	100,0	100,0

FONTE: TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel / Instituto Italiano di Cultura di San Paolo / Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1988.

Ao se examinar os períodos apresentados nas tabelas anteriores, notar-se-á que, além do peso esmagador dos vênéticos e friulanos, a emigração lombarda também assumiu certo destaque, enquanto presença mais significativa da Itália Central é, justamente, a dos toscanos. No que se refere às regiões meridionais, têm notável consistência os campânios, seguidos de calabreses e abruzenhos. De acordo com Angelo Trento, na vertente da não-participação no processo emigratório, pode-se dizer que são apenas quatro as regiões que não dão praticamente nenhuma contribuição para o fluxo migratório para o Brasil: a Ligúria (onde os emigrados deram preferência para a Argentina), a Úmbria, e Lázio e a Sardenha, regiões com características de escassa emigração⁵⁵⁸.

Porém, conforme informou o historiador Angelo Trento, a Sardenha merece uma explicação à parte, já que não participou, em nenhum momento da emigração para o Brasil, salvo em 1896 e 1897, quando emigraram 5.200 pessoas, anos em que os agentes da imigração percorreram sistematicamente esta região, em um momento de crise e de aguçamento das denúncias contra a emigração subsidiada para o Brasil, confiando no isolamento da região e no escasso eco que tinham, naquele local, as polêmicas e protestos difundidos pela imprensa⁵⁵⁹.

Se, internamente, as razões que proporcionaram o movimento de repulsão que desencadeou a emigração de milhares de pessoas estavam intimamente relacionadas às transformações do sistema capitalista exposto anteriormente, onde ocorreu uma espécie de proletarização da mão de obra expulsa do campo que não foi absorvida pela indústria nascente. Principalmente nas regiões onde permaneciam resquícios feudais a única alternativa foi, justamente, a emigração para áreas do mundo que estavam em pleno florescimento e, quando se propagava a ideia de enriquecimento rápido e fortuna fácil. Se as condições socioeconômicas na Itália, naquele momento não eram favoráveis, o Brasil emergia como uma alternativa à pobreza extrema que se vislumbrava em seu país de origem. Ora, a expansão da economia cafeeira na Província de São Paulo proporcionou aumento na demanda por mão de obra na lavoura e a crise do sistema escravagista se manifestava com

⁵⁵⁸ *Idem*, p. 40.

⁵⁵⁹ *Ibidem*, p. 40.

pujança. Assim, O movimento migratório transoceânico que se materializou entre a segunda metade do século XIX e início do século XX fez com que milhares de italianos deixassem suas famílias e sua pátria não apenas para “fazer a América”, mas também em busca de melhores condições materiais e de vida.

Porém, o sonho de “Fazer a América” se desmoronou a partir do momento em que muitos italianos, quando da diáspora, desembarcaram no Brasil, uma vez que foram submetidos a condições subumanas de trabalho e perceberam que estavam atendendo a demanda de braços no processo de expansão da economia cafeeira, principalmente no chamado Oeste Paulista, sobretudo em localidades como São João do Rio Claro, Limeira, Piracicaba, São Carlos e Campinas.

Importante salientar, também, que para se realizar uma análise das relações peculiares de trabalho estabelecidas nas fazendas de café é preciso considerar que a imigração italiana ocorreu de uma sociedade agrária para outra sociedade agrária. Assim, em estudos sobre o fenômeno imigratório italiano para São Paulo, ao se realizar uma comparação entre a sociedade agrária brasileira e italiana, Zuleika Alvim escreveu:

O que diferiu basicamente foi a inexistência no Brasil, de um mercado de trabalho pré-industrial: um mercado formado por homens livres, já que a exploração da mão de obra ainda se apoiava na escravidão, cuja tônica era a violência e a opressão, situação desconhecida para os imigrantes. De qualquer modo, eles aqui chegavam para criar um mercado até então inexistente. Mas tais homens e mulheres vinham de um mundo com regras e valores muito precisos, que guiavam seu comportamento, inclusive na sociedade de adoção⁵⁶⁰.

Nas fazendas de café do Oeste Paulista o cotidiano de trabalho que se apresentava ao imigrante tinha como pilar as unidades familiares, assim como os contratos de trabalho estabelecidos. Na maioria das vezes esta estrutura baseada

⁵⁶⁰ ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: os italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 76.

no aproveitamento da mão de obra em unidades familiares representava a única alternativa do trabalhador estrangeiro.

Ora, conforme explica Zuleika Alvim, para as grandes ou pequenas unidades familiares cujo destino foi a Província, depois Estado, de São Paulo, o trabalho de todos era um valor que devia ser preservado: desde os arrendatários, os meeiros e os pequenos proprietários italianos que chegaram até 1886, a família era a unidade fundamental para a organização do trabalho. Trabalho esse geralmente voltado para a propriedade familiar, que, por sua vez, parecia pertencer mais ao grupo que ao indivíduo e onde o chefe de família funcionava mais como gerente do que como proprietário de terra ou, até mesmo como o próprio provedor⁵⁶¹.

São João do Rio Claro recebeu uma parcela significativa da corrente imigratória para o Brasil. Pode-se observar que a taxa de aumento da população na cidade que declinava fortemente após 1872, passou a subir novamente. No ano de 1888, conforme afirmou Warren Dean, o consulado italiano de São Paulo calculou que já haviam 650 imigrantes italianos distribuídos pelas fazendas de São João do Rio Claro, e outros 650 na área urbana. Os trabalhadores estrangeiros que passaram pela Hospedaria dos Imigrantes durante a década de 1891-1900 podem ser calculados em 12.700 almas, enquanto o aumento total da população foi de 13.842. A taxa líquida de crescimento natural da população foi de aproximadamente 1,5%, mais 4.725 nascimentos do que mortes⁵⁶². Muito provavelmente houve significativa migração de outras cidades para São João do Rio Claro, que, nesse período, já começava a dinamizar sua economia urbana. A Tabela nº 38 apresenta, informações importantes a respeito da chegada de imigrantes na cidade. Com efeito, a Tabela nº 39 mostra a dinâmica demográfica local, as quais irão contribuir, sobremaneira, para uma análise da contribuição da imigração para o crescimento populacional de São João do Rio Claro no período em análise.

⁵⁶¹ *Idem*, p. 75.

⁵⁶² DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 154.

TABELA Nº 38
Chegada de Imigrantes
São João do Rio Claro (1883-1903)

Ano	Número	Ano	Número
1883	222	1898	488
1893	2.089	1900	237
1894	1.088	1901	1.013
1895	2.523	1902	812
1897	2.209	1903	161

FONTE: Presidente da Província, Relatório de 1883. Anuário Estatístico para os anos de 1893-1921. Apud. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 154.

TABELA Nº 39
Dinâmica demográfica de São João do Rio Claro
(1822-1920)

Ano	Total	Porcentagem de crescimento anual	Ano	Total	Porcentagem de crescimento anual
1822	1.514	- - -	1886	20.133	2,4
1835	2.906	6,5	1890	24.584	5,5
1857	6.564	6,0	1900	38.426	5,6
1872	15.035	8,6	1920	58.262	2,6

FONTE: Presidente da Província, *Relatório* de 1857. Comissão Central de Estatística, Relatório de 1886. *Recenseamento Geral do Império do Brasil* para o ano de 1872. Anuário Estatístico para os anos de 1893-1921. Apud. DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p. 155.

Como se pode perceber, de modo geral, que a imigração contribuiu consideravelmente para o crescimento populacional da cidade de São João do Rio Claro. Entre os anos de 1872 e 1900, considerando-se que no ano de 1895 foi registrado o ingresso do maior contingente de imigrantes na cidade, houve um salto de 255,6% no aumento do número de habitantes. Em 1872 existiam na cidade de São João do Rio Claro 15.035 moradores, sendo que, 818 deles eram estrangeiros, o que representava 5,4% da população total naquele ano⁵⁶³. Para o ano de 1890 as informações são conflitantes e inconclusivas. O Relatório para o ano de 1883 do Presidente da Província de São Paulo Barão de Guajará, e que foi analisado exaustivamente por Warren Dean, aponta para a entrada de 222 estrangeiros em São João do Rio Claro, somente naquele ano, e, considerando os dados do Consulado Italiano, que, segundo Angelo Trento, indica a existência de 1.300 italianos na cidade no ano de 1888⁵⁶⁴, ter-se-ia um total de 1.522 estrangeiros com residência fixa naquele local, apenas tendo como baluarte as informações referentes aos anos de 1883 e 1888. Enquanto que o Recenseamento Geral de 1890 aponta para a existência de apenas 151 estrangeiros residentes no local, já contabilizados os estrangeiros que fixaram residência nas áreas rural e urbana⁵⁶⁵.

Os quinze últimos anos do século XIX (1886 – 1900) o número de estrangeiros que foram registrados na Hospedaria dos Imigrantes em São Paulo com destino a São João do Rio Claro chegou a surpreendente marca de 11.536 almas. Desse total, os italianos figuravam no topo do ranking com esmagadora maioria, somando 9.314 indivíduos, sendo que eles representavam 80,7% dos trabalhadores estrangeiros registrados na Hospedaria de Imigrantes que tinham como destino a cidade de São João do Rio Claro. Por seu turno, nesse período, imigrantes portugueses, espanhóis, alemães e austríacos, dentre outras nacionalidades, tinham peso menor ao grupo de italianos, os quais representavam 19,3% do total. Importante salientar que nesse período foi o auge da diáspora italiana, conforme se ilustra na Tabela de nº 40, exposta a seguir.

⁵⁶³ *Recenseamento Geral do Império do Brasil para o ano de 1872.*

⁵⁶⁴ TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel / Instituto Italiano di Cultura di San Paolo / Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1988.

⁵⁶⁵ *Recenseamento Geral do Brasil para o ano de 1890.*

TABELA Nº 40

**Imigrantes registrados na Hospedaria de Imigrantes com destino a
São João do Rio Claro – Por sexo e nacionalidade (1886-1900)**

NACIONALIDADE	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	%
Italiana	5.138	4.176	9.314	80,7
Espanhola	391	324	715	6,2
Austríaca	348	302	650	5,6
Portuguesa	391	218	609	5,3
Alemã	103	53	156	1,4
Outras	47	45	92	0,8
TOTAL	6.418	5.118	11.536	100

FONTE: *Registros de matrícula de imigrantes* – Hospedaria de Imigrantes. Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

A título de conclusão, mesmo com informações desencontradas referente ao número de imigrantes que foram encaminhados para as lavouras de café de São João do Rio Claro, pode-se afirmar que os imigrantes – italianos, alemães, portugueses, entre outros – contribuíram, sobremaneira, com o desenvolvimento, não apenas econômico da cidade, mas também social e cultural. Ora, ao se realizar uma análise e observar os estabelecimentos comerciais para o ano de 1872 percebe-se a existência de 142 unidades distribuída nas mais diversas atividades assim discriminadas no Almanak de S. João do Rio-Claro para o anno de 1872:

Armazens - 62; Açougues – 9; Advogados – 6; Boticarios – 2; Bilhares – 2; Barbeiros – 2; Collegios – 2; Fabrica de carros – 3; Fabrica de cal – 2; Dentistas – 2; Ferrarias – 6; Hospedarias – 3; Latoeiros – 4; Mascates – 4; Marceneiros – 4; Medicos – 4; Padarias – 3; Serventuários – 4; Sellarias – 2; Tabernas – 8. Estes estabelecimentos comerciaes, as industrias e

profissões são representadas por: 74 brasileiros, 31 portugueses e 37 por alemães, italianos e de outras nacionalidades⁵⁶⁶.

A partir das informações do documento cima citado comprova-se que 47,9% dos estabelecimentos comerciais existentes em São João do Rio Claro tinham como proprietários imigrantes italianos, portugueses, alemães, dentre outras nacionalidades. Isso mostra que muitos dos imigrantes que desembarcaram no Brasil durante o século XIX possuíam algumas qualificações⁵⁶⁷. Entre os imigrantes italianos que chegaram ao Brasil no período que compreendeu as três últimas décadas do século XIX estava João Fittipaldi, que nasceu na região da Basilicata no dia 30 de outubro de 1868. Era filho de Luigi Fittipaldi e de Antonia Sarubi, ambos, também nascidos na região da Basilicata. Licia Capri Pignataro narra da seguinte maneira o relato da filha de João Fittipaldi em entrevista no começo da década de 1980.

João Battista Fittipaldi veio ao Brasil com apenas 15 anos de idade. As causas da saída de sua terra natal são as mesmas, umas mais intensas outras menos, que influenciaram naquela época da história da Itália muitos imigrantes, que possuíam os mesmos problemas econômicos e necessidade de trabalho. Chegando no Porto do Rio de Janeiro em 15 de junho de 1884, a bordo do vapor “França” que transportava imigrantes, dirigiu-se a Rio Claro e seu primeiro trabalho foi o de marceneiro e carpinteiro na Fazenda São José, hoje de propriedade dos descendentes de Lineu de Paula Machado. João Fittipaldi era um verdadeiro artista, um artesão em trabalhos de marcenaria. Conhecia José Castellano e Felice Antonio Gaetano e por eles foi convidado para trabalhar na importante

⁵⁶⁶ *Almanak de S. João do Rio Claro para o anno de 1873*. Org. por Thomaz Carlos de Molina e pub. por José Maria Lisboa. Ed. Facsimilar. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, p. 57-58.

⁵⁶⁷ A título de exemplo, a partir dos registros da Igreja Luterana de Rio Claro, pode-se fazer um mapeamento das profissões dos imigrantes alemães que frequentavam esta instituição religiosa. Consta, portando, nos registros, entre profissão e o número de imigrantes que exercem a mesma: Colono – 52, Ferreiro – 16, Proprietários de fazenda – 13, mestre padeiro – 9, lavrador – 5, construtor de máquinas – 5, chapeleiro – 4, diretor de colônia – 3, agricultor – 3, médico – 2, marceneiro – 2, pedreiro – 2, farmacêutico – 2, relojheiro – 2, sapateiro – 1, cacheiro – 1, torneiro mecânico – 1, mineiro – 1, serralheiro – 1, oleiro – 1, armador – 1, trabalhador manual – 1, comerciante – 1, fabricante de cerveja – 1, mestre latoeiro – 1. Esses profissionais totalizam o número de 130 indivíduos de nacionalidade alemã qualificados para os mais diversos trabalhos especializados na cidade de São João do Rio Claro entre os anos de 1866 a 1875. *Arquivo da Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil – Paróquia Evangélica da Confissão Luterana de Rio Claro*.

Firma. Posteriormente, devido à confiança e estima que lhe devotavam os fundadores da importante Casa de Comércio, tendo demonstrado especial interesse em tudo o que fazia, foi convidado para ser um dos sócios de Caetano Castellano & Cia. no dia 17 de março de 1894, chegando a exercer o cargo de Vice-Presidente. Foi assim que se estreitaram, cada vez mais, os laços de amizade entre aqueles antigos italianos. João Battista Fittipaldi casou-se, em Rio Claro com Rosa Maria Chiacchia⁵⁶⁸.

Almas heroicizadas deixadas de lado, pode-se extrair do depoimento acima a confirmação de que o imigrante qualificado tinha um leque maior no mercado de trabalho que começava a ter sua própria dinâmica na cidade de São João do Rio Claro. João Fittipaldi não era apenas um marceneiro ou carpinteiro comum, ele era, sobretudo, “um artista”, onde houve concorrência entre alguns empresários, italianos por sinal⁵⁶⁹, pelos seus serviços.

Histórias como as de João Fittipaldi são contadas com certa frequência, principalmente para ilustrar o espírito voltado ao trabalho e ao empreendedorismo na saga do imigrante italiano no Brasil. Porém, nem todos tiveram a mesma sorte para que suas histórias fossem contadas dessa maneira, conforme aconteceu com a história dos italianos Paschoal Cezar, Marangon Luigi, Marangon Bomfilho, Marangon Antonio e Orlando Ferdinando. Mas algumas semelhanças, certamente, podem ser encontradas nas histórias das aventuras de cada imigrante italiano que desembarcou no Brasil com o sonho de “Fazer a América”.

A história desse grupo de italianos chegou até nós através de um processo criminal pelo fato ocorrido no dia 12 de abril de 1891. Como é sabido, processos criminais têm sido crescentemente utilizados por historiadores, sociólogos e antropólogos, como fonte para os mais diversos temas de pesquisa. Documentação rica em vários aspectos, presta-se como uma janela através da qual é possível

⁵⁶⁸ *Depoimento de Lizetta Fittipaldi. Apud, PIGNATARO, Lícia Capri. Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”, 1982.*

⁵⁶⁹ Não era raro alguns imigrantes desembarcarem no Brasil com suficiente capital para investir nos mais diversos empreendimentos, na busca de novas oportunidades que o seu país de origem não lhes dava. Não foi diferente com imigrantes italianos. Em São João do Rio Claro teve-se como exemplo José Castellano e Felice Antonio Gaetano que investiram em uma casa de comércio, onde, na maioria das vezes, empregavam conterrâneos em suas empresas.

enxergar indícios e sinais que nos conduzem às mais diferentes imagens da vida social e das relações que predominavam na sociedade em determinada época. Conforme mostrou Ivan de Andrade Vellasco, os processos criminais ao reconstruírem eventos circunscritos, muitas das vezes banais em suas dimensões e alcance, como brigas de vizinhos, agressões verbais, ou ainda acontecimentos cuja dramaticidade do desenlace já se perdeu no tempo, como assassinatos e crimes violentos, esses documentos espelham e retratam as formas do viver, os modos de ser e agir numa dada formação social. Se não são confiáveis quando se trata de aquilatar o peso de certas práticas no cotidiano da época, uma vez que sua produção deriva exatamente de práticas específicas criminalizáveis que venham a ser objeto da ação judicial, são, no entanto, e por isso mesmo, uma fonte de entrada direta nos momentos de exceção, no conflito, na suspensão da norma cotidiana⁵⁷⁰.

Dessa forma, comunga-se com as ideias e reflexões elaboradas por Ivan de Andrade Vellasco, quando este escreve que os processos judiciais constituem fragmentos que, ao registrarem relações conflituosas e as formas de resposta aos conflitos, permite-se enxergar, em negativo, as regras que regiam as condutas cotidianas e as expectativas recíprocas de comportamentos que deveriam prevalecer na relação entre indivíduos distintos e grupos socialmente delimitados, ou mesmo aqueles pertencentes ao mesmo grupo social, regras que balizavam os limites entre a aquiescência e a desobediência, entre o acatamento e a reinterpretação da regra, quando ela se tornava fonte de conflito e negociação⁵⁷¹.

A história que teve como personagens principais os italianos Paschoal Cezar, Marangon Jeronymo, Marangon Luigi, Marangon Bomfilho, Marangon Antonio e Orlando Ferdinando começou no dia “12 do mez de abril de 1891”⁵⁷² quando

Num disturbio havido na povoação de Annápolis na cidade de S. João do Rio Claro entre os praças do destacamento, paisanos e varios individuos de nacionalidade italiana, por occasião de se effectuar a prisão de um destes, os demais que no dicto conflicto tomaram parte saliente, offenderão a

⁵⁷⁰ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Laurindo*. In: *Revista História*, São Paulo, v. 25, nº1, pp. 147-169, 2006, p. 147-148.

⁵⁷¹ *Idem*, p. 148.

⁵⁷² AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

Manoel Portella e o praça João de Deus do Espírito Santo sendo o primeiro offendido por Paschoal Cezar, por arma de fogo e o segundo por Marangon Jeronymo por instrumento perfurocortante⁵⁷³.

O processo é longo, o qual conta com pouco mais de 220 páginas, porém, não há no corpo do mesmo auto de qualificação dos italianos, o que vem a dificultar a análise aprofundada do perfil de cada indivíduo. Mas, felizmente foram arroladas testemunhas das mais diversas camadas sociais e étnicas. A participação das testemunhas nos tribunais no século XIX, sem sombra de dúvidas, era fundamental na condenação ou absolvição do réu.

As vítimas foram, ambas, atendidas na Santa Casa de Saúde da cidade de São João do Rio Claro, que, posteriormente, foram encaminhadas para exame de corpo de delito para registrarem os ferimentos e dar prosseguimento ao processo judicial. As vítimas foram arroladas como testemunhas. Em seus depoimentos, tanto Antonio Manoel Portella e João de Deus do Espírito Santo alegaram terem sido vítimas do grupo de italianos que estava “aterrorizando o povoado de Annápolis na cidade do Rio Claro”⁵⁷⁴. As testemunhas seguem o mesmo protocolo ao dizerem que o grupo de italianos estavam aterrorizando a região. A primeira testemunha arrolada no processo, Brazilio de Godoy Bueno, demonstra preocupação com a ordem e segurança pública com sucessivas reprovas às ações do referido grupo de estrangeiros.

Brazilio Godoy Bueno, com quarenta e trez annos de idade, natural de Mogy Mirim, cazado, lavrador e morador em Anápolis, nesta cidade de S. João do Rio Claro, e aos termos disse nada. Jurou aos Santos Evangelhos dizer a verdade e sendo inquirido sobre os factos constantes no auto de flagrante respondeu que hontem doze do corrente as trez horas mais ou menos da tarde na Povoação de Annápolis informado por João Pinto Pereira subdelegado d'aquelle districto e outras pessoas conceituadas do mesmo logar que diversos italianos dentre os quais achavam-se os réus

⁵⁷³ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

⁵⁷⁴ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

presentes tinham agredido a polícia local do destacamento e a diversos paisanos, sendo que os réus presentes achavam-se armados de revolver, machadinha e um rifle tomado a uma das praças daquelle destacamento, elle depoente offereceu-se ao mesmo subdelegado para auxilial-o na prisão dos réus, a vista do perigo iminente que corria toda a população daquelle freguezia por ser avultado o numero de desordeiros, a que fez prendendo o colono Marangon Antonio, auxiliado nesta prisão por Francisco Benjamim de Arruda. Entregando o dito preso a autoridade e por falta de guardas na casa que serve de cadeia alli ficou elle depoente quardando a mesma onde já estavam diversos presos. Disse mais que da luta travada entre os referidos italianos com as demais pessoas que se achavam na ocasião, soube por assim dizer que sahiu ferido por uma balla de revolver e outros ferimentos que parecem ser feitos por instrumento perfurante um individuo de cor preta que se chama Antonio Manoel Portella, empregado na fazenda do cidadão Estevão Xavier de Negreiros, e bem assim uma praça ali deste destacamento com ferimento na cabeça produzido por machadinha ou rifle. Disse mais que o offendido Portella cujos ferimentos foram juntos julgados graves, e que veio em companhia dele depoente para o hospital da Santa Casa de Misericórdia desta cidade, onde foi-se colhido. Disse mais finalmente por ouvir dizer a pessoas de todo conceito que o revolver que se acha presente é de propriedade de Paschoal Cezar a quem foi tomado o mesmo revolver gerando-se o dicto conflicto já referido⁵⁷⁵.

As demais testemunhas, entre elas Francisco Benjamim, citado no depoimento de Brazilio Godoy Bueno, seguem o mesmo roteiro. Os relatos das ações de “desordens” provocadas pelo grupo de italianos liderados por Paschoal Cezar aparecia com frequência nos depoimentos das testemunhas, no sentido de demonstrar o perigo causado por pessoas e grupos considerados perigosos pelas autoridades locais. Um telegrama datado do dia 13 de abril de 1891, portanto um dia após a ocorrência, foi encaminhado ao Delegado de Polícia de São João do Rio Claro e, conseqüentemente, repassado ao Presidente do Estado de São Paulo, Américo Brasiliense de Almeida Melo, com relatos da situação da segurança pública daquela localidade.

⁵⁷⁵ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

Uma praça ferida.

Uma unicamente com paizanos guardando o quartel com 4 presos. O cabo com paizanos no encalço de um criminoso. Paizanos feridos. Perigo de ataque ao quartel. Se não vim praças desprezo tudo e direi a população salvese quem puder⁵⁷⁶.

O criminoso a qual o subdelegado se referia e que estavam no encalço era, justamente, Paschoal Cezar, aparentemente, na percepção do subdelegado, o causador de todo o conflito. Paschoal Cezar se encontrava na casa de um dos parentes de Marangon Luigi, o qual lhe deu abrigo, porém, conforme relatado no processo, foi capturado naquele mesmo dia. Os delegados e subdelegados eram, particularmente, preocupados em manter sua autoridade junto à população. Ao que parece, naquele povoado em Annápolis, próximo à São João do Rio Claro, o grupo de colonos provenientes da Itália, dentro da concepção do subdelegado João Pinto Pereira, estava desafiando sua autoridade. Ora, isso parece ser, conforme afirmou Karl Monsma, uma das características universais da polícia. O uso indevido da violência pela polícia ocorre quando policiais se sentem desacatados ou desafiados. Para os delegados ou subdelegados de final do século XIX, quase sempre ligados a/ou parte da elite local, a respeitabilidade não dependia do cargo, mas a falta de respeito à sua autoridade era profundamente irritante pelas mesmas razões que a falta de respeito irrita as elites em geral. Implicaria, portanto, a falta de reconhecimento de sua posição social. Implicitamente, questiona seu direito de representar-se como integrante de uma camada superior e distinta⁵⁷⁷.

Importante lembrar que os delegados de polícia interioranos do Império e do início da Primeira República muitas vezes eram vistos apenas como representantes das elites locais, principalmente dos grandes fazendeiros. Em arguta observação Karl Monsma explica que isto certamente capta aspectos importantes da realidade. Embora nomeados pelos Presidentes das Províncias, e posteriormente pelos Governadores dos Estados, os delegados quase sempre eram escolhidos pela

⁵⁷⁶ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

⁵⁷⁷ MONSMA, Karl. *A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900: escravos, libertos, portugueses e italianos*. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, junho de 2008.

facção dominante da elite local. Quando não eram parte dessa elite, eram fortemente relacionados a ela por laços de dependência. Antes de 1906, os delegados do interior paulista não recebiam salários; sua principal recompensa, além de certo prestígio local, era a oportunidade de promover os interesses de sua facção e perseguir seus inimigos, assim acumulando créditos nas trocas de favores com os integrantes de seu grupo⁵⁷⁸.

Ainda, de acordo com Karl Monsma, os delegados também precisavam se preocupar em manter sua autoridade sobre os destacamentos policiais e em sustentar a autoridade dos soldados da polícia entre os populares. Os delegados dependiam dos destacamentos do Corpo de Permanentes - antecedente da atual Polícia Militar, que passou por várias reorganizações e renomeações no período focado aqui - para o patrulhamento das cidades e para ajudá-los a prender suspeitos e controlar desordens. A estrutura dual da polícia gerava muitos conflitos de jurisdição e acusações de falta de colaboração entre os delegados e os comandantes dos destacamentos, o que minava o respeito pelo delegado entre os soldados rasos. Ora, naquele período ímpar, os praças quase sempre eram recrutados entre as camadas populares e muitas vezes sofriam o desrespeito do povo. Com a desmoralização dos soldados, os delegados ficavam sem uma força capaz de impor a lei, além de encontrar dificuldades para fazerem-se respeitados pela população. Por outro lado, os soldados também perdiam eficácia quando se aproximavam demais da população local. Fazendo amizades, resistiam reprimir seus amigos, o que facilmente levava a desacatos ao delegado. Por isso interessavam às autoridades superiores manter certa rotatividade dos soldados. Vários delegados pediram a transferência de praças porque haviam formado relações com moradores da localidade⁵⁷⁹.

Determinadas situações poderiam comprometer, substancialmente, a autoridade policial, sobretudo desacatos públicos que tinham, particularmente, a capacidade de minar o poder e comprometer a atuação das forças policiais e, conseqüentemente, gerar desordens e descontrole de vigilância sobre a população. O aparente desafio público à autoridade do subdelegado e do destacamento policial imposto pelo grupo de italianos liderados, ao que parece, por Paschoal Cezar

⁵⁷⁸ *Idem.*

⁵⁷⁹ *Ibidem.*

colocou em questão a autoridade de direito dos primeiros, o que poderia causar uma reação em cadeia por parte de outras pessoas de grupos sociais distintos considerados dotados de certa periculosidade, principalmente em localidades onde o número de efetivos policiais eram reduzidos⁵⁸⁰.

O depoimento do indivíduo “de cor preta” de nome Antonio Manoel Portella é esclarecedor, não apenas a respeito do conflito em que esteve envolvido, mas também mostra a situação da Instituição Policial naquele momento em São João do Rio Claro quando diz que foi “intimado” pelo Subdelegado para ajudá-lo a prender o grupo de italianos.

Aos treze dias do mez de Abril do anno de mil oitocentos e noventa e um, nesta cidade de S. João do Rio Claro, na Caza de Mizericordia onde veio o

⁵⁸⁰ Não era desse período – três anos após a Proclamação da República – que o número de praças do destacamento de São João do Rio Claro passava por dificuldades no seu efetivo. No dia 29 de dezembro de 1884 o delegado de polícia encaminhou um ofício ao Chefe de Polícia da então Província de São Paulo solicitando aumento no número de policiais. Constava no referido ofício: “esta noite de dez para onze horas vieram á minha caza pedir providencias afim de despersar um grupo de portuguezes que, armados de faca e cacete, um tanto embriagados gritavam e ameaçavam os habitantes das ruas por onde passavam. Nenhuma providencia n'este sentido pude dar visto que no destacamento desta cidade existem apenas 3 praças. Conta-me que aquelles portuguezes pretendem voltar a esta cidade e reproduzirem aquellas cenas de desordem e talvez com circunstancias muito mais aggravantes por contar com a falta de força publica para repellilos”. APESP. *Delegado de Polícia de São João do Rio Claro ao Chefe de Polícia*, 29 de dezembro de 1884. Polícia - 1884. Em muitos aspectos, a passagem da Monarquia para a República em pouco alterou o cotidiano do País. Machado de Assis em *Esau e Jacó* – obra publicada no ano 1904 – tratou o tema com ironia, marca que lhe era peculiar, quando construiu uma narrativa da história da República, quando do processo de substituição da Monarquia, não passou de simples marcadores de tempo, meros pontos cronológicos que na prática não produziu grandes transformações na sociedade da época. Em um dos trechos da obra o narrador menciona o dilema de Custódio quando da reforma da tabuleta de sua confeitaria estabelecida no Bairro do Catete, no Rio de Janeiro, há quarenta anos com o nome de Confeitaria do Império. Algumas palavras do capítulo LXII são substanciais para ilustrar a passagem da Monarquia à República subordinada a ficção: “Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente a república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete dizia só isto: “Pare no D.” Com efeito, não era preciso pintar o resto, que seria perdido, nem perder o princípio, que podia valer. Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes. “Pare no D”. ASSIS, Machado de. *Esau e Jacó*. Porto Alegre – RS: L&PM, 2012. Portanto, ao perceber a movimentação política o confeitiro suspendeu a pintura da placa diante da instabilidade política: “Confeitaria d...”. Assim, para Machado de Assis, pouco importava as alterações na forma de governo, se Monarquia ou República, uma vez que a mudança de regime não provocou transformações no cotidiano das pessoas comuns. Era apenas mudanças de gabinetes e de nomenclatura. José Murilo de Carvalho lembra muito bem a frase de Aristides Lobo publicada no Diário Popular de São Paulo no dia 15 de novembro de 1889: “O povo assistiu a tudo bestializado”. CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

Delegado de policia cidadão Benedicto Leite de Freitas Junior, com migo escrivão abaixo nomeado, ahi presente o offendido Antonio Manoel Portella, a elle lhe fez as perguntas seguintes: Qual o seu nome? Respondeu chamar-se Antonio Manoel Portella; idade, filiação, estado, profissão? Com quarenta annos mais ou menos, cazado, lavrador, natural de Pernambuco. Perguntado como se deu o facto occorrido hontem na povoação de Annapolis a tarde, em que elle presente foi offendido? Respondeu que intimado pelo subdelegado daquelle districto cidadão João Pinto Pereira para auxilial-o na prisão de alguns italianos, desordeiros que juntos achavam-se na Caza de Negócios de Antonio Maturana, obedecendo a ordem o acompanhou. Chegados a referida caza foi o mesmo subdelegado agarrado pelo braço por alguns dos italianos que a todo custo querião fazel-o entrar no intuito de melhor o aggredirem, sendo obstados neste proposito por elle relatante e por alguns moços que por sua vez puxavam João Pinto Pereira para fora da porta da caza. Nessa occasião um dos italianos armados de revolver e que pelo nome não conhece, disparou-lhe um tiro que passando pelo pescoço do referido João Pinto feriu a elle respondente na cabeça e que quando procurava defender-se com um pequeno pau que trazia a mão foi lhe retirado com um golpe de rifle sobre a mão direita por um outro italiano que fazia parte do grupo, o qual em seguida com a ponta do mesmo rifle feriu a elle respondente nas costas. Disse mais que alem das armas descriptas viu mais algumas como fossem machadinhas e tranca de porta de madeira grossa em mãos dos mesmos italianos desordeiros e que tendo perdido o sentido em consequencia dos ferimentos nada mais viu⁵⁸¹.

Se a situação da instituição policial na cidade de São João do Rio Claro não era das melhores, principalmente devido à falta de efetivo policial, a sorte do grupo de italianos, aparentemente, parecia estar se complicando quando, no dia 14 de abril de 1891 foi juntada ao processo o auto de corpo de delito de Antonio Manoel Portella, onde foram avaliados o “gráo de brutalidade do facto”⁵⁸².

⁵⁸¹ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

⁵⁸² AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

Aos doze dias do mez de abril de mil oitocentos e noventa e um, terceiro anno da Republica dos Estados Unidos do Brazil, as seis horas da tarde, em a caza da residencia do subdelegado, prezente o mesmo, com migo, escrivão ad hoc abaixo assignado, as pessoas notificadas por Alfredo Guaraná e Mariano Guimarães moradores ambas nesta povoação de Annápolis, cidade de S. João do Rio Claro, e as testemunhas João Aranha, Augusto de Oliveira e o Subdelegado deferiu aos peritos o juramento de bem e fielmente desempenhar uma missão declarando com a verdade a que descobrirem e encontrarem e o que em suas conciencias entenderem, encarregam-lhes que procedessem um exame em Antonio Manoel Portella, e que respondessem aos quezitos seguinte: 1º se há ferimento ou offensa phisicas; 2º se é mortal; 3º qual o instrumento que occasionou; 4º se houve ou resultou mutilação ou destruição de algum órgão; 5º se póde haver ou resultar alguma inhabilitação do membro sem que foi elle destruido; 6º se pode haver ou resultar esta mutilação ou destruição; 7º se pode resultar em alguma deformidade e qual ella seja; 8º se o mal resultante do ferimento ou offensas físicas provocou grave estado de saude; 9º se inhabilita por mais de trinta dias; 10º qual o valor do danno causado.

Que encontrarão no individuo Antonio Manoel Portella um ferimento extenso da região frontal esquerda de duas polegadas sendo produzida por arma de fogo, e por tanto respondem aos quezitos da seguinte forma. Ao 1º sim, ao 2º não, ao 3º balla de revolver, a 4º sim, ao 5º prejudicado, ao 6º prejudicado, ao 7º não, ao 8º sim, ao 9º sim, ao 10º incalculável. E são estas as declarações que em suas conciencias tem a fazer⁵⁸³.

No processo os relatos sobre os reais motivos que levaram Paschoal Cezar a desferir um tiro de revólver em Antonio Manoel Portella se limitam a mencionar apenas que, Portella, na tentativa de auxiliar o subdelegado e os praças das agressões do grupo de colonos italianos, teria entrado em conflito com Paschoal Cezar, o que levou o agressor a sacar de uma arma de fogo e desferir o projétil, o qual veio a provocar os ferimento constantes no auto de corpo de delito⁵⁸⁴. Tensões entre indivíduos e grupos de camadas sociais distintas eram frequentes na sociedade oitocentista. Casos como estes, principalmente na região do chamado

⁵⁸³ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

⁵⁸⁴ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

Oeste Paulista, não era raro de se encontrar. Uma sociedade onde o regime escravista vigorou com pujança uma espécie de cultura da violência marcava cada momento no cotidiano das pessoas. A ação repressiva do Estado, com seu repertório de execuções, castigos corporais e sevícias aliavam-se a brutalidade no trato entre indivíduos de camadas sociais distintas, o espancamento das crianças como recurso pedagógico rotineiro, a agressividade como moeda corrente das relações sociais, além da valentia como premissa da honra. Dessa forma, a violência constituía um *ethos* que atravessava as relações sociais, fossem verticais ou horizontais, fosse entre estranhos ou próximos, entre amantes, parentes ou inimigos⁵⁸⁵. A vida e as relações sociais na sociedade oitocentista eram marcadas pelo que Norbert Elias chamou de “teatro das relações hostis entre os homens”⁵⁸⁶, que eram provocados pelos mais diversos fatores, desde provocações até as rixas, ou conflitos do cotidiano causados pelo amor – e pelo sustento – de uma mulher, conforme se verificou anteriormente no confronto que envolveu o liberto Joaquim Bento e o italiano Domingos Spatafora, em uma contenda pela “mão” de Josephina Escolástica de Oliveira.

Mas, não somente de rixas, provocações e hostilidades viviam as pessoas naquele período impar da história do Brasil. Havia, com certa frequência, as situações em que laços sanguíneos, de amizade e de nacionalidade tinham profunda influência na formação de redes de solidariedade, na resolução de conflitos, ou até mesmo como estratégia na complexa tarefa de ludibriar a justiça através das palavras de testemunhos nas barras dos tribunais, conforme ocorreu com o grupo de italianos, quando, aparentemente, a sorte do referido grupo poderia ter começado a mudar, a partir do momento em que foi arrolado entre as testemunhas o “fabricante de cerveja Accordi Hygino, natural da Itália, casado, com trinta e dois anos de idade”⁵⁸⁷.

⁵⁸⁵ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça – Minas Gerais, Século XIX*. Bauru - SP: EDUSC, 2004, p. 246. Em estudo pioneiro Maria Sylvia de Carvalho Franco afirmou que a presença da violência era vista como uma dimensão inseparável do cotidiano do homem livre pobre, onde caminhava, com certa frequência, para uma situação de anomia. FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livre na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

⁵⁸⁶ ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2 v.

⁵⁸⁷ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

Sendo inquirido sobre os factos constantes do aucto de flagrante. Respondeu que hontem doze do corrente ás quatro horas mais ou menos da tarde na povoação de Annápolis, tentando o Subdelegado João Pinto Pereira prender a um dos accusados presentes, estes e mais Marangon Jeronymo mais o resto do grupo que se achava dentro da casa de Antonio Maturana, grupo que se compunha dos italianos colonos de fazendas circunvizinhas partiu um tiro que feriu Antonio Manoel Portella, não sabendo entretanto o depoente si tal tiro foi desferido por Paschoal Cezar, sendo certo que do grupo quem estava dentro da casa o unico armado de revolver era Paschoal Cezar, com o revolver que se acha presente e que depois do conflicto elle depoente vira o armado com duas ballas; e que vio a machadinha que se acha presente na mão de uma das pessoas que compunha o grupo e que com a mesma machadinha fora offendido uma praça do destacamento daquela povoação. Disse mais que em mão do accusado Marangon Luigi vira um rifle que o próprio Marangon Luigi confessa ter tomado ao soldado com o fim de evitar mais lucta entre o mesmo soldado e o grupo. Disse mais que o offendido Portella sahiu para o hospital da Santa Casa d'esta cidade tratar dos ferimentos constantes do aucto do corpo de delicto. Disse mais que da lucta sahiram tambem com alguns ferimentos os accusados Paschoal Cezar e Marangon Bomfilho⁵⁸⁸.

O depoimento da testemunha italiana, o cervejeiro Accordi Hygino, foi pensado de maneira astuta. Relata os fatos, talvez de acordo com o que realmente aconteceu, porém seu depoimento se torna profundamente tendencioso quando disse que não sabia “si tal tiro foi desferido por Paschoal Cezar”. Suas palavras sobre outro acusado, o italiano Marangon Luigi, foram proferidas no sentido de se advogar a favor do mesmo quando tenta mostrar que Luigi teria tomado o rifle do praça para evitar que o conflito continuasse, quando todas as outras testemunhas relatam, exatamente, o contrário. Mas as tentativas de amenizar os problemas do grupo de italianos estava bastante complicado, o cervejeiro vai além em seu depoimento e “Perguntada a testemunha se o revolver continha as duas ballas antes ou depois do conflicto, *disse que foi depois*”⁵⁸⁹.

⁵⁸⁸ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891.

⁵⁸⁹ AHMRC “Oscar de Arruda Penteado”. *A Justiça contra Paschoal Cezar, Marangon Luigi e outros*. Processo nº 010. Cartório Criminal – Caixa 2 – 1891. (Grifo nosso).

Nos depoimentos de Paschoal Cezar o revólver é descrito com convicção de que estaria desarmado. Accordi Hygino confirma a existência do dito revólver, mas atribui ao mesmo um instrumento que, desprovido das balas, não seria capaz de provocar os ferimentos em Antonio Manoel Portella, uma vez que, segundo esta testemunha italiana, o revolver foi carregado com as referidas balas após o término do conflito.

Está-se diante de uma clara situação em que a etnicidade e sentimentos étnicos, influenciaram, muitas vezes, indivíduos da mesma nacionalidade ou camada social a viverem suas vidas em determinada sociedade e período. Uma espécie de solidariedade étnica, em determinados casos como este em que envolveu um grupo de italianos, vai emergir com grande força no sentido de se criar estratégias que beneficiariam outros indivíduos da mesma nacionalidade ou camada social. Porém, esta solidariedade étnica não foi utilizada apenas no microcosmo analisado na presente pesquisa, mas também em um nível macro, como no restante do Brasil, além de países como a Argentina, como meio de se facilitar a integração dos imigrantes italianos ao novo meio.

Percebe-se, em grande medida, entre os imigrantes que se dirigiram à São João do Rio Claro, uma lealdade que estava vinculada a uma identificação nacional, como uma espécie de “continuísmo” na tentativa de manter laços com o país de origem. Assim, concorda-se com Boris Fausto, quando este historiador diz que a imigração representa um profundo corte, com vários desdobramentos, no plano material e no plano do imaginário. O corte não é sinônimo de apagamento de uma fase passada, na vida individual, familiar ou de grupo, integrando-se pelo contrário ao presente, com muita força⁵⁹⁰.

Em países como a Argentina, em muito foi semelhante nesse aspecto. Ora, em determinados casos é evidente que a solidariedade étnica era alimentada pela ideia e/ou concepção de que uma situação será menos conflituosa, ou um determinado problema será menos difícil de resolver no plano das relações sociais. O historiador argentino Fernando Devoto, em estudo de fôlego sobre a imigração italiana na Argentina observou que a solidariedade étnica influenciou profundamente

⁵⁹⁰ FAUSTO, Boris. *Imigração: cortes e continuidades*. In. SCHWARCZ, Lília Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 14.

o processo de formação das associações de ajuda mútua italianas⁵⁹¹, não apenas em Buenos Aires, mas também em todo país. Sobre o fenômeno Devoto escreveu:

[...] important ver las asociaciones étnicas como estructuras que permitían la conservación de la identidad cultural originaria de los inmigrantes y los que en cambio percibían a las mismas como câmaras descompressoras que, en tanto daban un marco de contención a extranjeros que de lo contrario se habrían encontrado em una situación de marginalidade y anomia, facilitaban su integración, ya que les permitían desempeñar eficazmente roles funcionales a la sociedad receptora⁵⁹².

Havia um claro interesse da elite argentina em levar adiante projetos de tornar o imigrante italiano um argentino, em um processo que Fernando Devoto chamou de “argentinização” dos estrangeiros. Porém, existia um alto grau de resistência que era profundamente reforçado por uma identidade e solidariedade étnica que marcaram as relações sociais dos imigrantes italianos na Argentina através das associações de ajuda mútua.

⁵⁹¹ Sobre as Associações de Ajuda Mútua dos italianos no Brasil necessário observar que teve um início bastante precoce, mesmo antes que se iniciasse o fenômeno da imigração em massa. De acordo com Angelo Trento, após a “Giovine Italia”, fundada pelos mazzinianos em 1836 com fins políticos, a primeira instituição de que se tem notícia é a “Società Italiana di Beneficenza” no Rio de Janeiro, surgida em 1854, à qual aderiram imediatamente 126 sócios, ou seja, um número elevadíssimo se considerarmos a pequena consistência da colônia italiana naquele período. Em 1875, fundiu-se com a “Società di Mutuo Soccorso”, fundada em 1874, mas por 20 anos teve uma existência difícil. Em 1908, com o nome com que era mais conhecida, “La Beneficenza”, contava com 340 inscritos. Outras Associações surgiram, por exemplo, no Rio Grande do Sul, quando no ano de 1871, na cidade de Bajé, nascia a “Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza”, que tinha, entre outras, a finalidade de divulgar o conhecimento da língua materna, e, em 1877, na cidade de Porto Alegre, a “Società di Mutuo Soccorso e Beneficenza”, que no ano seguinte, acrescentou o nome de “Vittorio Emanuele II” e conferiu a presidência honorária à Garibaldi. Em São Paulo, uma “Società di Beneficenza” foi criada em 1878, mas, poucos dias depois uma cisão levou à fundação da “Società Italiana di Beneficenza Vittorio Emanuele II”. Em poucos anos seguiram-se o “Circolo Operaio Italiano”, a “Società Filodrammatica Corale Pietro Cossa” e a “Società Protettrice dele Scuole Italiane di S. Paolo. Porém, percebe-se que na Argentina o grau de adesão e de organização dessas associações eram muito maiores do que no Brasil. No ano de 1896, existiam na Argentina 302 associações com 124.543 sócios; enquanto que no Brasil haviam apenas 98 associações e 9.020 sócios. Importante lembrar que o número de imigrantes italianos que se dirigiram para a Argentina foi superior ao verificado para o Brasil. Conforme se mostrou anteriormente desembarcaram no Brasil cerca de 1.400.000 imigrantes italianos, enquanto que para o país vizinho dirigiram-se cerca de 2.900.000 imigrantes daquela nacionalidade.

⁵⁹² DEVOTO, Fernando; MIGUEZ, Eduardo J. (comp.). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica: los italianos ne América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires: CEMLA – CSER – IEHS, 1992, p. 176.

Assim, segundo Fernando Devoto,

Hemos en el pasado subestimado quizás la capacidad constructiva de una identidad italiana que poseían esos ámbitos de sociabilidad que eran las entidades mutualistas, y aunque es probablemente una interpretación muy plausible la que enfatiza el uso instrumental y no ideológico que de las mismas realizaba la masa de inmigrantes anónimos que constituían la base societaria, no lo es menos que el contacto cotidiano con un conjunto de símbolos y mitos nacionales que martillaban sobre el asociado apenas ponía pie en la entidad debía dejar su impronta⁵⁹³.

Era, então para muitos imigrantes italianos, tanto na Argentina como no Brasil, a natureza étnica, e não social ou ideológica dos vínculos que se permitia a coexistência de grupos com interesses sociais convergentes, ou até mesmo políticos, encontrados na mesma atmosfera social e que requeria progresso, transparência e, principalmente, lealdade e solidariedade étnica, seja nas associações formalmente reconhecidas pelo grupo, como as associações de ajuda mútua; ou de maneira informal, nas relações sociais do cotidiano, conforme ocorreu com o cervejeiro Accordi Hygino materializando-se em seu depoimento sobre o grupo de italianos acusados pelo crime de desordens e tentativa de homicídio.

Percebe-se então, que a partir de todo esse emaranhado de informações extraídas desse processo criminal em que tinha como protagonista um grupo de italianos, esses indivíduos estavam unidos por laços não apenas de amizade, mas também por vínculos étnicos que os colocavam em convergência de interesses, onde, até mesmo indivíduos externos ao grupo, mas da mesma nacionalidade, nutria certa solidariedade que era, sem embargo, influenciada, evidentemente, por razões étnicas. Mas, mesmo com a construção desta rede de solidariedade étnica Paschoal Cezar e Marangon Jeronymo foram condenados, com a sentença expedida no dia 16 de setembro de 1891, de acordo com os artigos 294 § 2º, e 304 do Código Penal de 1890⁵⁹⁴. Melhor sorte tiveram os outros italianos Marangon Luigi, Marangon

⁵⁹³ *Idem*, p. 178.

⁵⁹⁴ **TÍTULO X**

Bomfilho, Marangon Antonio e Orlando Ferdinando, uma vez que o Juiz de Direito José Machado Pinheiro Lima julgou improcedente as acusações sobre eles. Para a felicidade destes últimos italianos, essa rede de solidariedade funcionou completamente.

Dos crimes contra a segurança de pessoa e vida

CAPITULO I

DO HOMICIDIO

Art. 294. Matar alguém:

§ 2º Si o homicidio não tiver sido aggravado pelas referidas circumstancias:

Pena: de prisão cellutar por seis a vinte e quatro annos.

CAPITULO V

DAS LESÕES CORPORAES

Art. 304. Si da lesão corporal resultar mutilação ou amputação, deformidade ou privação permanente do uso de um órgão ou membro, ou qualquer enfermidade incuravel e que prive para sempre o offendido de poder exercer o seu trabalho:

Pena: de prisão cellutar por dous a seis annos.

Paragapho unico. Si produzir incommodo de saude que inhabilite o paciente do serviço activo por mais de 30 dias:

Pena: de prisão cellutar por um a quatro annos.

CAPÍTULO 6

COR E MOBILIDADE SOCIAL: OS LIBERTOS E A COMPANHIA DE JOÃO GRANDE.

A historiografia das últimas décadas, bem como a produção acadêmica sobre a história social e econômica da escravidão no Brasil passou por grandes transformações e vem produzindo abordagens cada vez mais densas. Atualmente a historiografia possui instrumentos que permite ao historiador estudar e reconstituir o modo de vida de “figurantes mudos” da nossa história, como os escravos, ex-escravos, libertos, entre outros.

Nos últimos anos, a história econômica da escravidão vem se consolidando e fazendo o resgate das sombras desses indivíduos que viviam subjugados ao cativeiro, porém, ainda há poucos estudos que tratam das experiências de vida de pessoas que se libertaram, do papel que desempenharam em suas próprias alforrias e no processo, mais amplo, da extinção da escravidão. A historiadora Regina Célia Xavier argumenta que pouco se conhece das formas de que lançaram mão para organizar suas vidas após a liberdade e as maneiras com que se relacionavam com seus ex-senhores, com a comunidade negra e com a sociedade como um todo⁵⁹⁵.

Poucos foram os estudos e interpretações, mas não raros. Contemporâneo do processo de abolição da escravidão e passagem do regime imperial para o republicano, Machado de Assis questionou de maneira contundente e irônica estes eventos históricos. Muito embora, o discurso literário de Machado de Assis não tenha a intenção de causar polêmica, ou até mesmo certo furor, principalmente no período em que foi escrito, tinha a clara intenção de levar os leitores à reflexão, bem como de se fazer críticas à sociedade brasileira da época.

Machado de Assis não enxergava muitas diferenças entre o indivíduo de cor livre e o escravizado. No conto *Viginus*, publicado entre julho e agosto de 1864 no

⁵⁹⁵ XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 13.

Jornal das Famílias, emerge claramente essa concepção. O conto é narrado por um advogado, cujos serviços foram solicitados por um velho fazendeiro chamado Pio, também conhecido por *Pai de Todos*. Este título lhe era dado por ser considerado como a “justiça e a caridade fundidas em uma só pessoa”. Dentre suas qualidades, destacava-se a sua bondade para com os escravos⁵⁹⁶. Em um trecho do conto, imerso em insinuações irônicas escreveu Machado de Assis:

Escravo é o nome que se dá; mas Pio não tem escravos, tem amigos. Olham-no todos como se fora um Deus. É que em parte alguma houve nunca mais brando e cordial tratamento a homens escravizados. Nenhum dos instrumentos de ignomínia que por aí se aplicam para corrigi-los existem na fazenda de Pio. Culpa capital ninguém comete entre os negros da fazenda; a alguma falta venial que haja, Pio aplica apenas uma repreensão tão cordial e tão amiga, que acaba por fazer chorar o delinquente. Ouve mais: Pio estabeleceu entre os seus escravos uma espécie de concurso que permite a um certo número libertar-se todos os anos. Acreditarás tu que lhes é indiferente viver livres ou escravos na fazenda, e que esse estímulo não decide nenhum deles, sendo que, por natural impulso, todos se portam dignos de elogios?⁵⁹⁷

O trecho citado acima apresenta o conhecimento e o ponto de vista de Machado de Assis acerca das estruturas de poder e da condição escrava. O concurso promovido pelo “Pai de Todos” para dar liberdade a certo número de escravos em nada alterava a situação dos cativos que não têm outra alternativa senão continuar a trabalhar na fazenda. De acordo com Jaison Luís Crestani, em análise sobre o mesmo conto, a tão caridosa liberdade dada aos escravos não passava de uma questão de títulos: “livres” ou “escravos”, como se nota claramente na frase: “Acreditarás tu que lhes é indiferente viver livres ou escravos na fazenda”. Ao cabo, o resultado final é que a vida dos escravos ou libertos continuava a se dar

⁵⁹⁶ Para um análise aprofundada e refinada sobre a colaboração de Machado de Assis no *Jornal das Famílias*, conferir, principalmente, em: CRESTANI, Jaison Luis. *Machado de Assis no Jornal das Famílias*. São Paulo: EDUSP/Nankin Editorial, 2009.

⁵⁹⁷ ASSIS, Machado. *Virginus*. In. ASSIS, Machado. *Obra Completa – Volume II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

“na fazenda”, assim como continua a política de dominação, aparentemente revestida por uma benevolente troca de títulos⁵⁹⁸.

As crônicas publicadas no jornal *Gazeta de Notícias* entre os dias 11 e 19 de maio de 1888 apresentam, como unidade temática, a abolição da escravidão, bem como a situação dos indivíduos egressos do cativeiro inseridos no mundo livre. Ora, naquele momento o Brasil passava por transformações políticas, econômicas e sociais significativas, mesmo que o impacto na vida e no cotidiano das pessoas fossem mínimos emerge, nesse período de segunda metade do século XIX, a preocupação em (re)definir o território brasileiro, com seus hábitos e costumes, principalmente durante as últimas décadas dos oitocentos. Busca-se, assim, de múltiplas formas, reconstruir a história, por uma releitura do passado como pela definição de uma meta comum de futuro, através de uma memória coletiva que se pretende “nacional” e que sublinha as discontinuidades representadas iminentemente pela implantação da forma republicana por sobre as continuidades de uma sociedade marcada por seu caráter historicamente excludente e hierarquizador⁵⁹⁹. Estrategicamente, estas duas crônicas foram publicadas em momentos cruciais na história do Brasil, principalmente a respeito das questões envolvendo o sistema escravagista no sentido de se refletir sobre o negro na sociedade brasileira de final dos oitocentos, quando o mesmo se depara com a extinção do cativeiro no país. Foi extraída da pena de Machado de Assis no dia 11 de maio de 1888, dois dias antes da promulgação da Lei Áurea:

Vejam os leitores a diferença que há entre um homem de olho aberto, profundo, sagaz, próprio para remexer o mais íntimo das consciências (eu, em suma), e o resto da população.

Toda a gente contempla a procissão na rua, as bandas e bandeiras, o alvoroço, o tumulto, e aplaude ou censura, segundo é abolicionista ou outra coisa; mas ninguém dá a razão desta coisa ou daquela coisa; ninguém arrancou aos fatos uma significação, e, depois, uma opinião.

⁵⁹⁸ CRESTANI, Jaison Luís. *Machado de Assis no Jornal das Famílias*. São Paulo: EDUSP/Nankin Editorial, 2009.

⁵⁹⁹ NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. In: CANDIDO, Antonio. et alii. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992. P. 78.

[...]

Não foi o ato das alforrias em massa dos últimos dias, essas alforrias *incondicionais*, que vêm cair como estrelas no meio da discussão da lei da abolição. Não foi; porque esses atos são de pura vontade, sem a menor explicação. Lá que eu gosto da liberdade, é certo; mas o princípio da propriedade não é menos legítimo. Qual deles escolheria? Vivia assim, como uma peteca (salvo seja), entre as duas opiniões, até que a sagacidade e profundidade de espírito com que Deus quis compensar a minha humildade, me indicou a opinião racional e os seus fundamentos.

Não é novidade para ninguém, que os escravos fugidos, em Campos, eram alugados. Em Ouro Preto fez-se a mesma coisa, mas por um modo mais particular. Estavam ali muitos escravos fugidos. Escravos, isto é, indivíduos que, pela legislação em vigor, eram obrigados a servir a uma pessoa; e fugidos, isto é, que se haviam subtraído ao poder do senhor, contra as disposições legais. Esses escravos fugidos não tinham ocupação; lá veio, porém, um dia em que acharam salário, e parece que bom salário⁶⁰⁰.

A ironia machadiana aflora na tinta que materializa sua concepção e ponto de vista acerca da abolição da escravatura. Pode-se, portanto, observar uma crítica dirigida a quem tem opiniões facilmente, apoiando ou negando a abolição, sem procurar mais atentamente a razão dos acontecimentos. Posteriormente, ao dizer que chegou a uma opinião racional e a seus fundamentos sobre a questão da liberdade e da propriedade, o cronista irá relatar casos de escravos fugidos que acabaram sendo alugados por outros senhores de escravos, já prenunciando e denunciando o que iria acontecer após a Abolição. Os escravos ao serem libertos seriam alugados, por um determinado salário. Dessa forma, Machado de Assis critica a euforia geral em relação a abolição da escravidão chegando, até mesmo, a relativizá-la⁶⁰¹.

Na crônica do dia 19 de maio de 1888 mais uma vez emerge a clássica ironia machadiana, nos moldes de Brás Cubas, novamente, porém com personagens

⁶⁰⁰ ASSIS, Machado. *Obra Completa – Volume III*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

⁶⁰¹ PINHEIRO, Marta Passos. *Machado de Assis cronista: “Bons Dias!” no avesso da República*. In: *Rev. Let.*, São Paulo, v.52, n.2, pp. 133-145, jul/dez. 2012, p. 139.

ficcionais misturando-se aos eventos históricos do período. Conforme segue em texto da crônica:

Eu pertenço a uma família de profetas *après coup, post factum*, depois do gato morto, ou como melhor nome tenha em holandês. Por isso digo, e juro se necessário for, que toda a história desta Lei de 13 de Maio estava por mim prevista, tanto que na segunda-feira, antes mesmo dos debates, tratei de alforriar um molecote que tinha, pessoa de seus dezoito anos, mais ou menos. Alforriá-lo era nada; entendi que, perdido por mil, perdido por mil e quinhentos, e dei um jantar.

Neste jantar, a que meus amigos deram o nome de banquete, em falta de outro melhor, reuni umas cinco pessoas, conquanto as notícias dissessem trinta e três (anos de Cristo), no intuito de lhe dar um aspecto simbólico.

No golpe do meio (*coup du milieu*, mas eu prefiro falar a minha língua), levantei-me eu com a taça de champanha e declarei que acompanhando as ideias pregadas por Cristo, há dezoito séculos, restituía a liberdade ao meu escravo Pancrácio; que entendia a que a nação inteira devia acompanhar as mesmas ideias e imitar o meu exemplo; finalmente, que a liberdade era um dom de Deus, que os homens não podiam roubar sem pecado.

Pancrácio, que estava à espreita, entrou na sala, como um furacão, e veio abraçar-me os pés. Um dos meus amigos (creio que é ainda meu sobrinho) pegou de outra taça, e pediu à ilustre assembleia que correspondesse ao ato que acabava de publicar, brindando ao primeiro dos cariocas. Ouvi cabisbaixo; fiz outro discurso agradecendo, e entreguei a carta ao molecote. Todos os lenços comovidos apanharam as lágrimas de admiração. Caí na cadeira e não vi mais nada. De noite, recebi muitos cartões. Creio que estão pintando o meu retrato, e suponho que a óleo.

No dia seguinte, chamei o Pancrácio e disse-lhe com rara franqueza:

— Tu és livre, podes ir para onde quiseres. Aqui tens casa amiga, já conhecida e tens mais um ordenado, um ordenado que...

— Oh! meu senhô! fico.

— ... Um ordenado pequeno, mas que há de crescer. Tudo cresce neste mundo; tu crescestes imensamente. Quando nasceste, eras um pirralho

deste tamanho; hoje estás mais alto que eu. Deixa ver; olha, és mais alto quatro dedos...

— Artura não qué dizê nada, não, senhô...

— Pequeno ordenado, repito, uns seis mil-réis; mas é de grão em grão que a galinha enche o seu papo. Tu vales muito mais que uma galinha.

— Justamente. Pois seis mil-réis. No fim de um ano, se andares bem, conta com oito. Oito ou sete.

Pancrácio aceitou tudo; aceitou até um peteleco que lhe dei no dia seguinte, por me não escovar bem as botas; efeitos da liberdade. Mas eu expliquei-lhe que o peteleco, sendo um impulso natural, não podia anular o direito civil adquirido por um título que lhe dei. Ele continuava livre, eu de mau humor; eram dois estados naturais, quase divinos.

Tudo compreendeu o meu bom Pancrácio; daí para cá, tenho-lhe despedido alguns pontapés, um ou outro puxão de orelhas, e chamo-lhe besta quando lhe não chamo filho do Diabo; coisas todas que ele recebe humildemente, e (Deus me perdoe!) creio que até alegre.

O meu plano está feito; quero ser deputado, e, na circular que mandarei aos meus eleitores, direi que, antes, muito antes de abolição legal, já eu, em casa, na modéstia da família, libertava um escravo, ato que comoveu a toda a gente que dele teve notícia; que esse escravo tendo aprendido a ler, escrever e contar, (simples suposição) é então professor de filosofia no Rio das Cobras; que os homens puros, grandes e verdadeiramente políticos, não são os que obedecem à lei, mas os que se antecipam a ela, dizendo ao escravo: *és livre*, antes que o digam os poderes públicos, sempre retardatários, trôpegos e incapazes de restaurar a justiça na terra, para satisfação do Céu⁶⁰².

Em muito, para se compreender os escritos de Machado de Assis é necessário “ler nas entrelinhas” para construção de um determinado *ethos* senhorial na concessão das alforrias no período que precedeu a abolição da escravidão. Sobre a alforria do, até então bom escravo, Pancrácio, Machado de Assis, em refinada ironia, denunciou a extinção do cativo como algo extremamente relativo.

⁶⁰² ASSIS, Machado. *Obra Completa – Volume III*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

Dessa forma, ao se fazer uma reflexão sobre as ideias machadianas, bem como as interpretações que se fizeram das mesmas nas últimas décadas por diversos autores, percebe-se que, tanto Sidney Chalhoub quanto John Gledson, comungam das mesmas ideias de Jaison Luís Crestani, de que, após a abolição, a situação dos indivíduos que viviam sob o jugo do cativeiro em pouco se alterou. Sidney Chalhoub em seu *Visões da Liberdade* escreve que o evento de 13 de maio de 1888 materializou a passagem de um tipo de relacionamento social e econômico injusto e opressivo para outro. Ainda, de acordo com Chalhoub, percebe-se através da leitura da crônica, que o fim da instituição da escravidão nunca trouxe a esperança de mudanças sociais significativas; porém, por outro lado, desde o motivo central da crônica – o fato de que a alforria não implicava qualquer alteração importante na vida de Pancrácio – até seus detalhes aparentemente mais banais – como os petelecos “naturalmente” desferidos pelo ex-senhor e “alegremente” recebidos pelo moleque – induzem o leitor a uma interpretação estritamente continuísta dos acontecimentos⁶⁰³.

Entende-se, então, que Machado de Assis tinha a abolição da escravidão como algo apócrifo, ou seja, na prática, as relações sociais e econômicas no cotidiano dos indivíduos egressos do cativeiro permaneceram imutáveis, uma vez que, ainda, prevaleceu o domínio dos que detinham o poder sobre as camadas sociais subalternas. Assim, a sociedade brasileira, mesmo após a extinção do cativeiro e o advento da República permaneceu fortemente hierarquizada, com o negro ocupando a base da pirâmide.

O sociólogo Florestan Fernandes empreendeu estudos contundentes sobre o negro na sociedade brasileira após o processo de abolição no Brasil⁶⁰⁴. Fernandes em sua obra *A integração do negro na sociedade de classes*, apresentado

⁶⁰³ CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 97.

⁶⁰⁴ Como é sabido, Florestan Fernandes iniciou suas investigações sobre as relações raciais quando já havia completado sua formação acadêmica. E a entrada nesse campo deu-se a partir do convite de Roger Bastide, que, por sua vez, teve a pesquisa encomendada pela UNESCO. Ora, o Brasil aparecia como um modelo de boa convivência racial e, talvez, o grande embaixador do tema era Gilberto Freyre, que defendia um certo “mulatismo” da cultura brasileira e a ausência de conflito. E, se o objetivo da instituição era confirmar a existência de um verdadeiro paraíso racial, as conclusões de Florestan Fernandes e Roger Bastide viriam a desautorizar o consenso. Na visada teórica desses dois estudiosos, as relações raciais passam a ser entendidas como estruturas sociais e modelos de exclusão; impasses efetivos para que o país construísse uma ordem democrática e promovesse uma integração efetiva. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Raça sempre deu o que falar*. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. 2 ed. São Paulo: Global, 2007, p. 17.

inicialmente como tese para concurso de professor titular junto a cadeira de Sociologia na Universidade de São Paulo, no ano de 1965, e publicada um ano depois com o mesmo título, empreendeu uma rigorosa denúncia sobre ideologia da democracia racial brasileira, a qual tinha como um dos principais expoentes outro reconhecido sociólogo: Gilberto Freyre. Essa ideologia, de acordo com Fernandes, acobertava um conflito de raças no país que perdurava desde o período colonial, onde o negro, sempre foi colocado em uma categoria inferior. E, ainda de acordo com este sociólogo, após a abolição da escravidão a situação dos indivíduos egressos do cativeiro, em grande medida, tendeu a se tornar ainda pior. Nas palavras do próprio Florestan Fernandes:

A sociedade brasileira largou o negro ao seu próprio destino, deitando sobre seus ombros a responsabilidade de se reeducar e de se transformar para corresponder aos novos padrões e ideais de ser humano, criados pelo advento do trabalho livre, do regime republicano e do capitalismo. Em certas situações históricas essa responsabilidade se tornou ainda mais penosa e difícil, dadas as possibilidades que poderiam ser realmente aproveitadas em sentido construtivo pelo negro⁶⁰⁵.

Para Florestan Fernandes, o chamado “dilema racial” consistia no fato de que a abolição da escravatura ocorreu de forma precipitada, sem assegurar aos indivíduos egressos do cativeiro, bem como os negros livres uma verdadeira integração na sociedade dos brancos, tida como livre. Assim, excluídos do mercado de trabalho e sem uma formação profissional e uma experiência no mercado de trabalho livre, chamado por ele de competitivo, os antigos escravos necessariamente ficaram à margem dos processos de inclusão e modernização em marcha, dos quais somente os imigrantes passariam a se beneficiar a longo prazo⁶⁰⁶.

Nesse sentido, de acordo com a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach, a análise das condições de vida dos indivíduos egressos do cativeiro

⁶⁰⁵ FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008, p. 37.

⁶⁰⁶ FREITAG, Barbara. *Florestan Fernandes revisitado*. In. *Revista Estudos Avançados*, v. 19 n. 55, São Paulo: set/dez. 2005.

que permaneceram nas zonas rurais se confunde na mescla de tipos sociais que organizam suas vidas em torno de culturas de subsistência. Esse processo de mimetismo dos negros com camadas de homens pobres, mestiços e brancos, intensificado no pós-Abolição, adequava-se ao projeto de constituição de um campesinato que, na raiz, se encontrava subjacente às reivindicações escravas. Dessa forma, ao se pôr em trânsito, após a experiência do trabalho compulsório, de margens mínimas de autonomia e de lazer e da impossibilidade de manifestações culturais diretas, os trabalhadores negros, aderindo ao lençol da economia de subsistência, puderam concretizar alguns de seus valores relativos à liberdade⁶⁰⁷. Maria Cristina Cortez Wissenbach afirma ainda que

A adesão aos padrões de organização social e modo de vida dessa população heterogênea pelos egressos da escravidão oscilou com certeza nas diferentes regiões, condicionada sobretudo pelas vias diferenciadas de substituição do trabalho escravo. As variações podem ser notadas, como exemplo, entre as áreas cafeeiras. Em determinadas zonas de São Paulo, onde os colonos estrangeiros, numericamente abundantes, puderam suprir as necessidades das plantações comerciais, os trabalhadores negros foram relativamente dispensados, aderiram ao modo de vida caipira, caboclo, empregando-se esporadicamente, ou dispersaram-se em direção às cidades. Em Minas, o afluxo menor de imigrantes obrigou fazendeiros e trabalhadores nacionais a se readequar aos novos ritmos, sem que houvesse uma falência generalizada da produção⁶⁰⁸.

Na cidade de São João do Rio Claro, onde a economia estava calcada na exportação do café e, apesar da tentativa de alguns fazendeiros, de inserir trabalhadores livres estrangeiros em meados do século XIX, conforme se discutiu com afinco no capítulo anterior, a mão de obra principal continuava sendo a escrava, sendo portanto, um local onde o escravismo prevalecia enquanto instituição social,

⁶⁰⁷ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. IN: *História da vida privada no Brasil*. (org.) Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 60.

⁶⁰⁸ *Idem*, p. 60-61.

indivíduos de cor egressas do cativeiro tinham enormes dificuldades de inserção e adaptação.

A historiografia vem, portanto, buscar analisar a maneira como se deu a inserção de libertos e ex-escravos no mercado de trabalho no período pré e pós-abolição. Dessa forma, pretende-se avançar nessa discussão e tratar, nas páginas seguintes, especialmente de um grupo de libertos que circulou pela cidade de São João do Rio Claro, sob a liderança de João Silva de Oliveira, um liberto conhecido por João Grande.

Aos libertos, poucas páginas, na historiografia foram dedicadas, embora tenham sido muito presentes e numerosos. Construíram sua luta e resistência em torno de suas experiências do período em que viveram em regime de cativeiro e da formação de uma identidade específica, quando da mudança de *status* jurídico – de escravo à liberto.

No período da segunda metade do século XIX, principalmente em suas últimas décadas, acompanhar-se-á um pouco do modo de vida e sociabilidade desses libertos no momento em que a cidade de São João do Rio Claro passava por significativas mudanças econômicas e sociais - como o impacto da Lei de 28 de setembro de 1871, a Lei do Ventre Livre, a inauguração da estação ferroviária em 11 de agosto de 1876, entre outras -, observando os arranjos e desarranjos que esses indivíduos faziam da ordem, até então instituída pela elite rio-clarense naquele período ímpar.

É certo que projetos de modernização traçado por essa elite rio-clarense na segunda metade do século XIX ganharam importância nesse período; as reformas urbanísticas, as teorias higienistas, os discursos médico-psiquiátricos e jurídicos foram sendo debatidos, com o objetivo de compreender as formas pelas quais se tentava impor uma nova ordem social. Entretanto, paralelo e concomitante a esse processo, e de aspectos muitas vezes complementares, havia a articulação de diversos grupos sociais na tentativa de resistir a essa imposição a partir de cima.

Através de reflexões e questionamentos sobre o cotidiano, bem como dos diversos modos de controle social exercidos pelos grupos dominantes e os mecanismos de estratégias de resistência dos grupos sociais subalternos, buscar-

se-á reconstituir, na sequência do capítulo, a trajetória – ao que tudo indica na contramão do contexto do período – de um liberto e de sua companhia, ou seja, a trajetória de João Silva de Oliveira, o João Grande, e dos indivíduos que estavam vinculados à sua companhia e que o acompanhavam e/ou foram por ele contratados.

Teve-se acesso à história de João Silva de Oliveira através de um processo criminal, por meio da denúncia feita por Amancio de Camargo Neves, administrador da fazenda de sua mãe, Dona Ritta de Camargo, no dia 14 de março de 1888, portando, há, exatamente, menos de dois meses da promulgação da Lei de 13 de maio de 1888, a Lei Áurea, que aboliu definitivamente – ou institucionalmente –, a escravidão no Brasil.

Dizia a denúncia:

Amancio de Camargo Neves, administrador da fazenda de sua mãe Donna Ritta Benedicta de Camargo, vem trazer ao conhecimento de V.S. os seguintes factos que considera atentado de direitos dos proprietários de fazendas agrícolas deste município.

Eis os factos:

João Grande geralmente conhecido como ajustador de libertos empreguistas nas fazendas agrícolas esteve ultimamente com uma turma de cerca de 40 libertos na fazenda Santa Rita neste município, pertencente a mãe do denunciante, capinando os cafezaes, a principio tratou com o dicto João mediante a quantia de doze mil réis por mil pés [de café], dias tardou exigia quinze mil para capinar, que dizia a ser trabalhoso, obrigando-se a ficar o resto do serviço seguinte ao 1º tracto de 12 mil réis, que é elevadíssimo o preço para esse trabalho. Apenas para concluir o tachão de capinar á rasão de 15:000 réis cada mil pés do resto do cafezal⁶⁰⁹.

⁶⁰⁹ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

Dias depois, João Grande passou a exigir um valor de 20\$000 mil-réis para o serviço de capinar o restante do cafezal na fazenda Santa Rita. Amancio de Camargo Neves não concordou com exigência feita por João Grande.

E seguiu com a denúncia:

Em vista de tal exigência que além de constituir uma abusiva violação ao tracto feito, é ainda absurdo em relação ao preço de seu ultimo trabalho e, foi elle João Grande despedido com tantas outras pessoas da fazenda, mas ao sahir, conforme o seu costume já conhecido, seduzio outros pretos libertos da própria fazenda que lá trabalhavão recebendo salarios pelo mesmo jornal, que elle João Grande prometeu salario melhor se viessem em sua companhia. Os pretos aliciados são Adão, a sua mulher Maria e um crioulo de nome Pedro.

Pelos factos expostos que podem ser provados por Paulino Franco Barbosa e Manoel Pimentel provam que João Grande seduz e leva em sua companhia trabalhadores que estavam nos serviços das fazendas ganhando salário sazonal desorganizando assim o serviço da mesma fazenda que alias já se carece de falta de trabalhadores por causa de aproveitadores e especuladores da ordem de João Grande, que anarchião e desorganisão sem o menor escrupulo todo o trabalho agrícola neste e em outros municípios da Província, com o fim de se aproveitar com o trabalho dos libertos, que se deixão fasilmente levar pelas promessas falsas de tal especulador⁶¹⁰.

As práticas de João Grande em arregimentar mão de obra, que, dentro da concepção dos fazendeiros, poderiam ameaçar a “ordem” e a “organização” do trabalho nas fazendas. Ele tinha uma companhia que recrutava mão de obra de ex-escravos para o trabalho nas fazendas, desse modo, concentrava a força de trabalho em sua companhia regulando a oferta da mesma no mercado, fazendo com que os fazendeiros pagassem um preço maior por determinadas tarefas. Ou seja, a concentração e, conseqüentemente, a monopolização de determinados serviços fez

⁶¹⁰ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

com que ocorresse um inflacionamento dos preços para os serviços agrícolas, principalmente no trato dos cafezais, o que não foi aceito por alguns fazendeiros por se sentirem prejudicados, não apenas pelos altos preços cobrados, mas também pela perda de trabalhadores que estavam sendo contratados por João Silva de Oliveira, o João Grande.

É sabido que em algumas regiões do Brasil em finais dos oitocentos, como no Recôncavo Baiano, por exemplo, os trabalhadores livres especializados como carpinteiros, costureiras, ferreiros, marceneiros e outros artesãos costumavam receber por tarefa, ou pelo número de dias trabalhados⁶¹¹. Em muitos casos não foi diferente em São João do Rio Claro, como aponta o processo ora analisado⁶¹². João Grande, como consta no auto de qualificação, tinha o nome de “João Silva de Oliveira, era filho de Francisca Silva de Oliveira, Liberto, natural de Pelotas, cazado, do serviço da lavoura, sabia ler e escrever”⁶¹³. Conforme consta no referido auto de qualificação:

Auto de qualificação

Aos dezesseis dias do mez de Março do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de Mil oito centos e oitenta e oito, nesta cidade de S. João do Rio Claro, em meu cartorio, ahi presente o Delegado de Policia Tenente Claudio Honorio dos Santos, commigo Escrivão abaixo assignado, compareceu João Silva de Oliveira, reu neste processo, acompanhado de seu advogado Doutor Job Marcondes Rezende e o Delegado lhe fez as perguntas seguintes: Qual seu nome? Respondeu se chamar João Silva de Oliveira. Que idade tinha? Vinte e seis annos. Sua condição? Liberto. Seu estado? Cazado. Sua profissão? Lavrador. Sua nacionalidade? Brasileira. O lugar de seu nascimento? Pelotas. Sabe ler e escrever? Respondeu que sabe.

⁶¹¹ BARICKMAN, B. J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881)*. Afro-Ásia, v. 21-22, 1998-99, p. 177-237, p. 206.

⁶¹² Os trabalhadores receberiam por quantidades de pés de cafés capinados.

⁶¹³ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

João Silva de Oliveira, o João Grande, chegou à cidade de São João do Rio Claro no ano de 1884, no entanto, nada se sabe os reais motivos do protagonista desta história de fixar residência naquela localidade. Porém, ao que tudo indica, ele chegou na cidade já na condição de liberto.

A mobilidade espacial de indivíduos provenientes do cativo era constante no Brasil desde o período Colonial. A decisão de migrar se fazia necessária aos libertos com o objetivo de melhorar suas condições de vida. A historiadora Sheila de Castro Faria, em seu livro *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial* argumenta que o intenso movimento de ex-escravos extrapolava as condições materiais; ao mesmo tempo, só se distinguia do de “pardos livres” e de “brancos” por ser mais acelerado. A primeira situação que o liberto abandonava era a de cativo. Distanciando-se, buscava reconhecer a sua liberdade, mesmo deixando para trás laços, rituais ou consanguíneos, estabelecidos na época do cativo⁶¹⁴.

A existência de populações tradicionalmente nômades marcou a fisionomia de extensas regiões do Brasil Colonial e Imperial. De acordo com a historiadora Maria Cristina Cortez Wissenbach, excluindo as zonas de povoamento mais denso e estável, localizadas no litoral e nos centros urbanos, a dispersão em grandes extensões geográficas, a mobilidade e a miscigenação foram características que marcaram a fisionomia e o viver de largos contingentes que se deslocavam periodicamente no interior de uma mesma área ou em direção a outros pontos do país. Os traços dessa infixidez aparecem disseminados por quase todos os habitantes das zonas rurais, que assimilaram de seu passado histórico e étnico e que continuavam a expressá-la em constantes mudanças, quando deixavam para trás moradias, entes queridos, capelas e até mesmo bairros rurais, renunciando com suas roças volantes a marcha e a contramarcha das lavouras monocultoras⁶¹⁵.

Mudar de lugar, portanto, sempre foi um hábito dos homens livres pobres com o objetivo de melhorar suas condições de vida. Não foi diferente com João da Silva

⁶¹⁴ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 108.

⁶¹⁵ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. IN: *História da vida privada no Brasil*. Org. Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 56. Ver, também, DIAS, Maria Odila L. S. *Sociabilidades sem história: votantes pobres no Império, 1824-1881*. In. *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

de Oliveira, conhecido como João Grande, quando deixa a cidade de Pelotas para fixar residência em São João do Rio Claro. Muitos escravos, ao se tornarem libertos, a primeira atitude que tomavam era a de deixar de serem “escravos”.

O relatório de defesa apresentado pelo advogado de João Grande, Doutor Job Marcondes Rezende ao Delegado de Polícia da cidade Tenente Claudio Honório dos Santos, é esclarecedor para compor a trajetória, e principalmente das atividades desenvolvidas pelo acusado por causar desorganização no mercado de trabalho em São João do Rio Claro. O referido relatório foi apresentado no dia 16 de março de 1888, contendo seis contundentes justificativas para que se julgasse improcedente a denúncia feita.

[...] primeiro, que desde mil oito centos e oitenta e quatro elle accusado reside nesta cidade e é publico e notorio que vive de fazer serviços por empreitada, mormente serviços de lavoura, e que para esse fim, mantem em sua companhia grande numero de trabalhadores livres. Segundo, que elle accusado de facto sempre contractava com Manuel de Camargo Neves seus serviços para fazer por empreitada no sitio do mesmo plantacção de cana de assucar, e que começou esse serviço em primeiro de fevereiro ultimo e o concluiu aos treze do mesmo mez. Terceiro, que terminada essa empreitada contractou com Donna Rita Benedicta de Camargo para o fim de capinar os cafezais da fazenda da mesma, e que começou a fazer esse serviço no dia quatorze do corrente mez, nelle empregando a quantia de trinta e cinco trabalhadores seus que com o consentimento de Donna Rita Benedicta de Camargo estavam arrançados na propria fazenda. Que tendo trabalhado na dicta fazenda desde o dia quatorze e fevereiro ultimo, e não de quatorze de março que como por engano ficou dicto, até o fim do mesmo mez de Fevereiro, não quis prosseguir na limpa do café por ser serviço mais difficil e não lhe convir continuar pelo preço ajustado que a vista disso exigiu digo pediu ao administrador da fazenda Paulino Franco Barbosa de pagar-lhe dezoito mil reis por mil pés e que sópor esse preço poderia continuar. Que não foi attendido retirou-se da fazenda no dia quatorze do corrente mez e veio só para esta cidade deixando na fazenda os seus trabalhadores, para virem no mesmo dia, mais tarde, como carro que deixa conduzir os instrumentos de trabalho e outras coisas ao mesmo pertencentes. Quarta, que nesse mesmo dia vierão os seus trabalhadores para a cidade e em companhia deles dois homens e uma mulher de nomes Adão, Pedro e

Maria, trabalhadores de Donna Ritta Benedicta de Camargo e seus ex-escravos. Quinto, que estes trabalhadores pedirão a elle accusado para ajustal-os com seus camaradas allegando serem livres e não estarem satisfeitos com o que ganhavão, como trabalhadores, na fazenda de Donna Ritta de Camargo; mas que elle accusado negou-se a ajustal-os como seus camaradas, ponderando-lhes que elles erão trabalhadores de Donna Ritta de Camargo e que não desejava de modo algum se supor-se que a havia seduzido para abandonarem a fazenda; mas repplicando elles que erão livres e que havião de sahir da fazenda de sua livre vontade para procurar serviços, elle accusado ajustou effectivamente como seus camaradas. Sexto, finalmente que elle accusado antes de sahir da fazenda de Donna Ritta de Camargo recusou-se a ajustar seis trabalhadores livres da mesma fazenda, que vierão pedir-lhe para ajustal-os em sua empresa⁶¹⁶.

O Advogado Job Marcondes Rezende, a partir das justificativas apresentadas fez uma solicitação para que fosse julgado improcedente a denúncia que “contra o accusado foi dada como perturbador da ordem publica por seduzir trabalhadores livre das fazendas”⁶¹⁷. O relatório do advogado foi bastante detalhado e contribuiu sobremaneira para a reconstrução do papel social desempenhado por João Silva de Oliveira e os libertos vinculados à sua companhia, o que possibilitou perceber a integração dos mesmos na globalidade do processo histórico daquele período. No entanto, as informações reais muitas vezes se escondem no depoimento do advogado, porém, ao que parece, em sentido estratégico para, justamente, não dar margens a interpretações que possibilite a condenação do seu cliente. Desse modo, é importante o historiador se ater aos detalhes e ler o processo não apenas de forma geral, mas também nas entrelinhas, onde vagam informações bastante dispersas e, muitas vezes contraditórias.

Ao que parece, João Silva de Oliveira se assemelhava com indivíduos inseridos em uma categoria atualmente conhecida como “gato rural” ou “turmeiro”, ou seja, um empreiteiro de mão de obra que corresponde as pessoas que tratam com o proprietário agrícola e arregimenta o trabalhador agrícola, geralmente por um

⁶¹⁶ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

⁶¹⁷ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

tempo determinado. Ora, conhecedor das necessidades estacionais e sazonais das propriedades da região, funciona como intermediário, arregimentando os trabalhadores, os transportando e os pagando. De acordo com o jurista Gilberto Passos de Freitas, na maioria das vezes, o “gato” ou o “turmeiro” é pessoa de baixo nível sem qualquer suporte econômico, que valendo-se dos conhecimentos que tem do meio dos trabalhadores rurais, os arregimenta⁶¹⁸.

No entanto, o protagonista desta história apenas se assemelhava a essa categoria. Dessa forma, poderia se supor, talvez, que João Silva de Oliveira precedeu ao conhecido “gato rural”, uma vez que, ele não se inseria dentro de algumas das características descritas pela historiografia ou doutrina jurídica. Ora, João Silva de Oliveira em nada se aproximava de uma pessoa de baixo nível e sem qualquer suporte econômico. Conforme descrito no auto de qualificação, o acusado sabia ler e escrever; em uma sociedade onde, naquele momento cerca de 70% da população era constituída de analfabetos e semianalfabetos o fato de se ter determinados conhecimentos – e livre – o colocava em uma situação privilegiada frente aos demais, principalmente se comparados aos egressos da escravidão.

Na medida em que se analisa o processo judicial em que João Silva de Oliveira foi protagonista, percebe-se, por meio dos depoimentos das testemunhas, as estratégias que o acusado utilizava para recrutar mão de obra para a sua companhia. As testemunhas formavam um universo de personagens que se faziam presentes no cerimonial da justiça, atuando nos processos de forma decisiva, uma vez que, mais do que as provas materiais – em geral inexistentes – seus depoimentos é que configuravam as evidências dos acusados⁶¹⁹.

A primeira testemunha arrolada no processo foi Paulino Franco Barbosa que era administrador da fazenda do Dr. José Calazans de Negreiros. E Negreiros, ao que tudo indica, sempre se utilizava dos serviços da companhia e dos trabalhadores

⁶¹⁸ FREITAS, Gilberto Passos de. *Legislação Trabalhista e Social e o “Boia Fria”*. In. Revista Justitia – Ministério Público, São Paulo, v. 95, pp. 139-149, 1976, p. 143-144. Para análise a partir de um estudo aprofundado ver, principalmente: MELLO, Maria Conceição D’Incao. *O boia fria: acumulação e miséria*. 3 ed. São Paulo: Editora Vozes, 1976.

⁶¹⁹ VELLASCO, Ivan de Andrade. *As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Laurindo*. In. Revista História, São Paulo, v. 25, nº1, p. 147-169, 2006, p. 148.

de João Silva de Oliveira⁶²⁰, pois no depoimento do administrador Paulino Franco Barbosa, este afirmou que João Grande “esteve por vezes com sua turma capinado café na fazenda do Dr. José Calazans de Negreiros”⁶²¹.

Paulino Franco Barbosa de cinquenta e seis annos de idade, cazado, empregado na lavoura, natural de Cabreuva, morador neste municipio, e aos costumes disse nada, testemunha juisada aos Santos Evangelhos, na forma da lei; e promette dizer a verdade de que soubesse e lhe fosse perguntado.

E sendo inquirido sobre os factos constantes da denuncia disse que declarou que o preto Adão contou-lhe que no dia doze do corrente mez na occasião em que lhe fez entrega dos instrumentos de trabalho, que vinhão para esta cidade conjuntamente com Pedro e Maria para se ajustarem para trabalharem para o accusado, com quem já estavam ajustados como seus camaradas. Que o ajuste foi feito na propria fazenda com o accusado, quando este lá se achava e que isto lhe foi dito pelo próprio preto. Que posteriormente José de Tal, trabalhador na fazenda de Donna Ritta contou a elle depoente que os demais trabalhadores da mesma fazenda ião sahir da fazenda para a companhia do accusado que os havia convidado. Que ouviu tambem de Victor, conhecido por Vitinho, tambem trabalhador na mesma fazenda, que o accusado presente o havia convidado para sahir da fazenda e que elle não quiz. Disse mais que não sabe si o accusado presente tem por costume seduzir trabalhadores das fazendas para que as abandonasse, e que não sabe igualmente si os trabalhadores Adão, Pedro e Maria forão seduzidos pelo accusado para deixarem o serviço de Donna Ritta⁶²².

Após as declarações feitas pelo administrador da fazenda do Dr. José Calazans de Negreiros foi dada a palavra ao acusado a pedido dele mesmo para

⁶²⁰ Ao que parece, era de costume do Dr. José Calazans de Negreiros contratar os serviços de empreiteiros e seus camaradas. No dia 16 de junho de 1892 foi publicado na seção de anúncios do jornal *Diário do Rio Claro* o seguinte: CAMARADAS: Precisa-se de alguns para serviço de lavoura. Prefere-se os nacionaes, paga-se 80\$000 por mez e dá se alimentação. Para tratar com o Dr. José Calazan de Negreiros. *Diário do Rio Claro* – 16 de junho de 1892.

⁶²¹ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

⁶²² APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

justamente confirmar e esclarecer alguns pontos do que foi dito por Paulino Franco Barbosa. Segundo João Silva de Oliveira em seu depoimento disse que “os trabalhadores Adão, Pedro e Maria forão escravos de Donna Ritta de Camargo e que na ocasião em que vierão para a companhia já erão *livres*”⁶²³. Surge, assim, nesse amontoado de palavras, carregada de valores, além de lógicas sociais e simbólicas já experimentadas por João Silva de Oliveira, o sentimento de liberdade e de ser livre. Na grande maioria das vezes, para os homens negros, o sentido de liberdade inscrevia-se em direções dissonantes de um eventual sentido imaginado pelos antigos senhores e por aqueles que pretendiam, na derrocada do escravismo, a solidificação de determinados padrões de vida e de trabalho. De acordo com Maria Cristina Wissenbach, a condição de homem livre seria concretizada, de imediato, na realização de desejos e na posse de objetos que lhes haviam sido proibidos quando eram escravos⁶²⁴, ou até mesmo no simples ato de tomar uma decisão por sí, como trabalhar para quem desejassem.

No processo em tela surgem aos olhos do historiador um emaranhado de informações que requer a incorporação à história desses personagens ao seu cotidiano; e o cotidiano dessas pessoas influenciaram, profundamente, os seus depoimentos. As testemunhas não apenas fizeram declarações sobre o “facto crime”, mas também emitiram suas opiniões a respeito dos envolvidos em seu cotidiano e sobre a conduta dos acusados no dia-a-dia, utilizando-se, para isso, um jogo de “palavras” que viria a favorecer o réu na sentença do juiz.

O depoimento dado por uma testemunha, de nome “Maria de Tal, de dezoito annos de idade, natural de São João do Rio Claro, de serviço da roça”⁶²⁵, é exemplo de uma argumentação ladina e desse “jogo de palavras” para favorecer o réu. Maria de Tal em seu depoimento disse que

⁶²³ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888. [Grifo nosso].

⁶²⁴ WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. IN: *História da vida privada no Brasil*. Org. Nicolau Sevcenko. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 53.

⁶²⁵ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

Não sabe si o acusado presente seduzio os trabalhadores Adão e Pedro para abandonar a fazenda de Donna Ritta de Camargo. Ella, depoente soube por ter visto os trabalhadores acompanhar o acusado. Que o administrador da fazenda do Doutor José Calazans de Negreiros, Paulino Franco Barbosa, sabia que o acusado convidou os trabalhadores da fazenda Santa Rita para sahir da mesma fazenda e ir para a sua companhia⁶²⁶.

Maria de Tal utilizou os termos “seduziu” e “convidou” de acordo com as circunstancias para favorecer João Grande. Ela, Maria de Tal, não sabia se João Grande “seduziu” os trabalhadores, mas que uma terceira pessoa, Paulino Franco Barbosa sabia que João Grande “convidou” os trabalhadores para saírem da fazenda Santa Rita e irem para a sua companhia.

As estratégias de João Grande, ao que parece, era também a de orientar outros libertos e convencer os mesmos que trabalhar em sua companhia seria mais vantajoso do que continuarem a trabalhar na fazenda onde haviam sido escravos. Nos depoimentos de Maria e Adão, ex-escravos de Dona Ritta de Camargo, e o filho deles, o liberto Pedro, como se houvessem previamente ensaiado, disseram que “erão *livres* e que *expontaneamente* havião de deixar a fazenda de Donna Ritta de Camargo”⁶²⁷.

Os depoimentos dessa família, além de acobertar e proteger João Grande das acusações feitas pelo filho de Dona Ritta de Camargo - e administrador de sua fazenda, Amancio de Camargo Neves -, e afirmar a sua nova condição jurídica – a de libertos – revela a preferência de alguns senhores em conceder alforrias à indivíduos membros de unidades familiares para não perder mão de obra na lavoura cafeeira, havendo, portanto, um jogo de interesses na concessão dessas alforrias.

Ora, Hebe Maria Mattos e Ana Maria Rios escrevem que a defesa das alforrias em massa, que se generalizou entre muitos senhores, buscava, fundamentalmente, resgatar essa ascendência moral sobre os cativos, perdido o

⁶²⁶ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

⁶²⁷ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888. (Grifo nosso).

argumento da violência na nova conjuntura política. Os que a advogavam confiavam não só na gratidão dos libertos, mas, principalmente, na força dos laços comunitários e familiares entre os cativos para mantê-los, se não nas fazendas, pelo menos na região. Embasavam-se, assim, em um saber senhorial sobre os libertos que buscavam acionar como forma de recuperar o controle da situação⁶²⁸.

A situação, portanto, estava fugindo do controle por conta da atuação de João Grande em recrutar libertos para trabalho em sua companhia. Os parâmetros utilizados pelos senhores para avaliar as consequências das alforrias em massa eram, quase sempre, os mesmos: a eficácia para restabelecer a ordem e o controle senhorial sobre o processo de libertação. Hebe Mattos e Ana Rios argumentam que a expectativa dos senhores que optavam pela manumissão era lograr com ela a permanência dos trabalhadores e um mínimo de mudança na organização produtiva da fazenda⁶²⁹. Porém, João Grande estava colocando essa organização em xeque.

De fato, em meados da metade do século XIX, um liberto, de nome João Silva de Oliveira, conhecido por João Grande passa a recrutar mão de obra de outros libertos; o que aos olhos dos fazendeiros viria a desorganizar o trabalho nas fazendas, pois a força de trabalho desses libertos seria aproveitada na lavoura cafeeira, o que se leva a repensar a crise de mão de obra enunciada por Celso Furtado em seu clássico *Formação Econômica do Brasil*⁶³⁰. Havia, sim, crise de mão de obra, mas não necessariamente por escassez, mas pela resistência de ex-escravos em continuarem trabalhando nas fazendas onde haviam sido escravos.

Percebe-se através de um anúncio “a pedidos” publicado no jornal *O Diário do Rio Claro* no dia 23 de junho de 1894 que João Silva de Oliveira alcançou mobilidade social e ascendeu socialmente, certamente com os recursos provenientes de sua companhia⁶³¹. Como se percebeu, a partir da leitura desse

⁶²⁸ MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. *Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 56.

⁶²⁹ *Idem*, p. 57.

⁶³⁰ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 29 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1999.

⁶³¹ O anúncio dizia:
DOZE POBRES

processo judicial, os vínculos de seu protagonista com indivíduos ligados a elite rio-clarense eram visíveis. José Calazans de Negreiros pertencia a uma das famílias mais influentes da cidade de São João do Rio Claro, era filho de Ignácio Xavier de Negreiros, detinha, portanto não apenas poder e influência econômica, mas também política. E, sem sombra de dúvidas, essa rede de relacionamentos de João Silva de Oliveira favoreceu o mesmo nesse embate no tribunal.

O que se percebe, a partir dessas considerações, é que uma investigação que se pretenda afrontar as questões envolvendo libertos na sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, vem a ser inseparável de uma inquirição a respeito da sociedade escravista, como também os conflitos e impasses enfrentados no pós-abolição. João Silva de Oliveira, o João Grande, teve essa experiência de ser livre na ordem escravocrata⁶³². Experimentou conflitos, mas também uma rede de solidariedade que soube utilizar da melhor maneira possível para se favorecer. Não apenas os recursos utilizados para delimitar certos padrões de sobrevivência era, necessariamente, a violência; outras estratégias foram, portanto, utilizadas, como por exemplo, as negociações no cotidiano.

Os conhecimentos do protagonista desse processo judicial estavam além do “saber ler e escrever”. Percebeu-se que ele tinha ampla noção da sazonalidade do trabalho agrícola, principalmente da cultura cafeeira⁶³³, quando da ausência de uma testemunha de nome Floriano Antonio, ele solicita a palavra para apresentar a justificativa e relata que a testemunha por ser “trabalhador volante” estaria, naquele momento fora da cidade, em alguma fazenda trabalhando⁶³⁴. Ora, o termo

Tendo o abaixo assignado feito uma promessa de dar jantar a 12 pobres, convida os pessoas que se acharem nestas circunstancias a comparecerem na sua casa, Rua 5, n. 50, as 3 horas da tarde de hoje. Findo o jantar cada pobre receberá uma esmola.

No domingo, 24 do corrente, haverá em sua casa um páu de sebo, contendo no topo a quantia de 50\$, que pertencerá ao felizardo que lá subir.

Rio Claro, 23 de junho de 1894.

João Grande

⁶³² Em referência ao livro: FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livre na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

⁶³³ O trabalho na lavoura cafeeira atendia a duas etapas bem distintas. A primeira era a formação do cafezal, que envolvia a abertura de uma nova fazenda ou de áreas novas dentro de uma propriedade já produtiva e consistia na derrubada da mata, na preparação do terreno para a plantação e na formação do cafezal propriamente dita. A segunda era a da manutenção das fazendas (ou áreas) já produtivas. Cada uma destas duas etapas requeria atividades muito diferenciadas ao longo do ano agrícola. TESSARI, Claudia Alessandra. *Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 93.

⁶³⁴ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

“trabalhador volante” somente se tornou visível a partir da segunda metade do século XX, por conta, principalmente das transformações que ocorreram no campo nesse período. Porém, João Silva de Oliveira utiliza o termo no momento em que o sistema escravagista ainda vigorava. Dessa forma, é necessário repensar determinadas ideias propagadas, não apenas pela imprensa da época e o pensamento contemporâneo, mas também pela própria historiografia, na questão da vadiagem do trabalhador nacional, principalmente o ex-escravo. Necessário, portanto, observar atentamente a questão da sazonalidade da própria agricultura e do mercado de trabalho surgia aos olhos daqueles indivíduos “abandonados à própria sorte”⁶³⁵ no mundo dos homens livres.

Desse modo, há que se observar que em períodos de pico, ao longo do ciclo de produção, a demanda por braços era maior; e menor em períodos de baixa produção, quando muitos trabalhadores ficavam ociosos. Daí a importância, para a empresa cafeeira, da formação de um exército de trabalhadores reserva constituído em torno da organização do trabalho temporário sazonal. Ora, as exigências de quantidade de trabalho variavam de época para época do ano, justamente devido a sazonalidade da atividade agrícola⁶³⁶. Claudia Alessandra Tessari observou, muito bem que, na atividade rural, que requisita trabalho de maneira inconstante, o ideal, em termos de gestão capitalista dos custos, é poder demandar força de trabalho somente quando a atividade necessita dela, o que permite adequar os custos com mão de obra aos momentos de mais ou menos trabalho ao longo do processo de produção e aos momentos de alta e baixa sazonalidade. Dessa forma, para garantir à atividade com alta sazonalidade na demanda por trabalho a possibilidade de contratar, demitir e recontratar a mão de obra ao longo do ciclo de produção, era necessário um amplo exército de reserva que aumentasse a elasticidade da oferta de mão de obra. Só ele garantiria que a empresa agrícola cafeeira tivesse a

⁶³⁵ ASSIS, Machado de. *Esaú e Jacó*. Porto Alegre – RS: L&PM, 2012.

⁶³⁶ Tal afirmação refuta as ideias de Lúcio Kowarick sobre a chamada “vadiagem” do trabalhador nacional. Nas palavras deste sociólogo: “Enfatizei que os trabalhadores nacionais sempre foram encarados como vadios ou inaptos para o trabalho organizado e regular, que continuou nas grandes plantações paulistas alicerçado no trabalho escravo até a véspera da Lei Áurea”. KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994, p. 102. Ora, Lúcio Kowarick não considera, em seus estudos, a própria sazonalidade da atividade agrícola que, em determinados períodos, demandava maior quantidade de força de trabalho. Assim, em períodos de baixa produtividade agrícola uma grande quantidade de trabalhadores ficavam ociosos.

flexibilidade esperada ao substituir parte do trabalhador permanente por trabalhadores temporários⁶³⁷.

Não se pode ignorar, entretanto, que, a sociedade e as relações sociais e econômicas que se formaram a partir desse momento, de fim do sistema escravagista, foram instituídas e organizadas a partir das expectativas que ex-senhores e ex-escravos haviam construídos sobre como, e o que seria a sociedade brasileira sem a escravidão⁶³⁸. De várias maneiras essas expectativas deveriam corresponder as experiências que esses indivíduos - homens e mulheres - egressos da escravidão tiveram durante o período em que viveram sob o jugo do cativo, suas esperanças, medos e recordações, mas também, costumes e tradições. João Silva de Oliveira, ao que parece, teve a coragem – e a sensibilidade – de experimentar medos, de ter esperanças e recordar seu passado em que viveu em cativo e criar estratégias para viver em liberdade. Quanto ao fim desta história? No dia 25 de agosto de 1888 o Juiz de Direito João José Rodrigues Torres julgou improcedente a denúncia feita por “Amancio de Camargo Neves contra João Silva de Oliveira, vulgo João Grande, ficando a cargo do denunciante todas as custas do processo”⁶³⁹.

⁶³⁷ TESSARI, Claudia Alessandra. *Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012, p. 288.

⁶³⁸ CHALHOUN, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁶³⁹ APHMRC. Cartório Criminal – São João do Rio Claro. Amancio de Camargo Neves - Denunciante. João Grande – Denunciado. Processo 032. Caixa 2 - 1888.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de arremate, como foi mencionado anteriormente, a historiografia avançou consideravelmente nos estudos sobre a chamada formação e reorganização do mercado de trabalho no Brasil. Entende-se que até o final do século XIX não existia no país um mercado de trabalho nos moldes do sistema capitalista, mesmo sem refutar a ideia de que desde os seus primórdios o Brasil já estaria inserido no sistema capitalista. Existia, até então, um amplo mercado de trabalhadores escravizados submetidos às leis da oferta e da demanda. Nesse caso, os próprios trabalhadores escravizados seriam as mercadorias, ou seja, um bem de capital. O tráfico negreiro estaria sim, inserido no sistema capitalista de forma a atender a demanda por braços nas lavouras do Novo Mundo e a reposição de mão de obra se daria a partir do comércio transatlântico de escravos. Assim, mesmo que a produção fosse voltada ao mercado europeu, não havia a configuração de um mercado de trabalho onde existissem homens livres e expropriados dos meios de produção capazes de vender no mercado a única mercadoria de que dispunha: sua força de trabalho.

No decorrer da pesquisa percebeu-se o início dessa configuração – formação/reorganização do mercado de trabalho – a partir do final da primeira metade do século XIX, momento em que começaram a chegar os trabalhadores imigrantes para atender a demanda por mão de obra nas lavouras cafeeiras, não apenas de São João do Rio Claro, mas também de toda a Província, posteriormente Estado, de São Paulo; bem como, quando do processo de inserção dos indivíduos egressos do cativeiro no mundo do trabalho em uma economia competitiva. Ao analisar e retomar a fio a trajetória e o cotidiano de escravos, libertos e imigrantes que, até décadas atrás eram negligenciados pela historiografia, sendo considerados “figurantes mudos” da história, pretendeu-se interpretar e compreender os reais significados que esses indivíduos davam aos seus papéis numa sociedade escravista, e que pouco se modificou depois de abolida a escravidão, permanecendo fortemente hierarquizada.

Como se constatou ao longo da pesquisa se tentou, nas últimas décadas do século XIX, de se impor uma nova ordem social a partir dos projetos de modernização e civilização idealizados pela elite da cidade de São João do Rio Claro, onde, constavam na agenda: as reformas urbanísticas, o desenvolvimento econômico e a reorganização do mercado de trabalho com a inserção de trabalhadores estrangeiros provenientes da Europa. Estes projetos eram fortemente marcados por valores atribuídos ao pensamento liberal propagados na segunda metade do século XIX. Porém, paralelamente a todo esse processo, houve a tentativa de se resistir a essa imposição, de cima para baixo, a partir da articulação dos mais diversos grupos sociais, particularmente, escravos e libertos, além de imigrantes contrários a determinadas imposições. Nesse período, a sociedade brasileira passava por transformações políticas, econômicas e sociais, onde as instituições, até então estáveis, estavam em processo de decomposição, não apenas a ordem escravista, mas também a monárquica. No âmbito dessas (trans)formações política, econômica e social existia uma noção negativa do trabalho onde o ócio, na grande maioria das vezes, era uma marca de distinção do indivíduo naquela paisagem social.

Dentro desse quadro de formação do mercado de trabalho em São João do Rio Claro a historiografia tradicional atribuiu ao trabalhador nacional, notadamente os indivíduos egressos da escravidão, um papel secundário, ou até mesmo relegando esses trabalhadores desse processo. Porém, o ambiente que se analisou apontou para a existência de homens e mulheres de grupos subalternos que foram resistentes às imposições dos grupos dominantes, não apenas aquelas concernentes ao mundo do trabalho, mas também em seu cotidiano.

O *corpus* documental que se lançou mão, além da bibliografia utilizada no decorrer da pesquisa permitiu que se compreendesse a cidade de São João do Rio Claro em todas as suas formas. Uma cidade, desde o seu surgimento, multifacetada, onde os extremos conviviam. Negociações e conflitos existiram naquela localidade desde o seu período embrionário. Não havia antagonismos apenas entre grupos sociais distintos. Os embates ocorriam, também, com certa frequência entre os membros do mesmo grupo social, sempre com objetivos, puro e simples, de obtenção de privilégios e distinção de *status* dentro do grupo tal qual pertencia,

conforme se verificou no momento da construção da Capela Curada com as discussões em torno do local a ser erguida a referida Capela.

O desenvolvimento da economia cafeeira em São João do Rio Claro, bem como a própria dinâmica do sistema capitalista do período exigiu profundas transformações no sistema de trabalho. O sistema escravagista estava nitidamente afiliado a um caráter de oferta inelástica de mão de obra, dessa maneira, não se adaptava as novas exigências da empresa cafeicultora, daí a necessidade da formulação de propostas de transformação nas relações de trabalho que se acomodasse às demandas da produção agrícola com suas características de sazonalidade. Assim, o afluxo de imigrantes veio de encontro com os anseios dos fazendeiros, não apenas de São João do Rio Claro, mas também de toda a Província de São Paulo. Um amplo mercado de braços para atender a demanda da lavoura cafeeira paulista.

A presente pesquisa permitiu mostrar também que à margem do discurso oficial e mesmo de um processo histórico contraditório que resultou na Lei de 13 de maio de 1888, circularam personagens que, de diferentes maneiras, utilizaram-se das mais diversas brechas deixadas pela complexa legislação do período na tentativa de transformação de seu *status* jurídico na busca pela liberdade. Ora, atribui-se a essa reflexão o direito ao pecúlio e as ações de liberdade movidas por escravos nos tribunais, onde buscavam a liberdade por um caminho estreito e tortuoso, onde o resultado nem sempre era o que se esperava. O dia seguinte para esses indivíduos era uma incógnita, principalmente para os indivíduos das camadas subalternas que poderiam ter raras surpresas quando abrissem os olhos.

Foi nesse cenário que se deparou com histórias como a do grupo de italianos, aparentemente liderados por Paschoal Cezar, quando naquela tarde de 12 de abril de 1891 entrou em conflito com a polícia no povoado de Annápolis, então distrito de São João do Rio Claro, onde uma rede de solidariedade étnica se formou em torno daquele grupo no sentido de dar suporte aos seus membros quando da prestação de contas à polícia e à justiça. Mas essa rede de solidariedade não foi privilégio apenas de imigrantes que fixaram residência na cidade de São João do Rio Claro, essas estratégias funcionaram com eficiência, também, para indivíduos egressos do cativeiro, seja na busca pela liberdade através de estratégias matrimoniais,

conforme ocorreu com o casal Agostinho e Miliana; na estreita porta da alforria condicional pela qual passaram as irmãs Francisca e Virginia; ou na estranha associação entre escravo, libertos e imigrantes quando do furto de alimentos em que a força do coletivo regulava as relações. Além, claro, da história envolvendo um liberto conhecido por João Grande e os indivíduos que compunham a sua companhia, onde essa rede de solidariedade se impôs frente às práticas sociais de grupos dominantes naquele período.

No caso dos italianos, as questões existentes acerca da experiência imigratória e as práticas de cooperação no novo país criaram formas de associação formal e informal que deram dinâmica às relações sociais. Ora, pode ser legítimo afirmar que as características, o grau de intensidade e a difusão de costumes aliado as configurações do país receptor, como o Brasil, tenham contribuído para a inserção social, bem como o fortalecimento dessas redes de cooperação e solidariedade entre os italianos em São João do Rio Claro.

Entre os indivíduos egressos da escravidão a proposta e os objetivos eram outros. Principalmente na história ao qual se tinha como protagonista o liberto João Grande e sua companhia de trabalhadores volantes, pretendeu-se reconstituir e interpretar suas experiências, solidariedades e sociabilidades à luz do significado que se davam à liberdade numa sociedade escravocrata. Se havia ausência de consciência de classe entre os integrantes, não faltava consciência de liberdade. Notou-se esta concepção a partir do momento em que uma das testemunhas argumentou que “eram livres e poderiam trabalhar onde quisessem”.

Pretendeu-se, portanto, analisar e compreender quem eram esses trabalhadores, estrangeiros ou libertos, e como se relacionavam com as transformações econômicas, sociais e políticas que estavam ocorrendo naquele período ímpar da história do Brasil. Buscou-se, também, compreender o universo do cotidiano desses indivíduos, suas experiências, tradições e costumes sendo utilizados das mais diferentes maneiras na trajetória de suas vidas como suporte para a mobilidade espacial e redução da precarização no mundo do trabalho.

A cidade de São João do Rio Claro se (trans)formou e se consolidou dentro desse contexto marcado por negociações e conflitos entre grupos sociais comuns ou

distintos. As negociações davam-se nos mais diferentes setores da sociedade, e as formas de resolução dos conflitos foram, muitas vezes, distintos daquelas atribuídas às práticas da justiça formal. Muitos desses trabalhadores foram submetidos à formas vis de trabalho e de vida e a maneira com que lidavam com os novos códigos que surgiram na sociedade rio-clarense de segunda metade do século XIX se davam no sentido de criar estratégias de sobrevivência, fugindo do controle das autoridades e imposições dos grupos dominantes que detinham o poder. Eram constantes as tentativas de amenização das mazelas e dos problemas sociais que incorriam sobre os grupos subalternos na busca por uma vida e um futuro menos árduo.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

1. Fontes manuscritas.

Escravos: (1822-1885).

Juízes de Direito – Piracicaba: (1817-1842).

Juízes de Direito – São João do Rio Claro: (1845-1890).

Justiça – Polícia: (1840-1885).

Ofícios Diversos de Limeira: (1842-1845)

Ofícios Diversos de Rio Claro: (1832-1885)

2. Fontes impressas.

Almanak da Província de São Paulo para o anno de 1873. Organizado e publicado por Antonio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Typografia Americana, 1873.

Livro de Leis da Província de São Paulo: (1845-1885).

Quadro estatístico de alguns estabelecimentos ruraes da Província de São Paulo, 1854.

Recenseamento Geral do Império do Brazil para o anno de 1872.

Relatório do Chefe da Polícia. Anexo ao Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo pelo presidente da província João Alfredo Corrêa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886. São Paulo, Typ. de Jorge Seckler & C. 1886.

Sesmarias e Patentes: (1815-1821).

ARQUIVO PÚBLICO E HISTÓRICO DO MUNICÍPIO DE RIO CLARO “OSCAR DE ARRUDA PENTEADO”

1. Fontes manuscritas.

Atas da Câmara Municipal de São João do Rio Claro: (1845-1895).

Atas da Camara da Villa de Constituição: (1822-1842).

Fundo: Cartório Criminal – Processo Criminais: (1880-1895).

Fundo: Cartório Criminal – Ações de Liberdade: (1880-1888).

Relatório da Câmara Municipal de São João do Rio Claro enviado ao Presidente da Província de São Paulo - 1888.

2. Fontes Impressas.

Almanak de S. João do Rio Claro para o ano de 1873. Org. por Thomaz Carlos de Molina e pub. por José Maria Lisboa. Ed. Facsimilar. São Paulo: Imprensa Oficial, Arquivo do Estado, 1978.

Códigos de Posturas da Câmara Municipal de São João do Rio Claro.

Livro de Contractos e Arrematações da Prefeitura de Rio Claro: 55 a 58. 1890.

ARQUIVO DA IGREJA EVANGÉLICA DA CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL – PARÓQUIA EVANGÉLICA DA CONFISSÃO LUTERANA DE RIO CLARO.

Relação das profissões dos imigrantes alemães.

PRIMEIRO E SEGUNDO CARTÓRIO DE NOTAS DE RIO CLARO.

Escrituras de compra e venda de escravos na cidade de São João do Rio Claro.

MUSEU DA IMIGRAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Registros de matrícula de imigrantes – Hospedaria de Imigrantes.

MUSEU HISTÓRICO E PEDAGÓGICO “AMADOR BUENO DA VEIGA”.

IMPRENSA

Correio Paulistano.

Diário do Rio Claro.

Gazeta da Tarde.

Jornal do Commercio.

O Alpha.

O Século XIX.

FONTES DISPONÍVEIS EM MEIO DIGITAL.

Annaes do Parlamento do Brazil. Disponível para consulta em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp?selCodColecaoCsv=D>

Annaes do Senado do Império. Disponível para consulta em: http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp

Lei das Sesmarias de 1375 - Arquivo Histórico Municipal de Coimbra – Pergaminhos Avulsos, nº 29. Disponível para consulta em: www.cm.coimbra.pt.

Relatórios Ministeriais: Agricultura (1860-1900). Disponível para consulta em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/agricultura>

Relatórios Ministeriais: Justiça (1825-1895). Disponível para consulta em: <http://www.crl.edu/brazil/ministerial/justica>

Relatórios dos Presidentes das Províncias: São Paulo (1838-1888). Disponível para consulta em: http://www.crl.edu/brazil/provincial/s%C3%A3o_paulo

FONTES IMPRESSAS E OBRAS CONTEMPORÂNEAS AO LAPSO TEMPORAL DA PESQUISA.

ASSIS, Machado. *Obra Completa – Volume I*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. *Obra Completa – Volume II*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

_____. *Esau e Jacó*. Porto Alegre – RS: L&PM, 2012.

Código criminal do império do Brazil: anotado com os actos dos poderes legislativo, executivo e judiciario. Rio de Janeiro: Eduardo & Henrique Laemmert, 1876.

Collecção de Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1872.

Collecção de Leis do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Laemmert, 1886.

DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil: 1850*. Tradução, prefácio e notas de Sergio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

GAMA, Affonso Dionysio. *Código Penal Brasileiro: dec. n. 847, de 11 de outubro de 1890*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1929.

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis: Vozes, 1976.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2003.

SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. *Viagem pelo Brasil: 1817-1820*. São Paulo: Melhoramentos, 1981.

TSCHUDI, J. J. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo*. Introdução de Afonso de E. Taunay. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul – séculos XVI e XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. *Caras e modos dos migrantes e imigrantes*. In. NOVAIS, Fernando A. (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (Org.). *História da vida privada no Brasil: Império*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 49.

ALVES, Mauricio Martins. *Formas de viver: formação de laços parentais entre cativos em Taubaté (1680-1848)*. Rio de Janeiro: UFRJ, Tese [Doutorado em História Social] 2001.

ALVIM, Zuleika. *Brava Gente: os italianos em São Paulo (1870-1920)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *O Brasil no Comércio Colonial*. São Paulo: Editora Ática, 1980.

_____. *Os portugueses no Brasil, de colonos a imigrantes: reflexões teóricas*. In. ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

_____. *São Paulo nos séculos XVI-XVII*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

_____. *A economia brasileira no fim da época colonial: a diversificação da produção, o ganho de monopólio e a falsa euforia do Maranhão*. In. *Revista de História*. São Paulo: No. 119 – 2º semestre de 1985.

_____. *A Nova História Social do Crime*. In. *Revista História*, São Paulo: nº 121, pp. 127-133, ago/dez. 1989.

AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro do imaginário das elites - século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Batismo da liberdade: os abolicionistas e o destino do negro*. In. *História: questões & debates*. Curitiba, nº9, jan. 1988.

AZEVEDO, Elciene. *O direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Campinas: UNICAMP, Tese [doutorado em História Social], 2003.

_____. *Orfeu de carapinha: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

BARBOSA, Alexandre de Freitas. *A formação do mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: Alameda.

BARICKMAN, B. J. *Até a véspera: o trabalho escravo e a produção de açúcar nos engenhos do Recôncavo baiano. (1850-1881)*. Afro-Ásia, v. 21-22, 1998-99, p. 177-237.

BASSETO, Sylvia. *Política de mão-de-obra na economia cafeeira do Oeste Paulista (período de transição)*. Tese [Doutorado em História]. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP, 1982.

BASTOS, Rodrigo Almeida. *Regularidade e ordem das povoações mineiras no século XVIII*. In. Revista do IEB. São Paulo: IEB, no 44, fev. 2007.

BEIGUELMAN, Paula. *O encaminhamento político da escravidão no Império*. IN. *História Geral da Civilização Brasileira*. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.) t. 2 v. 3. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *A formação do povo no complexo cafeeiro: aspectos políticos*. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BERBEL, Márcia; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec/FAPESP, 2010.

BERGAD, Laird W. *Escravidão e história econômica: demografia de Minas Gerais, 1720-1888*. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BERTIN, Enidelce. *Alforrias na São Paulo do século XIX: liberdade e dominação*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004.

_____. *Os meia-cara: africanos livres em São Paulo no século XIX*. Tese [Doutorado em História] FFLCH-USP, 2006.

BETHELL, Leslie, *A abolição do tráfico de escravos no Brasil, 1807-1869*. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1976.

BICALHO, Maria Fernanda; FERLINI, Vera Lucia do Amaral. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português – Séculos XVI a XIX*. 2 ed. São Paulo: Alameda, 2005.

BOSI, Alfredo. *A escravidão entre dois liberalismos*. In. *A dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRUNO, Ernani da Silva. *Viagem ao País dos paulistas: ensaio sobre a ocupação da área vicentina e a formação de sua economia e de sua sociedade nos tempos coloniais*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1966.

CAMARGO, Ana Maria. *Introdução*. In. *Autos do inventário do Padre Delfim da Silva Barbosa*. Rio Claro: AHMOAP, 1980.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 8 ed. São Paulo: Editora 34, 1997.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *A Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CASTRO, Celeste. *A emigração na Freguesia de Santo André da Campeã – 1848-1900*. Porto: CEPESE/Afrontamento, 2010.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade. Uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. *Solidariedade e liberdade: sociedades beneficentes de negros e negras no Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. *Tumbeiros: O tráfico de escravos para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, Angela Marques; SCHWARCZ, Lilia Moritz. *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala a colônia*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 7 ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Iraci del Nero da; SLENE, Robert W. & SCHWARTZ, Stuart. *A família escrava em Lorena (1801)*. In: *Estudos Econômicos. Demografia da escravidão*, São Paulo: IPE/USP, 17 (2), pp 245-295, mai/ago 1987.

COSTA, Wilma Peres. *Ferrovia e trabalho assalariado em São Paulo*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], Campinas: IFCH/UNICAMP, 1976.

CRESTANI, Jaison Luís. *Machado de Assis no Jornal das Famílias*. São Paulo: EDUSP/Nankin Editorial, 2009.

C. R. L. James. *Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2010.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África*. São Paulo, Brasiliense, 1985.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DEAN, Warren. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

DEVOTO, Fernando; MIGUEZ, Eduardo J. (comp.). *Asociacionismo, trabajo e identidad étnica: los italianos ne América Latina en una perspectiva comparada*. Buenos Aires: CEMLA – CSER – IEHS, 1992.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. *Sociabilidades sem história: votantes pobres no império, 1824-1881*. IN: *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2001.

DINIZ, Diana Maria. *Rio Claro e o café: desenvolvimento, apogeu e crise*. Rio Claro: Tese [Doutorado em História], FFCL/UNESP, 1973.

_____. *A propriedade rural em Rio Claro*. In: *Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores de História – ANPUH*. Aracaju, setembro de 1975.

_____. *Ferrovia e expansão cafeeira: um estudo da modernização dos meios de transporte*. In: *Revista de História*, São Paulo: No. 104 – 4 trimestre de 1975.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Editora Senac, 2004.

ELIAS, Nortbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 2v.

ELLIS JR. Alfredo. *O ouro e a Paulistânia*. São Paulo: Boletim 96 – História da Civilização Brasileira, 1948.

_____. *A economia paulista no século XVIII*. São Paulo: Biblioteca da Academia Paulista de Letras, 1979.

EMMERICK, Rulian. *As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro: Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade*. In. *Revista Latinoamericana – Sexualidad, Salud e Sociedad*. Rio de Janeiro: UERJ, no. 5 – 2010.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 12 ed. São Paulo: Globo, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAUSTO, Boris. *Imigração: cortes e continuidades*. In. SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FERLINI, Vera Lúcia do Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste Colonial*. Bauru-SP, EDUSC, 2003.

_____. *Uma Capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo restaurada (1765-1822)*. São Paulo. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: N°/Série: V.17 no. 02, jul-dez 2009.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 5 ed. São Paulo: Globo, 2008.

_____. *O negro no mundo dos brancos*. 2 ed. São Paulo: Global, 2007,

FERRAZ, J. Romeu. *História do Rio Claro: a sua vida, seus costumes e seus homens*. São Paulo: Typographia Hennies Irmãos, 1922.

FICKER, Sandra Kuntz. *Mercado interno y vinculación con el exterior*. In: HMex. Xochimilco: UAM. XLV: 1, 1995.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FONER, Eric. *O significado da liberdade*. IN. Revista Brasileira de História. São Paulo: v.8 nº16 p 09-36, mar.88/ago.88.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livre na ordem escravocrata*. 4 ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

FREITAG, Barbara. *Florestan Fernandes revisitado*. In. Revista Estudos Avançados, v. 19 n. 55, São Paulo: set/dez. 2005.

FREITAS, Gilberto Passos de. *Legislação Trabalhista e Social e o “Boia Fria”*. In. Revista Justitia – Ministério Público, São Paulo, v. 95, pp. 139-149, 1976.

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

GARCIA, Liliana Bueno dos Reis. *São João do Rio Claro: a aventura da colonização*. Rio Claro - SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNESP, 2009.

GEBARA, Ademir. *O mercado de trabalho livre no Brasil (1871-1888)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GLEDSOON, Jonh. *Machado de Assis: ficção e história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. *Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença* IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

GONÇALVES, Paulo Cesar. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012.

GOENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 4 ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

GRAHAM, Richard. *Brasil-Inglaterra*. IN. *História Geral da Civilização Brasileira*. HOLANDA, Sergio Buarque de (org.) t. 2 v. 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. *Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio de escravos interprovincial de escravos no Brasil*. In Afro-Ásia. Salvador: nº 27 (2002).

GRANDI, Guilherme. *Estado e capital ferroviário em São Paulo: a Companhia Paulista de Estradas de Ferro entre 1930 e 1961*. São Paulo: Alameda, 2013.

_____. *Café e expansão ferroviária: a Companhia E. F. Rio Claro (1880-1903)*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007.

GRINBERG, Keila. *Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX*. In. LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. *O fiador dos brasileiros: cidadania, escravidão e direito civil no tempo de Antonio Pereira Rebouças*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo Guimarães. *Notas sobre raça, cultura e identidade na imprensa negra de São Paulo e Rio de Janeiro, 1925-1950*. In. Revista Afro-Ásia, Salvador, 29/30, 2003.

GURGEL, Argemiro Eloy. *A Lei de 1831 e as ações cíveis de liberdade na cidade de Valença (1870-1888)*. Rio de Janeiro: Dissertação [Mestrado em História]. UFRJ / IFCS, 2004.

HEFLINGER JUNIOR, José Eduardo. *A revolta dos parceiros na Ibicaba*. Limeira – SP: UNIGRÁFICA, 2009.

HOBBSBAWM, Eric, J. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. *A era do capital: 1848-1875*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

HOFBAUER, Andreas. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

HOGAN, Daniel; OLIVEIRA, Maria Coleta F. A.; SYDENSTRICKER NETO, John Marion. *Café, ferrovia e população: o processo de urbanização em Rio Claro*. Campinas: Núcleo de Estudos da População – NEPO, UNICAMP, Abril/1986.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. *Prefácio*. In. DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil (1850)*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, Herbert S. *A integração social e econômica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. In. *Análise Social*, vol. XXVIII (121), 1993 (2º),

LAMOUNIER, Maria Lúcia. *Ferrovias e mercado de trabalho no Brasil do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

_____. *O trabalho sob contrato: a Lei de 1879*. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 6 nº 12, pp. 101-124, mar/ago. 1986.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *As ferrovias do Brasil, 1870-1920*. In. História Econômica e História de Empresas. Rio de Janeiro: VIII, no. 01, 2005.

_____. *Uma cidade na transição – Santos: 1870-1913*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata Mineira, 1870-1920*. Dissertação [Mestrado em História], Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985.

LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006.

_____. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. *Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil*. IN. Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós Graduated em História da PUC/SP. São Paulo: nº 16, fev. 1998.

_____. *Blowin' in the Wind*: E.P. Thompson e a experiência negra no Brasil. IN: Revista Projeto História. São Paulo, nº 12, out. 1995.

LEITE, Joaquim da Costa. *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855-1914)*. In. Análise Social, vol. XXIII (97), 1987 (3º).

LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo biológico e imigração chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. Dissertação [Mestrado em História das Ciências]. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

LOURENÇO, Fernando Antonio. *Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

LUNA, Francisco Vidal; KLEIN, Herbert. *Evolução da sociedade e economia escravista de São Paulo, de 1750 a 1850*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MACHADO, Humberto Fernandes. *Palavras e Brados. A Imprensa Abolicionista do Rio de Janeiro (1880-1888)*. São Paulo: FFLCH-USP, Tese [Doutorado em História Social], 1991.

MACHADO, Maria Helena P. T. *Crime e escravidão. Trabalho, luta e resistência nas lavouras paulistas, 1830-1888*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. *O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da Abolição*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora da UFRJ/EDUSP, 1994.

MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiro de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MONTEIRO, John. *Negros da Terra: Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*. São Paulo: Editora Hucitec/EDUSP, 2000.

MARCONDES, Renato Leite. *A arte de acumular na economia cafeeira: formas de enriquecimento no Vale do Paraíba Paulista durante o século XIX*. Tese [Doutorado em Economia]. São Paulo: FEA/USP, 1998.

_____. *O Financiamento Hipotecário da Cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1867-87)*. In: *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro: 56(1): 147-170, JAN/MAR. 2002.

MARQUESE, Rafael; TOMICH, Dale. *O Vale do Paraíba Paulista e a formação do mercado mundial de café no século XIX*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial, volume II: 1831-1870*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARTINS, Conceição Andrade. *Trabalho e condições de vida em Portugal (1850-1913)*. In: *Análise Social*, vol. XXXII (142), 1997 (3º).

MARTINS, Flávia Arlanch. *Faces da dominação da terra: (Jaú, 1890-1910)*. São Paulo: FAPESP, 1999.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

MARTINS, Walter. *Mercados urbanos, transformações na cidade: abastecimento e cotidiano em Campinas, 1859-1908*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010.

MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: 2011.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

_____. *Trabalho assalariado e capital*. 4 ed. São Paulo: Global Editora, 1987.

MATOS, Maria Izilda Santos. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

MATOS, Odilon Nogueira de. *Café e Ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. 2 ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1974.

_____. *Vias de comunicação*. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de (Coord.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. T 2, V 4 – *Declínio e queda do Império*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MATTA, Roberto da. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

MATTOS, Hebe Maria; RIOS, Ana Maria. *Para além das senzalas: campesinato, política e trabalho rural no Rio de Janeiro pós-abolição*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

_____. *Das cores do silêncio: o significado da liberdade no sudeste escravista – Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____. *Ao sul da história: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. Ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

MATTOS, Regiane Augusto de. *História e cultura afro-brasileira*. São Paulo: Contexto, 2007.

MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10 ed. Campinas: UNICAMP-IE, 1998.

MELLO, Maria Conceição D'Incao. *O boia fria: acumulação e miséria*. 3 ed. São Paulo: Editora Vozes, 1976.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Entre a mão e os anéis: a Lei dos Sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

MILLIET, Sergio. *Roteiro do Café e outros ensaios*. 4 ed., São Paulo: Hucitec, 1982.

MONSMA, Karl. *A polícia e as populações “perigosas” no interior paulista, 1880-1900: escravos, libertos, portugueses e italianos*. Trabalho apresentado na 26ª Reunião Brasileira de Antropologia. Porto Seguro, Bahia, junho de 2008.

MOTTA, José Flavio. *Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801 – 1829)*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 1999.

_____. *Escravos daqui, dali e de mais além: o tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista*. São Paulo: Alameda, 2012.

MOURA, Denise A. Soares. *Saindo das sombras: homens livres no declínio do escravismo*. Campinas: UNICAMP, 1998.

NEVES, Margarida de Souza. *Uma escrita no tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas*. In: CANDIDO, Antonio. et alii. *A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1989.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia*. In. *Revista Economia*. São Paulo: ANPEC, V. 7, no. 3, pp. 587-607.

ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins. *Famílias proprietárias e estratégias de poder local no século passado*. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH, Marco Zero, V. 9, no. 17, 1988-1989.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens na casa imperial: jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871*. Campinas: Editora da UNICAMP, Centro de Pesquisa em História Social da Cultura, 2001.

PEREIRA, Robson Mendonça. *Washington Luís e a modernização de Batatais*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2005.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *A lavoura canavieira em São Paulo: expansão e declínio (1765-1861)*. São Paulo: DIFEL, 1968.

PIGNATARO, Lícia Capri. *Imigrantes italianos em Rio Claro e seus descendentes*. Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteado", 1982.

PINHEIRO, Marta Passos. *Machado de Assis cronista: "Bons Dias!" no avesso da República*. In. *Rev. Let.*, São Paulo, v.52, n.2, pp. 133-145, jul/dez. 2012.

PIRES, Julio Manuel; COSTA, Iraci del Nero da (org). *O capital escravista-mercantil e a escravidão nas Américas*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

RANGEL, Armênio de Souza. *Dilemas da historiografia paulista: a repartição da riqueza no município de Taubaté no início do século XIX*. In. *Revista de Estudos Econômicos*. São Paulo: v.28, n.2, 1998.

REIS, Jaime. *O atraso econômico português em perspectiva histórica (1860-1913)*. In. *Análise Social*, vol. XX (80), 1984 (1º).

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RENAUX, Maria Luiza. *O papel da mulher no Vale do Itajaí, 1850-1950*. Blumenau: FURB, 1995.

RIBEIRO JUNIOR, Florisvaldo Paulo. *O mundo do trabalho na ordem republicana: a invenção do trabalhador nacional. Minas Gerais, 1888-1928*. Brasília-DF: Tese [Doutorado em História]. Universidade de Brasília, 2008.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RODRIGUES, Jaime. *O Infame Comércio: Propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: ed. da UNICAMP/ Cecult. 2000.

ROSSINI, Gabriel. *Apreciações acerca do tráfico interno de escravos no Oeste da Província de São Paulo (Rio Claro, 1861-1869)*. Comunicação apresentada na IV Conferência Internacional de História Econômica e VI Encontro de Pós-Graduação em História Econômica. FFLCH/USP, 2012.

RUSSELL-WOOD. A. J. R. *A base moral e ética do governo local no Atlântico luso-brasileiro durante o Antigo Regime*. In: GONÇALVES, Andréa Lisly; CHAVES, Claudia Maria das Graças; VENANCIO, Renato Pinto. *Administrando Impérios: Portugal e Brasil nos Séculos XVIII e XIX*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SAES, Flávio Marques Azevedo de. *Estradas de ferro e diversificação da atividade econômica na expansão da economia cafeeira em São Paulo, 1870-1900*. In: SZMRECSÁNYI, Tamás; LAPA, José Roberto do Amaral (org.). *História econômica da Independência e do Império*. 2 ed. São Paulo: Hucitec/ABPHE/EDUSP/Imprensa Oficial, 2002.

_____. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista (1850-1930)*. São Paulo:IPE/USP, 1986.

_____. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

SALLES, Ricardo. *E o Vale era o escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família negra no Brasil*. In. Revista de História. São Paulo, 120, jan/jul, 1989.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *A família escrava e a agricultura mercantil de alimentos: Majé, 1850-1972*. In. *População e Família* – Vol. 1 n. 1 (jan./jun. 1998) – São Paulo: CEDHAL/USP/Humanitas, 1998, p. 120-121.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza: 1890-1915*. 2ª Ed. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SANTOS, Fábio Alexandre dos. *Rio Claro: uma cidade em transformação, 1850-1906*. Campinas: Dissertação (mestrado em História Econômica). IE-UNICAMP, 2000.

SANTOS, Lucimar Felisberto dos. *Cor, identidade e mobilidade social: crioulos e africanos no Rio de Janeiro. (1870-1888)*. Niterói: UFF, Dissertação [Mestrado em História Social], 2006.

SCHULZ, John. *A crise financeira da abolição (1875-1901)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo / Instituto Fernand Braudel, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Bauru-SP: EDUSC, 2001.

_____. *Burocracia e sociedade no Brasil Colonial: o Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-1751*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transição para o trabalho livre, 1860-1899*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Editora da UNICAMP, 1991.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução. *O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*. IN: SEVCENKO, Nicolau (org.). *História da vida privada – vol. 3*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração, ocupação territorial e cidadania: o Vale do Itajaí e a política de colonização na Primeira República*. IN: *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Org. Flavio dos Santos Gomes e Olivia Maria Gomes da Cunha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SHARPE, Jim. *A História vista de baixo*. In: BURKE, Peter. (org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira. *Enciclopédia de Guerras e Revoluções do Século XX*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SILVA, Gustavo Pereira da. *Uma dinastia do capital nacional: a formação da riqueza dos Lacerda Franco e a diversificação na economia cafeeira paulista (1803-1897)*. Tese [Doutorado em Desenvolvimento Econômico]. Campinas, UNICAMP, 2011.

SILVA, José Graziano. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1981.

SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúdio: os efeitos da Lei de 1850*. 2 ed. Campinas: Editora das UNICAMP, 2008.

SILVA, Maciel Henrique. *Delindra Maria de Pinho: uma preta forra de honra no recife da primeira metade do século XIX*. In: *Revista Afro-Ásia*, Salvador, 32, 2005.

SILVA, Marilena Rosa Nogueira da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da Capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado / Imprensa Oficial, 2003.

SLENES, Robert A. W. *Na senzala, uma flor. Esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

_____. *Grandeza ou decadência? O mercado de escravos e a economia cafeeira da Província do Rio de Janeiro, 1850 – 1888*. In. COSTA, Iraci del Nero da. *Brasil: história econômica e demográfica*. São Paulo: IPE-USP, 1986.

SOUSA, Fernando de. *Os portugueses: de colonos a imigrantes*. In. ARRUDA, José Jobson de Andrade; FERLINI, Vera Lúcia do Amaral; MATOS, Maria Izilda Santos de; SOUSA, Fernando de. *De colonos a imigrantes: I(E)migração portuguesa para o Brasil*. São Paulo: Alameda, 2013.

STEIN, Stanley. *Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

STOCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOCKE, Verena; HALL, Michael. *A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo*. In. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 3 nº 6, pp. 80-120, Set. 1983.

TEIXEIRA, Heloísa Maria. *Reprodução e famílias escravas em Mariana (1850-1888)*. São Paulo: Dissertação [Mestrado em História Econômica] – FFLCH - USP, 2001.

TESSARI, Claudia Alessandra. *Braços para a colheita: sazonalidade e permanência do trabalho temporário na agricultura paulista (1890-1915)*. São Paulo: Alameda, 2012.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 3 volumes, 1987.

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. *Costumes em comum*. Cia. das Letras, 1998.

TORRES, Maria Celestina T. M. *Um lavrador paulista do tempo do Império*. São Paulo: Arquivo Histórico, 1966.

TRENTO, Angelo. *Do outro lado do Atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel / Instituto Italiano di Cultura di San Paolo / Instituto Cultural Italo-Brasileiro, 1988.

TRUZZI, Oswaldo, SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Pioneirismo, disciplina e paternalismo nas relações de trabalho entre proprietários e imigrantes no século XIX: o caso da colônia de Nova Lousã em São Paulo*. In. Revista da Faculdade de Letras e História – Universidade do Porto. Porto: III Série, vol. 6, 2005.

UDAETA, Rosa Guadalupe Soares. *Nem Brás, nem Flores: Hospedaria de Imigrantes da cidade de São Paulo (1875-1886)*. Dissertação [Mestrado em História Econômica]. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas - USP, 2013.

VELLASCO, Ivan de Andrade. *As redes de solidariedade da cor: o caso dos compadres Manoel e Laurindo*. In. Revista História, São Paulo, v. 25, nº1, p. 147-169, 2006.

_____. *A cultura da violência*. In. Tempo, Rio de Janeiro, nº 18, pp. 171-195, 2004.

_____. *As sedução da ordem: violência, criminalidade e administração da justiça. Minas Gerais – século XIX*. Bauru: EDUSC/ANPOCS, 2004.

VON IHERING, Rudolf. *A luta pelo Direito*. São Paulo: Martin Claret, 2009.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. *Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível*. In: *História da Vida Privada no Brasil*. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Sonhos africanos, vivências ladinas. Escravos e forros em São Paulo (1850-1880)*. São Paulo: Hucitec, 1998.

WITTER, José Sebastião. *Ibicaba: uma experiência pioneira*. 2 ed. Rev. São Paulo: Edições do Arquivo do Estado, 1982.

_____. *Imigrante, um fator de transformação da sociedade brasileira – São Paulo (1850-1914)*. In. ODALIA, Nilo; CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *História do Estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial; Arquivo Público do Estado, 2010.

_____. *Um estabelecimento agrícola do Estado de São Paulo nos meados do século XIX*. In. Revista de História. São Paulo: nº 92 – 2º trimestre de 1974.

XAVIER, Regina Célia Lima. *A conquista da liberdade: libertos em Campinas na segunda metade do século XIX*. Campinas: UNICAMP, 1996.

ANEXOS

Bem como o escravo.
 Julgo por Sentença liberto o
 Escravo Benedito e sua mulher
 de nome Ignacia, pertencentes ao
 Resame de D. Maria Innocencia
 de Alajide, visto terem depositado
 o valor correspondente a seus ita-
 des, como tudo consta dos presentes
 autos, para que possam entrar
 no gozo pleno de seus direitos
 Rio Claro 10 de Junho de
 1887 Joaquim José Madeira
 De Publicação

Sentença do juiz Dr. Joaquim José Madeira, em que liberta o escravo Benedito e
 sua mulher Ignácia. Arquivo Histórico Municipal de Rio Claro "Oscar de Arruda
 Penteadado".

Primeira página do processo em que são réus os italianos Paschoal Cesar e Marangon Jeronimo. Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”.

14 de Março de 1838. *Ho. do Santo*
 O abaixo assignado garante e administrador dos
 fazendas de sua terra D. Rita Bandeira de
 Camargo, sem terer as comendas de t. l.
 e poder as presidenciais, que em caso embargo,
 a seguinte fôrta, que considera altamente inso-
 mune e attentatorio aos direitos das pro-
 prietas de fazendas agriadas d'este Mun-
 cipio. Eis o facto.
 João Grande exalunado euberto co-
 mo allindor de liberto engeijado na fôrta
 das agriadas, estremeiramente com uma
 turma de cerca de 40 libertos na fazenda
 D. Rita d'este Municipio, pertencente a ma-
 do abaixo assignado, agriando as copras
 as principis mactando a garantia de duas mil
 reis por mil pra. De mais terer a sigia quier
 mil para copiar com certo trabalho, que
 dizeu, ser trabalho, obrigando-se a pagar o
 resto da turma, segundo o 1º termo de 12.000
 reis, que aliás é elisatissimo para o
 trabalho. Agriados para, comtudo o trabalho
 que copiam a turma de 15.000 reis cada
 mil pra, utique 20.000 reis para copiar
 cada mil pra do resto da capital. E, mais
 ta de tal copiar, que alim de consistir uma

João Grande

Primeira página do processo em que é denunciante Amancio de Camargo Neves e denunciado o liberto João Grande. Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro "Oscar de Arruda Penteado".

2.º - Valentin Pinto Pereira
 3.º - João Silva de Oliveira
 4.º - João Mariandus Pereira
 5.º - João Pereira
 6.º - João Pereira
 7.º - João Pereira
 8.º - João Pereira
 9.º - João Pereira
 10.º - João Pereira
 11.º - João Pereira
 12.º - João Pereira
 13.º - João Pereira
 14.º - João Pereira
 15.º - João Pereira
 16.º - João Pereira
 17.º - João Pereira
 18.º - João Pereira
 19.º - João Pereira
 20.º - João Pereira
 21.º - João Pereira
 22.º - João Pereira
 23.º - João Pereira
 24.º - João Pereira
 25.º - João Pereira
 26.º - João Pereira
 27.º - João Pereira
 28.º - João Pereira
 29.º - João Pereira
 30.º - João Pereira
 31.º - João Pereira
 32.º - João Pereira
 33.º - João Pereira
 34.º - João Pereira
 35.º - João Pereira
 36.º - João Pereira
 37.º - João Pereira
 38.º - João Pereira
 39.º - João Pereira
 40.º - João Pereira
 41.º - João Pereira
 42.º - João Pereira
 43.º - João Pereira
 44.º - João Pereira
 45.º - João Pereira
 46.º - João Pereira
 47.º - João Pereira
 48.º - João Pereira
 49.º - João Pereira
 50.º - João Pereira
 51.º - João Pereira
 52.º - João Pereira
 53.º - João Pereira
 54.º - João Pereira
 55.º - João Pereira
 56.º - João Pereira
 57.º - João Pereira
 58.º - João Pereira
 59.º - João Pereira
 60.º - João Pereira
 61.º - João Pereira
 62.º - João Pereira
 63.º - João Pereira
 64.º - João Pereira
 65.º - João Pereira
 66.º - João Pereira
 67.º - João Pereira
 68.º - João Pereira
 69.º - João Pereira
 70.º - João Pereira
 71.º - João Pereira
 72.º - João Pereira
 73.º - João Pereira
 74.º - João Pereira
 75.º - João Pereira
 76.º - João Pereira
 77.º - João Pereira
 78.º - João Pereira
 79.º - João Pereira
 80.º - João Pereira
 81.º - João Pereira
 82.º - João Pereira
 83.º - João Pereira
 84.º - João Pereira
 85.º - João Pereira
 86.º - João Pereira
 87.º - João Pereira
 88.º - João Pereira
 89.º - João Pereira
 90.º - João Pereira
 91.º - João Pereira
 92.º - João Pereira
 93.º - João Pereira
 94.º - João Pereira
 95.º - João Pereira
 96.º - João Pereira
 97.º - João Pereira
 98.º - João Pereira
 99.º - João Pereira
 100.º - João Pereira

Testemunho de Maria, ex-escrava de Dona Ritta de Camargo. Processo em que é denunciante Amancio de Camargo Neves e denunciado o liberto João Grande. Arquivo Público e Histórico Municipal de Rio Claro “Oscar de Arruda Penteado”.

Denúncia de castigo físico de um senhor em um ingênuo. *O Século XIX*, 23 de julho de 1885. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga".

Jornal pró-abolição, O Século XIX faz críticas ao sistema escravocrata mostra a contradição desse sistema com a independência do Brasil. 19 de setembro de 1886. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga".

or
tra
rato-
rias-
rio
15

Camaradas

Precisa-se de alguns
para serviço de lavoura.
Prefere-se nacionais, pa-
ga-se 80\$000 por mez e
dá-se alimentação. Para
tratar com o sr. José Ca-
lazans de Negreiros.

os
valo
reis

Anúncio no jornal *Diário do Rio Claro* a pedido do Senhor José Calazans de Negreiros. 16 de junho de 1892. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”.

Anúncio a pedido publicado no jornal *Diário do Rio Claro*, a procura de posto de administrador de fazenda. 6 de março de 1894. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”.

tem e assim tem hoje dois maridos vivos, não podendo ser acusada de crime de bigamia, porque o primitivo consorcio não estava legalmente legitimado.

E se a moda pega...

A PEDIDOS

Doze pobres

Tendo o abaixo assignado feito uma promessa de dar jantar a 12 pobres, convida as pessoas que se acharem nestas circunstancias a comparecerem na sua casa, rua 5, n. 50, ás 3 horas da tarde de hoje.

Findo o jantar cada pobre receberá uma esmola.

No domingo, 24 do corrente, haverá em sua casa um pau de sebo, contendo no tope a quantia de 50\$, que pertencerá ao felizardo que lá subir.

Rio Claro, 23 de junho de 1894.

João Grande.

Declaração

O abaixo assignado declara

do, reis
Frêres
Silva M
931\$703
Comp.,
ria Rib
Soc. de
uma ore
Comp.,
763\$000
645\$640
Comp.,
& Comp
Irmão
Santos
381\$720;
ciel. réi
58:538\$8
inho de
Ignacio
Braga.
A. Rina
Maciel,
para qu
mento d
edital qu
xado na
Rio Cla
Eu, Helio
Ferreira.

Anúncio a pedido, assinado por João Grande, publicado no jornal *Diário do Rio Claro* em 23 de junho de 1894. Museu Histórico e Pedagógico "Amador Bueno da Veiga"

Este Livro hade servir para Livro de Notas es-
 pecial para Escripturas de Vendas de es-
 cravos. Vai com termos de abertura,
 e encerramento. São João do Rio Claro
 1º de Junho de 1861.
 O Juiz Municipal
 Candido Xavier de Almeida e Souza

1º
 2º
 3º
 4º
 5º
 6º
 7º
 8º
 9º
 10º
 11º
 12º

Primeira página do Livro de Escrituras de Compra e Venda de Escravos. 1º e 2º Cartório de Notas de Rio Claro.

Fruto da opulência do café, casarões erguiam-se nas áreas centrais da cidade. Foto: anônimo. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”.

Frente da estação ferroviária inaugurada em 11 de agosto de 1876. Museu Histórico e Pedagógico “Amador Bueno da Veiga”.